



Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

NÚMERO 157

DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

157

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 157 (2019)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

242p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/10/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto.

Ilustração: Portão do Solar de D. Diogo de Souza. Príncipe Gagarin
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do RS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2018-2020

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Financeiro: Sérgio Alves Teixeira

Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Jefferson Teles Martins, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira, Tassiana Maria Parcianello Saccol e Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda e Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Alexandre Pena Matos, Alexandre Veiga, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Roberto Winckler, César Andre Luiz Beras, Daniela Marzola Fialho, Doris Bittencourt Almeida, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Henrique Montagner Fernandes,

Hilda Jaqueline Fraga, Homero Dornelles, Jaqueline Custódio, João Batista Santafé Aguiar, Jorge Stocker Junior, José Daniel Craidy Simões, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Gransotto, Marcos Pascotto Palermo, Marcus Vinicius Martins Antunes, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Mário Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Cândia da Silva, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Ronaldo Marcos Bastos, Simone Steigleder Botelho, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos e Virgílio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Carlos Roberto Winckler, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Rafael José dos Santos e Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Earle Diniz Macarthy Moreira, Luis Alberto Cibils, Raphael Copstein, Sérgio da Costa Franco.

Membro Licenciado

Cláudio Francisco Accurso

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFRGS), Márcia Piva Radtke (UFRGS),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (UFRGS)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), Débora Costa Pires (UFSC),
Dúnia dos Santos Nunes (UFRGS), Erion Marcos do Prado (UFSC),
Felipe Rodrigo Caldas (UDESC), Fernanda Costa da Silva (UFRGS),
Greicy Pinto Bellin (UFPR), Gustavo Rogério De Lucca (UNESC),
Helder Santos Rocha (UFPR), Henrique Aniceto Kujawa (IMED),
Hugues Velleda Soares (UFRGS), Ivana Karine Aver (UFRGS),
Jose Miguel Rasia (UFPR), Karine Grassi (UFSC), Lislaine Sirsi Cansi (UFPEL),
Marcel Oliveira de Souza (UNIPLAC), Maria Regina Weissheimer (UFSC),
Mirian Martins Finger (UFSM), Nathália Da Costa Amedi (EEFLC),
Pablo Rodrigues Dobke (UFSM), Renata Costa (UFMT), Sirlei Gedoz (UNISINOS),
Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ)

PREFÁCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de número 157 é lançada no final de 2019. Permanecem os lançamentos dentro da periodicidade, com artigos escolhidos por meio de *double-blind peer review* e respeitando as normas editoriais brasileiras e internacionais. Portanto, é um periódico estável, que há anos vem funcionando dentro das boas práticas e buscando respeitar seus autores e leitores.

Foi um ano de algumas novidades relevantes. A primeira delas são os dossiês, que começaram a ser desenhados com mais frequência. Foram abertos, ao todo, três editais especiais nesse ano em decorrência dessas iniciativas: a) o dossiê “Patrimônio Histórico”; b) o dossiê: “Sandra Jatahy Pe-savento: acervo, memórias e trajetória de pesquisa” e; c) o dossiê “100 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. Esses números temáticos se somam à revista mantendo seu rigor e seriedade na publicação. É a adesão a um modo de proteção relevante para diversas áreas, nas quais acontecimentos e iniciativas de professores dão origem a números especiais, que são construídos a partir de uma área.

Outra novidade foi o esforço de inclusão da revista em indexadores de renome. Isso continuou ocorrendo ao longo do ano todo. Agora o periódico faz parte de dezenas de indexadores, diversos internacionais, incluindo o Latin Index e o OAJI. O objetivo é dar mais visibilidade aos trabalhos e atrair autores cada vez mais inseridos na academia.

Assim é que chegamos ao final do ano de maneira positiva, com outro edital aberto e após receber muitas dezenas de trabalhos entre artigos regulares e relacionados a dossiês. O número, em si, busca manter a prática de abranger estudos multidisciplinares de pesquisadores vinculados à academia. São trabalhos de pessoas em diversos momentos da trajetória acadêmica, contribuindo com o conhecimento sobre o Rio Grande do Sul.

Os primeiros dois trabalhos tratam de século XVI em diante, cobrindo momentos mais afastados da história do estado. Um é sobre a lacuna do conhecimento sobre os índios na histórica pelotense. O segundo, sobre a presença angolana na formação do povo brasileiro com foco no Rio Grande do Sul durante o período da escravidão.

Depois, os dois artigos seguintes analisam patrimônios históricos. O mais antigo, trata do Portal Colonial de Porto Alegre, que cercava a cidade por longo período, mas que não chegou ao período republicano. O outro, ao contrário, é do amanhecer da República, sobre o obelisco de Domingo José de Almeida e o monumento a Júlio de Castilhos. Por fim, o quinto artigo, ainda no início da república, trata do assassinato do Coronel Chicuta, em 1892.

A outra metade da revista é localizada em período mais recente. Um artigo é sobre o Museu do Imigrante Italiano da Quarta Colônia, que guarda desde 1975 a memória dos imigrantes que chegaram no final do século XIX. O segundo artigo do século XX é sobre a operação realizada em Porto Alegre em 1964, a Operação Limpeza.

Por fim, a revista é encerrada com dois trabalhos que chegam à contemporaneidade. O primeiro é a análise de duas produções gaúchas - o Matador de Bagé e O Corpo, ambos lançados no século XXI. O segundo, uma pesquisa sobre o vestido da prenda, tentando estudar sua progressão do surgimento aos dias atuais.

A expectativa é que a revista possa contribuir com pesquisas em diversas áreas - ciência política, história, cinema, arte. Que os artigos apresentem esforços válidos aos olhos dos leitores nas suas pesquisas, na construção do conhecimento sobre o estado, na busca por cultura.

Desejamos a todos uma boa leitura e votos de que o ano de 2020 traga renovação.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2019.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Márcia Piva Radtke

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 13 **A lacuna histórica pelotense: Minuanos/Guenoas e Guaranis na Laguna dos Patos e Serra do Sudeste (Séc. XVI – XIX)**
The Pelotas historical gap: Minuanos/Guenoas and Guaraní in the Laguna dos Patos and Serra do Sudeste (Century XVI - XIX)
Daniel Barbier
- 31 **Presença angolana na formação do povo brasileiro e as peculiaridades no Rio Grande do Sul: tráfico atlântico e tráfico interno**
Angolan presence in the constitution of the brazilian people and its peculiarities in the Rio Grande do Sul: atlantic traffic and internal traffic
Rafael Noschang Buzzo
- 49 **O portão colonial de Porto Alegre, a entrada da cidade fortificada**
The colonial gate of Porto Alegre, entrance of the fortified city
José Daniel Craidy Simões
Pedro Paulo Pons
- 69 **As duas faces de uma mesma República: o obelisco a Domingos José de Almeida - Pelotas e o Monumento a Júlio de Castilhos - Porto Alegre**
The two faces of the same Republic: the Obelisk to Domingos José de Almeida - Pelotas and the Monument to Júlio de Castilhos - Porto Alegre
Elisabete da Costa Leal
Laura Giordani
- 91 **“Aonde o sabre faísca à luz meridiana”: violência política em Passo Fundo – o assassinato do Coronel Chicuta (1892)**
Where the saber sparkles in the meridian light: political violence in Passo Fundo – the assassination of the Coronel Chicuta
Djiovan Vinícius Carvalho
Alex Antônio Vanin
- 119 **O museu do imigrante italiano da quarta colônia: uma reflexão sobre sua trajetória**
The museum of the italian immigrant of the fourth colony: a reflection on its trajectory
Ana Lucia Faccin Pivetta
Fernanda Kieling Pedrazzi

- 137 **A operação limpeza em Porto Alegre – 1964: o caso Lúcio**
The cleaning operation in Porto Alegre – 1964: Lucio's case
Pedro Vicente Stefanello Medeiros
Matheus Fuscaldo Bellé
- 157 **A estética do cinema sul-rio-grandense a partir das personagens centrais de O Matador de Bagé e o Corpo**
The aesthetics of the sul-rio-grandense cinema from the central characters of the O Matador de Bagé e o Corpo
Laísa Veroneze Bisol
- 175 **A moda do vestido de prenda: do surgimento até os dias atuais**
The fashion of prenda dress: from the emergence to the present day
Cleici Naira Rios Reolon
Natalie Pacheco Oliveira

DOCUMENTAÇÃO

- 201 **Marajó – um navio de paz e de guerra**
Apio Claudio Beltrão
- 223 **José Antônio Correia da Câmara 2º Visconde de Pelotas, General Câmara - Acervo e trajetória custodial**
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- 237 **A Coleção da Revista der Brummbär - Zeitschrift Für Kurzweil, Humor und Heimatsinn (1930-1939)**
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari

ARTIGOS

A LACUNA HISTÓRICA PELOTENSE: MINUANOS/GUENOAS E GUARANIS NA LAGUNA DOS PATOS E SERRA DO SUDESTE (SÉC. XVI – XIX)

THE PELOTAS HISTORICAL GAP: MINUANOS/GUENOAS AND GUARANI IN THE LAGUNA DOS PATOS AND SERRA DO SUDESTE (CENTURY XVI - XIX)

Daniel Barbier¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta, a partir da revisão da bibliografia específica e de resultados de pesquisas de campo mais recentes, alguns apontamentos sobre a confluência de culturas que transitaram entre a Laguna dos Patos e a Serra do Sudeste, entre os séculos XVI e XIX. O objetivo é propor uma reflexão acerca do esquecimento, do silenciamento e da ausência da contribuição indígena à história institucional de Pelotas/RS, que reflete apenas os acontecimentos decorridos nos últimos 200 anos, enquanto que os antecedentes históricos da região apresentam indícios de desenvolvimento social e cultural que datam de, no mínimo, mais de 2500 anos antes do presente e cujos vestígios de cultura material e imaterial sobrevivem na contemporaneidade em diferentes espaços e tradições. A ênfase à cultura material passa pela percepção da trajetória humana que confluuiu pela cidade mesmo quando ela não existia. Especial atenção à cultura indígena, que por essas bandas transitou muito antes do surgimento de qualquer princípio de urbanidade, segundo padrões europeus, e que legou ao presente uma enormidade de bens materiais hoje acondicionados em diversos espaços dedicados à memória e à pesquisa.

Palavras-chave: História Indígena de Pelotas. Minuanos/Guenoas. Guaranis. Pelotas/RS.

ABSTRACT

This paper presents, from a review of the specific bibliography and results of recent field research, some notes about the confluence of cultures that transited between Laguna dos Patos and Serra do Sudeste between the 16th and 19th centuries. The objective is to propose a reflection on the forgetfulness, silence and absence of the indigenous contribution to the institutional history of Pelotas / RS, which reflects only the events that have occurred in the last 200 years, while the historical antecedents of the region show signs of social and cultural traditions that date back at least 2500 years before the present and whose vestiges of material and immaterial culture survive in contemporary times in different spaces and traditions. The emphasis on material culture passes through the perception of the human trajectory that merged into the city even when it did not exist. Particular attention was paid to the

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMSPC/UFPel). Graduação em História-Licenciatura (UFPel). Contato: barbier.daniel@gmail.com

indigenous culture, which went on long before the emergence of any principle of urbanity, according to European standards, and which bequeathed to the present a wealth of material possessions that are now housed in various spaces dedicated to memory and research.

Keywords: *Indigenous history of Pelotas. Minuanos/Guenoas. Guaranis. Pelotas/RS.*

INTRODUÇÃO

Ao se falar sobre a formação e gênese da cidade de Pelotas/RS, localizada entre a margem sudoeste da Laguna dos Patos e a Serra do Sudeste², a limitação temporal para o início das análises não deveria ficar limitada aos poucos mais de 200 anos de história local, quando do estabelecimento institucional de sua fundação na data de 7 de julho de 1812³, como tem sido tratado pela historiografia tradicional⁴. Limitar-se a esse curto período de pouco mais de duzentos anos é desprezar, no mínimo, os mais de dois milênios e meio de história protagonizados pelas etnias ameríndias que se estabeleceram na região do sudeste pampiano margeada pela Laguna dos Patos (MILHEIRA, 2011; MILHEIRA 2014).

Se há incógnitas sobre a chegada e estabelecimento dos primeiros grupos humanos nessa localidade, os vestígios de seu desenvolvimento integral, interrompido no limiar da história pela ocupação das potências ibéricas que aqui queriam constituir uma posição estratégica para a defesa de seus interesses territoriais e comerciais, sobreviveram ao tempo na toponímia regional⁵ e através da cultura material que deixaram e que hoje

2 Também chamada de Serra dos Tapes.

3 Magalhães (1999, p.14), por exemplo, dirá que quando Pelotas é elevada a freguesia, com denominação de São Francisco de Paula, é que “só então, na realidade, começa sua história oficial”.

4 Batistella (2014, p.229), abordando questões referentes à historiografia tradicional sobre a formação do Rio Grande do Sul, dirá que a história do Rio Grande do Sul tem sido formada por trabalhos capitaneados por eruditos e cronistas geralmente provenientes de uma linhagem descendente dos primeiros europeus que aportaram à região, tratados como “personagens de destaque”, “homem branco civilizado”, “grandes empreendedores”, etc, privilegiando, dessa maneira, “a história em uma abordagem cronológica e episódica”. “Enfim, trata-se de uma história das elites e para as elites. Dessa forma, alguns grupos, como os índios, os caboclos, entre outros, ficaram marginalizados, à mercê da história regional. Felizmente, alguns trabalhos mais recentes começaram a demonstrar a devida atenção a esses atores históricos até então pouco visualizados”.

5 Milheira (2014, p.38) dirá que “a paisagem do município de Pelotas é bastante representativa da presença indígena. A toponímia regional como ‘Arroio Pelotas’, ‘Serra dos Tapes’, e ‘Laguna dos Patos’ reforçam a quão significativa foi essa presença, o que se concretizou na nomeação das localidades e acidentes geográficos”. Conforme o mesmo autor (ibid., p.38), “O ‘arroio Pelotas’, um dos principais corpos hídricos do município, também pode ter seu nome relacionado à presença dos grupos indígenas, visto que as ‘pelotas’ eram embarcações feitas de couro usadas como transporte de carga e devem ter sido utilizadas pelos índios, sendo

se faz presente em espaços estranhos, como residências domésticas (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004), e em diversas instituições, como os museus, inclusive no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense desde a organização de sua primeira coleção (BARBIER & RIBEIRO, 2014).

Figura 1 - Localização aproximada de Pelotas, entre a laguna dos Patos e Serra dos Tapes



Fonte: GUTIERREZ, 2004, p.56

seu uso descrito no periódico escravista das charqueadas pelo francês Jean Baptiste Debrer”. Já “a ‘Serra dos Tapes’, conhecida também como Serra do Sudeste, tem esse nome devido à presença dos índios Tapes (...)” (Ibid, p.38). Por fim, segundo Von Ihering (1969, p.103), “a Lagoa dos Patos não deve seu nome, como muitas vezes parece, aos patos grandes (*Cairina moschata* L.) que são muito raros e não ocorrem absolutamente, perto de Rio Grande, mas aos índios da Tribo dos Patos que, antigamente, moravam nesta região”.

Assim, a motivação deste trabalho é sistematizar, resumidamente, alguns apontamentos para uma história da região onde hoje se insere a atual cidade de Pelotas/RS, assumindo como recorte temporal os séculos XVI a XIX, de forma a propor outro olhar histórico sobre essa espacialidade. Para tanto, buscou-se, como procedimento metodológico, a revisão da bibliografia especializada e contemporânea (pós anos 2000), que traz informações pertinentes à consecução deste trabalho. Evitamos nos aprofundar na literatura temática, visto que os trabalhos em que nos apoiamos realizaram com mais propriedade a análise sobre a produção de autores que são referência para essa área do conhecimento, como Arno Kern, Diego Bracco, Francisco Noelli, Ítala Becker, José Brochado, Pedro Schmitz, entre outros.

Nossa opção, portanto, pela sistematização de informações resultantes de pesquisas arqueológicas, antropológicas, etnográficas e etnohistóricas, cujos resultados encontram-se dispersos na produção científica atual, tem sentido se pensado em conjunto com outros autores locais⁶, que entendem que “a história até então contada sobre a cidade de Pelotas está a exigir uma outra história” (MONQUELAT & MARCOLLA, 2014). Para tanto, dividimos este trabalho em duas partes. A primeira diz respeito à qualificação e identificação dos grupos ameríndios que se estabeleceram dentro do espaço que se pretendeu estudar; a segunda, trata de uma resumida análise sobre a historicidade desses grupos entre os séculos XVI e XIX, uma vez que seus vestígios provenientes da cultura material, muitas vezes presentes nas expografias de instituições museais com perfil histórico, na contemporaneidade, estabelecem marcos e problemáticas suficientemente capazes de provocar reflexões teórico-científicas sobre o paradoxo constituído entre a manutenção de discursos oficiais nessas instituições, tradicionalmente construídos a partir da hegemonia do pensamento colonial ibérico, cujo o ponto de inflexão para a construção do discurso geralmente é a chegada das populações europeias nas Américas, e a larga evidencia da precedente ocupação desses grupos no território sobre o qual se construiu narrativas que os invisibilizam ou descaracterizam aspectos de suas sociedades e culturas.

1 Entre a Laguna dos Patos e a Serra dos Tapes, uma longa história

Até 2014, registrava-se entre os municípios de Pelotas e Capão do

6 Conferir projeto Almanaque do Bicentenário de Pelotas em < <http://almanaquedepelotas.com.br/apresenta.htm> > , acesso em junho de 2019.

Leão, emancipado de Pelotas em 1982, 26 cerritos⁷ (MILHEIRA, 2014, p.41). Entre os vestígios de cultura material encontram-se vasilhas e fragmentos cerâmicos e diversos líticos, como pontas de projéteis de pedra lascada, lâminas de machados e bolas de boleadeiras de pedra polida (AMARAL, 2014). Muitos similares desses itens, encontrados por amadores na região ao longo do tempo, compõe acervos em diversas instituições voltadas ao campo da memória e do patrimônio, como, por exemplo, no acervo do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, cuja fundação data de janeiro de 1904.

A totalidade das coleções, quando somadas entre todos os ambientes em que se encontram, faz referência às coisas materiais confeccionadas pelas populações que se estabeleceram na região e tem sua origem em grupos culturais distintos, como os Minuano/Guenoa⁸ e os Guaraní. Para compreendermos alguns aspectos históricos sobre esses grupos que habitaram a região anteriormente ao século XVI, que marca a chegada dos primeiros ibéricos na região do Prata (GARCIA & MILDRE, 2012b, p.13), fundamentamos os aspectos históricos deste trabalho nas pesquisas realizadas pelo arqueólogo Rafael Milheira (2008, 2011, 2012a, 2012b e 2014), visto a ênfase na arqueologia das populações pré-cabralinas do Pampa e litoral sul-americano. Nesse sentido, tomamos emprestada sua classificação, que leva em consideração os “tipos culturais” arqueológicos⁹ com enfoque no processo de assentamento no ambiente próximo à Laguna dos Patos e a Serra do Sudeste (MILHEIRA, 2012^a, p.35). Dois dos quatro tipos abordados pelo autor

7 Segundo Milheira (2014, p.41), cerritos podem ser entendidos como “áreas de sepultamentos, demarcadores territoriais, áreas de refúgio, praças centrais de aldeias, acampamentos de pesca e plataformas arquitetônicas erguidas para a habitação em áreas alagadiças. Além disso, os aterros são vistos como monumentos que remontam à memória histórica e à identidade social contemporânea dos índios pampianos, cujas interpretações mais recorrentes correlacionam a construção e uso dos cerritos às ocupações dos índios Charrua-Minuano”.

8 Guenoa era a nomenclatura utilizada pelos padres jesuítas para fazer menção aos minuanos (GARCIA & MILDRE, 2012b, p.09). A utilizamos neste trabalho, associada ao nome Minuano, devido sua recorrência na literatura.

9 A classificação por tipo cultural arqueológico é uma resposta à classificação por tradições, a saber, Umbú (1000 A.P.), Vieira (2000 A.P.), entre outras. A teoria “umbuzóide” teve origem nos estudos arqueológicos das décadas de 1960-70 a partir da investigação nas camadas basais dos Cerritos, onde encontrava-se apenas materiais líticos, e nas camadas superiores, cerâmicas (tradição Vieira). Para Milheira (2012b, p.182e184), a fundamentação para essa teoria, cuja metodologia é basicamente a análise estratigráfica para a compreensão da dispersão tecnológica, apresenta limitações na ordem de que seus “pressupostos teóricos e suposições dedutivas não levam em consideração reflexões integradas entre os dados empíricos, a leitura dos dados etnohistóricos e as teorias arqueológicas e etnológicas que buscam no processualismo e no estruturalismo histórico as particularidades de cada cultura ameríndia”.

são de interesse deste trabalho, os grupos cerriteiros e os grupos Guaraní, visto que seus vestígios são mais constantes na região geográfica abordada.

Os primeiros formam os grupos denominados de Charrua e Minuano/Guenoa, que ocuparam a região por volta de 2500 A.P. (MILHEIRA, 2012^a, p.36). “Habitaram a região pampiana e litorânea que envolve o sul do Estado do Rio Grande do Sul, o território uruguaio e o nordeste argentino” (MILHEIRA, 2012^a, p.36). “Muito bem adaptado a essas paisagens, viviam dos resultados da caça, da coleta e da pesca, graças ao seu equipamento de boleadeiras, lanças, arcos e flechas” (BATISTELLA, 2014, p.230). “Os homens andavam nus, as mulheres se tapavam com um pedaço de pano de algodão, cujo comprimento vai do umbigo até os joelhos” (NEETZOW, 2002, p.16).

Os minuanos/guenoas distribuíam-se geograficamente entre o vale do rio Negro e a Laguna dos Patos e Lagoa Mirim e os charruas, no vale do rio Uruguai até o norte da Argentina (KERN, 1998, p.103 apud BATISTELLA, 2014). Esse dado evidencia, num primeiro momento, uma distinção ao menos geográfica - onde o rio Uruguai constitui-se em uma fronteira natural à fronteira cultural - entre esses dois grupos, tratamos erroneamente pela literatura, especialmente a dos séc. XVIII a XX, como um grupo único (GARCIA & Milder, 2012b, p.09). De outra forma, há notícias que os grupos Charrua e Minuano/Guenoa praticavam atos hostis uns contra outros, como a registrada pelo padre Francisco García (1683 apud GARCIA & Milder, 2012b, p.09), em sua passagem pela região do Prata:

La mas nombrada Nación, y parcialidad, es la de los Yarós, enemigos mortales de los Guanoás, por andar tan vezinos, que solo media entre unos, y otros el dicho rio Uruguay, el cual pasan los Yarós, quando sus excesivas y rapidas creciente lo permiten, nadando, en que son muy exercitados desde niños, y matan, ó cautivan á los Guanoás¹⁰.

Contudo, o aspecto que mais chama a atenção para a distinção entre os Charrua e Minuano/Guenoa vem de outros cronistas, como Manoel Gonçalves de Aguiar (1721) e Francisco de Brito Peixoto (1725). Em seus registros, apontam que os charruas, e alguns minuanos/guenoas mais próximos do Rio Negro, serviram como aliados dos espanhóis, enquanto outros grupos de minuanos/guenoas, mais próximos do litoral do Atlântico sul, tornaram-se aliados dos portugueses, lhes favorecendo o trânsito na região e a manutenção, em diversos momentos, da Colônia de Sacramento em pose lusitana (GARCIA, 2008). Todavia, as alianças estabelecidas ao

10 Onde Yarós se refere aos charruas e Guanoás, aos minuanos.

longo do tempo não foram definitivas. Conforme Garcia (2008, p.613), “as relações dos diferentes grupos indígenas entre si e deles com os ibéricos eram mutáveis e dependiam de uma série de variáveis e matizes, tais como as prioridades dos próprios índios, as diferentes conjunturas ibéricas e os objetivos dos agentes locais, os quais nem sempre se coadunavam com as diretrizes metropolitanas”. Essas alianças, para Garcia (2008), eram vitais para as nações europeias desejosas da expansão fronteiriça e na defesa de seus interesses. Chegando, inclusive, a desenvolverem dinâmicas para atrair os grupos étnicos autóctones para o seu lado, como por meio de concessão de presentes ou oferecimento de vantagens nessas alianças. Por outro lado, a diminuição das populações locais e sua migração para o interior, em direção ao planalto rio-grandense, também esteve associada às perseguições impetradas pela formação dessas alianças entre grupos rivais e os povos ibéricos¹¹, como ressalta Garcia e Mildler (2012b, p.14):

A dependência dos Charrua e dos Minuano frente aos colonizadores acabou por resultar em constantes conflitos iniciados com a incidência de roubos de gado, que eram vendidos por ambos grupos hora para espanhóis, hora para portugueses. Tal situação trouxe como consequência uma constante perseguição aos grupos, que os forçou a migrar para o interior, pois seus antigos territórios no início do século XIX já estavam quase em totalidade sob ocupação portuguesa ou espanhola, impossibilitando-os a caça e restando-lhes praticamente apenas subempregos junto aos estancieiros brancos.

Sobre os Minuano/Guenoa¹², o traço arqueológico mais marcante

11 Garcia (2008, p.619), dirá que os grupos étnicos locais procurarão firmar alianças com o tipo europeu em busca de defesas contra outras populações indígenas, como pode ser aferível, se dado crédito, ao extrato memorial anônimo citado pela autora em sua análise sobre a aliança entre os minuano/guenoas e os lusitanos: “com serem os mais valorosos da campanha, eram já em pequeno número, porque os Índios, chamados *Tapes*, e outros chamados *Charruas*, em muito maior número, os andavam acabando e destruindo”.

12 Há, de fato, uma confusão sobre a produção de cerritos pelas etnias Charrua, visto que, conforme Garcia e Mildler (2012b, p.16), “o território tradicional dos Charrua difere dos locais onde atualmente são encontrados Cerritos, já que estes só entenderam seus domínios à Leste por volta da década de 1740, devido a perda de espaços para os colonizadores ibéricos. Os Charrua passaram então a ocupar um território ancestralmente Minuano, e por volta deste mesmo período (1730) haviam se consolidado as alianças entre estes e os Minuano, fato que gerou confusão entorno da população colonial e uma generalização popular dos dois grupos como sendo Charrua de maneira genérica, fazendo que aos poucos fosse diminuindo a utilização do termo Minuano para descrever parte deste contingente populacional que passou a traçar um destino semelhante. Assim, é visto que quem ocupava o território onde

desse tipo cultural foi a formação de cerritos, também chamados de aterros, existentes, hoje, segundo levantamentos realizados no sul do Brasil e Uruguai, em número “de aproximadamente 3500 estruturas monticulares de origem pré-colonial ainda preservados e com condições de pesquisa científica” (MILHEIRA, 2012b, p.181). Esses grupos, de acordo com a geocalização dos sítios arqueológicos mapeados, voltavam-se para os recursos hídricos de grande porte, como, por exemplo, a Laguna dos Patos, o Arroio Pelotas, o Arroio Moreira e o Canal São Gonçalo, sugerindo um hábito alimentício baseado na pesca, além, claro, da coleta e caça, como evidencia os materiais arqueofaunísticos que têm sido encontrados (MILHEIRA, 2012b, p.183). Sua organização era, aparentemente, semi-nômade com algumas comunidades alcançando até centenas de indivíduos. Conforme alguns registros dos séc. XVI e XVII, esses apontam a existência de um:

complexo sistema de *tolderias*, cuja definição seria um sistema de habitações do tipo choupanas ou para-ventos integradas a um amplo sistema de espaços funcionais na aldeia, em que se integram também áreas de cemitério, armadilhas, caminhos, áreas de pesca e de caça. Tais *tolderias* compõem então aldeias com até centenas de indivíduos que ocupavam diferentes áreas do seu território de domínio (MILHEIRA, 2012b, p.183).

Em relação às habitações minuanas/guenoas, após a introdução bovina na região no século XVI, ela era construída geralmente numa região elevada e descoberta próxima dos leitos dos arroios ou várzeas, utilizando-se esteiras de palha para compor a cobertura e couro bovino, as paredes. Serviam de dormitório para em torno de seis indivíduos, sem diferenciação sexual. A alimentação era realizada, provavelmente, dentro desses toldos e de forma individualizada. Em cada agrupamento construíam um pequeno cemitério, onde enterravam o morto em terra rasa junto com seus pertences. (GARCIA & MILDRE, 2012b, p.12, NEETZOW, 2002, p.18).

Por muito tempo, a bibliografia tem anunciado a inexistência de descendentes de Charruas e Minuanos/Guenoas, devido ou a prática de extermínio, ou a miscigenação. Contudo, conforme Milheira:

recentemente antropólogos têm publicado a existência de uma comunidade Charrua na aldeia Polidoro, em Porto Alegre – RS, indicando que o extermínio nunca ocorreu de fato e que os Charrua sobrevivem de forma marginalizada na sociedade gaúcha atual (Baptista da Silva, 2008), assim

atualmente são encontrados Cerritos eram os Minuano”.

como no Uruguai, um grande movimento de resistência Charrua vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, pelo menos (MILHEIRA, 2012b, p.186)

Já os Guaraní, que “habitaram a região da Laguna dos Patos a partir de aproximadamente 900 A.P., até a atualidade” (MILHEIRA, 2012^a, p.36), chegaram da região amazônica à região pampeana devido, entre outras teorias, a um fenômeno de expansão demográfico-territorial alcunhado de “enxameamento”, que envolve crescimento demográfico e, consequentemente, construção de novas aldeias em busca de terras cultiváveis e novos locais de caça, pesca e coleta” (MILHEIRA, 2012^a, p.36). Essa teoria tem influência nos trabalhos da antropóloga eslovena Branislava Súsnič (1920-1996), a qual se dedicou a origem do homem americano-paraguaio:

O esquema proposto por Branislava Susnik se dá muito em função da proposta ecológica, que vê no esgotamento das terras um motivo para buscar novos espaços. Há nitidamente, segundo Noelli (1993) uma influência da etno-botânica para a compreensão desse modelo complexo de ocupação da Bacia Platina, pois se percebe que o espaço é ocupado conforme as necessidades de abertura de novas roças e exploração de novos recursos. [...] Influenciada por conceitos da etno-botânica, a autora compôs um modelo que congrega aspectos simbólicos, econômicos e sócio-culturais (MILHEIRA, 2008, p.17).

Para este trabalho, esse fenômeno significa compreender que os grupos Guaraní locais são destinatário de uma cultura que estabeleceu uma dinâmica de dispersão geográfica, contudo, mantendo laços de comunicação e troca de cultura material. Isso importa no entendimento que se estabelece ao se verificar a existência de vestígios de objetos em sítios localizados na área de interesse deste trabalho, cuja origem da matéria-prima é proveniente de ambientes afastados, como a serra gaúcha (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004, p.89). Os estudos arqueológicos contemporâneos confirmam essa afirmativa, isto é:

a arqueologia passou a ter uma preocupação redobrada em explicar não somente quais as rotas de origem e dispersão dos grupos Guaraní, mas também em refletir como esses grupos dominam o espaço, como os sítios arqueológicos estão relacionados entre si e com o meio ambiente e quais os processos culturais que embasam essa organização sócio-espacial (MILHEIRA, 2008, p.18).

Assim, parece ter existido uma rede sistêmica entre as aldeias guaraníticas e o estabelecimento de meios de comunicação e trocas entre uma e outra, isto é, uma conexão, mesmo que rudimentar e fragmentada, entre a porção meridional da Laguna dos Patos com o centro e litoral da Sul-América, onde do estabelecimento dos grupos Guaraní, anterior à chegada dos europeus. Apesar de não se problematizarmos aprofundadamente essa teoria, faz-se notar que a coleção que chegou ao MH-BPP, por exemplo, mesmo que seus usos tenham sido direcionados para outros vieses, abarcam e registram uma tradição de fazer e saber-fazer bem mais complexa que os organizadores do próprio museu pudessem supor. Ademais, essas redes entre aldeias guaraníticas supostamente foram usadas para facilitar a entrada dos bandeirantes na região, como propõem Neetzow (2002, p.19).

2 Minuanos/Guenoas e Guaranis entre o século XVI e seu futuro passado

2.1 Séc. XVI

Antes mesmo das expedições portuguesas de 1501, 1503, 1506, 1513, 1521 e 1530 e espanholas de 1520, 1525, 1526 e 1534 à região do Prata (GUTIERREZ, 2011, p.29), além da expedição de Juan Díaz de Sólís, em 1515/1516, os Minuano/Guenoa que se estabeleceram na região meridional da Laguna dos Patos, desde pelo menos 2500 A.P., tiveram que enfrentar a expansão de grupos Guaraní que alcançaram, por volta de 900 A.P., o Pampa a partir do interior da América do Sul (MILHEIRA, 2014, p.78). Batistella (2014, p.231) relata que os grupos Guaraní, que apresentavam uma organização social mais complexa que os demais grupos indígenas da região, “além de ocuparem parte do território dos índios do pampa e do planalto, faziam incursões militares contra os grupos charruas, minuano e kaingang”. Por outro lado, Milheira (2014, p.75) sustenta a tese de que:

As populações Guaraní, por motivos de pressão demográfica negativa, tiveram de ocupar espaços não tradicionais, como os terrenos litorâneos, precisando estabelecer estratégias de manutenção de fronteiras com as populações já estabelecidas nesses ambientes. Essas estratégias não necessariamente envolvem belicosidade, mas relações de reciprocidade, através de fronteiras fluidas flexíveis.

Não descartamos a possibilidade de confrontos bélicos entre os dois grupos, por absoluto. Contudo, a desproporcionalidade populacional entre

um e outro¹³ e a melhor adaptabilidade dos Guarani a grupos exógenos levaram a um convívio de simbiose cultural, como pode ser corroborado pelas evidências arqueológicas de origem guaraníticas encontradas em ambientes tradicionalmente de assentamento minuano/guenoa (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004, p.92).

2.2 Séc. XVII

A Coroa espanhola, com auxílio dos jesuítas, com o objetivo de demarcar seus territórios na América meridional¹⁴, estabeleceu, entre 1610 e 1634, na região entre o Atlântico sul e o rio Uruguai as províncias Ibiça, Tape e Uruguai, que se somavam a grande província do Paraguai, fundada em 1607 (BATISTELLA, 2014, p.231):

Ibiça corresponderia à região atual de Laguna até Viamão e seria habitada pela nação dos guaianás ou ibirajaras. As províncias do Uruguai andavam juntas do sul da serra do Mar até as nascentes do rio Jacuí. Daí, seguiam pelas cabeceiras do Uruguai-Pitã, rio Turvo até o Uruguai. A província do Tape ia do rio Jacuí à laguna dos Patos. No atual Uruguai viviam os chanás (guenoas, chanás, mboanes, jarós, charruas e minuanos), tribos caroguaras e tabacanguaras. A província do Tape era ocupada pelas tribos dos arachanes e dos tapes (GUTIERREZ, 2011, p.32).

O primeiro assentamento europeu na província do Tape se deu com a chegada dos jesuítas portugueses, no séc. XVII. A primeira expedição, de novembro 1617 a março de 1619, teve como objetivo a catequização das populações locais. Um grupo, inclusive, teria sido levado ao Rio de Janeiro, São Vicente e Cabo Frio¹⁵ (FRANZEN, 2006, p.87 apud BATISTELLA,

13 Alguns cronistas da história rio-grandense estimam que quando da chegada dos primeiros europeus ao atual Estado do Rio Grande do Sul, no séc. XVI, havia uma população de 95 a 100 mil índios, a maioria de guaranis e kaingangs (BATISTELLA, 2014, p.230), enquanto os minuanos/guenoas, representariam um universo de 900 a 1000 indivíduos (GARCIA & MILDER, 2012b, p.15).

14 Cabe notar que a região do Prata, inclusive o atual Rio Grande do Sul, fazia parte dos domínios espanhóis estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494.

15 Era corriqueiro o envio de indígenas à Europa com fins de exibição e curiosidade. Garcia e Milder (2012b, p.12), analisa o relato de M. León Gozlan sobre o envio de quatro Charrua à Paris. “Estes foram: Senaque, Micaela Guaynusa (grávida) e os caciques Laureano Tacuabé e Vaymaca Peru, levados para Paris em 1833 pelo francês François de Curel por meio de um acordo com Fructuoso Rivera. Na Europa acabaram expostos como curiosidades em uma exposição chamada “*História Natural do Gênero Humano*”, em uma cela com algumas emas e seus utensílios tradicionais, simulando uma toldoaria”

2014). Mais tarde, com a chegada dos jesuítas espanhóis, aconteceu o estabelecimento das reduções, ou aldeamentos, a partir da porção sudeste a América do Sul até a região do planalto do escudo rio-grandense¹⁶. A nova organização social inaugurada pela Companhia de Jesus, que delimitaria novos territórios para a Igreja e converteria os indígenas à fé católica, teve sucesso especialmente entre as etnias guaranis, por significar uma proteção à prática da *encomienda*¹⁷ e à escravização indígena, alargada naquele momento devido a raridade da mão de obra africana¹⁸.

Favorecida pela unificação das Coroas ibéricas, no período de 1580 a 1640, a expansão portuguesa para o interior da América foi intensificada por meio da incursão dos bandeirantes¹⁹. A resistência desta vez não veio da nação vizinha, mas sim da Igreja, ou melhor, de um de seus braços, a Companhia de Jesus, de Inácio de Loyola. Segundo Batistella (2014, p.233), “a partir de 1618, os bandeirantes paulistas declararam guerra aos jesuítas do Guairá²⁰, atacando as reduções daquela região. Estima-se que os bandeirantes escravizaram nessa região cerca de 20.000 índios – em 1628, a população das reduções do Guairá chegava a aproximadamente 27.500 índios”. Assim, se a unificação das coroas ibéricas favoreceu o apaziguamento dos “litígios fronteiriços entre as duas nações. [...] nesse espaço de tempo aumentaram as investidas contra as populações locais” (GUTIERREZ, 2011, p.32). Com os repetidos ataques dos escravagistas paulistas (1638 a 1641²¹) às reduções jesuíticas, os guaranis dispersaram-se para os territórios habitados pelos Charrua e Minuano/Guenoa, provocando um novo rearranjo

16 Santos (2006, p.108 apud BATISTELLA, 2014, p.232) lista 18 reduções na província do Tape (atual Rio Grande do Sul): “Candelária (1620), São Nicolau (1626), São Francisco Xavier (1626), Candelária do Caacapá (1627), Nossa Senhora da Assunção (1628), Todos os Santos (1628), São Carlos do Caapi (1631), Apóstolos São Pedro e São Paulo (1631), São Tomé (1632), São Miguel (1632), São José (1632), Santa Teresa (1632), Santa Ana (1633), São Joaquim (1633), Natividade (1633), Jesus-Maria (1633), São Cosme e São Damião (1634) e São Cristóvão (1634)”.

17 Espécie de tributo exigido pelas Coroas ibéricas das populações nativas como “compensação do trabalho de ‘civilizá-los’ e ‘cristianizá-los’”. Os indígenas reduzidos eram “liberados dos serviços aos *encomenderos*” espanhóis (TEIXEIRA, 2014, p.86).

18 Gutierrez (2011, p.32), dirá que devido a instalação dos holandeses nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro e em zonas da África fornecedoras de mão de obra escrava, somado ao desenvolvimento da indústria do açúcar no Caribe, também promovido pelos holandeses, levou a Coroa lusa a incentivar o aprisionamento dos nativos americanos por meio das bandeiras paulistas. A rota para o sul tinha como objetivo o encontro com as reduções jesuíticas.

19 Grupos formados por portugueses e seus descendentes, mamelucos e índios, que compunham a maior parte do contingente.

20 Região compreendida entre os rios Paranapanema e Iguaçu.

21 As investidas contra os guaranis reduzidos cessaram por um longo período (1641 a 1680) após a vitória desses nas batalhas de Caazapa-guazii e Mbororé, próximas às margens do rio Uruguai (TEIXEIRA, 2014, p.88).

social e cultural na região entre o rio Uruguai e a Laguna dos Patos (TEIXEIRA, 2014, p.88).

Em 1680, os portugueses fundam às margens esquerda do rio da Prata a Colônia do Sacramento, que logo é atacada e conquistada pelos guaranis, nesse momento, aliados aos espanhóis (TEIXEIRA, 2014, p.89).

2.3 Séc. XVIII

Os charruas e os guaranis viram alvorecer em seus territórios a dominação espanhola através da fundação de Buenos Aires, no oeste do rio da Prata (1536, 1580, 1776), e da criação de diversas reduções jesuíticas desde o Paraguai até o planalto sul rio-grandense. Os minuanos/guenoas, afetados por esse movimento, acompanharam a chegada dos açorianos e colonos de Laguna e São Paulo no campo de Viamão, às margens do rio Jacuí, e na fundação do forte Jesus, Maria e José, em 1734, na atual cidade de Rio Grande.

É em meados do século XVIII que a disputa pelo território meridional da América do Sul se acirra entre espanhóis e portugueses. No meio desses conflitos, os ameríndios locais. Se os motivos iniciais para o estabelecimento de povoados na região do Prata no séc. XVII era a escravidão do índio, agora, no séc. XVIII, com o tráfico negreiro alimentando a região litorânea da costa brasileira, especialmente às regiões de produção açucareira e a região das minas de ouro no atual Estado de Minas Gerais, os interesses se voltavam à preia do gado vacum, estabelecido na região pampiana há mais de duzentos anos. Outrossim, o comércio da prata mantinha sua influência nas questões políticas que envolviam as Coroas ibéricas, devido, conforme Neves (2014, p.103), a “crise econômica vivenciada na Europa aliada à escassez de metalismo que empurrava Portugal e Espanha para uma corrida implacável em busca de novas riquezas”. Gutierrez (2011, p.40), ao analisar o avanço da colonização ibérica na região do Prata, entre os séc. XVII e XIX, dirá que:

Nesses quase duzentos anos de ocupação, os lusitanos avançaram em direção ao sul em busca dos nativos, dos rebanhos e do comércio da prata em troca de seus produtos coloniais e das manufaturas inglesas. Atrás das manadas, veio a ocupação do território. Primeiro, a preia do gado xucro; depois, o estabelecimento da povoação das sesmarias de campo, a fixação da fronteira lusa; e, por fim, nas proximidades da vacaria do Mar, a instalação dos estabelecimentos de salga das carnes (GUTIERREZ, 2011, p.40).

Aos nativos, os que resistiram ao extermínio, restou a adaptação ao

modo cultural europeu. “Os grupos indígenas passaram por uma série de rupturas culturais (...) para servirem de mão de obra nas estâncias de gado e na construção dos povoados formados a partir do século XVIII” (MILHEIRA, 2014, p.39). Sabe-se notícia de batismo de 60 minuanos/guenoas em Rio Grande, em 1750 (TORRES, 2008, p.10), de 182 índios contados pelo censo no povoado rio-grandino, em 1780, e sua redução para 38, em 1814, enquanto que Pelotas registrava, no mesmo período, 105 (4,3% da população local), conforme dados compilados por Cardoso (1977, p.41-43).

2.4 Séc. XIX

Os registros que dizem respeito aos remanescentes Minuano/Gueñoa e Guaraní na região meridional da laguna dos Patos e na Serra do Sudeste, fazem referência à forma de incorporação desses à sociedade local, especialmente relacionada à indústria do charque, à estância de criação de gado *vacum* e à olaria, conforme registra Gutierrez (2011).

Sobre a ocupação dos ameríndios na organização social pós-colonização, Sebastião Francisco Bettamio, em 1775, faz 29 observações para justificar a transferência do povoamento para Pelotas em seu texto “notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul, segundo o que vi no mesmo Continente, e notícias, que nele alcancei com as Notas, do que parece necessário para o aumento do mesmo Continente, e utilidade da Real Fazenda”, entregue ao vice-rei Luís de Vasconcelos em 1780. Entre as observações destacam-se alternativas que se configuram como melhor “uso” das populações nativas ao desenvolvimento local, como podemos ver a seguir:

[...] entrando-se pelo sangradouro da Mirim, três ou quatro léguas (19,8 a 26, 4 km), há muitas e admiráveis rochas de boa pedra, havendo portos de mar que dão lugar à entrada de embarcações grandes, e chegam quase ao pé dos cerros; que ali se transporte a pedra para a vila [...] uma companhia de cento e cinquenta ou duzentos índios trabalhadores, e que estes se empreguem de baixo da direção de pessoa inteligente em quebrar e arrancar pedras de toda a qualidade.

9ª – No mesmo sítio em que se corta pedra, há barro para a telha e tijolo, e como na aldeia há índios que sabem fazer estes dois materiais, [...]

12ª – Nas mesmas margens do sangradouro da Mirim em pequena distância, consta-me haverem excelentes madeiras, em cujo corte se empregar alguns índios, [...] (BETTAMIO, 1980, p.156 apud GUTIERREZ, 2011, p.77).

Sabe-se, também, que alguns desses índios acabaram compondo a Guarda Nacional em Pelotas, então Vila de São Francisco de Paula, quando de sua organização em 1832, cuja força era de 457 soldados na ativa e 95 na reserva (AL-ALAM, 2007)²².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que se tenham notícias de diversos vestígios arqueológicos “que apontam uma forte presença indígena na região” (MILHEIRA, 2014, p.41), há mais de dois milênios e meio ao menos, a elaboração de uma história de Pelotas/RS sustentada pela contribuição e antecedentes indígenas só será viável junto ao contínuo trabalho de pesquisas e estudos no campo da arqueologia e da antropologia, o que nos dias de hoje, pode-se afirmar, ainda é incipiente²³. Ademais, que integre a academia com as comunidades descendentes, quando houverem, como no caso dos guaranis e charruas (RS, 2012), e instituições de memória.

O que vimos nesse trabalho são alguns apontamos que indicam um panorama histórico mais complexo que a historiografia tradicional tem persistido em disseminar, bem como uma proposta de inserir este a outros tantos trabalhos que têm colaborado em propor uma nova perspectiva para a historicidade construída até então. Supomos, por final, a necessidade de persistir a reflexão sobre os vestígios materiais desses grupos, que hoje se fazem presentes em instituições acadêmicas e museus, por exemplo. O avançar das pesquisas, junto às informações associadas aos estudos de cultura material, especialmente na perspectiva da interdisciplinaridade, tornam-se relevantes para dar ideia de contexto aos objetos, ampliando, assim, a própria história de Pelotas/RS e região e as barreiras deste estudo, além de tentar discutir como essa cultura material pode servir como indicadora de memórias e como podem contribuir para a construção de identidades.

22 A presente informação lança novos desafios sobre o tema, se abrindo para a possibilidade de uma série de outras pesquisas que tenham interesse neste assunto.

23 No relatório de pesquisa do projeto “Arqueologia e história indígena no Pampa: estudo das populações Pré-Coloniais na bacia hidrográfica da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim”, Milheira (2011, p.201) relata que as “atividades de prospecção têm permitido compor um panorama de ocupação histórico e arqueológico que vem sendo aos poucos refinado”. Contudo, ainda hoje, “os dados históricos são lacunares e raros” (MILHEIRA, 2014, p.41). Num outro momento, o mesmo autor (2014, p.76) dirá que “o processo histórico de ocupação indígena pré-colonial ainda está em vias de ser delineado pela arqueologia”.

REFERÊNCIAS

- AL-ALAM, C. *A negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- AMARAL, F.C. *Uma espiadela no acervo indígena da Bibliotheca Pública Pelotense*. Monografia (Bacharelado em Antropologia: Arqueologia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- BARBIER, D.; RIBEIRO, D.L. Coleção e cultura material: os significados possíveis da fundação, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense. *Anais do VIII SIMP*, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p.48-55, 2014.
- BATISTELLA, A. Os excluídos da história local: notas introdutórias acerca da expropriação dos indígenas e dos caboclos e a formação dos latifúndios no norte do Rio Grande do Sul. *Unoesc & Ciência-ACHS*, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 229-243, 2014.
- CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CERQUEIRA, F.V.; LOUREIRO, A. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região (Atividades desenvolvidas entre março de 2002 e fevereiro de 2003). *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. 1, n. 1, p.85-106, 2012.
- GARCIA, E.F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 613-632, 2008.
- GARCIA, A.M.; MILDER, S.E.S. Particularidades históricas e culturais dos Charrua e dos Minuano do Pampa Sul-americano. *Revista Digital Estudos Historicos*, Rivera, n. 8, p. 8-10, 2012.
- GUTIERREZ, E.J.B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Passo Fundo: UPF, 2011.
- MILHEIRA, R.G. Arqueologia e história indígena em Pelotas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL)*, Pelotas, v. 7, p. 35-37, 2012a
- MILHEIRA, _____. Pelotas: 2500 anos de história indígena. *Almanaque do bicentenário Vol.3: Economia, educação e turismo*. Pelotas: Pró-cultura RS, João Eduardo Keiber ME, 2014. p. 37-47.

- MILHEIRA, _____. PEREIRA, Claudio Corrêa. Minuanos/Guenoas. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pam-piana. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008. *Cadernos do LE-PAARQ*, v. 5, n. 9/10, 2012b.
- MILHEIRA, _____. Relatório de pesquisa do projeto Arqueologia e História Indígena do Pampa: Estudo das Populações Pré-Coloniais na Bacia Hidrográfica da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim. *Cadernos do LE-PAARQ*, v. 8, n. 15/16, p.199-216, 2011.
- MILHEIRA, _____. *Território e estratégia de assentamento Guarani na planície sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste-RS*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MONQUELAT, A.F. & MARCOLLA, V. Pelotas, uma outra história. *Alma-naque do bicentenário Vol.2: Arte e cultura*. Santa Maria: Pró-cultura RS, Pallotti, 2014. p. 387-406.
- NEETZOW, A.A. Rio da Prata quinhentista: uma abordagem histórico-arqueológica. *BIBLOS*, Rio Grande, v. 14, p. 15-21, 2008.
- NEVES, C.C. *A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes: o caso dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas – RS*. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- RIO GRANDE DO SUL (RS). Assembléia Legislativa. *Relatório final da subcomissão para tratar sobre a situação dos povos indígenas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2012.
- TEIXEIRA, P.F. *A presença Guarani na região de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: apontamentos para uma revisão a partir do diálogo intercultural*. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.
- TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da história da cidade do Rio Grande (1737-1947). *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, Rio Grande, v. 22, p.9-18, 2008.
- VON IHERING, H. A Lagoa dos Patos. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p.101-142, 1969.

PRESENÇA ANGOLANA NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E AS PECULIARIDADES NO RIO GRANDE DO SUL: TRÁFICO ATLÂNTICO E TRÁFICO INTERNO

ANGOLAN PRESENCE IN THE CONSTITUTION OF THE BRAZILIAN PEOPLE AND ITS PECULIARITIES IN THE RIO GRANDE DO SUL: ATLANTIC TRAFFIC AND INTERNAL TRAFFIC

Rafael Noschang Buzzo¹

RESUMO

A escravidão angolana tem grande importância para a historiografia brasileira, compreendendo a própria constituição e organização social. A construção do conhecimento sobre nossas origens, com suas particularidades, perpassa o entendimento da história africana. Este artigo procura somar à produção de conhecimento, em língua portuguesa, sobre os estudos africanos, reconhecendo a importância do continente na história mundial. Visa contribuir com a lei 11.645/08, disponibilizando material acadêmico para pesquisa e difusão da História Africana e Angolana, possibilitando aos professores, conhecimento para aulas de História. O tema proposto, dentro dos estudos da escravidão, abarca os primeiros contatos das etnias, que hoje fazem parte da atual Angola, com o cativo fora da África, até sua chegada no Brasil. Os períodos considerados nesta pesquisa cingem o início do século XIV até o violento século XIX, com as embarcações europeias aniquilando milhares de vidas no tráfico atlântico. A natureza da pesquisa tem cunho básico, e que visa atender o conhecimento amplo. O ponto de vista dos objetivos é a pesquisa exploratória, desejamos identificar início da exploração escravagista em Angola e os locais de trabalho forçado destes indivíduos. O procedimento técnico seguirá a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Escravidão. Angola. Brasil. Rio Grande do Sul. Tráfico interno.

ABSTRACT

Angolan slavery has great importance for Brazilian historiography, including its own constitution and social organization. The construction of knowledge about our origins, with its particularities, pervades the understanding of African history. This article seeks to add to the production of knowledge in Portuguese about African studies, recognizing the importance of the continent in world history. It aims to contribute to Law 11.645 / 08, providing academic

1 Possui graduação em História pela Faculdade Porto-Alegrense(2017), especialização em História e Cultura Afro-brasileira pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci(2018) e especialização em Metodologia do Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci(2018). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea.

material for research and diffusion of African and Angolan History, enabling teachers to have better knowledge for History classes. The proposed theme, within the studies of slavery, covers the first contacts of the ethnic groups, that today form part of the present Angola, with the captivity outside Africa, until its arrival in Brazil. The periods considered in this research date from the early 14th century to the violent 19th century, with European vessels annihilating thousands of lives in the Atlantic trade. The nature of this research has a basic object, and that aims to meet the broad knowledge. The objective point of view is the exploratory research, we wish to identify beginning of the slave exploitation in Angola and the places of forced labor of these individuals. The technical procedure followed is the bibliographic research.

Keywords: Slavery. Angola. Brazil. Rio Grande do Sul. Internal traffic.

INTRODUÇÃO

A escravidão angolana tem grande importância para a historiografia brasileira, compreendendo a própria constituição e organização social. A construção do conhecimento sobre nossas origens, com suas particularidades, perpassa o entendimento da história africana. Este artigo procura somar à produção de conhecimento, em língua portuguesa, sobre os estudos africanos, reconhecendo a importância do continente na história mundial.

A lei 10.639/03 é um marco para as lutas por igualdade, trazendo a história dos povos formadores da nossa nação ao centro das discussões e pesquisas acadêmicas. Em complemento da lei 11.645/08 este artigo procura contribuir na difusão da História Africana e Angolana, possibilitando aos professores, formular conhecimento para aulas de História, assim, contribuindo com os esforços de igualdade étnica e valorização dos povos formadores de nossa nação.

O objetivo central desta pesquisa é identificar os mecanismos de desenvolvimento e as características da escravidão das etnias, que hoje fazem parte da atual Angola, no século XV a XVI, pelo império português. A compreensão dos primeiros contatos, entre portugueses e a região centro-africana, se faz necessário para o deslindamento das técnicas de rapina portuguesa. Destarte, podemos identificar as rotas dos escravizados fora da África, até sua chegada no Brasil e como a colonização interna molda a característica populacional escravizada. O período considerado nesta pesquisa cinge o início do século XV até o violento século XIX, com as embarcações europeias aniquilando milhares de vidas no tráfico atlântico.

No interior do século XIV já era possível encontrar o escravizado africano nas comunidades portuguesas, mas a corrida pelo retorno dos investimentos da coroa nas navegações exploratórias, levou à procura de

escravizados. Mão-de-obra escrava, além de abundante, gerava lucro para a coroa e para os traficantes.

A captura – auxiliada pelos pumbeiros e por feirantes – ocorria em várias regiões do continente africano, onde eram encaminhados para certos portos de domínio dos traficantes. Nestes locais, havia a prática da troca de nome dos cativos. Ambos os procedimentos, adjunto com o tráfico interno, molda o alastramento das etnias por todas as províncias da colônia.

A natureza da pesquisa tem cunho básico, produzindo conhecimento sobre o tema e que visa atender o conhecimento amplo e difundido. O ponto de vista dos objetivos é a pesquisa exploratória, desejamos identificar início da exploração escravagista em Angola e os locais de trabalho forçado destes indivíduos e o procedimento técnico seguira a pesquisa bibliográfica.

1 Corrida portuguesa para o além-mar

A entrada dos europeus na corrida pelo comércio africano data do século XIV, através da Península Ibérica, esforçavam-se para competir com as rotas árabes e fazer suas trocas com o mundo desconhecido e mítico. Mesmo antes desse século já havia negros escravizados na Europa, vindos do Cáucaso ou dos litorais africanos, onde já estava sendo aprimorada a tese da inferioridade negra, conferindo “um conjunto de imagens particularmente degradante”, preparavam o mundo para o tráfico transatlântico. (M'BOKOLO, 2008, p. 252)

Antes da retomada europeia, a Península Ibérica podia ser considerada a porta de entrada para muitos escravos na Europa, sob ocupação de muçulmanos, era abastecida com escravos e soldados do Norte da África em um fluxo constante. No século XV, já era notório o número de negros para a venda na Espanha, nas cidades do sul da França e da Itália. Esta última, quando não os recebia diretamente da Espanha, fazia incursões aos países Norte Africanos para capturar pessoas para a escravidão. (Idem p. 253).

O cronista Gomes Eanes de Azurara (1841, p. 57) faz referência à chegada de um pequeno carregamento de cativos na cidade de Lagos, trazidos por Gil Eannes das Canárias, no ano de 1433, para servir ao reino. A rapina de pessoas será recorrente a partir desta data, onde inicia o período chamado de “descobertas”, incentivado pela corrida expansionista.

A corrida expansionista iniciada tanto por Portugal e Espanha no século XIV, foi caracterizada pelo envio de várias embarcações na tentativa

de descobrir novas terras para o comércio ou domínio da região². Podemos evidenciar esta corrida pela tomada das Ilhas Canárias, as tentativas de conquista são marcadas já nos primeiros anos de 1310. Os ibéricos faziam comércio, através do estreito de Gibraltar, com a África, após a tomada de Ceuta pelos portugueses no ano de 1415. Entretanto, as Canárias representam um símbolo desta expansão, tanto pela insistente tentativa de conquista portuguesa e espanhola, pela verba investida nas incursões ou por uma busca constante do retorno deste investimento.

As Canárias representam um primeiro ensaio escravagista, de organização colonial e de trato com os nativos, por parte dos portugueses. Nesta busca pelo retorno e do lucro é que vai se dar a violência extrema contra a população autóctone e as primeiras experiências da plantação da cana-de-açúcar. A possibilidade de retorno do financeiro da cana, impulsionará portugueses para as demais ilhas e, por fim, as grandes navegações (GODINHO, 1952).

Iniciada no reinado de Dom Affonso IV, a corrida para descobrir novas terras é incentivada e pesadamente investida pela coroa³. São inúmeras as tentativas de ultrapassar os pontos navegáveis conhecidos mais ao sul da Costa Africana. O primeiro deste, conhecido como Cabo Não, foi vencido em 1417, o segundo o cabo Bojador somente em 1433. Várias empreitadas foram lançadas até 1441, data em que foi feito os primeiros raptos registrados por portugueses em terras africanas não conhecidas, na localidade de Rio do Ouro, por Antam Gonçalves⁴.

Em 1472 e 1473, Fernão de Pó e Lopes Gonçalves chegam as ilhas Formosa e Gabão (AXEL, 2017, s/p). Somente em 1483, ano em que alcançam o reino do Congo, com sua capital, Banza Congo, é que iniciará o co-

2 Fica evidente quando analisamos os motivos de Infante Dom Henrique de Avis para suas navegações: 1º conhecer as terras além das Canárias; 2º achando terras com cristãos ou sem perigo para navegar, trariam mercadorias e fariam comércio; 3º conhecer as forças dos mouros; 4º verificar se se achavam terras com cristãos e se algum príncipe necessitasse de ajuda contra os infiéis; 5º conversão ao cristianismo. Não o fizeram antes por medo das correntes, do desconhecido e de não achar terras possíveis de abastecer os navegadores. (AZURARA, 1841, p.50)

3 A expansão marítima portuguesa pode ser mensurada quando analisamos as tentativas dos reis portugueses em cruzar o Cabo Não e o Cabo Bojador. O primeiro era considerado intransponível e ponto mais ao sul navegável, nenhuma incursão enviada por Dom Affonso IV conseguiu cruzá-lo. Somente no ano de 1417, sob mando de Dom João I, atravessarão 180 milhas ao sul, chegando ao Cabo Bojador, novamente considerado intransponível. Sucessivos envios de navios, com gastos altíssimos são referenciados por Azurara. Em 1436, Afonso Baldaia cruza o Cabo Bojador, chegando até O Rio do Ouro (AZURARA, 1841, p. 65).

4 Antam Gonçalves captura duas pessoas na sua incursão, um homem e uma mulher (AZURARA, 1841, p.79).

mércio português. As primeiras trocas são de manilhas de cobre e marfim congolês, por mercadorias portuguesas e serviços de conselheiros técnicos. Três anos após, nas ilhas de São Tomé e no Golfo da Guiné é que os portugueses vão desenvolver a indústria açucareira. Demandando mão de obra, na década de 1490, os portugueses, exigirão escravos para seus engenhos (HALL, 2017, p. 252).

O tráfico em larga escala na região vai iniciar após 1500, aumentando gradativamente entre 1520 e 1560, chegando a exportar até sete mil indivíduos escravizados por ano. Para os cativos, a situação é agravada quando o Rei do Congo, se converte ao cristianismo, batizado como Afonso I e a capital passou a chamar-se São Salvador. As rivalidades entre as potências europeias, traficantes portugueses e brasileiros, fragilizavam ainda mais o reino, que se via desmembrado pelo conflito dos funcionários portugueses e congolese na busca por lucro (Idem, p. 254).

Em 1575 os portugueses concentram-se mais ao sul, fixando porto em Luanda, na busca por prata e cativos. Devido à instabilidade deixada na região pelos lusos, no ano de 1622 o Reino de Ngola⁵ se separa do reino do Congo (São Salvador). Com domínio português o novo reino vai ser o principal polo do tráfico de escravos da África Centro-ocidental.

M'Bokolo (2008, p. 260) aponta as causas da navegação e interesse no continente africano, principalmente pela Europa Ibérica. Primeiro, na busca do lucro no comércio; segundo a busca por produtos escassos na Espanha como trigo, ouros, ferro e açúcar, sendo este, o produto específico que levará as expedições escravagistas posteriores ao descobrimento do Brasil. O autor completa:

[...] a abertura do Atlântico foi uma operação de grande fôlego durante a qual a sede de ouro e a busca por especiarias, a audácia de navegadores portugueses, assim como de espanhóis e de italianos, interessados no lucro das operações [...] (Ibidem, p. 257)

Dos fins do século XV até o século XVI, a captura de escravizados não era, nem de longe, a atividade principal de renda portuguesa, onde a maioria dos cativos era adquirido pelo rapto. Contudo, no final do século XVI, ao menos dez por cento dos habitantes de Lisboa eram escravos (CARVALHO, 1999, p. 233). A regularidade do comércio aumentava entre estes séculos, assim: “A partir de 1644, as importações anuais de escravos capturados na Guiné tornaram-se regulares.” (Ibidem, p. 261)

5 Dongo, Ndongo ou Angola.

2 Escravidão

A islamização e a cristianização da Península Ibérica foram processos complexos, tanto religiosa como na organização social, antes e posterior a reconquista. A ocupação contou com milhares de soldados norte-africanos, empurrando a comunidade cristã para o norte. Na reconquista, o indivíduo muçulmano passou a representar a pilhagem, massacre e escravidão (BETHENCOURT, 2018, p. 55). Apesar de fortes traços culturais árabes permanecerem nas terras ibéricas, gradativamente, as restrições e segregações foram implementadas aos muçulmanos. O agravamento provocou a divisão étnica, além da religiosa (Ibdem, p. 56).

Destarte, o conjunto de referências teóricas, presentes na península, mesclava o pensamento cristão, judeu e islâmico. A literatura árabe, seus pensamentos e ensinamentos, foram gradualmente traduzidos a pedidos dos reis portugueses. O *Libro de las Cruces*, foi traduzido do árabe, próximo do ano de 1259 por Yehuda ben Moses. O livro original data do século VIII, com previsões astrológicas que guiavam árabes e berberes. Em dado momento do livro, comentam-se as diferenças dos povos, conforme a sua posição geográfica e o tipo de clima. Os povos romanos e indianos, de clima temperado, seriam nobres. Mas, aqueles que estavam em zonas quentes e secas, como os etíopes e povos próximos, teriam suas peles negras, não teriam o espírito desenvolvido, nem senhor ou leis, não se desenvolveria ciências e não poderiam ser considerados como povos organizados (MA-CEDO, 2001, p. 4)

A literatura medieval, impulsionada pelo fervor religioso, ensejava por analogias que ligassem os povos à cristandade, com a África não foi diferente. Houve argumentações ligando os africanos aos descendentes de Abraão:

Nas Antiguidades judaicas, de Flávio Josefo, consta que Aphas e Iaphras, descendentes de Abraão, juntaram-se à expedição de Hércules na conquista da Líbia. Alfonso, o Sábio, valeu-se da obra anterior ao discorrer longamente sobre a linhagem abrahâmica. Segundo este, o patriarca casou-se com Cetura depois da morte de Sara, e com ela teve os filhos Zaura, Vexam, Madam, Jesbet e Sue, os quais povoaram a Arábia. Baseado em outros autores antigos, afirma que os nomes dos filhos do casal seriam Efram, Surim e Afram - governante da África. Afram prestara auxílio a Hércules e depois entregara-lhe a filha em casamento. Sofom, filho de Hércules e Etéia, portanto neto de Afram, conquistou toda a Berbéria, quer dizer, o norte da África. (Ibidem, p. 12)

No decorrer do século VI, se apoia a teoria de que a terra foi povoada por descendentes de Noé, sendo a África lar dos descendentes de Cam, filho amaldiçoado de Noé⁶. No século XII, esta ideia já está cristalizada, possuindo eficácia simbólica. A procura de explicações para a existência e funções dos povos na bíblia, se engendra com a hipótese dos filhos de Cam. Assim como há três essências da trindade, existem as ordens que Deus instituiu, os *oratores* a Sem, os *bellatores* a Jafet e os *laboratores* a Cam. (Ibidem, p. 13)

O imaginário do século XV, retratava o negro segundo as premissas religiosas, justificando a inferiorização. Os estereótipos eram negativos e apresentavam uma população com traços bizarros e monstruosos, “Tanto nas obras de autores cristãos quanto na tradição islâmica os negros eram situados na escala mais baixa da humanidade.” (Ibidem, p. 16)

A inferiorização do negro ganha volume expressivo no final do século XV, propriamente para justificar o aprisionamento, exploração e violência contra estes. Os europeus utilizam o mesmo argumento sagrado que os muçulmanos, para escravizar os africanos. As escrituras descrevem a maldição de Cam e a detração de seus herdeiros, enquanto os muçulmanos usavam a jihad e os escravos serviriam as causas de Allah, descreve assim os autores Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 16): “Eram as guerras santas, as jihad, destinadas a islamizar populações, converter líderes políticos e escravizar os “infieis”, ou seja, quem se recusasse a professar a fé em Alá”. Podemos encontrar nas Crônicas de Azurara (1841, p. 93) as evidências deste embasamento sagrado cristão:

E aquy avees de notar que estes negros postoque sejam Mouros como os outros, som porem servos daqueles, per antiigo costume, o qual creo que seja por causa da maldição, que depois do deluvvyo lançou Noe sobre seu filho Caym, pella qual o maldisse, que sua geeraçom fosse sogeta todallas outras geeraçooes do mundo, da qual estes descendem, segundo screve o arcebispo dom Rodrigo de Tolledo, e assy Josepho no livro das antiguidades dos judeus, e ainda Gualtero, com outros autores que fallarom das geeraçooes de Noe depois do saimento da arca.

A visão do lucro que poderia surgir do cativo, fazia com que leituras tendenciosas das escrituras sagradas, de ambas religiões, justificassem a escravidão do negro. (M'BOKOLO, 2008, p. 262). A disseminação da tipologia do negro, foi amplamente utilizada nas obras enciclopédicas do medievo, “tanto na tradição cristã quanto na tradição islâmica” (MACEDO, 2001, p. 5)

6 Cam foi o filho que zombou da nudez do pai embriagado, tendo sido amaldiçoado.

Em Portugal, os indivíduos que eram propriedade de outra, eram chamados de *cativos*, depois da reconquista da Península Ibérica, alcunhados de *mouros* e durante o século XV, no tráfico atlântico, passaram a ser denominados de *escravos* – o termo passa a denominar o negro. Próximo da década de 1650, os termos da língua inglesa, *servants* e *slave*, se diferenciavam, sendo que o termo *slave* aproximando-se do conceito de “escravizado negro”. No Brasil, a língua geral – misto de línguas de base indígena, codificada por jesuítas – diferenciava as palavras *miaçuba* e *tapuigya* para cativos, *tapanhuno* para “escravo negro”. (ALENCASTRO, 2000, p. 145)

Na cunhagem de uma visão distorcida do negro, em que partes do mundo (não somente o ocidente) articulam em volta dos africanos, a fim de satisfazer a necessidade de transformá-los em coisa, encontra a justificativa na tornar o ser vivo em mercadoria. Mbembe (2014, p. 77) salienta que a disseminação e insinuação da total inferioridade, de mentiras e de fantasias em torno do negro, cria uma carapaça, um invólucro que destrói o seu portador. Toda a alegoria, fantasia, da criação de um ser mítico, bruto, “carne humana e carne animal”, transforma o homem africano em objeto, coisa, dominado pela emoção e desprovido de intelecto. (Idem, p. 76).

O processo de despersonificação ou dessocialização, para tornar o indivíduo em coisa e vendável, deve retirá-lo de sua comunidade e inseri-lo em outra, completamente estranha. A frequência da repetição e do trato do mundo para com o africano possibilita a banalização desta condição e sua total coisificação, autorizando a violência extrema e seu aprisionamento (ALENCASTRO, 2000, p. 144).

3 Escravos domésticos angolanos

A escravidão angolana já existia, assim como em todo o continente e em diferentes partes do mundo antigo. Diferente em muitos aspectos da escravidão imposta por europeus e até mesmo dos países do Norte ou do oriente, onde os muçulmanos possuíam o controle das rotas comerciais.

O escravismo Centro-africana, conforme conceitua Filipe Carvalho possui caráter limitado, ou seja, o sujeito que sofre a pena não perde sua condição de humano, não é transformado em objeto:

Além de não determinar o desenraizamento cultural que resultava do transporte para uma terra completamente estranha, não reduzia o escravo à condição de simples executante de tarefas árduas e prolongadas. (Idem, 234).

Conforme o autor, a escravidão se dava através de aprisionados de

guerra, criminosos graves, adquiridos por herança e em feiras.

Autores como Wlamyra Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 14) caracterizam esta prática como escravidão doméstica, onde o aprisionamento de vencidos em conflitos era comum. Trabalhando no campo e auxiliando no sustento do grupo, os escravizados representavam prestígio para os possuidores, as mulheres eram a preferência, pois, seguidamente tinham filhos com os senhores. A linhagem das escravas que nasciam no círculo familiar dos senhores, com o tempo, era incorporada ao grupo perdendo a condição servil. As crianças também eram buscadas, por facilidade de assimilação das regras do grupo raptor e por criar vínculo afetivo com a nova família. (Idem, p. 15).

O emprego do escravismo de caráter limitado anterior à chegada dos europeus, justificou a tomada de assalto e violência empregada pelos raptos portugueses, abastecendo o tráfico negreiro. As feiras significavam abastecimento constante de escravizados para os portugueses, onde os angolanos eram enviados para Portugal, Índia e Brasil. (CARVALHO, 1999, p. 234). A predação portuguesa muda a lógica escravista africana, alterando as formas dos autóctones adquirirem os cativos. O ataque a vilas e outras famílias tornaram-se comum após o tráfico de escravos ganharem grandes proporções (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 15).

Houve uma profunda mudança estrutural nas comunidades africanas, devido ao comércio de escravizados. Alguns Estados se organizaram em torno da arrecadação de cativos, como Matamba, Caçanje e Dongo (territórios próximos ao centro do Estado angolano), que mantinha estreito contato com os traficantes, fazendo o intermédio entre o interior e o litoral (ALENCASTRO, 2000, p. 118).

4 Algumas características da escravidão no Brasil

Estipula-se que 11 milhões de seres humanos, oriundos da África, foram retirados de sua terra natal e enviados, como prisioneiros, para as Américas (Idem, p. 39). Porém, outros autores podem apontar de 9,55 até 15, 4 milhões de pessoas (HALL, 2017, p. 69), o número, mesmo que aproximado, de africanos retirados de suas terras são quase impossíveis de saber, adotaremos o número de 11 a 13 milhões.

No Brasil, o tráfico de escravizados perdurou por mais de três séculos, aproximadamente quatro milhões de indivíduos africanos chegaram aos portos brasileiros (KLEIN, 1987, p. 129). O número de escravos é crescente ou estável durante todo o período do tráfico atlântico (com pequenos aumentos ou diminuições de acordo com o ano), mesmo na denominada

“crise do sistema colonial”. Herbert Klein (1987, p. 134) explica: “Intervalos ou declínios mais agudos ao longo desse século [XIX], contudo, parecem ter sido provocados por tentativas do governo de controlar o tráfico”.

Torna-se complexa qualquer estimativa dos locais de origem ou etnia das pessoas que foram escravizadas, os documentos oficiais, raramente precisos com as regiões de origem, são incompletos e não contemplam todas as pessoas que foram embarcadas, vale lembrar que havia grande fluxo de navios sem registro. Outros meios que foram utilizados por estudiosos da diáspora africana foi o estudo da cultura, língua, religião, visão de mundo ou culinária para distinguir e estipular a região original. Entretanto, como salienta Gwendolyn Hall (2017, p. 62), estas são características culturais duradouras, mas muito difundidas entre os povos, sendo de extrema dificuldade distinguir entre as nuances e especificidades que cada etnia dá para cada característica.

A demanda por escravizados é advinda da economia, todavia, diferente do que se imagina, a especialização da mão-de-obra em certas áreas – como a mineira – foi indispensável para a economia das colônias portuguesas e espanholas (Idem p. 56). Podemos compreender que as colônias foram bem-sucedidas devido à especialização e habilidades na conquista de riquezas de seus escravizados. O declínio na produção açucareira da ilha de São Domingues⁷, o crescimento de Minas Gerais e o início da exploração cafeeira mantém o fluxo constante de cativos. Os mercados regionais compensavam os declínios do tráfico no século dezenove (KLEIN, 1987, p. 134).

No Brasil do século posterior a invasão européia, a produção de açúcar era, sem dúvida, o que regia a economia do país. Essa produção açucareira e o trato do engenho necessitava de mão de obra em grandes quantidades, visto o baixo desenvolvimento tecnológico da produção, a mão de obra escrava abundante também atrasava a implementação tecnológica. A colônia concentra-se na produção de valores de troca, destinados para a aquisição de africanos adultos, do que a própria produção para a economia mundial. (ALENCASTRO, 2000, p. 149)

A exploração do tráfico de escravizados para o Brasil era exclusiva de negociantes portugueses, onde junto com os descobrimentos (invasões) formavam grande receita para Portugal. Em meados do século XVIII, traficantes que residiam no Brasil iniciaram, gradativamente, sua própria exploração:

7 “São Domingos deixa de ser um dos maiores competidores na produção de açúcar. Esse fato, aliado ao contínuo crescimento da economia diversificada de Minas Gerais, foram provavelmente os fatores fundamentais para o acentuado crescimento dos desembarques de escravos no início do século dezenove.” (KLEIN, 1987, p. 134).

No século XVIII, o comércio para Benguela e Luanda já era feito diretamente do Brasil, sem a intermediação exclusiva de comerciantes portugueses. Por isso mesmo, os traficantes constituíram parte importante dos grupos dominantes da colônia, ocupando postos políticos estratégicos para a manutenção e ampliação do comércio de gente (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 41).

Sobre a chegada destes indivíduos nos portos, os autores Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (Idem p, 53) descrevem com muita nitidez a situação horrenda que estas pessoas deveriam suportar:

Após a longa travessia oceânica, os africanos desembarcavam nos portos do Brasil. Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís eram os grandes portos importadores e redistribuidores de escravos. [...] Se houvesse compradores suficientes, eram imediatamente leiloados perto da alfândega. Mas a maioria dos cativos seguia para os armazéns situados geralmente próximos às áreas portuárias daqueles centros urbanos.

E completa:

Devido aos rigores da travessia, os africanos chegavam quase invariavelmente magros e debilitados, com feridas na pele, brotoejas e sarna. As crianças geralmente apresentavam barrigas inchadas em consequência de vermes e da desnutrição. Quando a epidemia de oftalmia, uma inflamação dos olhos, disseminava-se a bordo, era comum os vendedores puxarem pela corda extensas filas de escravos quase ou completamente cegos, amarrados e tropeçando uns nos outros até os armazéns. (Idem, p. 53)

A prática portuguesa no tráfico atlântico era mesclar pessoas de várias etnias, o que, por muito tempo, foi visto por historiadores como mecanismo contra as rebeliões, evitando as possibilidades de motim, assim por haver grande variedade de etnias nas Américas, a historiografia entendeu como ferramenta antimotim. O que é contestado por Hall (2017, p. 114), que analisa a variedade dos grupos étnicos, principalmente, como sendo o resultado do afunilamento dos cativos de várias regiões nos portos e algo intrínseco à necessidade de escravos especialistas em diversas áreas.

No século XVI, por exemplo, os portugueses deportavam indivíduos de várias etnias (manjacas, balantas, bijagos, mandigas, jalofo, entre

outros) dos portos da Senegâmbia, conhecida na época por Guiné. Já na metade do século XVIII, a maioria das deportações ocorria nos portos angolanos de Luanda, Benguela e Cabinda (Ibidem, p. 44). A África Central foi a principal fornecedora de escravos para as Américas, vindos dos reinos de “[...] Kongo, Ndongo (Angola), Matamba, Loango, Kakongo, ngoyo, Teke e outros países da sub-região.” (AXEL, 2017, s/n). A procura por habilidades específicas pode ser exemplificada nas motivações de compra dos senhores de escravos, sendo algumas etnias mais requisitadas para trabalhos específicos, como o processamento do anil, mineração ou agricultura. (HALL, 2017, p. 130).

Os portos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís eram os grandes recebedores de escravos, estes também enviavam para diversas regiões da colônia. Os portos de Salvador e Recife abasteciam a região norte, Amazônia, Pará e uma minoria para outras regiões e Belém e São Luís enviavam para os rincões da Amazônia. O Rio de Janeiro remetia um enorme contingente para as Minas Gerais, entretanto, Salvador poderia encaminhar escravos para compensar a falta em outros portos, ocorria que muitas vezes os cativos faziam a jornada a pé até as minas, sendo também outro destino os cafezais paulistas e os campos rio-grandense. Os escravos que chegavam ao Rio Grande ainda poderiam ser contrabandeados para o Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 53).

5 Peculiaridades dos escravizados no Rio Grande do Sul

Podemos verificar, nos últimos estudos, um viés diferente do apresentado na historiografia clássica rio-grandense (OSÓRIO, 2005, p.2). A quantidade e a extensão das “estâncias” acomodam, nas suas atividades pastoris e agrícolas, um grande número de escravos. No estudo de Helen Osório (Idem), sobre o levantamento dos inventários da província do Rio Grande, nos anos de 1765 a 1825, cerca de 87% dos inventariados possuíam escravizados⁸. Na investigação de Gabriel Berute (2006, p. 40), foi exposto o número de escravizados enviados do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, nos anos de 1786 a 1824, somando 30.266 escravizados. Mesmo com o extravio de muitos documentos que comprovem o número real de indivíduos enviados, fica evidente que as terras de Rio Grande de São Pedro recebiam um número elevado de escravizados.

8 Para comparação, no Rio de Janeiro no período de 1810 a 1830, 90% dos inventariados possuía escravos. Em Buenos Aires, Argentina, nos anos de 1750 a 1815 51% dos produtores possuíam escravos.

O que corrobora a esta visão, são os levantamentos de Fábio Kuhn (2006, p. 136), onde das 202 unidades de censo do ano de 1797, um quarto não possuía escravos, mais da metade possuía até cinco escravos, somente quinze possuía mais de dez e o maior proprietário possuía 32 cativos. Porém, assistimos os pequenos produtores com número baixo de escravizados, enquanto no século XVIII, “os grandes proprietários escravistas do Continente já eram senhores de planteis maiores do que aqueles encontrados em Viamão, possuindo os maiores mais de meia centena de cativos.” (Ibidem, p. 137)

No que hoje é o Rio Grande do Sul, 48% dos escravos eram africanos recém-chegados (denominados à época de *boçais*), que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro, antes de entrarem a venda na praça do porto (FLORENTINO, 2009, p. 98), porém, a maioria era fruto do tráfico interno, ou seja, a capitania de Rio Grande era abastecida, em sua maioria (52%), por filhos de escravos africanos nascidos no Brasil. O tráfico interno evidenciava-se ao analisar as origens dos indivíduos que aqui chegavam (OSÓRIO, 2005, p.6). Nos anos de 1790 até 1805, 47% dos cativos, reclusos nos campos do sul eram nascidos na África e 53% são de crioulos. Nos anos de 1810 a 1825 a proporção se mantém, 48% para africanos e 52% de crioulos, resultantes do tráfico interno (Idem, p.16).

Nos gráficos apresentados por Gabriel Berute (2006, 51), os períodos de 1790-1805, apenas 12% eram crioulos e nos anos de 1809-1824, somente 5%. A análise dos dados apresentados por dois estudos distintos, sendo uma discrepância grande nos números, reafirma a existência ativa do tráfico interno. Pois, sendo que nos documentos oficiais de saída dos portos do Rio de Janeiro, não constam a presença de crioulos e nos inventários, fontes consultadas por Helen Osório, revelam a presença significativa de crioulos, evidenciando, assim, a existência da forma alternativa de adquirir os escravizados.

Na Bahia, os principais contingentes chegavam da África Ocidental e eram nomeados de: *mina, costa, calabar, guiné, São Tomé, Cabo Verde*. Os *minas* eram oriundos da Costa do Benin, saíam dos portos de *Jaquin, Ajudá, Popo, Apá e Onim* (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 45). A presença em grande número de descendentes destes grupos nos registros judiciais, demonstram um comércio pouco documentado, nas palavras de Helen Osório (2005, p. 6): “A significativa presença dos escravos da África Ocidental indica a existência de rotas comerciais (contrabando?) importantes entre o Rio Grande do Sul e Bahia, até agora não conhecidas”.

O Rio de Janeiro, por sua vez, recebia africanos do centro-oeste do continente, denominado Congo-Angola e posteriormente Moçambique,

estes eram embarcados novamente para compor o quadro de mão de obra da região sul (KLEIN, 1987, p. 9). Segundo Manolo Florentino (2009, p. 99), a porcentagem de pessoas que saía dos portos do Rio de Janeiro para as terras Rio-grandense eram 4% a 2%⁹. Nos documentos onde há explícito o porto de saída da África ou origem do cativo¹⁰, consta os termos como: *angolas, benguelas, cabindas, cassanges, congos e moçambiques*. Esta prática comum no Brasil, muitas vezes, era incorporada ao nome da pessoa, os portos de Cabinda, Rio Zaire ou Benguela, assim como os outros, foram usados para identificar a origem do indivíduo (HALL, 2017, p. 85).

Deve-se considerar também, a participação norte-americana no envio de cativos para os portos de brasileiros. No período de 1831 a 1850, 58% das embarcações pertencentes ao tráfico de escravos eram de origem norte-americana (KUNIOCHI, 2015, p. 12). A participação avolumada dos capitães norte-americanos, ocorre pelo lucro, sendo que as transações ocorrem em dinheiro, ficando ainda reservado uma porcentagem, para cada escravizados que eram desembarcados nos portos do Rio de Janeiro, advindos de um navio com bandeira dos Estados Unidos (Ibidem, p. 14)

Uma constante nos possuidores de escravizados, das quais se encontra comerciantes lavradores, estancieiros que se dedicam a agropecuária, com residência rural e urbana, parte de sua riqueza provinha da posse do próprio escravizado, sinal de poder e hierarquia social (XAVIER, 2010, p. 16)

O que necessita ser observado são as generalizações que os contrabandistas - ou quem registrava os africanos - cometiam na descrição da origem. Como os contrabandistas não tinham ou não queriam acessar o interior das regiões africanas, dependiam do transporte dos prisioneiros por meio dos *pumbeiros*¹¹, estes seriam levados para as regiões portuárias ou para as feiras. Os prisioneiros poderiam vir de muito longe, até mesmo de reinos diferentes, mas eram registrados por seu porto de embarque (HALL, 2017, p. 105). Até o século XVII, angolanos escravizados teriam que caminhar dois meses até o porto do tráfico, se esperava, ainda, mais cinco meses para o embarque e mais dois de travessia. Assim, quando desembarcava no

9 Resumo dos Mappas de Importação e Exportação. 1808-1814. Arquivo Nacional Junta do Comércio caixa 448 pacotes 1; Inventários Post-Mortem 1789-1830 (Arquivo Nacional) (FLORENTINO, 2009, p. 99).

10 Segundo levantamentos de Berute (2006, p. 51), nos anos de 1788-1802, dos 3.294 escravizados que desembarcaram no Rio Grande, apenas 3% foi possível definir o local de origem.

11 As feiras onde ocorriam as vendas dos cativos eram chamadas de pumbos, os pumbeiros eram escravos portugueses que tinha a incumbência do deslocamento dos presos até os pumbos (CARVALHO, 1988, p. 235).

Brasil o escravizado angolano já possui quase um ano de cativo. No final do século XVI o período de “quarentena” ou prazo para “enjeitar” o escravo era de quatro meses. No século XVII, por volta de um mês de aguardo, já no final de XVIII, as exigências do mercado motivaram a redução para apenas oito dias (ALENCASTRO, 2000, p. 147).

Todavia, no Brasil e na América Espanhola fica comprometido o estudo da descendência pelo nome africano, pois normalmente os escravizados eram rebatizados com nomes cristãos na chegada ou na partida dos portos (HALL, 2017, p. 109).

O tráfico interno foi importante na mistura das etnias das capitânicas, principalmente após 1850, onde já havia a imposição do fim do tráfico de escravos, porém, mesmo com a proibição continuava intenso (XAVIER, p. 17). O tráfico inter-regional, como chama Herbert Klein (1987, 145), revela que o fluxo de deslocamento dos escravos não era exclusivo dos portos da região norte para o sul. Assim, há a saída de escravos adultos das zonas pastoris para as lavouras cafeeiras no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a tendência era enviar os escravos para regiões com setores econômicos mais avançados. Entretanto, diferente de Klein (1987, p. 145), que vê o tráfico interno como de menor expressão, Manolo Florentino (2009, p. 101) entende que a revenda de cativos move uma ampla rede de comércio, guiada por uma elite mercantil, que compreendia também o tráfico transatlântico.

A região de Angola foi a principal exportadora de escravos para o Brasil e notamos a relevância de sua presença, também na capitânia de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1765-1825, 50% dos escravizados documentados eram da citada região, destes, 26% provinham de Benguela e Ganguela (Angola Sul) e 24% de Camundá, Cassange, Rebolo, Quiçamá e Baca (Angola Norte). A presença dos outros 50% está distribuído entre as demais etnias (OSÓRIO, 2005, p. 16). Aqui chegando poderia assumir qualquer trabalho, não havendo cuidado ou distinção por derivar-se de uma região específica da África.

Sobre as atividades dos cativos, podemos remeter a algumas especializações. Os registros de inventários – apesar de apenas 12% destes conterem a especialização do escravo – demonstram atividades como: domador, sapateiro, carpinteiro, campeiros ou “peões de campo”, marinho, lavrador e falquejador. A grande maioria dos registros apenas menciona as atividades de “campeiro” (OSÓRIO, 2005, p.10), “roceiro” e “doméstico” (ZARTH apud XAVIER, 200, p. 23). Porém, nas propriedades onde exerciam mais de uma atividade econômica, é comum o uso de escravos em distintas funções.

A amplitude das estâncias, determina também a idade dos cativos. A preferência na pecuária era por jovens, a idade média era de 24 anos, mas encontramos cativos de 10 anos nas lidas, sendo o mais velho com 53 anos (OSÓRIO, 2005, p.11). Nas fazendas onde existe mais de duas mil reses, é alto o índice do gênero masculino, ocupando diversos postos de trabalho. Nas pequenas e médias (500 a 1000 reses) mantinha-se um maior número de crianças e mulheres – entre estes, figuram majoritariamente crioulos (XAVIER, 2001, p. 23).

Nos centros urbanos a presença do escravizado também é notória, sendo as atividades comuns, as variações de “doméstico”, “de ganho”¹² ou “alugados”¹³, mas não é incomum perceber cativos urbanos nas funções de “lavradores” e “roceiros” (Ibidem, p. 24).

Angola foi a região que mais proveu escravizados durante o tráfico atlântico e é natural a presença massiva nas províncias do centro e sul do país – regiões para onde os cativos eram encaminhados após a chegada no porto do Rio de Janeiro. Porém, diferente do que foi registrado por antigos historiadores, o Rio Grande do Sul mantinha grande quantidade de mão de obra escrava no campo. A documentação dos inventários corrobora essa versão e, acima de tudo, prova a quantidade de outras etnias presentes, frutos do tráfico interno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros contatos entre os portugueses e angolanos, mesmo nos seus primórdios, visavam o comércio, se não de produtos exóticos, seria os próprios homens a mercadoria. Para tanto, foi necessário transformar o indivíduo em coisa, em objeto, colar em estratos diferentes. A tipificação do homem de acordo com a cor de sua pele é mecanismo justificador de ações predatórias e que busca o ganho. O tráfico de escravos, atividade lucrativa, enriquecia muitos homens transformando os escravizados em propriedade e trabalho bruto em lucro.

A chegada dos portugueses e o início do tráfico atlântico, altera de forma definitiva a lógica de aquisição dos escravos no território africano. O saque as vilas pequenas, alimentava as feiras ou pumbos, de onde os contrabandistas levavam até os portos para embarque e envio para as Américas. No Brasil, os portos da Bahia recebiam contingentes da África Ocidental, no Rio de Janeiro desembarcavam pessoas escravizadas Centro-africanas,

12 Quando tinham uma relativa autonomia para contratar seus serviços devendo parte do valor ganho a seus senhores

13 Quando o senhor alugava seus serviços a terceiros

estas, por sua vez, eram reembarcados para o Sul da colônia. Entretanto, o fluxo não era exclusivo, alimentado pelo tráfico interno de escravos, indivíduos saíam da região baiana para o sul, assim como das províncias sulistas para a região cafeeira, movimentando um mercado lucrativo, amalgamando as etnias e suas culturas.

A compreensão da origem de nossa população perpassa o estudo da diáspora. Assim, concluímos que houve um grande número de indivíduos das etnias que contemplam o Reino de Ngola e Congo em todas as regiões do país, porém existe a presença massiva de outras etnias nos documentos oficiais, o que corrobora a tese do grande tráfico interno que havia na colônia. A população brasileira e rio-grandense está permeada por uma diversidade de etnias, línguas, culturas e cosmovisões que foi produzida pelo próprio sistema escravista. O mesmo sistema que alimentava o tráfico interno e servia para manter os cativos como objetos, alastrou tais etnias por todo território brasileiro, sendo nossa sociedade fruto deste trânsito de vidas humanas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W; FRAGA FILHO, W. *Uma História do Negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AXEL, S. T. J. Às Origens dos Escravizados Bantu de África Central Deportados às Américas dos Séculos XVI-XIX. *Simpósio Nacional de História*, 24, 2017, Brasília.
- AZURARA, G. E. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CARVALHO, Filipe. Aspectos do Tráfico de Escravos de Angola Para o Brasil no Século XVII: 1. prolegómenos do inferno. In: BARROCA, Mário. (Org.) *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoria* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p. 233-248.

- FLORENTINO, Manolo. Tráfico Atlântico, Mercado Colonial e Famílias Escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c.1830. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 51, p. 69-119. jul./dez. 2009.
- GODINHO, V. M. A Economia Das Canárias Nos Séculos XIV e XV. *Revista de História USP*, São Paulo. v. 4, n. 10, p. 311-348, 1952.
- HALL, Gwendolyn. *Escravidão e Etnias africanas nas Américas*: Restaurando os elos. Petrópolis: Vozes, 2017.
- KUNH, Fábio. “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII”. In: GRIJÓ, KUHN, GUAZZELLI e NEUMANN (org.). *Capítulos da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. p. 47-74.
- KUNIOCHI, Marcia Naomi. Comércio e tráfico no porto de Rio Grande, em meados do século XIX. *Congresso Brasileiro de História Econômica*, 11, 2015. Vitória.
- MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. *SIGNUM: Revista da ABREM*, Vol. 3, p. 101-132, 2001.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2008.
- OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. *Jornada de História Regional Comparada*, 2, 2005. Porto Alegre.
- XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA; SANTOS; CARNEIRO (org.). *RS Negro: Cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2010. p. 15-31.

O PORTÃO COLONIAL DE PORTO ALEGRE, A ENTRADA DA CIDADE FORTIFICADA

THE COLONIAL GATE OF PORTO ALEGRE, ENTRANCE OF THE FORTIFIED CITY

José Daniel Craidy Simões¹

Pedro Paulo Pons²

RESUMO

Neste artigo investiga-se a história do Portão Colonial de Porto Alegre. Entre 1778 e 1845 a cidade de Porto Alegre foi protegida por uma fortificação e seus acessos, por terra, controlados por meio do Portão da cidade. Durante o séc. XIX, o portão e as trincheiras foram completamente apagados da paisagem urbana da cidade. Apesar de não haver registros de como seria sua aparência, por meio deste estudo examinou-se como poderia ser a sua morfologia e, também, como foi retratada a sua imagem, durante o séc. XX. Ao longo do tempo, na cidade de Porto Alegre a região do Portão transformou-se profundamente. Ainda assim, alguns vestígios do período de existência do Portão Colonial de Porto Alegre permaneceram. Investigou-se a localização do Portão Colonial de Porto Alegre, na paisagem urbana contemporânea, por meio de três estudos realizados a partir de dados como a planta de L. P. Dias de 1839, o mapa topográfico de Porto Alegre de 1941, plantas de registros de propriedades, depoimentos de antigos moradores da região e imagens contemporâneas de satélites (Google Earth).

Palavras-chave: Porto Alegre. Portão Colonial. Transformação Urbana.

ABSTRACT

In this article the history of the Colonial Gate of Porto Alegre is investigated. Between 1778 and 1845, the city of Porto Alegre was protected by a fortification and its access by land was controlled through the City Gate. During the century XIX, the gate and the trenches were completely erased from the urban landscape of the city there are no records of how their mor-

1 Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005), atua dentro das atribuições definidas para a Profissão de Arquiteto, com destaque as atividades de Perícias e Avaliações de Bens, Assistência Técnica, Vistorias, Projetos de Arquitetura e Acompanhamento de Execuções. É especialista *Latu Sensu* em Perícias e Avaliações de Bens pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Mestre *Stricto Sensu* pelo Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. É Membro do Grupo de Estudos e Documentação em Urbanismo - GEDURB. Integra o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS Brasil - Núcleo RS. É membro pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS - onde atua como Vice-Coordenador da Mapoteca e integrante da Câmara Técnica.

2 Natural de Osório, Licenciado em Filosofia pela Ufrgs, em 1983. Pesquisador .

phology would be, this study examined how its structure could be and how his image was portrayed during the century XX. Over time, as the city of Porto Alegre the region of the Gate was deeply transformed. Despite this, some vestiges of the period of existence of the colonial Gate of Porto Alegre remained. The location of the Porto Alegre Colonial Gate was investigated in the contemporary urban landscape with three studies based on data such as the map of L. P. Dias dated 1839, the topographic map of Porto Alegre dated 1941, property records plants, testimonies of former residents of the region and contemporary satellite images (Google Earth)..

Keywords: Porto Alegre. Colonial Gate. Urban Transformation.

INTRODUÇÃO

Durante o séc. XVIII Porto Alegre passou a ser reconhecida como cidade. No bairro ‘Centro Histórico’, local onde se formou o primeiro núcleo urbano, encontram-se ruas e praças remanescentes de seu primeiro traçado. O povoamento que originou a cidade de Porto Alegre surgiu devido a necessidade “de conquista e ocupação dos domínios ainda indefinidos entre Portugal e Espanha” (Oliveira 1993, p.17) no continente sul-americano. O perímetro do bairro Centro Histórico, cujos limites já foram desenhados pelas águas do Rio Guaíba e por uma cinta fortificada³, corresponde aos antigos limites da cidade. Porto Alegre, ao longo de sua existência, redesenhou os limites de suas divisas, transformando-se profundamente, a paisagem urbana do seu bairro ‘Centro Histórico’.

Em 25 de julho de 1773, por meio de um ofício emitido pelo Vice Rei Marques de Lavradio, a capital da Província de São Pedro passou da freguesia de Viamão para Porto Alegre. O então Governador da capitania de São Pedro, Coronel José Marcelino de Figueiredo, determinou a construção da casa dos Governadores, da Igreja Matriz e da casa da Real Fazenda e Câmara, todas localizadas no alto da “península”, junto à rua da Igreja (atual Duque de Caxias). Na tentativa de proteger a cidade de invasores, entre 1773 e 1778 foi construída uma cinta de fortificação para a defesa da nova capital junto à face leste da chamada península⁴ da cidade. Conforme Ma-

3 Segundo Riopardense de Macedo, o sistema de defesa (cinta fortificada) partia da linha d’água aproximadamente a 108 m a leste da rua Cordoeiro (Sr. Dos Passos), mais ou menos da rua Carlos Chagas, início da Pinto Bandeira, passando a crista do morro e contornando por trás, o prédio principal da Santa Casa que fazia frente para a rua Misericórdia, atual rua professor Annes Dias. Dirigia-se, depois, em direção ao <portão> de onde seguia pelo alinhamento da rua João Pessoa até a rua Sarmento Leite, então beco do Israel Soares de Paiva. No alinhamento desta seguia até o arroio Dilúvio, acompanhando o seu curso até mais ou menos a atual avenida Borges de Medeiros (Macedo, 1968, p.68)

4 Além de apresentar o formato de uma península, a região também apresenta características de um “promontório” (cabo composto por rochas muito elevadas e por penhascos). No

cedo (1968, p.68), “a maior parte da trincheira era constituída de um caixão de terra acompanhado, pelo lado de fora, por um fosso”. Possivelmente sua estrutura seria formada por tábuas e toras de madeira paralelas com um preenchimento de terra retirada do fosso, ou seja, uma estrutura simples e de rápida execução. O acesso da cidade se fazia por meio de um Portão.

O local onde teria sido feito o antigo Portão de entrada da cidade não apresenta nenhum marco físico ou referência de qual seria a sua posição no espaço urbano contemporâneo. Propõe-se, nesse trabalho, descrever algumas das transformações urbanas da cidade, que desencadearam o desaparecimento de qualquer vestígio do Portão de Porto Alegre e, ainda, indicar uma provável localização dele no espaço contemporâneo da cidade.

A partir da análise de mapas históricos da cidade de Porto Alegre buscou-se reconhecer o posicionamento da fortificação, na época de sua existência. Em descrições de documentos de registros de propriedades pode-se comprovar que o Portão colonial, enquanto marco físico, era usado como referência nas demarcações. Pretende-se, com este exercício de localização do antigo Portão de Porto Alegre na paisagem urbana contemporânea, resgatar faces pouco conhecidas da história de um símbolo desaparecido da cidade de Porto Alegre.

1 PLANTA DE L. P. DIAS DE 1839

Em 1839, L.P. Dias elaborou uma planta da cidade que, segundo Fialho (2010, p.404), foi intitulada com o extenso nome: *“Planta da Cidade de Porto Alegre, por L. P. Dias. Com a linha de Trincheiras e Fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as retificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839 tempo em que esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito. Porto Alegre, 2 de Dezembro de 1839”*⁵. A planta de Dias descreve, em detalhes, os limites da cidade em 1839. Um limite dado pelo contorno das águas do Rio Guaíba, como obstáculo natural às invasões e com postos de vigilância dispostos em toda a sua extensão e tendo como limites, por terra, sua trincheira, que isolava o setor da península, e sua altimetria mais elevada. Havia, pelo menos, oito baluartes de canhões distribuídos ao longo da extensão da trincheira. Nessa planta também é descrito o subúrbio da cidade, com a representação dos limites

entanto, será descrita nesse estudo apenas como “península”, termo amplamente utilizado nos apontamentos sobre a região do atual bairro Centro Histórico de Porto Alegre, ao longo do tempo.

5 Grafia original do título da Planta de L. P. Dias de 1839.

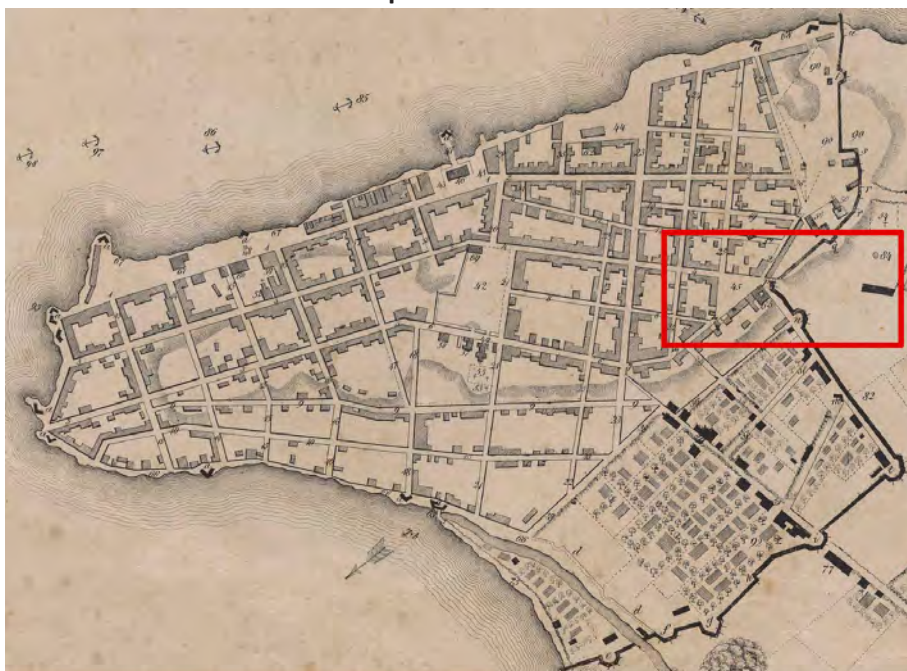
entre chácaras, com zonas de plantações, com os caminhos que conduziam para a cidade, com a marcação de locais onde ocorreram acontecimentos importantes, bem como a localização das principais edificações da época, tudo isso descrito em lendas.

A planta de Dias traz, ainda, o posicionamento do Portão e da trincheira da cidade. Na fig 1, um detalhe da planta de Dias, destaca a cidade de Porto Alegre fortificada no ano de 1839. A área do Portão aparece, destacada em vermelho. A localização do Portão pode ser justificada pela topografia natural da região da península na época. Com as altas declividades encontradas nas faces leste e oeste da península, o percurso de acesso do Portão possibilitava um caminho com declividades amenas para veículos de tração animal e caminantes.

Esta orientação deve provavelmente ter seguido as orientações do extenso documento publicado em 1680 intitulado “*METHODO LUSITANICO DE DESENHAR AS FORTIFICAÇOENS DAS PRAÇAS REGULARES & IR-REGULARES, PRAÇAS DE CAMPANHA E OUTRAS OBRAS PERTENCENTES A ARQUITETURA MILITAR*”, elaborado pelo então Engenheiro e Cosmógrafo Mor de Portugal Luís Serrão Pimentel, os sítios fortificados deveriam seguir uma série de orientações formais. Uma delas estabelece as regras para as construções dos portões de acesso a ‘*fortalezas e praças fortificadas*’. *Não há em hua praça lugar que co mais cuidado deva ser fortificada que as entradas pelo muito que estão sugeitas a entrepezas*” (Pimentel, 1680, p.146). De acordo com este documento, o *lugar próprio* para as portas das fortificações deveriam ser, preferencialmente, no meio da *cortina ou mais chegado para que para outro flanco, obrigando a necessidade de serventia da rua da praça por não derrubar casas e fazer outras novas*. (Pimentel, 1680, p.147). Desta forma, pode-se reconhecer que os condicionantes da topografia combinados aos regramentos formais vindos da administração de Portugal, podem ter moldado a trincheira assim como o acesso a cidade.

6 As grafias grifadas em itálico correspondem ao texto original do *Methodo Lusitanico De Desenhar As Fortificaçoens Das Praças Regulares & Irregulares [...]*.

Figura 1: Segmento da planta de Porto Alegre realizado por L.F.Dias em 1839.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Porto Alegre passou a ter todos os fluxos terrestres de entrada e saída da cidade direcionados a passagem do Portão. Desta forma, é possível justificar os dois espaços livres, no seu entorno, que serviam de área de transição à transposição do limite da cidade e que estão representado na planta de Dias: O primeiro era um largo posicionado no lado interno do Portão, denominado de Praça do Portão. A praça do Portão era um espaço onde se bifurcavam a rua da Ponte⁷ (atual rua Riachuelo), a rua do Hospital⁸ (último trecho da atual rua Duque de Caxias), a rua Santa Catarina (atual rua Dr. Flores) e a rua da Misericórdia (atual rua Professor Annes Dias). De acordo com Telles (1929, p.13) a rua Formosa (rua Duque de Caxias) e a rua do Cotovelo (rua Riachuelo) “formavam um ângulo pelos respectivos

7 De acordo com Franco, (1992, p.352) apud Coruja, da rua da ladeira para os lados do Arsenal chamavam *rua do Cotovelo*. Da ladeira para os lados do Portão [...] era conhecida como *rua da Ponte*.

8 De acordo com Franco, (1992, p.142) em livros do 1º Tabelionato escrituras dos anos de 1786 e 1787 mencionam nomes como *rua Formosa*, *rua Direita da Igreja* e *rua da Igreja*. A denominação “rua Formosa” [...] foi usada em atas da câmara Municipal, pelo menos até 1830, quando começavam a generalizar o nome de rua da Igreja para toda a artéria. A partir de 1820, surgem referências a mais três denominações, correspondentes a segmentos do final da rua [...] *rua de São José*, *Rua Alegre* e *rua do Hospital*.

prolongamentos, sendo seu vértice denominado ‘Portão’. O segundo, na parte exterior, recebia os fluxos advindos de Viamão que se somavam ao Caminho do Meio⁹ e que correspondia a um percurso que atravessava uma grande planície alagadiça, característica marcante da área natural do entorno da cidade.

Figura 2: Segmento ampliado da planta de Porto Alegre de L.P.Dias, 1939.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A planta de Dias traz, além do mapa, duas ilustrações de visuais da cidade. Uma delas remete à vista da face leste da cidade na época (fig.3). Nessa visual o percurso do chamado Caminho do Meio é representado no seu trecho final, quando encontra o Portão de acesso da cidade (letra “p” presente fig.2)¹⁰. Nota-se, também, a inclinação do terreno, baluastres de canhões (letra “n”), o Quartel do 8º Batalhão (nº63), “poço da caridade” (nº84), o “praça do Portão” (nº45) e a rua da Misericórdia (nº27).

9 Segundo Franco, o Caminho do Meio corresponde ao percurso contemporâneo das Avenidas Oswaldo Aranha e Protásio Alves.

10 Todas as descrições e numerações dos lugares citados seguem a legenda da planta de L.P.Dias de 1839.

Figura 3: Segmento de ilustração presente no planta de Porto Alegre realizado por L.P.Dias em 1839.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

De acordo com a ata da Câmara Municipal de 8 de novembro de 1823, a estrutura do Portão estaria sendo utilizada, neste período, como parte da construção de um açougue, o qual deveria “demolir-se por encontrar-se no meio da rua pública”. Tal documento afirma que o açougue “fora instalado, sem dúvida nas ruínas do antigo Portão”. Este episódio deixa evidente que sobre a estrutura do Portão não houve cuidados que permitissem que a estrutura do portão permanecesse no ambiente da cidade, tendo sido determinada a demolição das ruínas do Portão junto com o açougue no ano de 1823.

Segundo Franco (2012, p.56), com o fim da guerra civil, no dia 2 de maio de 1845, a Câmara de Vereadores solicitou ao presidente da província, Duque de Caxias, que se demolissem as construções feitas para a defesa da cidade, por, segundo os vereadores, “só servir para despejos prejudiciais à saúde pública”. Supõe-se, assim, que as trincheiras tiveram sua demolição alguns anos depois do Portão, em 1845.¹¹

2 A IMAGEM DO PORTÃO

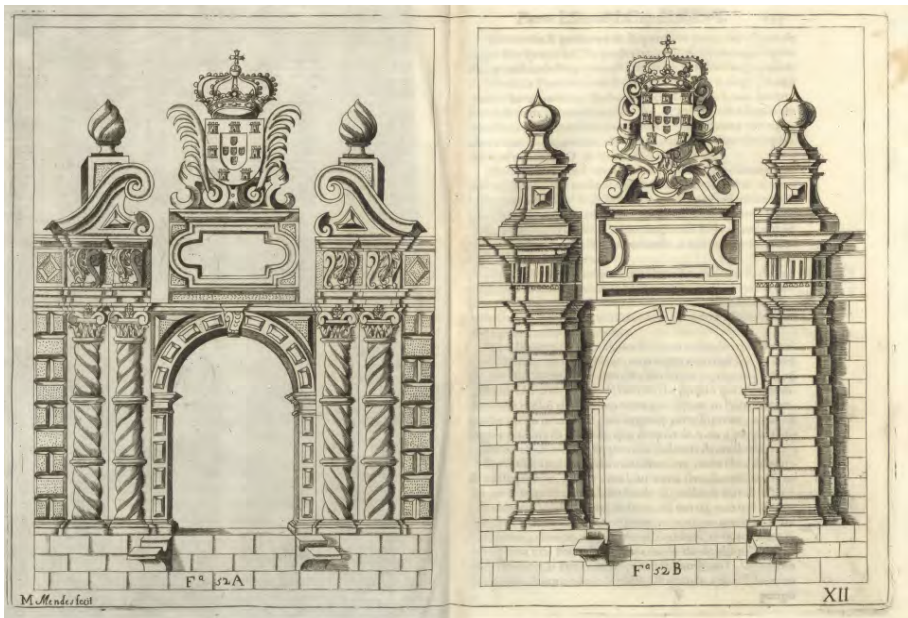
Mas qual seria a imagem do Portão de Porto Alegre? Segundo o regimento trazido pelo *Methodo Lusitanico de Desenhar Fortificaçoens* ao se referir as regras da arquitetura civil da época, afirmava-se que o vão de um

¹¹ A partir dos dados levantados, supõe-se que os últimos anos da trincheira contavam com a presença do Portão, havendo apenas um vão de passagem.

portão deveria medir entre 8 e 11 pés¹², mas havia a possibilidade de ter vãos maiores conforme a importância da praça. Aconselhava-se que o pé direito tivesse entre 14 e 16 pés¹³, mas também havia a possibilidade de serem construídos com até 22 pés¹⁴.

No texto do *Methodo Lusitanico*, encontra-se imagens de portões referentes a diferentes fabricantes (fig.4). E a afirmação de que “*nos interiores se permite a fábrica menor hórrida e mais polida em ornamentos architectonicos artificiosamente applicados*.” (Pimentel, 1680, p.150). Entende-se por esta afirmação, que a simplificação na ornamentação destas construções era aceita e também praticada.

Figura 4: Figuras de portões descritas pelo Methodo Lusitanico de Desenhar Fortificaçoens



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Embora não se tenham descrições ou registros de desenhos que retratem o Portão Colonial de Porto Alegre, é reconhecida sua importância como um elemento simbólico da cidade de Porto Alegre. Telles (1929, p.13) confirma essa idéia ao afirmar que: “não possuímos nenhuma indicação para reproduzir o antigo Portão”. No entanto, em 22 de janeiro de 1953, du-

12 Correspondentes à 2,43m e 3,35m.

13 Correspondentes à 4,26m e 4,87m.

14 Correspondentes à 6,70m

rante a gestão de Ildo Meneghetti, é promulgada a Lei nº1030. Por meio desta lei, a cidade adotou um brasão como seu símbolo da cidade (fig. 5). O Brasão conta com diversos elementos em sua composição, entre eles, centralizado no brasão, está o desenho de um Portão. Segundo o texto da lei, o desenho do Portão presente no brasão remete ao antigo Portão Colonial da cidade: “ao centro, em campo azul, o antigo Portão da cidade, estilizado¹⁵ [...]”.

Figura 5: Brasão da cidade de Porto Alegre de autoria de Francisco Bellanca.



Fonte: site da PMPA

O termo *estilizado* utilizado na descrição do Portão, sugere um desconhecimento acerca de sua arquitetura, sistema construtivo e dimensões. De fato, a ausência de dados consistentes sobre o Portão de uma trincheira, edificada no século XVIII, obstaculiza profundamente o reconhecimento de sua importância identitária para a cidade. Apesar dessa situação, permanece no ambiente urbano da cidade, após grandes alterações em sua morfologia, um dos espaços que compunha o entorno do Portão: a praça do Portão. De acordo com as atas da Câmara referentes às últimas décadas do sec. XIX, a praça do Portão passou a chamar-se praça Gen. Marques, em 1873. Nesse período a praça foi arborizada e recebeu melhoramentos. Em 1912, passou a abrigar o monumento do Conde de Porto Alegre, quando seu nome foi alterado novamente, agora para praça Conde de Porto Alegre.

15 Estilizado – Adjetivo 1. Que foi alterado com o objetivo de obter determinado efeito estético.

Em 1919 e, novamente, em 1933, foram realizados aterros e escavações que remodelaram a sua topografia.

Uma das cidades que tiveram sua importância durante o período de surgimento da cidade de Porto Alegre e que tiveram uma fortificação, foi a cidade de Colônia de Sacramento. Reconstruída a partir de 1704, a fortificação na Nova Colônia do Santíssimo Sacramento era uma ocupação Portuguesa que hoje permanece no território do atual país vizinho Uruguai (fig.6). A fortificação conta com um arco de pedras, denominado Portão de Armas, como único acesso à área fortificada de Colônia do Sacramento. Neste período, Portugal vivia sobre um regime monárquico e absolutista.

Coloca-se, assim, a hipótese de que a tipologia construtiva do Portão de Porto Alegre possa ter alguma característica do Portão de Armas da Colônia de Sacramento. Apesar de haver algumas décadas de diferença entre o período atribuído às suas construções, a elaboração de ambos foi decisão do governo de Portugal e, também, os dois portões foram modelados com a função de estabelecer um acesso controlado a uma área fortificada.

Figura 6: Portão de Armas de Colônia do Sacramento Uruguai



Fonte: acervo pessoal de Rafael Silveira.

Mesmo não havendo registros da tipologia construtiva do Portão Colonial de Porto Alegre, é provável que ele tenha sido construído utilizando-se rochas locais. É possível, também, que suas dimensões fossem semelhantes às do Portão de Armas de Colônia do Sacramento, cuja altura era suficiente para a entrada de carroças com carregamentos e a largura possui dimensões restritas, para que houvesse um melhor controle dos fluxos.

3 ONDE SERIA A LOCALIZAÇÃO DO PORTÃO NO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO?

Telles (1929, p.14) relata o depoimento do médico Dr. Sebastião Afonso de Leão (1866-1903) em que afirmava que o “Portão se erguia no local onde existia a casa nº1 da rua da Misericórdia” (atual rua Professor Annes Dias). De acordo com Telles, a posição do Portão estaria na confluência das Avenidas João Pessoa e Salgado Filho “onde estava situada a sinaleira do tráfego, entre a casa do Armador Moreira [...] e o Quartel da Polícia Militar”.

Em uma fotografia dos anos 1940 (fig. 7), pode-se visualizar o espaço descrito por Telles, hoje transformado pela construção do viaduto José Loureiro da Silva.

Figura 7: Fotografia do trecho descrito por Telles, no ano de 1940.



Fonte: acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Autor: W. Hoffmann

No entanto, além da descrição atribuída ao Dr. Sebastião Affonso de Leão, relatada por Telles, outros documentos corroboram a hipótese de que este teria sido o local do portão. Um auto de medição expedida pelo então Provedor Luiz Correa Teixeira de Bragança, em 1 de fevereiro de 1825, acerca de uma propriedade dos herdeiros do Padre Leandro Jozé de Magalhães, utiliza como referência para esta propriedade a posição do Portão quando afirma que a casa da Santa Casa “ficava no marco 1, no lugar do Portão, a 15,4 metros da esquina das casas novas dos herdeiros do Padre

Leandro. Porém, a afirmação de Leão não descreve a que parte do Portão ele se refere. Poderia ser o lado direito, o esquerdo ou o centro.

Conforme os registros sobre a mudança de numeração das ruas do centro, a primeira casa da rua da misericórdia, próxima ao Largo do Portão, corresponderia à casa de número “antigo” 28 ou 7 na numeração “moderna”, como consta na edição do jornal “A Federação”, de 10 de junho de 1937 (fig.8). A matéria demonstra que aconteceram duas mudanças na numeração: a primeira foi a inversão do lado par e do lado ímpar, a segunda, referente ao início da numeração na via, onde o último número passou a ser o primeiro.

Figura 8 – Matéria do jornal “A Federação”, de 10 de junho de 1937.

RUA MISERICÓRDIA			
Lado esquerdo pares		Lado direito ímpares	
N.º antigo	N.º moderno	N.º antigo	N.º moderno
25	12	28	7
23	16	26	17
21	20	24	27
19	28	22	31
17	34	20	37
15	40	18	43
13	48	16	51
11	58	14	57
9	62	12	63
7	112	10	71
8/N	118	8	77
8/N	121	6	83
3-B	150		
3	160		
1	172		

Fonte: acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Autor: W. Hoffmann

Com todas as numerações da via reunidas e a identificação do número 28 como sendo a construção com a maior numeração “antiga” presente na rua da Misericórdia nesse período, detecta-se uma diferença no relato feito por Sebastião Leão, quando se referiu à existência de uma edificação com o nº1, próxima ao portão.

Supõe-se assim, que a afirmativa de Sebastião Leão possa se referir à casa 1 por ser a primeira casa e não necessariamente a casa com a nume-

ração “1” e com o sentido de casa construída sobre o “marco 1”, em concordância com o auto de medição expedida pelo Provedor Luiz Correa Teixeira de Bragança em um ano em que ainda existiam as ruínas do Portão, de acordo com a descrição da ata da Câmara Municipal de 8 de novembro de 1823.

A partir da declaração de Sebastião Leão, e da identificação da casa de número 28 como a que foi construída na extremidade da via, supõe-se que a posição do antigo Portão, o “marco 1” referenciado e demolido aproximadamente um século antes da realização do registro Cadastral de Imóveis do 1º Distrito (fig.8), se localizou a 15,40 m destas casas. Porém, permanece a questão relativa a qual parte do Portão é referenciada.

Elaborou-se 3 estudos com no intuito de resolver essa questão e localizar a posição em que estaria o Portão Colonial na paisagem contemporânea de Porto Alegre. Tais análises, descritas como primeiro, segundo e terceiro estudos, simularam a posição do Portão aplicando diferentes descrições de sua posição, encontradas em documentos distintos. Os três estudos foram feitos por meio de sobreposições de dados e imagens a outras imagens contemporâneas de satélite. Desta forma, a partir do reconhecimento dos traços que permanecem ao longo do tempo, foi possível sobrepor diversos dados, para que se delimitasse os locais onde poderia ter se situado o Portão Colonial de Porto Alegre.

3.1 Primeiro estudo de simulação de localização do Portão Colonial

A primeira simulação foi realizada a partir de dois mapas, o primeiro o mapa topográfico da cidade de Porto Alegre de 1941, um estudo elaborado a partir do levantamento planialtimétrico de 1937 e o segundo uma imagem contemporânea de satélite do espaço urbano.

A figura 8 demonstra o resultado do primeiro estudo. Nela consta o mapa topográfico de 1941 (em linhas brancas) sobreposto sobre uma imagem-base referente a uma fotografia de satélite de 2019¹⁶ (imagem colorida). Com a sobreposição do mapa sobre a imagem contemporânea de satélite, pode-se localizar a extremidade do lote correspondente à Santa Casa de Misericórdia que, a partir da descrição de Sebastião Leão, aponta um afastamento de 15,40 metros da primeira casa da rua da Misericórdia, próxima ao Largo do Portão. O afastamento, aplicado na sobreposição das imagens, segue o alinhamento das casas da rua da Misericórdia (rua Prof. Annes Dias) em direção à rua da Ponte (rua Riachuelo).

16 Imagem do Google Earth

Comparando as duas imagens sobrepostas, é possível notar grandes diferenças no espaço urbano referente a cada uma delas. O entorno do Portão e o espaço da Santa Casa de Misericórdia passaram por grandes transformações ao longo do século XX.

Figura 9 – Primeiro estudo - Mapa topográfico da cidade de Porto Alegre de 1941 sobre imagem de satélite de 2019 – Google Earth



Fonte: Mapoteca SMURB e Google Earth.

No entanto, o resultado deste cruzamento de informações descreve um ponto no espaço, assinalado como o ponto “1” da figura 9. Fica a questão se este ponto, relativo à forma do Portão, seria referente à qual parte dele: Um dos lados? Seu eixo?

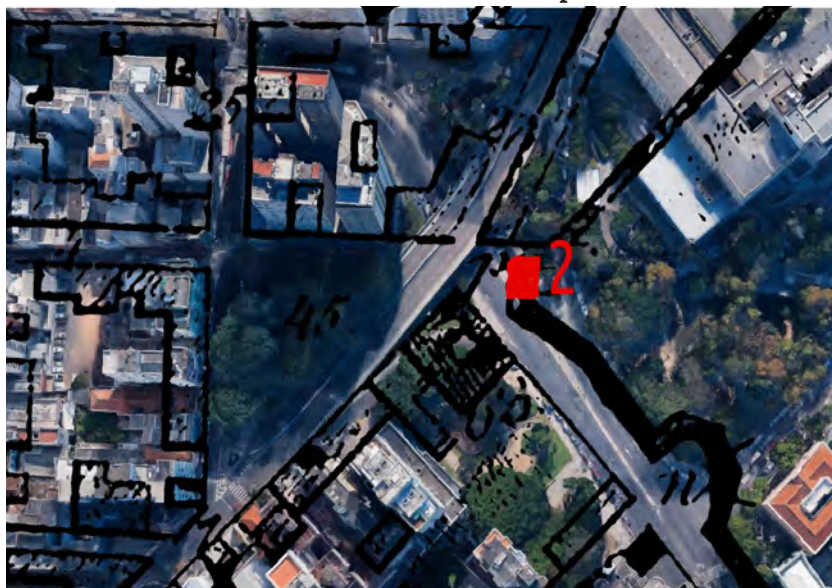
3.2 Segundo estudo de simulação de localização do Portão Colonial

O segundo estudo foi realizado por meio de uma sobreposição da

planta de L. P. Dias (1839) em uma imagem de satélite contemporânea. Nesta sobreposição de imagens (fig10) se tem um apontamento referente à posição do Portão Colonial a partir dos dados presentes na planta de L. P. Dias, onde a letra “p” é descrita na legenda como a posição do Portão de entrada na cidade. Apesar de, em 1839, a cidade seguir com suas fortificações, os dados encontrados levam a entender que o Portão já não existia. Contudo, a planta de L.P. Dias é clara ao referenciar e descrever sua posição no espaço da cidade.

Apesar das limitações técnicas da época de elaboração da planta de L. P. Dias, é possível reconhecer a concordância entre os traçados das vias presentes nas duas imagens.

Figura 10 – Segundo estudo – Sobreposição de trecho da planta de L.P Dias sobre imagem de satélite (Google Earth 2019) referente a região onde existiu o Portão colonial. Elaborado pelos autores



Fonte: Planta de L. P. dias e Google earth

A mancha demarcada pela cor vermelha localiza a posição do Portão na planta de L. P. Dias. A numeração destacada é referente ao estudo de simulação de localização, de mesmo número (segundo estudo). Diferente do primeiro estudo, que apontou um ponto ou posição no espaço referente à posição do Portão colonial, a planta de Dias traz uma área correspondente a ele e não apenas à posição de uma parte dele. Apesar da posição encontrada no segundo estudo não ser exatamente a mesma do primeiro estudo, fica clara a proximidade entre elas.

3.3 Terceiro estudo de simulação de localização do Portão Colonial

Na terceira simulação, utilizam-se dados de uma planta que reconstitui o quarteirão da Santa Casa de Misericórdia, encontrada no acervo da Santa Casa e sobreposta a imagem de satélite da mesma área, de 2019. O desenho de reconstituição do quarteirão da Santa Casa de Misericórdia no século XIX, reúne informações de quatro áreas cedidas ou doadas à irmandade da Santa Casa de Misericórdia entre 1825 e 1845.

Figura 11 - Estudo 3 – Referente aos dados extraídos da planta de reconstituição do quarteirão da Santa Casa de Misericórdia no séc. XIX elaborada no início do Séc. XX sobreposta na imagem de satélite (Google Earth). Elaborado pelos autores.



Fonte: Acervo do CHC Santa Casa/Arquivo Central e Google Earth

Durante a construção do Viaduto Loureiro da Silva foram realizadas profundas alterações nas características dos terrenos que o envolvem, como foi descrito. Por sua vez, é apenas pela identificação de um “ponto de referência”, ou seja, uma característica do terreno inalterado ao longo do tempo, que é possível sobrepor as imagens de tempos tão diferentes. A figura 10 traz a posição do marco físico da planta de reconstituição do quarteirão da Santa Casa de Misericórdia no séc. XIX e a posição do Portão (nº3 na fig. 11) descrita no levantamento de reconstituição do quarteirão (fig.11). Tal ângulo é utilizado como o elo de ligação que corresponde à mesma posição no espaço entre as imagens de diferentes tempos e que possibilita o

encaixe entre elas. Assim, o ângulo do terreno da rua Professor Annes Dias, assinalado como a letra “A” (fig. 10), permite a sobreposição entre as imagens, mesmo que as informações presentes sejam muito diferentes.

Fig 11 – Segmento da planta de reconstituição do quarteirão da santa casa de Misericórdia no séc. XIX



Fonte: Acervo do CHC Santa Casa/Arquivo Central

O local apontado como o lugar do Portão Colonial, no terceiro estudo, está localizado entre o ponto indicado pelo primeiro estudo e a área assinalada pelo segundo estudo. Assim, foi possível delimitar, mesmo que de forma aproximada, a região onde se localizou o Portão Colonial de Porto Alegre. O resultado do terceiro estudo também não traz a forma e as dimensões do Portão, apenas uma referência espacial.

Se faz necessário reconhecer algumas limitações dos estudos de localização do Portão Colonial de acesso a Porto Alegre proposto neste artigo. Nas sobreposições de imagens onde se procura localizar a posição do Portão no espaço contemporâneo existem limitações dadas pelo processo empregado. Na segunda simulação, mesmo sendo um material de qualidade reconhecida pela riqueza de seus dados, há na planta do século XIX de L. P. Dias, limitações naturais em função das tecnologias utilizadas para a elaboração de mapas da época, como a ausência de dados referentes à topografia do terreno. Ao mesmo tempo, a elaborada tecnologia trazida pela imagem de satélite conta com imperfeições referentes à lente fotográfica e a adequações entre as escalas das imagens.

A seguir, uma imagem que reúne as posições do Portão Colonial encontradas em cada um dos 3 estudos (fig.12). São apontadas na imagens as referências espaciais encontradas nos primeiro e terceiro estudos e também, a área relativa ao Portão apontada no segundo estudo. Os estudos estão assinalados nas imagens pelas numerações 1, 2 e 3, correspondendo ao

primeiro, segundo e terceiro, respectivamente. A fotografia utilizada para a sobreposição dos estudos demonstra muitas possibilidades sobre a posição do Portão. Uma delas seria a de que o Portão de Porto Alegre poderia ter um de seus lados junto ao ponto 1 demarcado na imagem e o outro lado junto ao ponto 3. Estes pontos também poderiam se referenciar ao seu centro. Entretanto, a mancha assinalada com a numeração 2 aponta para uma área relativa ao espaço demarcado na planta de L.P.Dias e transposta sobre a figura 12.

Figura 12 – Simulação dos 3 locais resultante dos estudos de localização do Portão Colonial localizados sobre uma imagem contemporânea.



Fonte: foto de José Daniel Simões

Os estudos são feitos apenas com dados que não consideram as várias transformações da topografia que aconteceram ao longo da história. Assim, apesar de se apontar um local para a posição do portão colonial, a partir do contexto urbano atual, não é possível saber em que cota de nível ele estaria, podendo seu espaço estar abaixo de um aterro, ou mesmo “flutuando no ar”, ou seja, acima da superfície do terreno que se tem hoje, representada na figura 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou recuperar um fragmento da história do período colonial de Porto Alegre, uma fase em que Porto Alegre tinha seus limites cercados por uma trincheira, e seu acesso se dava pelo chamado “Portão”, onde eram controlados os fluxos de entrada e saída terrestre da cidade. O local deste portão, sofreu profundas transformações, como escavações para ampliação de vias, além da construção do viaduto Loureiro da Silva. Apesar de haver documentações referente a antiga praça do Portão, existem poucas informações documentadas sobre o Portão Colonial.

Este estudo demonstra que o apagamento de um espaço urbano importante da cidade pode provocar o esquecimento de sua história. Reconhecido como elemento importante da cidade, durante um longo período desde a sua fundação, a história do Portão Colonial de Porto Alegre, acesso da cidade entrincheirada durante um período de conflitos, que levou a cidade passar por longos períodos de cerceamento de suas atividades, é muito pouco conhecida atualmente.

Com as limitações dos dados e processos empregados e tendo uma pequena variação encontrada em cada um dos três estudos de simulação elaborados na busca de um reconhecimento sobre a posição do Portão Colonial, é possível atribuir, apenas de forma aproximada, qual seria o seu local na paisagem contemporânea de Porto Alegre. Contudo, o exercício se justifica uma vez que demonstra o apagamento definitivo desse elemento da história da cidade.

Apesar de ter a sua imagem ‘recriada’ em meados do século XX, a sua representação não colabora com o conhecimento de sua história, uma vez que não são explicados na lei quais os critérios que foram considerados ao se desenhar a sua possível imagem no brasão da cidade. Atualmente, não se encontra nenhuma referência a existência do Portão Colonial de Porto Alegre nesta cidade.

REFERÊNCIAS

- ACERVO DO CHC SANTA CASA/ARQUIVO CENTRAL. Planta de reconstituição do quarteirão da Santa Casa de Misericórdia no séc. XIX. Porto Alegre. Ano desconhecido.
- ACERVO DA HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Mapa de porto alegre de 1839 elaborado por L. P. Dias. Porto Alegre, 1839.
- ARQUIVO PÚBLICO DO RS- APERS. Auto de medição de 1 de fevereiro de 1825, 1º cartório cível, emitido pelo Desembargador Luiz Correa Teixeira de Bragança. Porto Alegre, 1825.
- FIALHO, Daniela Marzola. *Cidades visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, 2010.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre - Guia Histórico*. 2ª Ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1992.
- _____. *Porto Alegre Ano a Ano – 1732-1950*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2012.
- MACEDO, Riopardense. Francisco de. *Porto Alegre – Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre - A Cidade e Sua Formação*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole S.A., 1993.
- PIMENTEL, Luis Serrão. *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares & irregulares, praças de campanha e outras obras pertencentes a arquitetura militar*. Distribuído em duas partes, operativo e qualificativo ao muito alto e poderoso Príncipe Dom Pedro, nosso senhor. Lisboa, 1680.
- TELLES, Leandro da Silva. *A praça do Portão e o viaduto Loureiro da Silva*. Gabinete Municipal de Planejamento e Coordenação – GAPLAM. 1970.

AS DUAS FACES DE UMA MESMA REPÚBLICA: O OBELISCO A DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA - PELOTAS E O MONUMENTO A JÚLIO DE CASTILHOS - PORTO ALEGRE

THE TWO FACES OF THE SAME REPUBLIC: THE OBELISK TO DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA - PELOTAS AND THE MONUMENT TO JÚLIO DE CASTILHOS - PORTO ALEGRE

Elisabete da Costa Leal¹

Laura Giordani²

RESUMO

O presente texto é composto por uma breve análise do obelisco republicano erguido a Domingos José de Almeida na cidade de Pelotas, em 1885 e do monumento/obelisco erguido em homenagem a Júlio de Castilhos, na cidade de Porto Alegre, em 1913. Os dois indivíduos homenageados por esses monumentos foram políticos que defendiam o republicanismo no século XIX que atuaram em momentos diferentes - um na primeira metade do século e outro em sua segunda metade -, o que resultou em estruturas estéticas diferentes para os dois obeliscos. Neste artigo, demonstra-se como ambos os obeliscos, construídos em situações históricas diferentes, remontam às origens republicanas da Revolução Farroupilha.

Palavas-chave: Monumento. Obelisco. República. Porto Alegre. Pelotas.

ABSTRACT

The present text consists of a brief analysis of the republican obelisk erected to Domingos José de Almeida in the city of Pelotas in 1885 and the monument/obelisk erected in honor of Júlio de Castilhos, in the city of Porto Alegre, in 1913. The two individuals who were honored by these monuments were politicians who advocated republicanism in the nineteenth century and acted at different times - one in the first half of the century and another in its second half - resulting in different aesthetic structures for the two obelisks. In this article, it is shown how both obelisks, built in different historical situations, date back to the republican origins of the Farroupilha Revolution.

KeyWords: Monument. Obelisk. Republic. Porto Alegre. Pelotas.

1 Doutora em História em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora do PPG História e Departamento de História da UFPel

2 Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas

INTRODUÇÃO

A estatua mania francesa durante o século XIX fez com o espaço urbano fosse repensado pelos governantes e cidadãos, dado que as cidades não eram mais vistas apenas como áreas onde as pessoas seguiam sua rotina e realizavam suas tarefas diárias, mas como espaços de convívio onde identidades e relacionamentos poderiam ser criados. Com isso em mente, o espaço urbano passou a ser a galeria onde monumentos em prol da lembrança de indivíduos que contribuíram para a construção da sociedade - vulgo os “heróis” nacionais - pudessem ser lembrados e admirados por meio de monumentos.

Os posicionamentos desses monumentos no espaço urbano, assim como sua estética e estrutura, possuem intenções para adicionar à sua mensagem, uma vez que esses elementos contribuem na adição do que eles buscam homenagear. Fatores como a época em que o monumento foi elaborado, a ideologia do planejador do projeto, do significado buscado e a estética do período influenciam no modo como a estrutura é composta. Dessa maneira, duas homenagens a uma mesma causa, evento ou a dois indivíduos que representam a mesma ideologia ou intenção podem ser estruturalmente diferentes.

No presente artigo, serão abordados dois monumentos construídos em homenagem a dois políticos defensores do republicanismo que atuaram no Rio Grande do Sul durante o século XIX: Júlio de Castilhos e Domingos José de Almeida. Apesar de ambos terem atuado em períodos relativamente próximos, suas circunstâncias foram bem diferentes, com Almeida atuando na primeira metade do século XIX, quando o sistema monárquico de governo estava forte; Castilhos, por outro lado, atuando durante a segunda metade desse século, quando a monarquia já demonstrava sinais de desgaste e possuía poucos apoiadores. Essas diferentes circunstâncias políticas afetaram o modo como os dois operaram em suas carreiras e como seus admiradores e como seus colegas decidiram homenagear suas conquistas.

Antes de explorar como os dois monumentos - o *Obelisco a Domingos José de Almeida* e o *Monumento a Júlio de Castilhos* - se diferenciam, vamos primeiro analisar as particularidades de cada um deles.

1 Domingos José de Almeida, o republicano

Domingos José de Almeida (1797–1871) foi um charqueador e político que atuou principalmente na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Durante sua carreira, foi membro das Assembleias Municipal e Provincial, além exercer a patente de Major na Guarda Nacional. Sendo um estudioso

autodidata em política, economia e direito, era crítico ao Governo Central e à Monarquia, sendo simpatizante do sistema republicano de gestão.

Durante a Revolução Farroupilha (1835–1845), Almeida se aliou aos revoltosos, atuando principalmente nas questões políticas e organizacionais do conflito, principalmente após a República Rio-Grandense ter sido declarada em 1836, sendo ele um dos seus organizadores e redatores da Constituição (Neves, 1987, p. 16). Durante o breve período de existência da República, Almeida exerceu diversos cargos - tais como Ministro do Interior e da Fazenda, Ministro da Justiça, Vice-Presidente da República, General Quartel-Mestre e Ministro do Interior e da Fazenda -, e financiou o jornal *O Povo*, que teve a função de manter os habitantes informados a respeito do conflito e das decisões do governo entre os anos 1838 e 1840 (NEVES, 1987, p.18). Com a assinatura da Paz de Ponche Verde em 1845, Domingos de Almeida retornou a Pelotas, retomando seus negócios e carreira política. Domingos José de Almeida veio a falecer em 1871 em sua casa devido à consequências de ataques epiléticos.

As ambições republicanas dentro da Revolução Farroupilha podem não ter dado os frutos desejados por seus simpatizantes após o fim do conflito, porém, isso não significou que elas se extinguiram. Os partidos que surgiram na segunda metade do século XIX que possuíam simpatia ou defendiam o modelo republicano de governo viam na revolta um exemplo a ser seguido, acreditando que foi durante o conflito que nascera o ideal republicano no Rio Grande do Sul e adicionando essa ação ao seu discurso (PICOLLO, 1991, p. 67).

Os membros do Partido Republicano de Pelotas, fundado em 1881, se incluíam nessa onda de políticos que viam na Revolução Farroupilha como a chama-piloto do republicanismo gaúcho, tanto que decidiram erguer um monumento em comemoração dos 50 anos do início da Farroupilha em setembro de 1884 (OSÓRIO, 1997, p. 214). A ideia de um monumento em tributo ao ideal republicano havia sido levantada pelo jornal *A Discussão* em 1881, porém, a matéria propunha que ele fosse erguido em homenagem à Tiradentes, porém, visto que os integrantes do partido eram jovens da elite pelotense - incluindo um dos filhos de Domingos de Almeida, Piratinino de Almeida -, e quase todos possuíam algum curso superior e conhecimento em teorias políticas, foi decidido que o homenageado deveria ser alguém que tivesse um relacionamento mais próximo com a história da cidade. Com isso, a comissão montada para a elaboração do projeto - comandada por Álvaro José Gonçalves Chaves - decidiu que Domingos José de Almeida seria o homenageado no monumento, assim conectando três pontos: um tributo à Revolução Farroupilha; uma exaltação ao ideal republicano; e a

consagração de um cidadão local que se identificava com esses dois temas.

Em 7 de abril de 1885, foi inaugurado o *Obelisco Domingos José de Almeida* na cidade de Pelotas. A coluna foi construída em alvenaria, possuindo nove metros de altura e dois metros de base, possuindo em suas quatro faces um total de: duas placas de bronze, três símbolos em argamassa e seis datas em massa de cimento.

Há diversas particularidades a respeito do obelisco, começando pela sua data de inauguração: 7 de abril. O aniversário da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro - evento ocorrido em 1831 -, foi escolhido pelos republicanos pelotenses demonstrando um certo desdém para com os monarquistas, visto que o propósito do monumento era justamente saudar o republicanismo que se opunha ao que a Família Real representava. Além disso, tal como sabemos, o Brasil passou a ser uma república a partir de 1889, o que significa que o *Obelisco Domingos José de Almeida* possivelmente é o primeiro monumento republicano a ser erguido no Brasil e o único a ser inaugurado durante o Governo Monárquico.

As escolhas de erguer um obelisco, e não um monumento, está ligado ao local de sua construção. Foi decidido erguê-lo em uma área afastada do centro da cidade e, conseqüentemente, de pouca visibilidade para o público, o que parecia ser um elemento danoso no erguimento de um monumento. Dentro da vertente napoleônica da estatuamania francesa, obeliscos são utilizados para servirem de marco, de indicadores de locais de importância, e são ausentes de imagens ou de figuras humanas em sua estrutura, pois, possui como prioridade a valorização dos atos e méritos do que está sendo homenageado (KNAUSS, 2003, p. 178). No caso do *Obelisco Domingos José de Almeida*, ele foi erguido no mesmo local onde funcionou a charqueada Domingos José de Almeida, marcando o local onde ele viveu, trabalhou e morreu em Pelotas, demonstrando que o lugar onde foi erguido era de importância. Além disso, é possível que erguer o obelisco no centro de Pelotas ou em outro local de maior visibilidade pública fosse inviável, dado que a cidade possuía uma tradição política mais voltada para a monarquia, então inaugurar um monumento que se opunha a esse modelo de governo em um local com mais notoriedade seria algo talvez pouco aceito pelos cidadãos e poder público.

Imagem 1 – Obelisco Domingos José de Almeida, Pelotas, Rio Grande do Sul

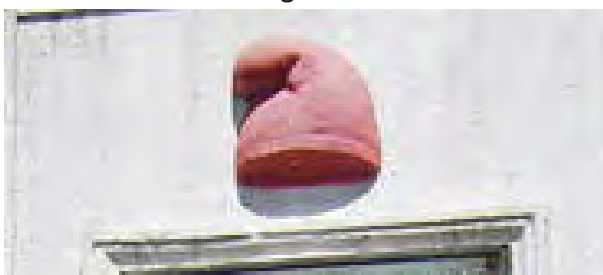


Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 103, 2015.

Na face frontal do obelisco foram colocados cinco elementos: um barrete vermelho em massa de cimento; uma placa de bronze; um símbolo com duas mãos se cumprimentando em massa de cimento pintado em vermelho e verde; o brasão de armas da República Rio-Grandense em massa de cimento pintado com as cores oficiais; e uma placa em bronze, que foi adicionada posteriormente.

O Barrete Frígio, ou o Barrete da Liberdade, é um símbolo usado para a representação de uma nova República desde a Revolução Francesa (HUNT, 2007: p. 83), a presença desse signo no obelisco - em seu topo - representa não apenas o ideal de Domingos de Almeida e dos Farrapos sobre o republicanismo, mas como uma espécie de aposta: era uma forma dos republicanos pelotenses demonstrarem que uma nova República estava para nascer e que a Monarquia estava chegando ao fim.

Imagem 2 - Barrete vermelho, face frontal do Obelisco Domingos José de Almeida



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 105, 2015.

A primeira placa de bronze, que está logo abaixo do barrete, possui a inscrição: “OS REPUBLICANOS DE PELOTAS RECOMMENDAM AOS VIANDANTES A MEMÓRIA DE DOMINGOS DE ALMEIDA; 20 DE SETEMBRO DE 1884”. Essa placa é ponto chave do monumento, pois, informa a quem a estrutura foi erguida em homenagem, quem o colocou lá e a data de sua elaboração. A presença data da reunião em que foi decidido a estrutura da coluna - 20 de setembro de 1885 - ao invés da data de inauguração dela - 7 de abril de 1885 - é uma forma de reforçar que o propósito do monumento estava em honrar a memória de Domingos José de Almeida como um republicano ao invés de ser uma comemoração à saída de D. Pedro I, apesar de, aparentemente, ter sido o motivo pelo qual a data de inauguração foi escolhida.

Imagem 3 - Placa de bronze, face frontal do Obelisco Domingos José de Almeida



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 106, 2015.

O aperto de mãos está logo abaixo da placa, porém, nota-se que o cumprimento está sendo feito com a mão esquerda ao invés da mão direita. Quando um cumprimento de mãos é representado com a mão esquerda, ele simboliza a “Fraternidade”, relacionando o monumento com o lema da Revolução Francesa - “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” -, revolta no qual os Farrapos simpatizantes do republicanismo se inspiraram.

Imagem 4 – Aperto de mãos, face frontal do Obelisco Domingos José de Almeida



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 107, 2015.

O Brasão de Armas da República Rio-Grandense está presente porque o Obelisco não é apenas uma homenagem a Domingos José de Almeida, ele é também um tributo à Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense, o qual Almeida ajudou a organizar e executou papéis de importância em sua administração. Sua presença é indispensável em um monumento que representa a memória da República sulina.

Imagem 5 - Brasão de Armas Rio-Grandense, face frontal do Obelisco Domingos José de Almeida



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 108, 2015.

A peça final dessa face do obelisco é a placa em bronze da Sociedade Agrícola de Pelotas, que foi colocada no monumento em 1945. Infelizmente a placa não está mais presente na coluna, pois, ela foi roubada. Nela, estava escrito: “HOMENAGEM DA SOCIEDADE AGRÍCOLA DE PELOTAS E DA LIGA DE DEFEZA NACIONAL, NO CENTENÁRIO DA PACIFICAÇÃO FARROUPILHA; 3-3-184 3-3-1945”. A presença dessa placa é curiosa e fora de contexto, visto que ela não menciona o homenageado Domingos José de Almeida, nem a República Rio-Grandense, nem o Partido Republicano de Pelotas, fugindo do tema ao celebrar o centenário do fim da Revolução Farroupilha. Sua presença no monumento se deve, provavelmente, pela placa ser relacionada à Revolução Farroupilha e foi decidido que ela se encaixaria bem com o obelisco, dado que ele aborda esse tema.

Imagem 6 - Segunda placa de bronze, face frontal do Obelisco Domingos José de Almeida



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clío, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 109, 2015.

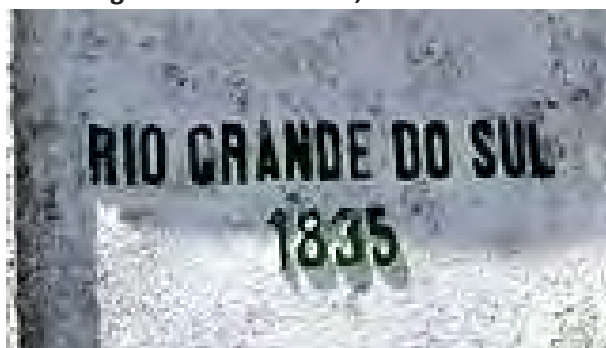
Na face da direita do Obelisco, há duas datas moldadas em massa de cimento: “6 de novembro de 1836” e “Rio Grande do Sul 1835”. A primeira data, “6 de novembro de 1836”, referência aos dias em que a República Rio-Grandense foi organizada - 5 e 6 de novembro de 1836 - e os responsáveis pelos cargos administrativos foram escolhidos, ocasião no qual Domingos José de Almeida participou e recebeu o cargo de Ministro do Interior e da Fazenda. A segunda data, “Rio Grande do Sul - 1835”, é claramente a indicação do ano do início da Revolução Farroupilha, evento que os republicanos pelotenses admiravam.

**Imagem 7 – Data na face da direita do
Obelisco Domingos José de Almeida, “6 de novembro – 1836”**



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 110, 2015.

**Imagem 8 – Data na Face da direita
Obelisco Domingos José de Almeida, “Rio Grande do Sul – 1835”**



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 111, 2015.

Na face da esquerda, há mais duas datas em massa de cimento: “15 de outubro de 1822” e “Minas Geraes - 1797”. A primeira data, “15 de outubro de 1822”, é o dia em que a notícia que o Brasil havia se tornado independente de Portugal chegou em Pelotas, fato que foi comemorado por Domingos de Almeida, que organizou uma festa para celebrar o nascimento de um Brasil livre do colonialismo lusitano. A segunda data, “Minas Geraes - 1797”, indica o ano e a província de nascimento de Domingos de Almeida, dado que o obelisco foi erguido em sua homenagem no lugar onde ele viveu, trabalhou e faleceu, foi interpretado que era necessário inserir algo a respeito de suas origens no monumento.

**Imagem 9 – Data na face da esquerda do
Obelisco Domingos José de Almeida, “15 de outubro – 1822”**



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 112, 2015.

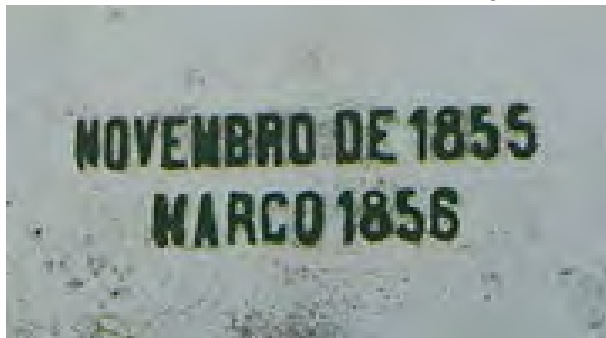
**Imagem 10 – Data na face da esquerda do
Obelisco Domingos José de Almeida, “Minas Geraes – 1797”**



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 112, 2015.

Na face posterior da coluna há mais duas datas em massa de cimento: “Novembro de 1855” e “Março de 1856”. Essas duas datas referenciam um dos atos de filantropia praticados por Almeida, reforçando que o obelisco celebrava um político e cidadão exemplar: os primeiros casos de Cólera Morbus começaram a causar vítimas fatais em Pelotas em Novembro de 1855 e Domingos de Almeida financiou, com isso, um hospital para tratar os afligidos pela doença. O mesmo foi inaugurado em Março de 1856. Essa obra de caridade feita por Almeida foi considerada significativa e exemplar o suficiente pelos membros do Partido que decidiram registrar esse ato no obelisco, como uma forma de justificar o merecimento da homenagem.

Imagem 11 – Datas na face posterior do Obelisco Domingos José de Almeida, “Novembro de 1855” e “Março de 1856”



Fonte: GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 113, 2015.

A partir da análise dos elementos presentes no Obelisco, fica claro que não havia intenção de acrescentar uma reprodução visual de Domingos de Almeida no monumento, procurando dar maior destaque às ideias republicanas que ele representava, ao mesmo tempo, em que celebrava o seu trabalho e vida em Pelotas. Para o Partido Republicano de Pelotas, o que importava nessa homenagem era transmitir a mensagem de que a República era uma possibilidade para o futuro do Brasil, que ela já havia acontecido em sua história - a exemplo da República Rio-Grandense, proclamada e que persistiu durante a Revolução Farroupilha - e que ela seria construída por homens como Domingos José de Almeida, que acreditavam que ela era possível. O que importava recordar e perpetuar no *Obelisco a Domingos José de Almeida* era a memória e as conquistas do homenageado, e não sua imagem.

2 Júlio de Castilhos, o Positivista

Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) foi um político e jornalista gaúcho, sendo um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense, partido que marcou a transição do regime monárquico ao republicano no sul do Brasil. Seu trabalho foi de suma importância para a formação política do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX.

Teve sua formação e início da sua carreira como político e jornalista na Faculdade de Direito de São Paulo, onde começou a frequentar grupos de intelectuais que simpatizavam com o republicanismo. Nessa época da faculdade ele conheceu Assis Brasil e com ele, em 1879, fundou o jornal *A Evolução*. Castilhos também foi redator do jornal *A República*, o periódico do Clube Republicano Acadêmico. Ainda como estudante de Direito, Castilhos teve contato com a doutrina Positivista - filosofia criada por Auguste

Comte (1798–1857), que influenciou fortemente os republicanos brasileiros na segunda metade do século XIX -, se tornando um dos principais líderes dessa corrente no meio acadêmico e político. Em fevereiro de 1882, Júlio de Castilhos participou da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) - junto a indivíduos como Assis Brasil, Pinheiro Machado e Venâncio Aires -, e logo se tornou um dos principais líderes pela organização e orientação política republicana. Em 1884, foi fundado o jornal oficial do PRR, *A Federação*, o qual Castilhos assumiu a direção até 1889, e utilizava-o como modo de expressar suas ideias políticas, assim como criticar seus adversários.

Em sua carreira política, destaca-se o seu papel de redator da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul em 1891, sendo eleito no mesmo ano como Presidente do Estado, no entanto, teve que abdicar o cargo em novembro do mesmo ano devido seu apoio a Deodoro da Fonseca, que havia praticado um golpe para garantir sua permanência no poder. Nesse ano, Castilhos retornou a escrever na *A Federação*, onde criticava e atacava seus adversários. Ele retornou ao cargo de Presidente do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1898. No primeiro ano de governo teve início a Revolução Federalista (1893-1895) - revolta civil que abalou o Estado devido aos extremismos que dominavam a esfera política gaúcha na época -, os apoiadores de Gaspar Silveira Martins desejavam depor Júlio de Castilhos e estabelecer um sistema parlamentar de governo federal, porém, acabaram derrotados pelo exército brasileiro e pelos apoiadores de Castilhos.

A morte de Júlio de Castilhos, em 1903, foi repentina, porém, os membros do PRR não perderam tempo em começar a planejar um meio de homenageá-lo. Borges de Medeiros - sucessor e aliado político de Castilhos -, via na criação de um monumento a Castilhos um modo de assegurar que o PRR não se fragmentaria (LEAL, 2006, p.205), pois, lembrar sua imagem era um meio de afirmar a força política do Partido e sua unidade. A encomenda do monumento foi feita uma semana após a morte de Castilhos - Décio Villares foi o artista escolhido para realizar a obra -, e ele foi inaugurado dez anos depois, em janeiro de 1913, na Praça da Matriz em Porto Alegre.

Imagem 12 – Visão geral do Monumento a Júlio de Castilhos



Fonte: LEAL, E. C. Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p.253

O Monumento a Júlio de Castilhos foi estruturado de maneira a mostrar três fases da vida de Castilhos: A propaganda republicana, a organização do governo Positivista no Estado do Rio Grande do seu e a sua retirada do governo (DOBERSTEIN, 1992, p. 44), cada uma dessas fases está localizada em uma das faces do obelisco. A fase da propaganda republicana é representada com uma figura jovem entregando um panfleto, que corresponde ao jornal *A Federação*. A fase de organização de governo é a figura frontal no monumento, representada com a imagem de Castilhos como um homem maduro, sentado em uma posição de quem está pronto para agir e com um livro na mão esquerda, simbolizando que apesar dele ser um homem culto, está sempre pronto para agir; abaixo dessa representação está

uma placa com a inscrição “A JÚLIO DE CASTILHOS / 1868-1903 / A PÁTRIA AGRADECIDA” e logo abaixo a data em destaque de “1907”. A fase final, a leste do obelisco, é a que lembra Castilhos longe do governo, representada como um homem idoso e experiente, sentado em uma posição pensativa, possivelmente refletindo a respeito de todos os seus feitos e estendendo a mão ao observador - como se estivesse oferecendo para compartilhar seu conhecimento -; com uma placa que diz “LIBERTAS QUE SERA TAMEN” (Liberdade ainda que tardia), referindo-se a como levou muito tempo para o republicanismo substituir a monarquia, mas o que importava era que ele havia ocorrido (DOBERSTEIN, 1992, p. 47).

Imagem 13 – Representações das fases de vida de Castilhos, Monumento a Júlio de Castilhos: Juventude, à esquerda; Maturidade, no centro; Velhice, à direita.



Fonte: LEAL, E. C. Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p.257.

No topo do obelisco, encontra-se uma efígie da República, representada no topo de uma esfera, demonstrando que ela estava vitoriosa. Essa representação de triunfo é reforçada pela presença do ano da Revolução Francesa - 1789 - logo abaixo da estátua, em seguida há a data da Proclamação da República brasileira - 15 de novembro de 1889.

Na face frontal, ao redor da imagem de Castilhos maduro, estão posicionadas ao redor dele as representações de sua personalidade e qualidades - Coragem, Firmeza e Prudência. O artista explicou cada um desses elementos em uma publicação sobre seu trabalho: a Coragem, à sua esquerda superior, tomou forma de um jovem impaciente, que se lança ao ar e carre-

ga um ramo de louros, representando a vitória e incitando Castilhos a agir; à direita inferior de Castilhos está a figura da Firmeza, se apresentando como uma figura atlética usando uma armadura, ereta e inabalável, servindo como uma espécie de sentinela; por fim, a Prudência é representada por uma figura feminina na esquerda inferior de Castilhos, que está alertando sua Coragem sobre o perigo de um dragão que está à frente do monumento, representando a Monarquia e seus adversários. (VILLARES, GONÇALVES, 1922, p.26). Logo acima de Castilhos, ainda é possível ver uma imagem feminina usando um barrete e carregando uma bandeira, que representa o Civismo.

Imagem 14 – Personificação dos aspectos da Personalidade de Castilhos no Monumento à Júlio de Castilhos: Firmeza, à esquerda; Prudência, no centro; Coragem, à direita.



Fonte: LEAL, E. C. Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p.258.

Por fim, na face posterior do monumento, há a estátua de um homem com um chapéu em uma das mãos erguidas, montado em um cavalo, - que tem as patas frontais elevadas, demonstrando sua agitação -, celebrando o início da República, com o brasão de armas do Rio Grande do Sul logo abaixo. Essa imagem é uma alusão ao prestígio popular de Castilhos (Leal, 2006, p.259).

**Imagem 15 – Imagem do Gaúcho na face posterior do
*Monumento a Júlio de Castilhos.***



Fonte: LEAL, E. C. *Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p.260.

A localização do *Monumento a Júlio de Castilhos* é estratégico, pois, além de estar localizado no centro de Porto Alegre e próximo aos principais prédios da cidade, era um local onde diversas manifestações políticas e cívicas ocorriam (MACEDO, 1993, p. 28). O próprio Castilhos havia participado de atos políticos naquela localidade durante seus anos de atividade. A localização do seu monumento na praça era um modo de marcar um espaço de manifestação e atividade política, além de ser uma maneira de recepcionar os participantes do ato com a figura de um personagem político que fez uso desse local para defender suas ideias e servir como inspiração a eles. O *Monumento a Júlio de Castilhos* demonstra que não são apenas os atos e ideias que Castilhos defendia que eram importantes, que a sua própria imagem tinha que ser perpetuada na história, que não seria possível separar as ações do homem.

3 Dois obeliscos e uma República

Como pode se perceber, tanto os monumentos erguidos em homenagem à Almeida e Castilhos tratam-se de obeliscos - os dois com a pretensão de perpetuar seus feitos e de marcar um local de importância -, no entanto, estruturalmente os dois são bem diferentes. Essas diferenças se devem pelos dois personagens terem pertencido à fases distintas do republicanismo gaúcho e suas homenagens receberam, como consequência, tratamentos diferentes.

Nos dois casos, os obeliscos são o que Alois Riegl caracterizou como “Monumento com Valor de Memória Intencional”- ou “Monumentos Intencionais” -, que se tratam de monumentos erguidos com um propósito ou planejados e elaborados como um modo de garantir que um evento, ou indivíduo não se torne um elemento do passado, mas uma memória que permaneça influenciando o presente (RIEGL, 2013, p. 42). Considerando isso, é possível concluir que monumentos são criados para que a memória do acontecimento ou indivíduo homenageado por eles se torne um bem público, pois o seu maior objetivo é que ele seja visto e admirado, por isso o uso do espaço urbano é perfeito para o monumento, devido ao grande trânsito de pessoas - moradoras e visitantes da cidade - que acabam se tornando expectadores não-intencionais dessas construções.

Visto que o entendimento por trás da construção de um Monumento Intencional está em permitir que o maior número de pessoas tenha acesso ao objeto, a escolha de colocar o *Obelisco a Domingos José de Almeida* em uma área afastada do centro da cidade de Pelotas - por mais que o local onde ele foi erguido possua certo valor - é incomum. Se o objetivo dos republicanos pelotenses em 1885 era honrar a memória e os atos de Almeida, eles poderiam ter procurado uma maneira de homenageá-lo com uma estátua e colocado em um local de maior visibilidade, afinal, ainda estariam celebrando um cidadão da cidade; porém, a finalidade do obelisco estava em não deixar que a existência da República Rio-Grandense se esvaecesse da memória dos pelotenses. A inclusão de Almeida no monumento era uma maneira de dar aos cidadãos de Pelotas um exemplo mais próximo de seu cotidiano.

Uma homenagem mais vivaz também não seria possível, provavelmente, por outros dois motivos: política e foco. Tal como foi comentado anteriormente, Pelotas possuía uma cultura e política mais simpática ao Império no século XIX, então, por mais que houvessem republicanos vivendo e trabalhando na cidade, o erguimento de um monumento chamativo que se posicionasse contra essa tradição seria algo malquisto - ou impossível - de ser concebido pela sociedade da região. A simplicidade do monumento

se dá para manter o foco do que ele realmente pretende comunicar: a história da República que passou e a que está por vir. A estrutura do *Obelisco a Domingos José de Almeida* se dá para mostrar que uma República já havia nascido no Brasil, que foram homens como Domingos de Almeida que trabalharam para que ela acontecesse, e que ainda havia aqueles que acreditavam que ela um dia retornaria; caso fosse mais extravagante, ou chamativo, e usando da imagem de Almeida, o monumento perderia sua substância, se tornando uma homenagem mais pessoalizada do que a memória de uma ideia a ser perpetuada.

Isso não ocorre com o *Monumento a Júlio de Castilhos*. O fato dele ter sido inaugurado quando o Brasil já era uma República pode ter contribuído na sua maior liberdade de expressão e localização mais avantajada, porém não foi por conta disso que sua elaboração foi feita de tal forma. A filosofia Positivista de Comte, o qual o PRR e Júlio de Castilhos seguiam, também abrangia uma espécie de “guia” estético que deveria ser utilizado na ocasião de homenagear um indivíduo com um monumento. Segundo Comte, a representação de figuras exemplares e sua apreciação estética era mais importante que sua representação realista, pois a Arte deveria cultivar nosso desejo pela perfeição (COMTE, 1912, p. 282), ou seja, para os positivistas, a imagem do indivíduo deve ser tão celebrada quanto os seus atos e ideias, pois é um modo de fazer com que o observador procure ser como o homenageado.

Dado que Júlio de Castilhos era um positivista que defendeu e pregou os ideais da doutrina, acabou por fim sendo um homenageado que recebeu um tributo que casou com a filosofia. O artista que realizou o monumento era um positivista que conhecia tal filosofia e a tinha assumido como balizadora de seu ideal estético, expressando no monumento uma narrativa da personalidade positivista de Castilhos, como um governante prudente, corajoso e firme.

O republicanismo expresso no monumento a Castilhos também remontou às origens farroupilhas expressos pelo cavaleiro gaúcho com o chapéu erguido saudando a vitória. Vale lembrar que o brasão das armas do Rio Grande do Sul, posicionado logo abaixo do cavaleiro, tem origem na bandeira farroupilha. Castilhos já havia garantido esse link em 1884, em um de seus artigos jornalísticos, ao afirmar que o Rio Grande do Sul era a Província mais republicana do Brasil devido “a imortal revolução de 1835” (CASTILHOS, 2003. p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento republicano gaúcho teve diferentes fases e personagens que marcaram esses momentos no século XIX, que acabaram por influenciar aqueles que contribuiriam com as fases seguintes. Essa sucessão de fases políticas não afetou apenas como os ideais republicanos propagados, como também o modo como os que procederam ou lideraram o movimento foram lembrados e homenageados.

Domingos José de Almeida participou do movimento que daria os fundamentos do movimento republicano no Rio Grande do Sul, porém o obelisco em sua homenagem foi erguido ainda durante a monarquia, ao mesmo tempo que esse ato mostra a defasagem do Império naquele momento. Nesse monumento, o importante foi lembrar a influência que ele teve principalmente com o Partido Republicano de Pelotas e com a cidade, ao mesmo tempo que se honrava os cinquenta anos de início da Revolução Farroupilha, movimento o qual ele fez parte. Dar maior visibilidade à sua imagem seria como minimizar o que estava sendo celebrado em favor de uma personalização estética.

Júlio de Castilhos, por outro lado, fez parte de um movimento o qual ele mesmo foi um dos líderes, e aqueles que elaboraram sua homenagem póstuma foram os mesmos que trabalharam com ele. Dado que o momento da elaboração de seu obelisco era pós-Proclamação da República, e que havia do Positivismo em sua história, o monumento celebratório pode ser muito mais elaborado, adornado e localizado em um lugar de destaque, que, ao mesmo tempo marcaria um elemento de importância de sua carreira.

O modo como os dois monumentos foram tão diferentemente planejados apesar de possuírem a mesma forma como base - um obelisco - demonstra como a política gaúcha sofreu mudanças em um período relativamente curto de tempo, ao ponto que resultaram em duas formas de realizarem uma homenagem ao ideal republicano.

REFERÊNCIAS

- AGULHON, Maurice. Mariana, objecto de 'cultura'? In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, JeanFrançois (orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. MACEDO, Francisco R. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARNEIRO, Paulo (Org.) *Idéias políticas de Júlio de Castilhos*. Brasília: Senado Federal, 1981.
- CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARVALHO, José M. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: LEAL, Elisabete e GRAEBIN, Cleusa (orgs.) *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.
- CASTILHOS, Júlio de. Movimento Republicano. In: FRANCO, Sérgio da Costa. *O Pensamento Político de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- COMTE, Auguste. Aptitude esthétique du positivisme. Tome I. Discurs préliminaire – 5a. Partie. In: *Système de politique positive*. Paris: Librairie Positiviste, 1912.
- COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista*. São Paulo: Abril Cultural. 2. ed. 1983.
- COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. 5. ed. Paris: Librairie Positiviste, 1892-1894. Tome VI.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1985. p. 64-125.
- DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia*. Porto Alegre: secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Editora UFRGS, Quarta Edição 2006.
- GIORDANI, Laura. O Obelisco de Pelotas e Sua Análise Iconográfica. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 97- 117, 2015.
- HUNT, Lynn. Formas Simbólicas na Prática Política. In: *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007. Cap. 2
- KNAUSS, Paulo (coord.) *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói, RJ: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

- LEAL, E. C. *Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MACEDO, Francisco R. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas*. Pelotas: Editora UFPel; Livraria Mundial, 1993.
- MOTTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1985. p. 64- 125.
- NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal - Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda, 1987.
- OSÓRIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas, volume 1*. Pelotas, RS: Editora armazém literário, 1997.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. Conservadorismo na tradição Liberal: Movimento Republicano (1870-1889). In: BOEIRA, Nelson (coord.); GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*, vol. 2. Passo Fundo: Livraria e Editora Méritos Ltda, 2006.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Editora Da Universidade/UFRGS, 1991.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- SOARES, Mozart P. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- VILLARES, Décio; GONÇALVES, Carlos Torres. *O Monumento a Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Edição do Governo do Estado, 1922. (1. ed. 1913).

“AONDE O SABRE FAÍSCA À LUZ MERIDIANA”: VIOLÊNCIA POLÍTICA EM PASSO FUNDO – O ASSASSINATO DO CORONEL CHICUTA (1892)

WHERE THE SABER SPARKLES IN THE MERIDIAN LIGHT: POLITICAL VIOLENCE IN PASSO FUNDO – THE ASSASSINATION OF THE CORONEL CHICUTA

Djiovan Vinícius Carvalho¹

Alex Antônio Vanin²

RESUMO

O período compreendido entre os anos de 1889 e 1895 foi marcado por efervescências acontecimentos políticos, nos quais a disputa pelo poder foi permeada por atos de violência e por revoltas em diferentes pontos do país. No Rio Grande do Sul, a rivalidade entre republicanos e federalistas fez eclodir uma guerra-civil no ano de 1893, contudo, o período pré-revolucionário é de intenso acirramento de ânimos e asseveramento de ações violentas entre ambas as facções políticas. Desse modo, o presente texto tem por objetivo analisar e contextualizar a disputa pelo poder nesse período, na região norte do estado, em Passo Fundo, enfocando as ações, embates e protagonistas políticos envolvidos no assassinato do principal líder republicano daquela localidade, Francisco Marques Xavier Chicuta, em 18 de junho de 1892.

Palavras-chave: Violência política. Federalistas. Republicanos.

ABSTRACT

The period between the years 1889 and 1895 was marked by ebullient political occurrences, in which the contest for power lead to violence acts and rebellions in different parts of the country. In Rio Grande do Sul, the antagonism between republicans and federalists inchoate to a civil war in 1893, however, the pre-revolutionary period was of intense mood worsening and the escalation of violent actions between the two factions. Thus, the present text aims to analyze and contextualize the power struggle in this period, in the northern region of the state, in Passo Fundo, focusing on the actions, clashes and political protagonists involved in the assassination of the main republican leader of that locality, Francisco Marques Xavier Chicuta, on June 18th, 1892.

Keywords: Political violence. Federalists. Republicans

INTRODUÇÃO

1 Mestrando em História da Universidade de Passo Fundo. Secretário-Geral do Instituto Histórico de Passo Fundo. Bolsista Capes.

2 Mestrando em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Capes.

Na manhã do dia 18 de junho de 1892, na principal via de Passo Fundo, a *Rua do Commercio*, o Coronel Francisco Marques Xavier, conhecido pela alcunha de Chicuta, foi assassinado. O crime, perpetrado um dia depois da retomada de poder estadual por Júlio de Castilhos, está inserido em uma série de ataques, perseguições e ações violentas praticadas em função da busca pelo poder. Esse fato, um dos marcos do período pré-guerra civil em Passo Fundo e no estado do Rio Grande do Sul, ainda foi pouco explorado pela historiografia que tratou do assunto.

Declarada em fevereiro de 1893, a Revolução Federalista (1893-1895) colocou em posições antagônicas os *federalistas*, sob o comando de Gaspar Silveira Martins, e os *republicanos*, liderados por Júlio de Castilhos. A guerra entre *maragatos* e *pica-paus* foi um dos episódios mais graves que a recém-proclamada República do Brasil teve que enfrentar. Pesavento aponta que o conflito foi “caracterizado por atos de violência e barbárie de ambas as facções” (1983, p. 09). A violência política tornou-se aparato de ação e representação política no Rio Grande do Sul nos primeiros anos do regime republicano, ainda antes da guerra civil que se instalaria a partir de 1893, já conservando traços de perseguição e desforra política.

As disputas pelo poder e pela governança do estado irromperam em atos de violência, que se multiplicaram e se asseveraram em momentos específicos de ruptura institucional e instabilidade política, como após a renúncia de Júlio Prates de Castilhos ao governo do estado, em novembro de 1891, e o retorno do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) à governança, em junho do ano seguinte, através de um Golpe de Estado.

Tendo isso em vista, busca-se, ao longo do presente texto, demonstrar de que forma foram perpetradas as disputas políticas, no norte do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1892. Nesse período, em Passo Fundo, como declarou figurativamente um republicano local, os sabres dos passo-fundenses “faiscavam à luz meridiana”, em alusão às violências e aos crimes que se tornaram correntes no município naquele ano, em correspondência ao que se desenvolvia no restante do estado. A partir do assassinato do líder republicano, Francisco Marques Xavier Chicuta, em 18 de junho de 1892, e das consequências do ato para os seguidores do político federalista Antonio Ferreira Prestes Guimarães, tentou-se contextualizar a disputa pelo poder, em Passo Fundo, enfocando, sobretudo, nas ações, embates e protagonistas políticos envolvidos no crime.

Assim, buscou-se, com o cotejo de diferentes fontes – imprensa, processos judiciais, registros eclesiásticos e correspondências, traçar um panorama da instabilidade política vivenciada no estado do Rio Grande do Sul e em Passo Fundo nos primeiros anos do regime republicano, detendo-

se em uma análise qualitativa das fontes consultadas. Para tanto, o texto divide-se em quatro partes: a primeira, *Sob a aurora da República: um período de transições*, objetiva contextualizar os acontecimentos políticos na passagem do regime monárquico para o republicano a nível nacional, estadual e municipal. Por seu turno, a segunda parte, *Os republicanos e os federalistas de Passo Fundo durante o “governicho”: a antessala do crime*, visa apresentar a movimentação entre os diferentes grupos políticos, em Passo Fundo, a partir da proclamação da República. A terceira parte, *Dois processos, um crime: narrativas partidárias*, descreve o crime, os sujeitos envolvidos e os diferentes discursos sobre o assassinato do líder republicano. Por fim, a quarta e última parte *Julgamento e repercussão do crime na imprensa: a anistia em debate*, discorre sobre o julgamento de um dos assassinos de Chicuta, apresentando as opiniões da imprensa carioca e propondo questões acerca da repercussão em nível nacional do referido assassinato.

1 Sob a aurora da República: um período de transições

O período de *transição* do Império para a República foi um momento de mudanças sociais, econômicas e políticas no Brasil³. A publicação do *Manifesto Republicano*, em 1870, marcou “o começo de uma série de iniciativas de articulação do Partido Republicano nas províncias, através da fundação de clubes, núcleos e jornais responsáveis pela propaganda” (PACHECO, 2006, p. 140).

A mobilização intelectual da chamada *Geração de 1870* faz parte da efervescência social e política que marca o período. Naquele momento, um grupo de intelectuais tencionava reformas profundas para a sociedade brasileira, a produção intelectual e a ação política dos membros da *Geração de 1870* devem ser contextualizadas à “crise da monarquia”. É, também, nesse período que o Partido Republicano ganha força, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o movimento abolicionista é estruturado e há sinais de inquietação entre os militares (ALONSO, 2002).

Nesse sentido, Piccolo (1974, p. 113) aponta que a propaganda republicana passa a ser repercutida no Rio Grande do Sul, a partir de 1878, quando os liberais sobem ao poder. É justamente nesse ano que é fundado o Clube Republicano de Porto Alegre. Assim, os primeiros anos da década de 1880 mostram uma intensa atividade política para os republicanos. Em fe-

3 De forma geral, pode-se destacar a abolição da escravidão, os projetos de imigração, o processo de industrialização e urbanização, bem como as campanhas republicanas. Tais transformações abalaram o regime monárquico, contribuindo, dessa forma, para sua desestruturação.

vereiro de 1882, os republicanos sul-rio-grandenses efetivaram sua primeira convenção, organizando o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Nesse período, o Partido Liberal exercia sua hegemonia, sob liderança de Gaspar Silveira Martins. Segundo Love, o partido “tomou o controle da Assembleia Provincial e permaneceu, daí por diante, a força dominante no Rio Grande” (LOVE, 1975, p. 22). Em Passo Fundo, no período, um dos maiores municípios em extensão, localizado no norte do Rio Grande do Sul, a agitação entre os grupos políticos presentes já se fazia sentir desde meados da década de 1880. Nas eleições de 1886, ocorreram impasses com ameaças de morte e a reunião de grupos armados nas proximidades das eleições para a Câmara de Vereadores⁴. Nas discussões na Assembleia Legislativa entre os deputados passo-fundenses Antonio Ferreira Prestes Guimarães, do Partido Liberal, e Gervasio Lucas Annes, do Partido Conservador, atestava-se a existência de perseguições e confrontos entre ambas as facções políticas em Passo Fundo⁵.

Entretanto, durante a década de 1880, com o enfraquecimento do Partido Conservador, “enfrentar-se-iam apenas liberais e republicanos, aqueles numa posição muito mais de defesa, enquanto esses, todos no ataque” (PICCOLO, 1974, p. 118).

As mudanças que se deram no Brasil na segunda metade do século XIX, o descontentamento com a política centralizadora de D. Pedro II e o surgimento e atuação dos partidos republicanos, culminaram com o golpe de 15 de novembro de 1889. A notícia da queda da Monarquia chegou a cavalo em Passo Fundo, no dia 16 de novembro, por intermédio de um funcionário público em serviço em um dos distritos do município (XAVIER E OLIVEIRA, 1957, s/p). As saudações passo-fundenses foram enviadas dias depois, por meio do telégrafo, meio de comunicação que foi instalado na sede do município em simultâneo à instalação da República: *Vivam os Estados Unidos do Brazil!*⁶ Essa foi uma das primeiras mensagens enviadas naquela estação. Simbolicamente, o telégrafo, naquela ocasião, representava os novos ares proporcionados pelo regime republicano, concebido enquanto moderno, apto a comportar as transformações político-sociais que o sistema monárquico fora incapaz de acompanhar. As informações tardariam menos a chegar, tornando-se um ponto de inflexão nos acontecimentos po-

4 AHRS. **Câmaras Municipais**. Passo Fundo. Correspondência. 10 ago. 1886.

5 BRASIL. **Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Discurso do deputado Antonio Ferreira Prestes Guimarães na sessão de 14 de dezembro de 1887. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

6 TELEGRAPHO ao Passo Fundo. **A Federação**, Porto Alegre, n. 274, 29 nov. 1889, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

líticos que se processariam em Passo Fundo nos anos seguintes.

Com o advento da República em 1889, o PRR, consolidar-se-ia enquanto partido hegemônico na política estadual, tendo à frente a figura de Julio de Castilhos, sendo esse período dos primeiros anos do novo regime marcado pela violência e instabilidade política do Rio Grande do Sul. A ascensão do PRR, contudo, não significou, de forma alguma uma passagem desprovida de disputas internas e externas ao partido, visto que, para além da oposição externa ao partido, várias facções internas encontravam-se também na disputa pelo poder estadual, mais tarde seccionadas em dissidências – como os assisistas, alinhados a Joaquim Francisco de Assis Brasil, e os demetristas, vinculados a Demétrio Ribeiro. No decurso dos primeiros anos do regime republicano, o Rio Grande do Sul representava, em um aspecto local, o caos em que se achavam a política e as finanças nacionais (LOVE, 1975).

Em nível nacional, o governo provisório (1889-1891) esteve no poder a partir da Proclamação da República até a elaboração do primeiro documento constitucional republicano, promulgado em 24 de fevereiro de 1891. Esse período é marcado pela série de mudanças políticas e sociais promovidas pelos republicanos, dentre elas: a extinção da vitaliciedade do Senado, a dissolução da Câmara dos Deputados, a supressão do Conselho de Estado, a extinção do Padroado e do beneplácito, a separação entre Igreja e Estado, a transformação das províncias em estados e o banimento da Família Real. Em linhas gerais, as principais características da Constituição de 1891 foram a adoção do presidencialismo e do federalismo como forma organizativa do Estado. Isso possibilitou uma política de alianças nem sempre estáveis ou duradouras para a ocupação da presidência e manutenção de acordos de autonomia política entre os estados da Federação⁷.

2 Os republicanos e os federalistas de Passo Fundo durante o “governicho”: a antessala do crime

As tensões quanto aos rumos da política republicana, da economia nacional e regional colocavam-se como basilares nas disputas por poder e na prossecução das instabilidades institucionais. Em âmbito nacional, a política conduzida pelo Marechal Deodoro da Fonseca já congregava renhida oposição ao cabo de praticamente dois anos de governo. A situação se acirrou após a ordem do Presidente da República de fechar o Congresso

7 Sobre a política de alianças no período da Primeira República, ver mais em: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Nacional, que tentava restringir-lhe poderes, em 03 de novembro de 1891.

O fechamento do Congresso violava a Constituição vigente, proclamada meses antes. A reação dos presidentes de estado foi de apoio unânime à decisão, inclusive por Julio de Castilhos, à frente do governo do Rio Grande do Sul, apoio baseado na necessidade de reconhecimento da legitimidade do PRR no poder, controle sobre a oposição e da simpatia do setor militar sul-rio-grandense, que compunha uma das bases de sustentação do partido castilhista (PESAVENTO, 1983).

O desenrolar dos acontecimentos, entretanto, forçou a renúncia de Julio de Castilhos, ainda antes da renúncia de Deodoro da Fonseca da Presidência do país, que ocorreria em 23 de novembro de 1891, quando a Marinha se revoltou e exigiu a renúncia do presidente sob pena de bombardeio da capital do país. O apoio de Castilhos a Deodoro redundou no acirramento dos ânimos políticos, sobretudo da oposição do extinto Partido Liberal e os dissidentes do Partido Republicano, que se reuniram em protestos armados em vários pontos do estado.

Na sequência, no plano nacional, assumia o Marechal Floriano Peixoto, destituindo os presidentes de estado que haviam apoiado o golpe de 03 de novembro, nomeando novos governantes. No plano estadual, ascendia ao poder uma Junta Governativa Provisória, composta por Joaquim Francisco de Assis Brasil e João de Barros Cassal, republicanos dissidentes, e pelo general reformado Domingos Alves Barreto Leite. (RODRIGUEZ, 2000, p. 67-68).

As disputas de poder que já existiam no município de Passo Fundo aprofundaram-se com a instalação do regime republicano. Após a destituição da Câmara Municipal do poder dos liberais, republicanos históricos do município e conservadores – esses últimos, em sua maioria, republicanos “de última hora” – passaram a rivalizar em maior tom com os antigos liberais, além de ascenderem ao poder municipal através de uma junta governativa composta por republicanos que permaneceria no governo até as eleições municipais em 15 de novembro de 1891, quando foi nomeado como intendente provisório o Cel. José Pinto de Moraes (MIGLIORANZA, 2008, p. 108).

Em protesto à renúncia de Castilhos e ao fechamento do Congresso Nacional, os republicanos castilhistas de Passo Fundo, então liderados pelo Coronel Francisco Marques Xavier Chicuta, deram início a uma concentração de forças, acampando na cidade, com a intenção de marchar para o norte, em expedição militar que pretendia garantir os direitos republicanos (GEHM, 1982, p. 65). As reuniões de simpatizantes ao governo e da oposição no município passaram a ser recorrentes nos meses que se seguiram.



Figura 1. Grupo de lanceiros republicanos reunidos às margens do Rio Passo Fundo, em novembro de 1891. Fonte: Museu Histórico Regional.

Com o arranjo da Junta em torno de representantes das alas da oposição a Castilhos e que haviam sido as principais hostes do movimento que pressionou a renúncia do presidente do estado, esperava-se poder unificar um governo satisfazendo múltiplas demandas, sobretudo as dos revoltosos afinados com Gaspar da Silveira Martins, que pode retornar do exílio no Uruguai, previamente imposto em função da queda da Monarquia (PESAVENTO, 1983, p. 80). Contudo, o compartilhamento de poderes entre republicanos dissidentes e gasparistas, em âmbitos regionais, levou a desordens internas e imobilismo no governo a fim de manter-se coeso na forma e ação (RODRIGUEZ, 2000, p. 68).

O “governicho”, como foi alcunhado por Julio de Castilhos o governo da Junta Provisória, enfrentou instabilidades profundas durante os sete meses em que se manteve na presidência do estado. A organização partidária dos correligionários do PRR, bem como a estrutura de manutenção e acesso à burocracia estatal, por parte dos chefes republicanos locais, assegurava o controle sobre a Guarda Cívica e sobre a nomeação de delegados de polícia, bem como o reconhecimento da legitimidade do mandato, garantindo o poder ao partido (ESPÍRITO SANTO, 1993, p. 100).

A oposição, agora capitaneada pelo PRR, não descartou a possibilidade de retomar o poder por meio das armas a fim de “sustentar e defender a necessidade urgente da restauração do regime constitucional do Estado, onde impera a mais desenvolta anarquia”⁸. Uma tentativa de golpe armado teve lugar no dia 04 de fevereiro de 1892, na capital do estado, por

8 CASTILHOS, Julio Prates de. A attitude de honra. **A Federação**, Rio de Janeiro, n. 294, 21 dez. 1891, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

parte dos castilhistas, contudo, a ação não logrou êxito. Em Passo Fundo, os integrantes do PRR local deixaram o poder após a renúncia do Cel. José Pinto de Moraes, em 20 de janeiro de 1892, no dia seguinte ao assassinato de uma de suas filhas, em função de desavenças pessoais⁹. A partir desse momento, os ex-liberais e republicanos dissidentes do município adentram a administração municipal, sendo reconhecidos legitimamente pelo governo vigente (GEHM, 1982, p. 67-68).

Fora do poder, o PRR de Passo Fundo organizou-se, quando da tentativa de golpe nos primeiros dias de fevereiro, com “lanças, espadas, espingardas, pistolas e foguetes de dinamite, para violentamente deporem o Governo e autoridades constituídas pelo Estado”¹⁰, liderados pelos republicanos Cel. Chicuta, Gervasio Lucas Annes e Lucas José de Araujo. Dos republicanos passo-fundenses, o Cel. Chicuta e o major Xisto Rodrigues do Valle renderam-se e tornaram-se prisioneiros; José Pinto de Moraes, Gervasio Lucas Annes e Lucas José de Araujo foram presos e remetidos a Porto Alegre, sendo libertados em poucos dias¹¹.

A ação fora frustrada em seu intento. A repressão dos simpatizantes ao governo da situação, até então alcunhados ironicamente como “patriotas” pelos castilhistas, impuseram uma série de retaliações aos envolvidos. O jornal *Echo da Verdade*, periódico castilhista passo-fundense, publicou um protesto conclamando a população ao levante, sendo um dos insufladores do movimento e um acirrador dos ânimos republicanos em Passo Fundo naqueles dias¹². As forças republicanas, entretanto, pereceram e foram obrigadas a se renderem frente aos grupos reunidos e aquartelados no centro da cidade por Antonio Ferreira Prestes Guimarães e outros correligionários seus que já vinham congregando forças desde a renúncia de Castilhos (GEHM, 1982, p. 67-68).

Após a movimentação, deu-se início a uma forte repressão por parte do governo estadual sobre os castilhistas, havendo várias perseguições, retaliações, violências e assassinatos. De acordo com Pesavento (1983, p. 84), o período de ascensão e queda de Castilhos e o período do governo da Junta foram os que mais registraram atos de violência e arbitrariedades no estado.

9 APERS. **Sumário de Culpa**. Eliza Severo de Carvalho. Juizado Municipal da Cidade de Passo Fundo, 1892.

10 APERS. **Sumário de Culpa**. Gervasio Annes, Francisco Marques Xavier, José Pinto de Moraes, Lucas José de Araújo, Leoncio Rico e outros. Juizado Municipal da Cidade de Passo Fundo, 1892.

11 APERS. **Recurso-crime**. Gervasio Lucas Annes, José Pinto de Moraes e Lucas José de Araújo. Tribunal da Relação de Porto Alegre, n. 1260, 1892.

12 PROTESTO. **Echo da Verdade**, Passo Fundo, n. 33, 07 fev. 1892.

Em Passo Fundo, um dos poucos relatos de que se dispõe, é o do ferreiro Mathias Benck, republicano, que manifestou ao jornal *A Federação* os abusos cometidos pelas autoridades do governo municipal, a exemplo o do delegado Antonio José da Silva Loureiro, que arbitrariamente lhe havia invadido a residência e local de trabalho para averiguar a quantidade de armas que aquele estava a consertar para os “inimigos da situação”, obrigando-o a não entregar as armas aos devidos proprietários¹³. Sobre as violências na cidade, Mathias Benck dizia que:

Mata-se gente nas ruas, insulta-se famílias fechadas em suas casa (sic), como se deu no dia 24 do corrente com o cidadão Manoel João de Oliveira Lima: travavam conflito ao meio dia, aonde o sabre faísca á luz meridiana, [...] e em todos estes casos o cidadão conta comsigo, porque não apparece um agente da força publica para cumprir o seu dever. É natural, pois, em vez de tratarem de garantir a ordem e a tranquillidade publica, está a força empregada a cercar casas de honrados cidadãos, que sem criminalidade alguma passam pelo sobressalto de se verem perseguidos como um faccinora.

É uma lição que não se deve perder.

Não recciamos mais a lucta aqui, provocada pelas autoridades do que um movimento revolucionario para derrubar o governo do Sr. Barreto Leite.

Sim, porque decididamente já protestamos que não nos sujeitamos a receber pacientemente perseguições, vinganças e attentados praticados irrisoriamente em nome da lei; isso não, preferimos a morte honrosa em defesa de nossos direitos, a uma vida cercada de ignominiosa fraqueza¹⁴.

A situação de instabilidade e de insegurança em Passo Fundo enfatizada por Mathias Benck, em janeiro de 1892, foi aprofundada após a tentativa de golpe pelos partidários do PRR. As lideranças da oposição, como o delegado Silva Loureiro e Prestes Guimarães organizavam-se a fim de vetar movimentos tidos como sediciosos contra o governo instituído no município e no estado. Silva Loureiro controlava as forças de polícia e Prestes Guimarães era o principal responsável por arregimentar e reunir forças para a manutenção da situação em Passo Fundo.

Prestes Guimarães, ao tempo das instabilidades políticas do perío-

13 PASSO Fundo. **A Federação**, Porto Alegre, n. 38, 16 fev. 1892, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

14 Idem, p. 02.

do pré-revolucionário, já era versado na administração pública passo-fundense e na política local e estadual. Natural de Passo Fundo e descendente dos fundadores da cidade, foi advogado rábula, delegado de polícia, secretário do Comando da Guarda Nacional e da Câmara de Vereadores, sendo, nesta última, eleito presidente no quadriênio 1882-1886. Em âmbito estadual, foi deputado provincial nas legislaturas de 1885, 1887 e 1889, pelo Partido Liberal (FERREIRA, 1998, p. 41). Foi 1º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, assumindo a província interinamente de 25 de junho a 07 de julho de 1889¹⁵, em razão de ser um dos políticos mais próximos a Gaspar da Silveira Martins, à época presidente da província e chefe do Partido Liberal.

Adentrando ao regime republicano, após o afastamento dos liberais do poder, Prestes Guimarães manteve-se alinhado a Silveira Martins e, por conseguinte, na oposição ao republicanismo e positivismo propalados pelo PRR, que assumira o governo do Rio Grande do Sul. Prestes Guimarães não abandonou o engajamento político: em 1891, filiou-se à União Nacional, em oposição ao PRR, pela qual concorreu enquanto deputado para a Assembleia Constituinte do estado, não sendo eleito devido à forma do sistema eleitoral, notadamente sob o controle da oposição; no mesmo ano, alinhou-se às fileiras do Partido Republicano Federal (PRF)¹⁶, em uma rearticulação da União Nacional e outros dissidentes republicanos em prol da criação de um partido de abrangência nacional (PESAVENTO, 1983, p. 69-70).

O retorno de Silveira Martins ao país em janeiro de 1892 e a chegada daquele ao Rio Grande do Sul no mês seguinte, processava-se em clima de instabilidade política generalizada, irrompendo-se movimentos oposicionistas por ex-liberais e por republicanos de tendência positivista. Defendendo uma proposta política diametralmente oposta à de Castilhos, Silveira Martins declarava-se apoiador da instalação de um regime parlamentarista e liberal e um rearranjo do pacto entre o centro e as regiões do estado como solução à crise político-institucional, o alinhamento aos poderes locais, bem como a anulação da Constituição estadual (PESAVENTO, 1983, p. 70). Os castilhistas, pelo contrário, defendiam, em linhas gerais, um governo autoritário e centralizado, baseado nos princípios do positivismo de Augusto Comte, da ordem social, da busca pelo estado positivo da sociedade, em uma prática autocrática que se conservaria a frente do poder estadual até 1930 (RODRIGUEZ, 2000, p. 27).

Contudo, há de se ressaltar que as disputas entre os partidários de

15 OFÍCIO do Vice-Presidente da Província, Antonio Ferreira Prestes Guimarães, apresentado a João de Freitas Leitão, ao entregar a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. 08 jul. 1889. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

16 RIO Grande. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 121, 02 maio 1891, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ambos os grupos políticos, entretanto, para além das divergências ideológicas, conservavam também a possibilidade de conservação no poder de uma determinada facção, no domínio do espaço político, nas posições de controle e decisão na gestão da máquina pública, no beneficiamento de familiares, amigos e aliados políticos, questões essas que permeavam e, ao mesmo tempo, extravasavam e os posicionamentos ideológicos do período.

O retorno de Silveira Martins ensejou tentativas de golpe por parte dos castilhistas em fevereiro, em prol da rearticulação e retomada do poder. A oposição a este grupo, entretanto, passou a se organizar em torno de Silveira Martins, sobretudo pelos ex-liberais. Em 31 de março de 1892, uma grande reunião de ex-liberais, dissidentes republicanos e simpatizantes gasparistas teve lugar na chamada Convenção de Bagé, onde foi criado o Partido Federalista Brasileiro (PF), liderado por Silveira Martins e secundado por Silva Tavares. Prestes Guimarães esteve atrelado à constituição do partido, tanto que esteve na lista de candidatos¹⁷ da chapa do Partido Federalista que concorreria às eleições estaduais em junho daquele ano, ao lado de outros opositores de Castilhos e da Junta Provisória.

Em Passo Fundo, uma Junta Revolucionária foi constituída nos primórdios do mês de março de 1892, composta por Prestes Guimarães e elementos aliados a ele, como os ex-liberais Cel. Amancio de Oliveira Cardoso, João Issler, Ten. Crispim José de Quadros e Jerônimo da Costa e Silva; a exceção deste último, todos haviam composto as últimas duas vereanças na Câmara Municipal antes da Proclamação da República. Ainda, para o Juízo de Direito foi nomeado Emílio Gonçalves Ferreira, para a Delegacia de Polícia, Antonio José da Silva Loureiro, e para a Promotoria, Pantaleão Ferreira Prestes, irmão de Prestes Guimarães (GEHM, 1982, p. 68). Com o alinhamento de Prestes Guimarães ao PF, conseqüentemente seus aliados também passaram a incorporar, senão os ideais e as propostas, certamente a causa e a luta dos federalistas.

Prestes Guimarães, principal líder político da oposição ao castilhismo do PRR em Passo Fundo, foi responsável pela manutenção dos correligionários daquele partido até sua renúncia, em fins de junho de 1892, resistindo ao golpe de 17 de junho daquele ano, quando o PRR retomou o poder no estado, sob o governo de Victorino Monteiro, cancelado por Julio de Castilhos. Passo Fundo foi, em função da articulação de Prestes Guimarães, tal qual a Bagé de Silva Tavares, uma exceção dos municípios do estado sobre os quais os castilhistas não puderam retomar o poder de imediato. Nesse caso, o assassinato do Cel. Chicuta é o ponto nevrálgico para a com-

17 CHAPA gasparista. **A Federação**, Porto Alegre, n. 125, 02 jun. 1892, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

preensão da maneira como esses episódios se processariam na sequência.

3 Dois processos, um crime: narrativas partidárias

Em 18 de junho de 1892, portanto, um dia após ter fim o “governicho”, o líder do Partido Republicano Rio-Grandense em Passo Fundo, Francisco Marques Xavier Chicuta, foi assassinado por pessoas ligadas ao chefe federalista, Antonio Ferreira Prestes Guimarães. O referido assassinato é investigado duas vezes, existindo dois processos para o mesmo caso, produzidos em períodos próximos, mas por responsáveis diferentes, um assumindo uma tônica federalista e outro um tom castilhistas, própria daqueles que os elaboraram. Duas versões para um crime, diversas testemunhas, apenas um fato em comum: o assassinato do Coronel Chicuta.

Francisco Marques Xavier Chicuta era filho de Francisco Xavier de Castro e Ana Joaquina Ferreira, nascido em 1836¹⁸, em Campo Largo, nos Campos Gerais do Paraná, Comarca de Curitiba, então Província de São Paulo, tendo se transferido aos 7 anos de idade, junto com sua família, para Passo Fundo. Em 1864, Chicuta casou-se com Marcolina de Quadros, sendo nomeado Alferes em 1º de outubro, alcançando em 1º de dezembro de 1864 a patente de Quartel-Mestre do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, sediado em Passo Fundo. Em seguida, Chicuta marchou para a guerra, combatendo o exército paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), tomando parte em vinte e duas batalhas e outros combates menores (MATTOS, 1997). Chicuta foi ainda vereador em Passo Fundo entre os anos de 1886 e 1889, e após a mudança do regime, tornou-se um dos principais líderes do PRR na região de Passo Fundo. Em 1891 foi agraciado com o título de Coronel Honorário do Exército Brasileiro, em função dos serviços prestados na campanha do Paraguai¹⁹.

Na manhã de 18 de junho, após pernoitar na chácara de seu irmão, o Coronel Chicuta teria recebido um telegrama e seguia o rumo de sua casa acompanhado de Cesário Xavier de Castro, seu irmão, e de sua afilhada Maria Angélica, filha daquele. No telegrama recebido por Chicuta, o Visconde de Pelotas informava que o governo do estado havia passado novamente, no dia anterior, ao comando de Julio de Castilhos. Ao seguir para sua residência, localizada no extremo oeste da cidade, na esquina da *Rua do Comercio*, atual Avenida Brasil, com a *Rua da Boa Vista*, atual Rua dos Andradas, Chicuta foi interceptado por um grupo de quatro federalistas, sendo eles:

18 BRASIL. **Registros da Igreja Católica**. Paraná. Campo Largo. Nossa Senhora da Piedade. Batismo de Francisco Marques Xavier, 02 dez. 1836, p. 71v.

19 O PAIZ. Rio de Janeiro, n. 3238, 07 mar. 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jorge Sturm Filho, Adão Fisch, Miguel Narcizo Queiroz e José Ignacio da Trindade Filho. Todos os interceptadores eram ligados a Prestes Guimarães, sendo Jorge Sturm Filho seu cunhado, Adão Fisch seu concunhado, Miguel Queiroz e José Trindade Filho, próximos e íntimos de Prestes.

Os interceptadores deram-lhe voz de prisão, em nome do comandante superior, referindo-se a Prestes Guimarães, imposição que não teria sido aceita por Chicuta, primeiro por não reconhecer autoridade em quem lhe dava voz de prisão e, em segundo, porque na condição de coronel do Exército, não poderia ser submetido à prisão. Segundo consta no sumário de culpa, “bastou isto para que os denunciados o acometerem de espada e pistola, disparando sobre ele alguns tiros, cujos projectis empregnaram-se no cavalo em que montava, apenas ele tocando alguns golpes de espada”²⁰. Sendo seguido de perto pelo grupo, a vítima foi cair completamente morta por um tiro, “cujo projectil lhe atravessou o crânio”, junto a casa em que morava João Habkost²¹, na principal via da cidade.

Em ato sequencial, os denunciados teriam montado no cavalo “ensanguentado” da vítima, e no da sobrinha de Chicuta, que o acompanhava, e *“sahiram a exhibir-se alardeando ufanamente pelo acto que acabaram de praticar, e assim continuaram ameaçando a população pacífica da cidade”*²². Segundo consta, o corpo de Chicuta ficou “por longo tempo” no assoalho do Quartel de Polícia, sendo, posteriormente, entregue à viúva Marcolina de Quadros e aos filhos do casal.

No mesmo dia, imediatamente após o ocorrido, o Delegado de Polícia Antonio José da Silva Loureiro iniciou os trâmites dos Autos de Corpo de Delito²³ nomeando Ricardo Bohne e João Paulo da Silveira como peritos. No dia seguinte, em sua residência, o delegado instituiu à acareação das testemunhas, começando por Roberto d’Aguillar.

Ao ser inquirido, Aguillar afirmou que fora precavido pelo Delegado de Polícia no dia 15 de junho, que, no dia 18, os inimigos do governo constituído pretendiam implantar uma nova revolução em prejuízo do governo estadual. A testemunha disse que a tentativa se dera efetivamente, “rompendo o movimento as seis horas da manhã” do dia 18, fato que teria sido alardeado por telegrama. Segundo Aguillar, o comandante superior da Comarca lhe deu ordens para auxiliar o Delegado Silva Loureiro, pois, desde a madrugada, indivíduos caminhavam armados pelas ruas da cidade, ma-

20 APERS. **Auto de acusação**, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892.

21 Ibidem.

22 Ibidem.

23 APERS. **Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta**, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 2v.

nifestando-se e colocando em risco a ordem pública. Por isso, ele, Aguillar, acompanhado de outros, interceptou Chicuta junto ao hotel de Eduardo de Brito, por acreditar ser ele um dos chefes da pretendida revolução²⁴.

A segunda testemunha, Adão Fisch, disse que em companhia de José Trindade e Roberto Aguillar fora até o hotel de Eduardo de Brito, onde encontraram João Henrique de Carvalho, de alcunha “Janjão”, este, genro de Cesário Xavier de Castro, e o intimaram para que lhe entregassem o cavalo no qual estava montado, pois era público que havia um movimento rebelde contra o governo legal do Estado. Nesse momento, segundo a testemunha, chegou Chicuta, Cesário e uma filha deste, causando o impedimento da entrega do cavalo ao grupo que o reivindicava, Chicuta seguiu pela *Rua do Commercio* em direção ao centro da cidade, até que Aguillar deu voz de prisão ao Coronel, que não a acatou. Após o disparo de um tiro, Chicuta teria seguido pela *Rua Moron*, saindo na *Travessa de Belas*, retornando à *Rua do Commercio*. Nesse momento, Chicuta encontrou-se com praças da guarda cívica e um grupo de pessoas, recebendo os tiros que o mataram. A testemunha enfatizou que devido à confusão de povo, naquele momento, não tinha certeza de quem havia disparado o tiro que ceifou a vida do Coronel Chicuta²⁵.

José Savinhone Marques, terceira testemunha, declarou que sabendo do pretenso movimento revolucionário, devido a informações passadas pelo Delegado de Polícia, a fim de evitar rebeliões, seguia a cavalo pela *Rua do Commercio* quando encontrou “patriotas a serviço da legalidade”, que seguiam junto com Chicuta, Cesário e uma moça. Segundo Marques, os patriotas eram Roberto d’Aguillar, Adão Fisch, Miguel Narcizo de Queiroz e José Trindade Filho. Aguillar teria então se adiantado ao grupo e se dirigido ao Delegado, que se encontrava na casa do Major Prestes Guimarães, retornando e dando voz de prisão a Chicuta, que resistiu dizendo que não se entregaria “por ordem de filho da puta nenhum”. Chicuta não teria atendido ao pedido feito diversas vezes e, cerrando as pernas no cavalo que montava, disparou pelo beco da casa de Francisco de Mattos Müller, evadindo-se pela *Rua Moron*, sendo perseguido pela testemunha e por Adão Fisch, a fim de prendê-lo, retomando a *Travessa de Belas*, saindo novamente na *Rua do Commercio*, quando foi morto²⁶.

24 APERS. **Depoimento de Roberto d’Aguillar**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 8.

25 APERS. **Depoimento de Adão Fisch**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl.10.

26 APERS. **Depoimento de Jose Savignone Marques**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 11.

Ao testemunhar, José Trindade Filho repetiu o que foi dito pelas testemunhas anteriores, acrescentando que Chicuta sempre colocava a mão por baixo do pala, “como se procurando armas para ofendê-los”²⁷. Do mesmo modo, Miguel Narcizo de Queiroz, enfatizou que enquanto fugia, Chicuta disparava tiros contra aqueles que o seguiam²⁸. O testemunho de Jorge Sturm Filho seguiu a mesma linha dos anteriores, reforçando que os tiros que tiraram a vida de Chicuta haviam sido disparados pelos homens da guarda cívica, os quais ele não pudera identificar²⁹.

A sétima testemunha, João Henrique Habkost, disse estar no interior de sua casa, por volta das nove horas da manhã, quando ouviu um tropel de cavalos e a detonação de tiros e ao sair na porta, viu um homem morto, reconhecendo ser este o Coronel Chicuta. Segundo Habkost, achavam-se por ali diversas pessoas e guardas cívicos, não sabendo exatamente quais estavam ali ou não³⁰. O comandante do destacamento policial, João Carlos Roth Filho, disse que estava no Quartel de Polícia e que percebeu a movimentação de diversos cavaleiros e a detonação de tiros, então, junto com praças da guarda cívica dirigiu-se até a frente da casa de João Habkost, quando viu cair morto o Coronel Chicuta. Ao ser questionado, Roth Filho disse não saber quais os praças que o haviam acompanhado, identificando apenas o praça Cypriano Antonio de Miranda³¹.

Após isso, os autos foram conclusos pelo Delegado Silva Loureiro, que intimou Cesário Xavier de Castro, irmão da vítima, para que esse prestasse declarações, o que de fato ocorreu em 22 de junho de 1892. Ao ser questionado sobre os fatos ocorridos no dia 18 de junho, Cesário declarou que, vindo de sua chácara em companhia de seu irmão e de uma filha, em frente à casa de Dona Florinda Müller Carpes, ouviu Roberto d’Aguillar dar voz de prisão a seu irmão, a qual não obedeceu. Segundo Cesário, quando Chicuta se opôs à ordem e evadiu-se do local, deixou de segui-lo, visto estar montado em uma besta e ter de auxiliar sua filha, que havia caído do cavalo em que montava. Após isso, Cesário disse ter retornado a sua chácara, onde ficou sabendo por Jorge Sturm que seu irmão havia caído do cavalo e que

27 APERS. **Depoimento de Jose Trindade Filho**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 12.

28 APERS. **Depoimento de Miguel Narcizo de Queiroz**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 13.

29 APERS. **Depoimento de Jorge Sturm Filho**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fls. 13v-14.

30 APERS. **Depoimento de João Henrique Habkost**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 14.

31 APERS. **Depoimento de João Carlos Roth Filho**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 15.

só mais tarde é que ficou sabendo que Chicuta havia morrido, não sabendo quem havia sido o autor do crime³².

O praça de polícia Cypriano Antonio de Miranda foi chamado a testemunhar, declarou que no dia 18 de junho, por volta das nove da manhã, estava no Quartel de Polícia junto com outros praças e pessoas do povo, pois era sabido que havia eclodido horas antes um movimento revolucionário. A testemunha repetindo o que fora dito pelas outras, disse que só reconheceu o homem que era perseguido, quando este caiu morto de seu cavalo, enfatizando que não tinha conhecimento de quais eram os praças que ali estavam, nem quem havia disparado o tiro³³.

Após o encerramento dos autos, o Delegado Silva Loureiro alegou que: as testemunhas ignoravam quem havia disparado o tiro letal; as provas disponíveis não podiam indiciar o autor do fato criminoso; que se tratando de prisão/detenção política, não deveria ter havido resistência ou conflito; e que Chicuta já havia sido detido em fevereiro do mesmo ano, não tendo resistido. Sendo assim, ele, Antonio José da Silva Loureiro, mandava arquivar o inquérito³⁴.

Após o assassinato, Prestes Guimarães reuniu em Passo Fundo cerca de dois mil homens sob o comando dos tenentes-coronéis Amancio de Oliveira Cardoso, Antônio de Vargas, Elizario Ferreira Prestes e Salvador Alves dos Santos Rabelo. Prestes nomeou então uma comissão, entre ela estando os cidadãos João Issler e Jeronimo Savinhone Marques, a fim “de obterem do comércio da cidade os recursos de guerra, exibido pela imperiosa circunstância do momento” (GEHM, 1982, p. 71). A cidade teria se transformado em uma vasta oficina, trabalhando-se dia e noite até 25 de junho de 1892, na fabricação de ponchos, guaiacas, camisas, blusas, assim como de lanças e outras armas.

No dia 26 de junho, reuniram-se no paço da Intendência Municipal os membros da Junta Municipal instituída em março de 1892, em caráter extraordinário. O presidente da Junta, Prestes Guimarães, declarou que, seguindo as ordens do governo, tinha organizado a resistência armada para opor-se à retomada de poder de Júlio de Castilhos e que os passo-fundenses haviam “corrido nobremente as armas”, não encontrando dificuldade, nem

32 APERS. **Depoimento de Cesário Xavier de Castro**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 17.

33 APERS. **Depoimento de Cypriano Antonio de Miranda**. Auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 19.

34 APERS. **Conclusão do auto de corpo de delito de Francisco Marques Xavier Chicuta**, n. 451. Delegacia de Polícia do Termo de Passo Fundo, 1892, fl. 20.

por parte dos adversários. Que de fato, no dia 18 de junho, havia rompido uma revolução, cujo único derramamento de sangue, lamentavelmente, havia sido o do Coronel Chicuta. Por ordem de Prestes Guimarães, os detentos políticos na ocasião foram postos em liberdade. O líder federalista permitiu-se um aparte sobre a situação política do Rio Grande do Sul, logo declarando que, para evitar derramamento de sangue, entregaria o governo local aos adversários, dissolvendo a força reunida e prontificando-se a colaborar na manutenção da ordem e sossego do lugar³⁵. Na ocasião Prestes apresentou um telegrama recebido de Vitorino Monteiro, datado do dia 20 de junho, e sua resposta, quando este dizia “Não me oponho á restauração constitucional, sendo vontade do Rio Grande./ Vou dissolver força reunida, prégar obediência ao vosso governo, que desejo benefico./ Peço unicamente garantia de vida para mim, e os meus./ Somos sempre ameaçados.”³⁶.

A decisão de Prestes Guimarães de abandonar a gestão municipal enquanto líder opositorista teria sido motivada em função da precariedade das comunicações, tendo em vista que a situação castilhistas detinha os meios de comunicação mais eficazes – no caso, o telégrafo – dominado pelas autoridades castilhistas dos outros municípios. Prestes Guimarães, em Passo Fundo, possivelmente não teve condições de ter notícias sobre a situação política de outras localidades, tampouco da resistência em Bagé. Além disso, havia rumores de que uma força republicana, em marcha de Cruz Alta, em breve invadiria o Passo Fundo (GEHM, 1982).

Após nova reunião popular, realizou-se a nomeação provisória das novas autoridades locais, tanto policiais quanto administrativas, escolhidas pelo PRR, as quais, depois de aclamadas, passaram a exercer suas funções. Naquele momento, foi também assegurado que o governo do município seria misto, contando com três membros castilhistas e três federalistas, a fim de evitar descontentamentos e retorno da radicalização política que havia assolado Passo Fundo nos dias anteriores.

Após a entrega do poder, Prestes Guimarães retirou-se para Nonoai seguindo para Curitiba, retornando pelos Campos de Palmas, asilando-se, posteriormente, na Colônia Militar de Chapecó, sob a tutela do Coronel José Bernardino Bormann, até que, em dezembro de 1892, migrou para a Argentina, depois de haver tentado ocupar distrito passo-fundense de Nonoai, próximo à fronteira com o estado do Paraná, sem lograr êxito (BORMANN, 1901; GEHM, 1982). Segundo Reckziegel, o período subsequente à retomada de poder pelo PRR foi de “verdadeiro descalabro”, pois os castilhistas fize-

35 CÓPIA da Ata da Sessão Extraordinária e Reunião Popular, 26 jun. 1892. Instituto Histórico de Passo Fundo.

36 Idem.

ram uso de prisões, perseguições e assassinatos em prol da retaliação da oposição. Muitos federalistas, visando escapar do jugo castilhistas, emigraram também ao Uruguai (2005, p. 31).

Em 11 de julho de 1892, na casa do Delegado de Polícia Antônio Manoel de Araújo, deu-se uma nova acareação, promovida pelo promotor público Gervasio Lucas Annes³⁷. Na ocasião, Annes intima dez pessoas para prestarem seus testemunhos sobre o assassinato do Coronel Chicuta, sendo: Eduardo Augusto de Souza Britto, Felício Bianchi, Eloy Xavier Falkembach, Miguel Müller Junior, Ricardo Bohne, Anna Maria Subtil, Jerônimo Savinhone Marques e os praças de polícia Belarmino Alves dos Santos, Cypriano Antonio de Miranda e Sebastião Joaquim da Silva.

A primeira testemunha, Eduardo de Britto, dono do hotel onde se deu o primeiro contato entre Chicuta e o grupo de Aguillar, ao ser inquirido sobre Chicuta estar armado ou não, disse que: enquanto estava em seu estabelecimento, Chicuta havia levantado o pala para pegar um cabresto, não vendo arma alguma³⁸. Felício Bianchi, segunda testemunha, disse estar trabalhando no sobrado do Tenente José Pinto de Moraes, quando avistou Chicuta sendo escoltado pelo grupo de Aguillar. Bianchi afirmou que de onde estava viu Aguillar, Fisch e Trindade Filho “cahirem de espada em punho” sobre Chicuta, que não podia defender-se, visto estar desarmado. Além disso, Bianchi disse que, após o assassinato de Chicuta, Trindade Filho montou o cavalo do morto, vangloriando-se do feito, indo, na sequência, prender o cidadão Saturnino Pilar, declarando que tinha sido ele, Trindade Filho, o autor da morte de Chicuta³⁹.

O testemunho de Bianchi é o oposto do caso construído nos Autos de Corpo de Delito, quando todas as testemunhas dizem não saberem quem foi o autor do disparo fatal, alegando que Chicuta estava armado e que o primeiro tiro havia sido disparado por ele. Assim como Bianchi, Eloy Falkembach testemunha dizendo que o grupo de Aguillar passava pela *Rua do Commercio* com as espadas em punho, e que quando atacado, Chicuta tentara defender-se com um relho⁴⁰. A testemunha seguinte, Miguel Müller Junior, disse estar na casa do Delegado Silva Loureiro, local onde trabalhava, quando viu toda a movimentação. Ao finalizar seu testemunho, disse ter ouvido por outros que Trindade Filho havia alardeado pela cidade que fora

37 APERS. **Auto de acusação**, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892.

38 APERS. **Depoimento de Eduardo de Britto**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 22.

39 APERS. **Depoimento de Felício Bianchi**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 23.

40 APERS. **Depoimento de Eloy Falkembach**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 24v.

ele o assassino do Coronel Chicuta⁴¹.

Por sua vez, o testemunho do praça Belarmino Alves dos Santos traz novos elementos à compreensão do crime. Belarmino encontrava-se no Quartel de Polícia quando foi avisado por uma sentinela de que na *Rua do Commercio* alguns homens estavam brigando. O praça e outros companheiros da guarda cívica, por ordem do comandante João Carlos Roth Filho seguiram até o local da confusão para tomar conhecimento do que estava ocorrendo. Ao chegar, Belarmino viu Chicuta montado em seu cavalo, sem chapéu, com um chicote de prata na mão e ferido na cabeça. Viu ainda que ele vinha seguido de Aguillar, Trindade, Fisch e outros que ele não conhecia, quando Jorge Sturm Filho saiu em frente à casa de João Issler, armado com uma pistola ou revólver e uma espada e “dando de encontro ao dito Coronel Chicuta”, fez fogo contra ele, escutando ainda outro disparo. Quando questionado sobre Chicuta estar armado ou não, o praça respondeu que tinha visto um chicote e sabia, por ouvir falar, que o Coronel trazia consigo uma “faquinha”. Belarmino disse que acreditava que o tiro fatal havia sido dado por Sturm, pois, quando Chicuta caiu morto de seu cavalo, ele ouviu o mesmo insultá-lo com palavras obscenas⁴².

Ricardo Bohne, um dos peritos chamados por ocasião da morte de Chicuta, testemunhou dizendo que até o momento em que Chicuta foi ferido e caiu, não houve nenhuma intervenção por parte da polícia no dito conflito⁴³. A testemunha subsequente, o praça Cypriano de Miranda, pouco acrescentou ao que fora dito por ele nos Autos de Corpo de Delito, apenas acrescentando que não poderiam ser outros os assassinos do Coronel, senão os mesmos que o perseguiram. Perguntado se a polícia ou algum praça havia intervindo no conflito, alegou que não, sendo ele logo destacado para uma diligência⁴⁴.

O praça policial Sebastião da Silva pouco disse ao seu inquisidor, somando apenas que ele ouvira o Delegado de Polícia, Silva Loureiro, dizer a João Issler que era necessário “segurar o homem”, supondo tratar-se de Chicuta⁴⁵. A jovem Anna Maria Subtil, moradora da *Rua do Commercio* com-

41 APERS. **Depoimento de Miguel Müller Junior**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 25.

42 APERS. **Depoimento de Belarmino Alves dos Santos**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 27.

43 APERS. **Depoimento de Ricardo Bohne**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 28.

44 APERS. **Depoimento de Cypriano Antonio de Miranda**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 29.

45 APERS. **Depoimento de Sebastião Joaquim da Silva**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 29v.

pôs testemunho semelhante aos precedentes, dizendo ter ouvido Guilherme Morsch ter dito a um grupo de pessoas que estavam por ali, que estes precisavam “cercar os becos”. Nesse momento, teria Jorge Sturm Filho se dirigido ao Beco da *Travessa de Belas*, dando de encontro com Chicuta⁴⁶. Por sua vez, o testemunho de Jeronimo Savinhone Marques em nada acrescentou ao processo, destacando apenas que o chapéu de Chicuta fora derrubado por um golpe de espada desferido por Trindade Filho⁴⁷.

Fica claro, na narrativa das testemunhas, que as autoridades investidas de poder na ocasião do assassinato foram omissas em relação ao fato. Isso pode se justificar em função de Passo Fundo estar sob a liderança política do então Major Antonio Ferreira Prestes Guimarães, e a Delegacia de Polícia sob o comando do comerciante português Antonio José da Silva Loureiro, ambos integrantes do Partido Federalista e, portanto, oposição convicta ao Coronel Chicuta e ao PRR.

De todo modo, após a retomada do poder pelos republicanos, o sumário de culpa é aberto, novas testemunhas são ouvidas e fica claro que Aguillar, Sturm, Trindade Filho, Prestes Guimarães e Silva Loureiro são os responsáveis pelo assassinato de Chicuta. Assim, o novo Delegado de Polícia, Antônio Araújo pediu a prisão preventiva dos responsáveis, por alguns já se acharem foragidos. Há, da mesma forma, a acusação deliberada sobre a culpabilidade de Prestes Guimarães, ação muito provavelmente mais vinculada à situação política dominante no período do processo elaborado pelos castilhistas, do que propriamente ao papel de assassino ou de responsável pelo assassinato.

4 Julgamento e repercussão do crime na imprensa: a anistia em debate

Criado em 1º de janeiro de 1884, o periódico *A Federação*, constituía-se no porta-voz do Partido Republicano e na fonte de propagação do ideário republicano. Tendo à frente da redação Júlio Prates de Castilhos, o jornal se consolidou ainda no período monárquico como grande oposição ao regime vigente e a própria reputação de Castilhos enquanto jornalista polêmico, ativo e um dos principais líderes do movimento republicano (ESPÍRITO SANTO, 1993). Nesse sentido, durante o governo da Junta Provisória, uma série de crimes que se desenvolveram no estado tomaram as páginas do

46 APERS. **Depoimento de Anna Maria Subtil**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 30v.

47 APERS. **Depoimento de Jeronimo Savinhone Marques**. Auto de acusação, n. 452. Juizado Municipal da Comarca de Passo Fundo, 1892, fl. 31v.

periódico *A Federação*, todos detentores de nuances de perseguição política e retaliação entre as facções políticas.

N’*A Federação*, uma coluna sem periodicidade fixa nominada “*Annaes do Crime*” ocupou-se dos “assassinatos, estaqueamentos, saques, estupro e violência e crueldades dos asseclas do governicho”⁴⁸ cometidos entre 12 de novembro de 1891 e 17 de junho de 1892, buscando congregar os principais atos criminosos praticados em todo o estado pela oposição enquanto essa esteve no poder. Dessa forma, de Lavras a São Gabriel, de Camaquã a Passo Fundo, o jornal se fez ativo não só em desmoralizar a oposição, retratando-a enquanto bárbara e sanguinária, mas também em edificar a imagem de seus mártires republicanos. Tal intento tem início ainda em 1892, ao cabo de poucos meses de governo castilhistas, que acaba por se valer do periódico para construir uma memória acerca dos correligionários que haviam depositado suas vidas “à causa da República”⁴⁹.

Os treze “capítulos” da coluna apresentaram algumas ações e razias dos federalistas, mas também se ocupou de retratar o assassinato dos republicanos Astrogildo Junior⁵⁰, José Hyppolito dos Santos⁵¹, Crescencio Salathiel de Andrade⁵², Vasco Neves⁵³ e Domingos Mancha⁵⁴. Passo Fundo teve destaque na décima coluna publicada, intitulada “Assassinato de uma criança”⁵⁵, na qual era narrado o supracitado assassinato da filha do republicano passo-fundense José Pinto de Moraes, tratando o crime como sendo ordenado pelo federalista Prestes Guimarães, tal como o assassinato do Coronel Chicuta. Entretanto, após uma análise do processo-crime⁵⁶ do caso, vê-se que não há ligação alguma entre o líder federalista e a morte da criança, ocasionada, a princípio, em função de desavenças pessoais, e não por motivações políticas.

48 ANNAES do Crime. **A Federação**, Porto Alegre, n. 239, 21 out. 1892, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

49 CHEFES republicanos assassinados. **A Federação**, Porto Alegre, n. 247, 31 out. 1892, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

50 ANNAES do Crime. **A Federação**, Porto Alegre, n. 239, 21 out. 1892, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

51 Idem, p. 02.

52 ANNAES do Crime. **A Federação**, Porto Alegre, n. 241, 24 out. 1892, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

53 ANNAES do Crime. **A Federação**, Porto Alegre, n. 248, 01 nov. 1892, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

54 ANNAES do Crime. **A Federação**, Porto Alegre, n. 251, 05 nov. 1892, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

55 Idem, p. 02.

56 APERS. **Sumário de Culpa**. Eliza Severo de Carvalho. Juizado Municipal da Cidade de Passo Fundo, 1892.

No entanto, o caso do assassinato do Coronel Chicuta, apesar de não compor diretamente os *annales* do crime, seria reutilizado e trazido à tona cerca de três anos e meio depois do crime em si. O caso tornou-se destaque nas páginas d'A *Federação*, que foi responsável por acessar os processos do crime e transcrevê-los – selecionando as “principais peças do processo” – sendo Chicuta, a princípio, o único dos republicanos mortos antes do período revolucionário a receber tamanha projeção no periódico do PRR.

O caso do assassinato de Chicuta era retomado em janeiro de 1896 não por mera nostalgia ou homenagem. Em fins de 1895, após o fim dos conflitos revolucionários, dois dos federalistas envolvidos e acusados da morte de Chicuta foram presos ao retornar a Passo Fundo: José Ignacio da Trindade Filho e Adão Fisch. O processo, ligado à recente reestruturação dos poderes no país, sobretudo sobre a anistia dos revoltosos, foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF)⁵⁷, contudo, Fisch conseguiu evadir-se e se manter na condição de foragido⁵⁸, relegando a Trindade Filho a condição de único réu.

A prisão de Trindade Filho tornou-se tema de discussões no âmbito das instituições jurídicas e da imprensa nacional. Tal destaque não se dava em função propriamente dos envolvidos na questão, mas sim em razão do debate em torno da validade ou não do Decreto nº 310, de 21 de outubro de 1895⁵⁹ sobre a questão. O referido decreto assegurava a anistia a todos que houvessem tomado parte direta ou indiretamente nos movimentos revolucionários dos anos anteriores, tanto na Revolta da Armada quanto na Revolução Federalista.

As publicações d'A *Federação* foram reproduzidas por jornais da capital do país, como n'O *Paiz* e no *Cidade do Rio*, alguns dos principais periódicos que acompanharam o desenvolvimento da questão. Ambos os jornais cariocas supracitados divergiam em suas interpretações sobre o caso. O *Paiz* alinhava-se ao discurso propalado pelo jornal castilhistas, defendendo

57 O processo-crime em que são réus José Ignacio da Trindade Filho e Adão Fisch, pela morte de Francisco Marques Xavier Chicuta, esteve arquivado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) de 1917 até 2017, quando foi transferido à Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária, conforme Portaria publicada no D.O.E nº 006, de 9 de janeiro de 2017, p. 01. Ao tempo dessa pesquisa, a caixa que armazena o referido processo encontra-se extraviada, não tendo sido possível consultar a peça.

58 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Cidade do Rio**, n. 140, 19 maio 1896, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

59 BRASIL. **Decreto nº 310, de 21 de outubro de 1895**. Amnistia todas as pessoas que directa ou indirectamente se tenham envolvido nos movimentos revolucionarios occorridos no territorio da Republica até 23 de agosto do corrente anno, com as restricções que estabelece. Coleção de Leis do Brasil - 1895, vol. I, parte I, p. 28.

que o assassinato do Cel. Chicuta não se enquadrava na lei da anistia em razão de não ter ocorrido dentro do período revolucionário, considerado como tendo início a partir da declaração de guerra do governo do estado do Rio Grande do Sul aos federalistas após a invasão de Bagé, em 1893, muito embora o decreto não especificasse precisamente o período de abrangência. N'O *Paiz*, as transcrições dos processos realizada pelo A *Federação* foram reproduzidas na íntegra⁶⁰, bem como uma carta de Cesário Xavier de Castro, irmão de Chicuta e testemunha do crime, enviada à redação d'O *Paiz* para ser publicada na véspera do julgamento de Trindade Filho⁶¹.

O *Cidade do Rio*⁶², entretanto, posicionava-se contrário à prisão de Trindade Filho, usando a justificativa da defesa do réu⁶³. Em rebate às publicações d'O *Paiz*⁶⁴, o jornal publicou o pedido de *habeas corpus* de Trindade Filho, elaborado pelos advogados José Joaquim Seabra⁶⁵ e Joaquim Pereira Teixeira⁶⁶, que reunia documentos considerados pela defesa como proba-

60 OS ASSASSINOS do Coronel Chicuta. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 4303, 14 jul. 1896, p. 03.

61 O PAIZ. Rio de Janeiro, n. 4304, 15 jul. 186, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

62 O *Cidade do Rio* foi um diário vespertino, lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 28 de setembro de 1887 pelo abolicionista José Carlos do Patrocínio. O *Cidade do Rio*, após a abolição da escravidão, voltou-se à adoção de um programa de governo liberal à gestão política da nação, bem como à exposição de inúmeras questões sociais que afligiam a sociedade brasileira. Segundo Vivaldo Coaracy, “era através dele [o *Cidade do Rio*] que Patrocínio exercia a advocacia da causa, qualquer que fosse, a que, na ocasião, tivesse alugado a sua pena de mestre” (1959, p. 311).

63 ODIO velho. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, n. 195, 15 jul. 1896, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

64 Por seu turno, *O Paiz* foi um jornal lançado em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro (RJ), por João José dos Reis Júnior. Conservador e de grande expressão, o jornal pode ser considerado o mais robusto órgão governista da República Velha, sendo um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileira.

65 José Joaquim Seabra formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Em 1891, foi eleito deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte. Adepto da política do marechal Deodoro da Fonseca, presidente da República de 1889 a 1891, apoiou o golpe de 3 de novembro de 1891. Com a renúncia de Deodoro passou a mover cerrada oposição ao marechal Floriano Peixoto. Quando, a 6 de setembro de 1893, eclodiu a Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio de Melo, Seabra juntou-se aos rebeldes a bordo do navio Aquidabã. Decretada a anistia após o final do governo de Floriano (1894), voltou ao Brasil em outubro de 1895. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-seabra>. Acesso em: 03 fev. 2019.

66 Joaquim Pereira Teixeira formou-se bacharel na Faculdade de Direito do Recife, onde foi discípulo de José Joaquim Seabra. Após diplomar-se em ciências jurídicas e sociais, seguiu para o Rio de Janeiro e aí se dedicou à advocacia e ao jornalismo. Em decorrência da agitação política no governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), esteve preso por sete meses. Já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), foi delegado de polícia no Distrito Federal. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TEIXEIRA,%20Joaquim.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.

tórios da perseguição política empreendida ao réu, inclusive a partir de correspondências de Júlio de Castilhos posicionando-se contra o ajuste da situação de Trindade Filho ao decreto da anistia e favorável, portanto, à sua condenação, embora afirmasse não desejar interferir politicamente – pelo menos não na condição de presidente do estado – no andamento do processo⁶⁷.

O posicionamento de ambos os jornais, marcadamente contrários entre si, reflete acontecimentos à época recentes quanto à formação dos jornais e sua participação na imprensa nacional nos primeiros anos da República. Nesse sentido, pode-se supor que *O Paiz*, não alinhado à política de pacificação do Governo Federal, tenha se oposto à validade da anistia para os revolucionários da guerra civil, defendendo, tal como *A Federação*, a prisão de Trindade Filho. *O Cidade do Rio*, talvez por simpatia própria de José do Patrocínio, tenha se posicionado a favor da anistia enquanto causa social a ser defendida pelo advogado, em oposição ao governo instituído, o que podemos supor em razão de José do Patrocínio ter se tornado, ao fim do caso de Trindade Filho, um dos seus advogados no julgamento, em substituição a José Joaquim Seabra⁶⁸.

Nos trâmites da questão, na manhã de 20 de maio de 1896, o STF deferiu o pedido de *habeas corpus* de Trindade Filho, ordenando a sua soltura da cadeia pública de Passo Fundo⁶⁹. Dos magistrados do Tribunal, apenas dois votaram contra a soltura do réu, sendo eles Americo Lobo e Herminio Francisco do Espírito Santo⁷⁰, este último cunhado de Júlio de Castilhos⁷¹. Em julho de 1896, Trindade Filho apresentou-se à corte do STF, no Rio de Janeiro, para ser julgado. Segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, no dia 15 daquele mês, acompanhado pelos advogados Joaquim Pereira Teixeira e José

67 SUPREMO Tribunal Federal. **Cidade do Rio**, n. 140, 19 maio 1896, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

68 GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, n. 197, 16 jul. 1896, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

69 HABEAS-CORPUS. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, n. 140, 21 maio 1896, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

70 Herminio Francisco do Espírito Santo foi bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1862, iniciou a carreira na magistratura em 1865, ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de São José do Norte/RS. Com a mudança do regime, foi nomeado, em 1890, desembargador da Relação de Porto Alegre, Corte de Justiça de Segunda Instância, depois denominada Corte de Apelação. Em novembro do ano seguinte tornou-se juiz federal no Rio Grande do Sul. Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) tomou posse em novembro de 1894. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESP%C3%8DRITO%2oSANTO,%2oHerm%C3%ADnio%2o.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.

71 SUPREMO Tribunal Federal. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 4305, 16 jul. 1896, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

do Patrocínio, o réu foi absolvido e sua soltura decretada⁷².

O réu, em razão de seu tempo de encarceramento, foi considerado um preso político do governo sul-rio-grandense. Após o julgamento, Trindade Filho retornou a Passo Fundo, onde viveu até a década de 1930, quando se transferiu para Soledade/RS, falecendo em 1938, aos 83 anos de idade (ANNES, 1980, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas pelo poder e pela governança do estado do Rio Grande do Sul irromperam em atos de violência que se multiplicaram e se asseveraram, sobretudo, nos primeiros anos da República, momento de ruptura institucional e de instabilidade política. Atos esses que ganharam folego após a renúncia de Júlio Prates de Castilhos do governo do estado, em novembro de 1891, e o retorno do PRR à governança, em junho do ano seguinte, através de um Golpe de Estado. Buscou-se, ao longo do texto apresentar e contextualizar um dos casos de abuso de poder que terminaram em morte. O crime, perpetrado contra o Coronel Francisco Marques Xavier Chicuta um dia depois da retomada de poder estadual por Júlio de Castilhos, esteve inserido em uma série de ataques, perseguições e ações violentas praticadas em função da busca pelo poder.

As questões que envolveram o assassinato apresentam-se também como complexas e denotadoras da partidarização política que passava a permear também o funcionamento do sistema jurídico, que tendeu a seguir, em ambos os processos analisados neste trabalho, o posicionamento dos que dominavam a situação política do momento, revelando narrativas diversas e discursos permeados por uma polarização presente na composição dos autos dos processos, nos indiciados, na seleção e nos depoimentos das testemunhas e nas conclusões e condenações elaboradas e determinadas.

A repercussão do crime também se mostrou profícua em revelar parte da instabilidade institucional no período logo após a pacificação pós-Revolução Federalista, quando o processo do assassinato do Coronel Chicuta é retomado em função da prisão de um de seus supostos assassinos. Envolvendo nomes de expressão do governo sul-rio-grandense, da imprensa e de autoridades jurídicas da capital do país, as discussões em torno do crime e da validade da condenação elevaram-se ao âmbito nacional, promovendo debates e disputas em torno da questão da anistia concedida aos revolucionários.

72 GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 197, 16 jul. 1896, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Não se teve a pretensão de dar o tema por encerrado, visto que o período pré-guerra civil em Passo Fundo e no estado do Rio Grande do Sul, ainda foi pouco explorado pela historiografia que tratou do assunto, sendo esse estudo uma tentativa de problematizar esse importante período da história do estado. Declarada em fevereiro de 1893, a Revolução Federalista (1893-1895) foi um dos episódios mais graves que a recém-proclamada República do Brasil teve que enfrentar, quando a violência política, que já vinha se constituindo desde o período pré-revolucionário, tornou-se um aparato constituinte da ação e representação política no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Cássio A. A. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. *História*. Rio Grande: v. 2, p. 9-24, 2011.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere et Educare*. Revista de Educação, Cascavel, n. 7, v. 4, p. 147-162, jan./jun. 2009.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 203-233.
- BORMANN, José Bernardino. *Dias Fratricidas*. Curitiba: Livraria Economica Annibal Rocha & Ca, 1901.
- COARACY, Vivaldo. *Todos contam sua vida: memórias de infância e adolescência*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.
- ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. O PRR e a captura do poder. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Revolução Federalista – Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993, p. 91-102.
- GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.
- GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. *A revolução federalista em Cima da Serra: apontamentos históricos da revolução civil do Rio Grande do Sul, 1892-1895*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.
- LE GOFF, Jacques. A Política: será ainda a ossatura da História? In: LE

- GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975. p. 221-242.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MATTOS, Marília (org.). *Coronel Chicuta: um passo-fundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- MIGLIORANZA, Cristiane. *O coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo (1890-1917)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. Conservadorismo na tradição liberal: movimento republicano (1870-1889). In: PICCOLO, Helga e PADOIN, Maria M. (Org.) *História geral do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 2. p. 139-153.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Editora Brasileira, 1983.
- PICCOLO, Helga. *A crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul*. História Unisinos. São Leopoldo, v. 14, janeiro/abril 2010, p. 23-28.
- PICCOLO, Helga. *A Política Rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1974.
- RÉMOND, René. Do político. In RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 441-454.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A revolução além fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V3. T1. p. 23-56.
- RODRIGUEZ, Ricardo Velez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n. 30, p. 9-22, 1995.
- XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Passo Fundo na Viação Nacional*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

O MUSEU DO IMIGRANTE ITALIANO DA QUARTA COLÔNIA: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA TRAJETÓRIA

THE MUSEUM OF THE ITALIAN IMMIGRANT OF THE FOURTH COLONY: A REFLECTION ON ITS TRAJECTORY

Ana Lucia Faccin Pivetta¹
Fernanda Kieling Pedrazzi²

RESUMO

Este estudo descreve a trajetória do Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo (MIEM), considerando o contexto da imigração italiana na Quarta Colônia, mais precisamente no distrito de Vale Vêneto, localizado no município de São João do Polêsine, no centro do estado do Rio Grande do Sul (RS). Para entendimento das especificidades do grupo de italianos que ali aportaram, usou-se a metodologia de revisão bibliográfica baseada em livros, periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordam as diferentes facetas da imigração italiana e de assuntos relevantes, tais como patrimônio cultural, memória, identidade e museu. A partir disso, justifica-se a importância deste estudo como conscientização das especificidades do processo de imigração italiana que ocorreu na região central do Rio Grande do Sul, buscando, a partir de um novo olhar, entender as particularidades desse grupo. Outro aspecto é contribuir para valorizar, através do exercício da análise crítica, os espaços de memória que mantêm uma identidade social, a fim de que novas gerações possam usufruir desse conhecimento, buscando a sua preservação.

Palavras-chave: Museu do Imigrante Italiano. Patrimônio Cultural. Memória. Identidade. São João do Polêsine.

ABSTRACT

This study describes the trajectory of the Eduardo Marcuzzo Italian Immigrant Museum (MIEM), considering the context of Italian immigration in the Fourth Colony, more precisely in the district of Vale Vêneto, located in the municipality of São João do Polêsine, in the center of the state of Rio Grande do Sul (RS). In order to understand the specificities of this Italian immigrant group who arrived there, it was used the methodology of bibliographical revision based on books, journals, master's dissertations and doctoral thesis that address different aspects of the Italian immigration and relevant subjects, such as cultural heritage, memory, identity and museum. From that, it is justified the importance of this study as an

1 Graduada em Psicologia pela UFRGS, Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela UNINTER, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural pela UFSM.

2 Graduada em Comunicação Social, Jornalismo e Arquivologia. Mestre em Engenharia de Produção pela UFSM. Doutora em Letras pela UFSM. Professora Adjunta do Departamento de Documentação/CCSH/UFSM.

awareness of the specificities of the italian immigration process, which has occurred in the central region of the state of Rio Grande do Sul, seeking, from a new perspective, to understand the particularities of this group. Another aspect is to contribute to value, through the exercise of critical analysis, the memory spaces that maintain a social identity, so that new generations can enjoy this knowledge, seeking its preservation.

Keywords: Italian Immigrant Museum. Cultural Heritage. Memory. Identity. São João do Polêsine.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é discorrer sobre a trajetória do Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo (MIEM)³, localizado no município de São João do Polêsine, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente no distrito de Vale Vêneto⁴. Este percurso envolve desde a sua concepção inicial (da sua fundação, em 26 de julho de 1975, e inauguração, no dia 29 de outubro de 1978), até os dias atuais. Para compreender esse percurso, é lançado um novo olhar a partir do patrimônio cultural que está interessado em entender as particularidades desse grupo, valorizando, através do exercício da análise crítica, o espaço de memória em questão. Diante dessa ressignificação, o MIEM passa a assumir uma identidade social, sendo valorizado e preservado como um patrimônio cultural pela atual e futuras gerações.

Para compreender a trajetória do MIEM é necessário primeiro entender o percurso dos imigrantes italianos que saíram da região norte da Itália e chegaram ao Brasil, por volta do ano de 1870. Compreender quais eram esses contextos, tanto o de saída quanto o de chegada, quais eram as particularidades desses grupos que emigraram da Itália e se instalaram no Rio Grande do Sul (RS), quais eram as suas expectativas e anseios frente ao novo mundo que desbravavam. Sponchiado (2019, p. 21), em seu livro *Imigração e Quarta Colônia*⁵, recomenda:

Iniciemos por identificar as marcas do modo de ser do imigrado do norte da Itália, ou seja, o seu *ethos*, entendido como os hábitos tradicionais adquiridos por uma comu-

3 O Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo está situado na Rua Padre João Iop, s/nº.

4 Vale Vêneto foi o primeiro núcleo a ser colonizado na região da Quarta Colônia e fica a 40 km de Santa Maria.

5 Atualmente, a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul é formada pelos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins, localizados na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul (FOLETO, 2019, p. 26)

nidade que distingue um grupo sociocultural dos demais, sendo assim uma identidade social. Por *ethos* comunitário entendemos um grupo de pessoas que possui objetivos comuns e mantém relações sociais estáveis de solidariedade (comum-unidade). Retenha-se que esse vínculo (objetivo) não é consensual, e sofre alterações com o tempo, à medida que a comunidade se complexifica e enfrenta novas demandas.

Para que se possa entender as particularidades da imigração italiana é necessário que, além do conhecimento da historiografia, sejam realizadas leituras das fontes desses grupos de imigrantes, como cartas escritas por eles próprios e documentos oficiais da época. Tais documentos podem nos trazer uma visão ampliada frente aquelas mais difundidas, geralmente escrita por grupos detentores de poder que, na sua maioria, fazem questão de ressaltar os aspectos gloriosos da imigração italiana em detrimento das demais culturas.

O entendimento dessas especificidades faz compreender que o processo de imigração italiana não é uma história única e igual para todos os grupos que aqui aportaram, mas sim que cada um deles carrega uma complexidade, que é refletida por certas características, como a de relações de interesse e de reciprocidade, de parentesco, de hábitos e de costumes presentes nesses grupos de imigrantes italianos. Michel de Certeau, em seu livro *A escrita da história*, afirma que a produção histórica está vinculada ao lugar no qual ela é elaborada, e esse espaço pode permitir um tipo de produção e proibir outros. Logo, considerar o ambiente em que é produzida a história não é explicá-la, mas sim é um meio necessário para que alguma coisa possa ser dita (CERTEAU, 2008, p. 76-77). Isso reforça a necessidade de contextualizarmos o processo de imigração que ocorreu no Brasil.

É nessa particularidade que se insere o MIEM, pois por meio dele é retratado um discurso sobre uma história de vida de um grupo de imigrantes italianos que vivenciaram certas dificuldades, que mostraram seus hábitos e costumes e sua religiosidade. Importante salientar que essa é a história desse grupo em específico e que talvez não seja a mesma dos demais grupos de italianos que se centraram em outros núcleos coloniais do RS e de outras regiões do Brasil.

A metodologia utilizada para a realização deste artigo é a revisão bibliográfica, procurando levantar informações relacionadas à imigração italiana no RS, sobre memória, identidade e museu, em especial o MIEM. São também utilizadas outras publicações, tais como periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Este artigo é desenvolvido em se-

ções a fim de que se possa aprofundar os assuntos que são relevantes para o entendimento dessa trajetória, a saber: uma breve contextualização da imigração italiana no RS; a quarta colônia de imigrantes italianos no RS, mais precisamente o núcleo de Vale Vêneto; conceitos de museu, memória, identidade, patrimônio cultural; e, por último, a trajetória do MIEM.

Ao final, tecem-se algumas considerações sobre este estudo, como a importância de espaços de memória para a construção e consolidação de uma identidade social, e o mérito da comunidade de Vale Vêneto que, com as colaborações espontâneas de técnicos e voluntários, mantém a estrutura do MIEM em funcionamento – mesmo com as dificuldades encontradas para a sua manutenção e aprimoramento, pela falta de apoio financeiro e de recursos humanos por parte da gestão municipal; e chama-se atenção para as iniciativas tecnológicas adotadas para promover a sua divulgação e promover o turismo cultural.

1 Breve contextualização da imigração italiana no RS

Primeiramente, é importante apresentar alguns elementos que assolava a Itália na época da imigração para o Brasil. A Itália, no século XIX, tinha parte da população imersa na miséria, com sérios problemas sociais, políticos e religiosos, sendo a população rural a mais prejudicada. Marca-se esse período pelas lutas em prol da Unificação da Itália e pela Revolução Industrial. Diante de um cenário marcado por falta de alimentos, questões climáticas, falta de terras, altos impostos cobrados pelas terras arrendadas, estava cada vez mais difícil permanecer na Itália, em condições que provesssem o sustento de suas famílias.

Diante de tal cenário, muitos camponeses aproveitaram o incentivo dado pelo Brasil imperial por meio da política de imigração⁶ e se utilizaram dessa oportunidade para migrarem para a América, pois para eles este era um mundo de novas possibilidades, em que eles poderiam ser os donos de suas próprias terras, serem os patrões – *padrones*, fazerem *La cucagna*, ou seja, a fortuna. Eles vislumbraram que no Brasil teriam a possibilidade de abandonar uma realidade com a qual não estavam mais satisfeitos e colocaram as suas esperanças na conquista da liberdade e de uma vida melhor

6 Tratava-se de uma “Imigração Financiada”, conforme Decreto nº 3.784, sendo dados alguns favores como: transporte da Europa para o Brasil e, neste, hospedagem e transporte até as Colônias; venda à vista ou a prazo do lote de terra; derrubada da mata e casa provisória no lote, bem como instrumentos agrários e sementes; subsídio de 20.000 réis em dinheiro ao imigrante maior de 10 e menor de 50 anos; tratamento médico e botica; culto religioso e instrução escolar primária (SPONCHIADO, 2019, p. 52-53).

no outro lado do Atlântico. Logo, o caminho que se delineava era o da emigração. Isso se pode observar através da carta de um imigrante que escreve ao seu pai, que se encontrava na Itália, que diz: “digam a eles que deixamos os patrões na Itália e somos donos de nossas vidas, temos quanto queremos para comer e beber, além de bons ares, e isto significa muito para mim. Eu também não queria estar mais na Itália, sob aqueles patrões velhacos. Aqui, para encontrar autoridade, são necessárias 6 [seis] horas de viagem” (DE BONI, 1977, p. 59).

Aproveitando o quadro de dificuldades que a Itália enfrentava, o Brasil incentivou a vinda dos imigrantes através de sua política de imigração, pois havia interesse do governo imperial para que esses imigrantes italianos viessem colonizar as terras devolutas da região da central do Rio Grande do Sul (MARIN, 1999, p. 12).

Nesse contexto é que acontece a imigração dos italianos para o Brasil, conforme bem observou Sponchiado (2019, p. 31) “a imigração italiana para o Brasil teve um duplo significado: para uns foi o Canaã, A Terra Prometida, onde correm leite e mel; no caso, a realização da *cucagna*. Para outros, e não poucos, representou um Egito, terra de cativo, desgraça e miséria”. Logo, é necessário entender a complexidade dos fatores que estiveram envolvidos em cada grupo de imigrantes que chegaram ao Brasil. Cada um deles trouxe consigo as suas experiências pessoais, espirituais, culturais, sociais e econômicas vividas na Itália e que, por sua vez, ao chegarem ao Brasil, foram destinados para locais diferentes, cada qual com sua particularidade. Ao chegarem nas colônias do RS, encontraram adversidades locais, desde o relevo e o clima, que foram confrontadas com sua experiência pregressa e culminou em uma nova forma de fazer aquilo que já conheciam e a descoberta de toda uma nova realidade. Dessa forma é provável que cada grupo tenha acabado por escrever sua história pessoal e local diferente dos demais grupos.

2 Quarta Colônia de imigrantes italianos no RS: núcleo de Vale Vêneto

Marin (1999), que organizou o livro *Quarta Colônia: Novos Olhares*, revela que as grandes levas de imigrantes italianos que chegam ao RS nas últimas décadas do século XIX, em sua maioria camponeses patrocinados pelo governo Imperial, vieram para colonizar as terras devolutas e montanhosas da Serra Geral. Parte desses imigrantes oriundos da região norte da Itália foi destinada à região nordeste do RS, constituindo-se as três Colônias chamadas de Conde D'Eu (atual Garibaldi), Dona Isabel (atual Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul). Outra parte desses

imigrantes ocupou a região central do RS, a Quarta Colônia, chamada de Silveira Martins.

Vendrame (2013, p. 167), em sua tese de doutorado, relata que após se estabelecerem nos núcleos coloniais do sul do Brasil, a partir de 1875, os imigrantes tiveram de se adaptar a uma realidade diversa daquela vivida nas aldeias de origem, dando início a um processo de acomodação interna do grupo e interação com os indivíduos da sociedade local. Nesse sentido, os imigrantes que vieram para ocupar a região da Quarta Colônia, a partir de 1877, tinham as características particulares de onde eram originários, porém tiveram que se adaptar à realidade local. Para a autora, o grupo de imigrantes que chegou a essa região tinha seus anseios e lutou para manter esses objetivos:

Os imigrantes italianos que chegaram à região central do Rio Grande do Sul, a partir de 1877, eram, em sua maioria, oriundos do meio rural. Almejavam ser proprietários de terras, cultivar seus produtos, produzir riquezas e sonhavam com uma vida sem patrão que lhes dessem ordens ou cobrasse pelo arrendamento das terras. Buscavam organizar suas comunidades segundo suas crenças e práticas religiosas, e, para isso, tinham que ter liberdade, pois assim poderiam estruturar os núcleos coloniais conforme seus anseios (VENDRAME, 2007, p. 29).

Marin (1999) também menciona que o primeiro grupo de italianos a ocupar a região da Quarta Colônia chegou em setembro de 1877, em torno de 157 famílias, que se instalaram no Barracão de Val de Buia⁷, até que as demarcações dos lotes de terra e sua respectiva distribuição para as famílias fosse realizada. Constatamos na literatura que muitas foram as descrições relatando as péssimas condições do local, pois, além do cansaço decorrente da longa viagem, o acesso até o local era precário, praticamente inexistente, e as condições estruturais do local eram ínfimas, como podemos observar por meio do relato de uma testemunha ocular:

Este barracão era logo abaixo da montanha, à esquerda da estrada que parte da Estação Colônia ou de Santa Maria e conduz a Silveira Martins. Não havia nada além desse pobre e assustador barracão, com uma área desmatada, cheia de árvores caídas. Não se via nada além de céu e bosques!

7 No local foi erguido um monumento, localizado no município de Silveira Martins, em homenagem ao imigrante italiano, e inaugurado em maio de 1977, por ocasião do centenário da Quarta Colônia Imperial (VIZZOTTO, 2014, p. 51).

Certamente deviam experimentar dores amarguíssimas os pais e mães, vendo-se com os seus filhos doentes, e eles mesmos também debilitados pelo cansaço da longa viagem de dois meses (...) Descarregar as suas bagagens nesta horrível floresta e ter que todos acomodarem-se em uma pobre cabana, um por cima do outro, sobre assoalho de madeira, e lá largar as poucas coisas e repousar cansados e doentes (SPONCHIADO, 2019, p. 55).

Quanto a sua constituição, no ano de 1882, a região da Quarta Colônia perdeu a sua condição de colônia imperial e se dividiu entre os municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. A Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul é hoje formada por nove municípios da Região Central (FOLETTTO, 2019, p. 26).

Vale Vêneto⁸ foi o primeiro núcleo a ser colonizado na região da Quarta Colônia e fica localizado a uma distância de 40 km do município de Santa Maria, conforme se identifica na Figura 1. Segundo Vizzotto (2014, p. 10-11), em sua dissertação de mestrado, em maio de 1878 chegavam as primeiras famílias para habitar o local que foi denominado de “Buraco”, por ser localizado em um vale. No mesmo ano, chegaram mais famílias lideradas por Paulo Bortoluzzi. Por sua família ser numerosa e com certo prestígio financeiro, o nome do local passou a se chamar Vale do Bortoluzzi. Posteriormente, depois de várias discussões, e a fim de buscar um nome que representasse a maioria, por sugestão do padre Antônio Sório foi proposto o nome de Vale Vêneto.

Figura 1 – Mapa do distrito de Vale Vêneto, São João do Polêsine - RS.



Fonte: Site do MIEM: <<http://www.museudoimigranteitaliano.org.br>>.

8 Vale Vêneto é distrito turístico do município de São João do Polêsine (RS).

Para compreender essa localidade, sua cultura, religiosidade, festividades e trabalho, temos de entender que, conforme esclarece Vendrame (2007, p. 74), esses imigrantes trouxeram da velha pátria seus costumes religiosos e sociais, estruturando as comunidades coloniais para poderem vivenciá-los. As atividades religiosas transcendiam as necessidades espirituais, carregando em si a capacidade de promover o ordenamento da sociedade.

Foletto (2019, p. 34), em sua dissertação de mestrado, informa que Vale Vêneto é conhecido hoje como um Polo Cultural e Turístico da Quarta Colônia de Imigrantes Italianos. As belezas naturais, a tradição, a gastronomia, o artesanato, a arquitetura das casas, a religião, o dialeto Vêneto, ainda falado por muitos moradores da região, estão representados nos pontos turísticos encontrados no Vale, movimentando a localidade e atraindo muitos turistas. Portanto, o Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo é um dos locais mais importantes a serem visitados. A fundação, o desenvolvimento, a história e a memória da colonização italiana de Vale Vêneto podem ser conhecidos em artefatos, fotografias e documentos expostos nesse Museu, um espaço preservado pela comunidade.

Sob esse aspecto, antes de traçar propriamente a trajetória do MIEM, pretende-se colocar em pauta alguns conceitos que são relevantes para compreender a relação de museu, enquanto um espaço de memória, que leva a uma construção de identidade e que, portanto, deve ser considerado com um patrimônio cultural e, conseqüentemente, abre caminhos para o turismo cultural, como veremos a seguir.

3 Museu: memória, identidade, patrimônio cultural

Abordar conjuntamente conceitos complexos como museu, memória, identidade e patrimônio cultural torna-se uma tarefa difícil. A intenção, porém, não é aprofundar, nesta seção, a discussão desses conceitos, mas buscar uma linha de inter-relação entre eles. Partindo do conceito de museu, pode-se afirmar que este sofreu modificações ao longo da história, inicialmente com uma visão mais restrita de cunho particular, e, com o passar do tempo, assume uma postura mais abrangente, com enfoque social e educativo, como mencionado abaixo:

Embora os museus sejam um dos dispositivos privilegiados através dos quais o passado é apresentado ao público, não podemos esquecer que isso é feito por uma diversidade de instituições, meios e práticas. No entanto, não podemos perder de vista que, como instituição dedicada à memória e

à celebração do passado, os museus desempenham um papel fundamental na construção de ideologias e identidades nacionais e sociais (FALCÃO, 2009, p. 12).

Dessa forma, é importante compreender que os museus são espaços criados por pessoas e/ou instituições, que visam transpor algo para a sociedade. Nada ali é aleatório, tudo tem uma razão de ser, portanto, o que é eleito para constar num museu tem como objetivo trazer algum conhecimento ou lembrança que nos remeterá a algo já vivido ou para reforçar a construção de uma identidade cultural. É importante salientar a definição do ICOM⁹, de modo a compreender que o museu se caracteriza por ser uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade (FALCÃO, 2009, p.13).

Portanto, os museus se constituem como espaços de memória, e isso é reforçado por Diehl (2002, p. 114) no livro *Teorias da história*, quando define que esses “lugares de memória” desempenham, através da memorização do passado histórico, o papel de identificação cultural dos sujeitos, uma vez que “o ato de rememorar produz sentido e significação através da ressubjetivação do sujeito e a repoetização do passado, produzindo uma nova estética do passado.

O MIEM se constitui em um espaço de memória, como mostrado a seguir, pois ali constam vários artefatos que reportam ao passado de um grupo de imigrantes, que através do momento presente pode ser rememorado e trazer novos tipos de conhecimento para o público que o visita, ou seja, o passado se reinventando no hoje. Portanto, retomar memórias é importante para contribuir na construção da identidade de um determinado povo. Para isso é necessário que não deixe de rememorar, ir em busca das raízes, das origens, do âmago da sua história etc. (BATISTA, 2005, p. 28). Reforçando essa ideia Pollak (1992, p. 204) pensa que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Ao rememorar, a identidade individual e social é fortalecida. No

9 O ICOM (Conselho Internacional de Museus) é uma organização internacional ligada à UNESCO, fundada em 1946, que congrega museus e profissionais de museus. Ao ICOM está confiada a preservação e a difusão do patrimônio mundial – cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial – para a sociedade (FALCÃO, 2009, p. 13).

caso do MIEM, pode-se dizer que uma história é discursivizada por um ou mais prismas a partir dos objetos expostos no local. Logo, essa representatividade ali exposta tem que ser legitimada pelas pessoas da comunidade ou pelas pessoas que tenham algum vínculo com esse passado, como é reforçado a seguir:

A identidade cultural e a memória reforçam-se mutuamente. Conhecemos as nossas raízes, distinguimos o que nos une e o que nos divide. Estamos aptos a entender que a cultura e a memória são faces de uma mesma moeda e que a atitude cultural por excelência e com o que nos rodeia, desde os testemunhos construídos ou das expressões da natureza aos testemunhos vivos aos quais são imprescindíveis para a construção desta identidade (BATISTA, 2005, p. 30).

Pode-se dizer que o MIEM constitui-se como patrimônio cultural, pois possui elementos que retomam a história de um grupo de imigrantes, que deixou um legado de conhecimento, hábitos, costumes, valores espirituais e de trabalho, com os quais muitos de seus descendentes se identificam e se reconhecem, oferecendo valor a esta contribuição cultural. Assim, deve-se “de qualquer maneira, garantir a compreensão da memória social preservando o que for significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio” (LEMOS, 1981, p. 29).

4 A trajetória do MIEM

Da mesma forma que a imigração italiana foi marcada por momentos de grandes dificuldades, mas também de conquistas e avanços; o MIEM, desde a sua concepção inicial, passando por sua fundação e inauguração até os dias atuais, enfrentou diversas dificuldades, mas com a colaboração voluntária de pessoas da comunidade e de fora dela, conseguiu avançar e progredir. Recentemente, como produto final de uma dissertação de mestrado¹⁰ em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, foi construída a página oficial do MIEM na Internet.

O caminho que culminou com o que hoje é possível ver e sentir no MIEM teve origem com o imigrante italiano Eduardo Albino Marcuzzo que, ainda menino, começou a colecionar objetos que refletiam a cultura italiana, pois sua ideia era contar a história dos imigrantes. Para isso, a

¹⁰ A mestrande Célia Terezinha Foletto defendeu sua dissertação de mestrado no dia 24 de abril de 2019, apresentando como produto final o *site* do MIEM. Ainda não foi feita a divulgação oficial para o público em geral deste instrumento de marketing do MIEM.

cada peça que encontrava, ia tecendo um pequeno histórico sobre ela. Nas comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul surgiu a ideia da criação do museu do imigrante. Para que essa ideia se concretizasse juntou-se ao material já existente (por parte de Eduardo) muitas outras doações feitas pela comunidade. Dessa forma, no dia 26 de julho de 1975, ocorreu a fundação do Museu do Imigrante Italiano Pe. João Iop¹¹ (VIZZOTO, 2014, p. 219-221).

A inauguração oficial do Museu ocorreu no dia 29 de outubro de 1978, quando foi comemorado o Centenário da Imigração Italiana de Vale Vêneto. A partir dessa data constituiu-se uma diretoria com o objetivo de conduzir as atividades, sempre sob liderança de Eduardo Marcuzzo. Posteriormente, em substituição à Diretoria, foi constituída uma Associação, que no ano de 1996 recebeu uma nova denominação, vindo a ser denominada de Associação Vêneta (AVE). Foi no ano de 2012 que o Museu foi oficializado, constituindo-se legalmente como um departamento (órgão administrativo) da AVE, sendo esta uma Associação Civil sem fins lucrativos. Nessa oportunidade, o museu passou a ser denominado “Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo”, em homenagem ao seu fundador (FOLETTTO, 2019, p. 46).

Com essa nova configuração, o MIEM passou a ter uma logomarca (Figura 2), uma Missão¹² e uma Visão¹³. A logomarca traz uma carreta estilizada, puxada pelos bois, simbolizando o principal meio de transporte terrestre da época. A carreta e os bois eram parceiros fiéis, que juntos com o imigrante, modificaram a região. As cores são uma referência a terra de origem, a Itália, mas também o verde representa a paisagem da região e o tom mais escuro da carreta destaca a sua caminhada na região, as dificuldades e os desafios a serem enfrentados (FOLETTTO, 2019, p. 47).

11 João Iop foi o primeiro filho de imigrantes que nasceu no Barracão de Val de Buia e também foi o primeiro padre palotino a ser ordenado no Brasil.

12 “Preservar a memória do cotidiano das famílias italianas e os documentos que testemunharam a história da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.”

13 “Ser referência na região para proporcionar às gerações futuras o reconhecimento da identidade dos antepassados.”

Figura 2 – Logomarca do Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo.



Fonte: Acervo do MIEM / Vale Vêneto / São João do Polêsine, RS.

O MIEM se localiza no prédio da Casa Paroquial de Vale Vêneto (Figura 3) e está estruturado em três andares desse prédio, contendo nove salas temáticas, constituindo um acervo em torno de 10 mil artefatos (FOLETTTO, 2019, p. 47).

Figura 3 – Fachada lateral da Casa Paroquial, entrada principal do MIEM.



Fonte: Acervo fotográfico de Célia Terezinha Foletto (2018).

Durante o período de 2014 a 2016 foi necessária, por medida de segurança, uma reforma geral no prédio que abriga o MIEM. Para que isso fosse realizado, não faltaram esforços de várias pessoas da comunidade e de fora dela, como alguns profissionais da área da Arquivologia, Museologia e Engenharia, para que a obra fosse concretizada. É importante salientar que toda essa colaboração foi gratuita e voluntária. A própria comunidade de Vale Vêneto arcou com os recursos financeiros da reforma (FOLETTTO, 2019, p. 49).

No dia 08 de julho de 2017, o MIEM foi reaberto ao público. Nessa nova reestruturação o acervo foi dividido em nove salas temáticas de exposição, sendo que os critérios para seleção dos objetos para as exposições, deu-se em função da relação de sua historicidade, antiguidade evidenciada e por demonstrar a simplicidade de vida no cotidiano das famílias (FOLETTTO, 2019, p. 53).

As nove salas de exposição foram divididas por temáticas com o objetivo de retratar o cotidiano das famílias dos imigrantes italianos que colonizaram Vale Vêneto, conforme disposto a seguir: “sala de entrada”, onde retrata um pouco dos valores culturais dos imigrantes expresso nos artefatos religiosos, de trabalho e utensílios de cozinha, denotando a simplicidade do cotidiano e as dificuldades de uma época onde o trabalho era todo manual; a “sala italiana” que busca ambientar o espaço de reunião da família italiana, à qual servia para as refeições, realização de velório, os namoros e oração do terço em família; a “cozinha italiana” que era o local de socialização, não só para comer, mas também para conversar e receber os vizinhos; a “sala da iconografia” onde está disponibilizado o acervo fotográfico, quadros de retratos de família, de objetos e de localidades, os quais retratam os costumes do cotidianos desses italianos; a “sala do trabalho, usos, costumes e fazeres” que mostra as habilidades artesanais a fim de suprir as necessidades para o cultivo agrícola, criação de animais e processamentos de produtos extraídos das pequenas propriedades; o “quarto italiano” que através de um conjunto mobiliário retrata o quarto do casal, seus hábitos e devoção religiosa; a “sala da musicalidade” é formada por objetos musicais da época da colonização, usados para animação das missas e festas, como também os instrumentos pertencentes à banda de Vale Vêneto, fundada em 22 de abril de 1922; a “sala de arte sacra” expõe imagens e objetos que denotam a religiosidade dos imigrantes italianos e objetos sacros usados nas celebrações religiosas e, por último, o “memorial padre Clementino Marcuzzo¹⁴” local onde estão expostos objetos que contam um pouco da história

14 Padre Clementino Marcuzzo foi o divulgador e propagador da cultura dos imigrantes italianos na região da Quarta Colônia, mais precisamente de Vale Vêneto. Faleceu no dia 15 de

de sua vida, seu perfil de sacerdote, escritor, jornalista, pesquisador e animador das festas italianas (FOLETTTO, 2019, p. 54-79). A figura 4 exemplifica a sala temática do trabalho, usos, costumes e fazeres exposta no MIEM.

Figura 4 – Sala do trabalho, usos, costumes e fazeres do MIEM.



Fonte: Acervo fotográfico de Célia Terezinha Foletto (2018).

É importante salientar que, para que o MIEM chegasse a essa situação atual, muito foi feito em termos de doação de trabalho voluntário de pessoas da comunidade e fora dela, para que ele realmente viesse a se constituir em um espaço de memória, um patrimônio cultural local, proporcionando à comunidade de Vale Vêneto e aos visitantes um momento de apropriação dessa história, pois ela reflete a construção de uma memória individual e coletiva de pessoas que tiveram as suas vidas imbricadas com a cultura desses imigrantes italianos.

De acordo com Paiva (2004, p. 19-20) a imagem não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos tal como teriam sido. Isso é irreal e muito pretensioso. A história e os diversos registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e dos demais agentes que influenciaram essa produção.

Entende-se que o MIEM é a representação de um recorte do que foi a imigração italiana na Quarta Colônia, pois ele quer rememorar e contar através de seus artefatos a história de um grupo de italianos que aportaram em Vale Vêneto no ano de 1878. Preservar essa história é também preservar a identidade e a cultura das pessoas que se constituíram enquanto indiví-

duos e cidadãos a partir dessa realidade. Portanto, para nos identificarmos com essa história foi necessário retomá-la para, assim, valorizar e preservar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a compreensão da trajetória do MIEM é necessário reportar-se ao início da história da imigração italiana no Brasil e no Rio Grande do Sul, mais precisamente no núcleo de Vale Vêneto, pertencente à região da Quarta Colônia. Também foi necessário buscar uma fundamentação teórica a fim de relacionar os vários conceitos envolvidos neste estudo, para finalmente discorrer sobre a trajetória do MIEM. Essa estruturação possibilitou a construção de um conhecimento crítico em relação à imigração italiana no núcleo de Vale Vêneto, no sentido de não buscar generalizações, mas sim particularidades, entendendo que se trata de um grupo que trouxe determinadas características de seu país de origem e que, ao chegar ao seu destino, buscou se adaptar ao contexto local, mas sempre buscando manter os seus valores religiosos e de trabalho, no intuito de conquistar uma condição de vida melhor.

Nesse sentido, o MIEM carrega consigo uma história que foi construída pelos descendentes de imigrantes italianos que sentiram a necessidade de preservar e rememorar essa história, a história de seus pais e avós, para que ela não seja esquecida. Manter a cultura italiana do imigrante, representada por seu recorte exposto no MIEM, é uma forma de rememorar a identidade individual e social daquele povo. Importante dizer que no momento em que essa trajetória foi construída por pessoas que não viveram na época, mas sim obtiveram acesso a ela por meio de objetos, fotos e de documentos; trata-se de um recorte que, por sua vez, precisa ser reorganizado para poder ser contado. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de se desconstruir para reconstruir os discursos sobre a imigração italiana.

Considera-se que este estudo é relevante para dar visibilidade ao MIEM, seja em *locus* ou virtualmente, pois trata-se de um patrimônio cultural da localidade que precisa ser preservado. Pensa-se que o Museu deva receber investimentos para a sua manutenção e aprimoramento, pois o carece de recursos básicos, como, por exemplo, recursos humanos e materiais. Destarte, o estudo pode, ainda, contribuir para que as autoridades municipais e demais cidadãos se conscientizem de seu valor, a fim de dar o aporte financeiro para que o museu possa se expandir e estar dentro dos parâmetros legais exigidos pela Museologia.

Para finalizar, destaca-se mais um importante aspecto do MIEM, que é a sua contribuição para o desenvolvimento do turismo cultural em

Vale Vêneto e região da Quarta Colônia de Imigrantes Italianos, promovendo o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, n. 3, p.27-33, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=93>>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.
- DIEHL, Astor Antônio. *Teorias da História*. Cultura historiográfica (memória, identidade e representação). Bauru: EDUSC, 2002.
- FALCÃO, Andréa. Museu como lugar de memória. In: Museu e escola: educação formal e não formal. a. XIX, n. 3, Maio/2009. *Série TV Escola*, Ministério da Educação. Disponível: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012191.pdf>>. Acessado em: 25 jun 2019.
- FOLETTTO, Célia Terezinha. *O Museu do Imigrante Italiano “Eduardo Marcuzzo”*: História e Identidade. Vale Vêneto/Santa Maria. 2019. 101f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARIN, J. R. (org.). *Quarta Colônia: Novos Olhares*. Porto Alegre: EST, 1999.
- PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Tradução de Monique Augras. *Estudos Históricos*, v. 5, n.10, Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração & 4ª Colônia*: Nova Palma e Pe. Luizinho. 2. ed., revisada e ampliada. Santa Maria: UFSM, 2019.
- VENDRAME, Maíra Inês. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 236f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

- VENDRAME, M. I. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes no sul do Brasil (1878 – 1910)*. 2013. 479f. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2013.
- VIZZOTTO, J. M. P. *História de trabalho e fé: bens culturais de Vale Vêneto*. 2014. 261f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

A OPERAÇÃO LIMPEZA EM PORTO ALEGRE – 1964: O CASO LÚCIO

THE CLEANING OPERATION IN PORTO ALEGRE – 1964: LUCIO'S CASE

Pedro Vicente Stefanello Medeiros¹
Matheus Fuscaldó Bellé²

RESUMO

Objetivamos neste texto analisar a implementação da “operação limpeza” no município de Porto Alegre, a partir do processo histórico de desenvolvimento do golpe civil-militar de 1964. Mediante os desdobramentos políticos de 31 de março daquele ano foi instaurado o Ato Institucional nº 1, cujos dispositivos suspendiam temporariamente as garantias constitucionais e legais dos servidores públicos e permitiam a investigação sumária dos titulares que tivessem atentado contra o regime “democrático” e a “segurança” do País. Em Porto Alegre, foi instaurada a “Comissão Especial de Averiguação”, que mediante uma chefia militar, penetrou todos os setores da administração municipal com o intuito de “investigar” e “afastar” os supostos servidores “subversivos”. Neste sentido, através dos documentos produzidos pela referida comissão é que pretendemos analisar como este processo repressivo se desenvolveu na capital rio-grandense a partir da perseguição ao municípioário Lúcio Olímpio do Amaral Vieira no alvorecer do regime ditatorial que se estenderia por mais vinte e um anos.

Palavras-chave: Ditadura. Repressão. Segurança Nacional.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the accomplishment of the “cleaning operation” in the city of Porto Alegre, based on the historical process of development of the civil-military coup of 1964. Through the political developments of March 31st of that year, Institutional Act No. 1 was established, whose provisions temporarily suspended the constitutional and legal guarantees of public servants and allowed the summary investigation of the holders who had attacked the “democratic” regime and the “security” of the country. In Porto Alegre, the “Special Investigation Commission” was established, which, through a military command, penetrated all sectors of the municipal administration in order to “investigate” and “fend off” alleged “subversive” officials. In this sense, through the documents produced by the aforementioned commission, we intend to analyze how this repressive process developed in the capital of Rio Grande do Sul from the persecution of the municipality Lúcio Olímpio do Amaral Vieira at

1 Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense- UFF. Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES/FAPERGS.

2 Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestre em Antropologia/Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

the dawn of the dictatorial regime that would last for another twenty-one years.

Keywords: Dictatorship. Repression. National Security.

INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1964 se deflagra o golpe, iniciado em Minas Gerais sob comando militar do General Mourão Filho³, e político do Governador Magalhães Pinto. A derrubada do poder tinha como bandeira a defesa da liberdade e da democracia, frente à conspiração comunista estabelecida nos planos de reformas de base da atual presidência. Estes projetos, propostos pelo então presidente João Goulart, previam uma série de medidas que preconizavam uma maior intervenção do Estado na economia, bem como o desenvolvimento de reformas no âmbito agrário, educacional e eleitoral. Entretanto, há de se citar que o golpe se encaixa no contexto mais amplo da radicalização política global entre EUA e URSS⁴. É nítido que o impulso golpista se estruturou no elitismo e conservadorismo político da sociedade brasileira da época. No entanto, as forças civis e militares que articularam o golpe estavam longe de ser homogêneas.

Entre os apoiadores do golpe, é importante ressaltar, havia muitos que não desejavam a ditadura, por mais ingênuo que possa parecer, alguns idealizavam apenas o afastamento de um governo considerado perigoso devido à possível aproximação ao bloco soviético. Tampouco eram todos contrários à realização de reformas sociais, que, a propósito, muitos dos chefes do novo regime prometiam fazer, desde que respeitados os valores democráticos e cristãos. Parte desse segmento moderado logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição. Porém, havia também partidários do golpe que perrenciam à extrema direita, como, por exemplo, antigos integralistas e outros tipos de anticomunistas radicais⁵.

Analisando as próprias Forças Armadas são vistos grupos distintos. No livro de D'Araujo, Soares e Castro⁶, formado por depoimentos de oficiais que articularam o golpe de 1964, temos, no mínimo, dois grupos presen-

3 Na época do golpe comandava o exército de Juiz de Fora, Minas Gerais.

4 LAMEIRA, Rafael Fantinel; PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul no Olho do Furacão. In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre: Corag, 2009.p.52.

5 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p.35.

6 D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. Nova Fronteira, 2014, p.60.

tes nas narrativas. Um mais intelectualizado, ligado às escolas superiores das Forças Armadas, apelidado pejorativamente de Sorbonne⁷, por conta do treinamento e influência dos militares franceses na sua formação. Enquanto o outro seria mais ligado à tropa, formado por pequenos conjuntos de oficiais de baixa ou média patente, com tênue coordenação⁸.

Em outras palavras, existia de tudo no barco golpista. Desde instituições, historicamente, defensoras de opiniões ultraconservadoras a exemplo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP); passando por autoritários de vários matizes; nacionalistas de direita; e grupos liberais em geral, mais entusiastas da liberdade de mercado que da liberdade política.

Portanto, o Golpe Civil-Militar, visivelmente, foi um movimento sociopolítico que reuniu setores liberais e conservadores em torno de uma agenda hermética. Neste Artigo chamamos a atenção para as formulações da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Entendendo, de forma mais ampla, a DSN foi um esqueleto teórico que auxiliou a criação das ditaduras civis-militares da América Latina. Observando que a construção dos ensinamentos dela iniciou nos Estados Unidos, no contexto bipolarizado da Guerra Fria. Sua estruturação visava um combate internacional, alumiado por um conjunto de ações políticas e militares. O principal intuito era conter o avanço do “vírus comunista”, bem como, defender os cânones do capitalismo. As influências da doutrina serão sentidas pela América Latina, principalmente, após a Revolução Cubana de 1959 e darão início à emergência dos protagonismos militares por todo o continente⁹.

Neste sentido, é importante sinalizar que a DSN brasileira teve mudanças em sua estrutura e formulou novos conceitos. Os arquitetos do Golpe Civil-Militar basearam-se, fundamentalmente, nas características dos insurgentes brasileiros e nas teorias originadas e testadas na guerra da Argélia e do Vietnã¹⁰. Uma das principais variantes na doutrina brasileira foi à contraposição ao conceito de guerra revolucionária¹¹. Enquanto a original

7 Composto por oficiais como Castello Branco, Golbery do Couto e Silva, Ademar de Queirós, Cordeiro de Farias e Jurandir Bizarria Mamede.

8 D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op.cit, p.17.

9 PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

10 WASSERMAN, Claudia. Rio Grande do Sul celeiro do Brasil. In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre, Corag, 2009.

11 O conceito de Guerra Revolucionária o qual fazemos referência diz respeito àquele forjado pela Revolução Cubana de 1959, que se legitimava na luta contra o imperialismo e na tomada

americana privilegiava conceitos como guerra total e guerra nuclear, com o objetivo de amplificar o seu raio de ação beligerante, os militares latino-americanos, em sua maioria, brasileiros, produzem um novo conceito chamado de guerra ideológica, preocupados com o crescimento de movimentos sociais e da classe trabalhadora acentuaram o medo da subversão interna e da guerra revolucionária. Ao substituir as fronteiras convencionais entre Estados delimitados geograficamente, a ação repressiva se expande¹².

Os moldes do regime repressivo foram sendo esculpidos conforme a linha de inspiração dos militares que detinham o poder. As influências da linha dura¹³, por exemplo, atribuíram um novo conceito de soberania, o qual se baseia nas fronteiras ideológicas¹⁴. Esse conceito permite uma flexibilização na luta contra o avanço comunista, pois culmina na aliança entre exércitos ideologicamente alinhados, permitindo que fronteiras geográficas sejam ignoradas em prol da perseguição marcial. Com isso apreciamos o início da Teoria do inimigo interno em vários países da América Latina:

Teoria do inimigo interno induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os –inimigos||, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista –indireta||. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato da segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de facto do poder no interior do Estado de Segurança Nacional¹⁵.

dos meios de produção por parte dos trabalhadores de forma imediata.

12 FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu -inimigo interno no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e espionagem. Porto Alegre: ANPUHS, 2008, p.4.

13 A chamada linha dura foi representada pelos governos de Costa e Silva e Emílio Médici.

14 Diretriz, a qual, dentre outros aspectos, subordinou as fronteiras territoriais dos países geridos pela Doutrina de Segurança Nacional e legitimou ações de controle, perseguição e repressão ao inimigo interno. ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. Fronteiras Territoriais versus Fronteiras Ideológicas: A Geopolítica do Anticomunismo no Marco das Discussões sobre Terrorismo de Estado no Cone Sul. Espaço Plural. Mal. Cândido Rondon. v.2. n.27. p.178-194. 2012.

15 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru/São Paulo: Edusc, 2005, p.48.

Algumas das principais características da DSN podem ser vistas de forma embrionária na Lei de Segurança Nacional do governo Vargas, tais como conceituação de ameaça política e subversiva e o aumento de poder aos órgãos de controle e repressão.

Deste modo, através de documentos da Comissão Especial de Averiguação, instaurada por uma chefia militar na estrutura administrativa da Prefeitura de Porto Alegre, tentaremos através de um caso específico, a perseguição de Lúcio Olímpio do Amaral Viera, evidenciar como se desenvolveu o aparato repressivo do incipiente governo ditatorial na capital gaúcha.

1 O Rio Grande e o Golpe

Assim, mesmo com a efetiva aplicação desses preceitos na forma de Golpe de Estado, o governo de João Goulart não fica inerte, o presidente inicia uma movimentação estratégica baseada no apoio obtido dos legalistas no ano de 1961. A ação consistiu na nomeação de Ladário Pereira Telles¹⁶, homem de confiança, para o comando do III exército¹⁷, e a ida para Porto Alegre a fim de montar sua base de luta. Jango queria firmar-se no apoio do Rio Grande do Sul, por conta de sua forte tradição trabalhista, que configurava grande suporte às reformas de base e que já haviam servido estruturalmente à Campanha da Legalidade.

Anunciada sua intenção é possível analisar um contexto diferente do de 1961, em Porto Alegre. Goulart possuía o apoio de Leonel Brizola ex-governador do Estado, de Sereno Chaise, então prefeito da cidade de Porto Alegre e do General Ladário Telles, recém nomeado chefe do III exército. Apesar de divergirem sobre as últimas posições políticas do presidente, essas figuras declararam seu apoio à legalidade do mandato de Jango, condenando as manobras golpistas. Em contrapartida, na oposição estava o então Governador do Estado, Ildo Meneghetti¹⁸, com sua base aliada há muito organizada: o General Gallhardo, o qual reclamava a chefia do III exército, núcleos como IPES, FEDERASUL e FIERGS, bem como setores conservado-

16 Em 1961 se manifestou favorável a posse do vice-presidente João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros, contrariando o posicionamento do Congresso Nacional e da maioria das Forças Armadas.

17 O III Exército compreende contingentes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná.

18 Meneghetti ganhou as eleições de 1962 com sua candidatura reforçada pela coalizão Ação Democrática Popular (ADP) onde se reuniam todos os partidos conservadores, além disso, teve sua campanha financiada pelo IPES e pelo IBAD desde 1961. O IPES, através do projeto Aliança para o Progresso (AP) recebeu dos Estados Unidos uma quantia de 4 milhões de dólares para estruturar campanhas contra o comunismo por todo o país. WASSERMAN, Cláudia. Op. cit. p.37.

res da Igreja Católica, Polícia Civil e Polícia Militar. A cisão política no Rio Grande do Sul era nítida e o apoio inclinava-se aos golpistas.

Em suas primeiras ações, Meneghetti¹⁹ deixa claro que uma nova Campanha da Legalidade teria dificuldades de se instalar RS. O Governador reuniu a imprensa e por decreto impediu que fossem publicadas notícias sobre uma nova frente de apoio a Goulart. Em resposta, Ladário ocupou com parte apoiadora do exército algumas emissoras de rádio e juntamente com Brizola e Chaise organizou uma passeata pela legalidade, que marchou para a praça da matriz com grande número de populares²⁰. Em resposta à mobilização, o Governador do Estado mobiliza a Brigada Militar com seu batalhão de choque para conter o ato, além de cercar o Palácio Piratini com suas polícias e alguns integrantes do exército. Entretanto, a presença do Governador em Porto Alegre estava ameaçada pela mobilização da oposição. Como estratégia para evitar as passeatas, Meneghetti muda de cidade indo a Passo Fundo, no interior gaúcho, onde reforça sua base política tornando a cidade a nova sede do Governo.

O esfacelamento da base legalista ocorre em pouco tempo, fissuras no III Exército²¹ ao longo da região sul e a perda do apoio da Brigada Militar selam o enfraquecimento da resistência. Frente a esses acontecimentos Goulart pousou em Porto Alegre no dia 2 de abril pedindo um encontro com sua base aliada. Após reunir-se com seus apoiadores julga não ter força suficiente para enfrentar o golpe, além de pontuar a grande chance de mergulhar o País em uma guerra civil. A opção de Jango acaba sendo o exílio em Montevidéu, pegando o avião no mesmo dia.

Após a ida de Jango ao Uruguai, Ildo Meneghetti retorna a Porto Alegre onde domina os pequenos movimentos de resistência ainda exis-

19 Desde o início de sua posse, Ildo Meneghetti já demonstra interesses contrários aos dos Presidentes, repreendendo o movimento rural dos sem terra, os sindicalistas, o movimento estudantil, recusa a missão comercial soviética na base de Canoas e se aproxima do embaixador americano Lincoln Gordon. *Idem*.

20 A iniciativa das emissoras de rádio garante um número considerável de populares são eles: Comando de reivindicações dos servidores do Estado, Frente Nacionalista do Magistério Gaúcho, Conselho Sindical Feminino, Comando dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, Comissão dos Profissionais Liberais, Funcionários da Prefeitura Metropolitana, Associação dos Funcionários da CEEE, Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica em Porto Alegre, Sindicato dos Oficiais de Barbeiros e Similares, Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Porto Alegre, entre tantos outros... *Idem*.

21 As principais baixas de João Goulart no III Exército foram: A 3ª Divisão de Infantaria em Santa

Maria comandada por Poppe de Figueiredo; Comando Militar de Cruz Alta comandado por Adalberto Pereira dos Santos; 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana comandada por Joaquim Camarinha e a 3ª Divisão de Cavalaria em Bagé comandada por Hugo Garrastazú.

tentes. A articulação política financiada pelos institutos patrocinados pelo capital estrangeiro mostrava sua efetividade. Consolidava-se o Golpe de Estado, mas a planificação para um futuro governo acabava nele mesmo. Muitos trabalhos que analisam a estratégia pós-golpe da Ditadura Militar afirmam que os vencedores não tinham rumos claros sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a crença na necessidade de limpar o País e o sistema político de inimigos reais e imaginários²².

Motivados pela incerteza, em 9 de abril, é decretado o Ato Institucional nº1²³, marcando o início das medidas do governo militar destituídas de consulta popular ou legislativa. Através do AI-1 as garantias constitucionais eram suspensas por seis meses, estabelecia-se a eleição indireta para a Presidência da República. Além disso, possibilitava a suspensão dos direitos políticos, a demissão, a aposentadoria, a cassação de mandatos legislativos, e a transferência de militares para a reserva. Todas as medidas eram válidas através da comprovação de atentado contra a Segurança do País, como vimos na DSN, qualquer ato ou inclinação contrária aos preceitos do golpe.

No dia 11 de abril o Congresso elege Castello Branco por voto indireto, figura reconhecida dentro das Forças Armadas como um líder de prestígio. Além disso, o mais novo ditador contentava as camadas políticas, que esperavam retornar ao poder após a limpeza dos opositores. No entanto, Castello foi designado dentro de um escopo dividido, ele representava a ala intelectual da Escola Superior do Exército (ESG), em contraponto à chamada Linha Dura identificada com a figura de Costa e Silva²⁴.

O embate entre os entendimentos sobre o rumo do País é bem claro nessas alas do exército. Ajustado com o projeto norte-americano, Castello Branco se preocupava com a exposição dos crimes cometidos contra as liberdades individuais, mas não tanto com a prática deles. No caso de Costa e Silva, entendia que a caça aos opositores não devia ser escondida, pois eram os inimigos declarados da ordem social e política. Outro contraste residia em sua ideologia, o alinhamento com os interesses americanos colidia com seu nacionalismo militar, Costa e Silva via a relação exterior com os EUA como “entreguismo” da pátria. Faz-se importante frisar que apesar dos interesses político-militares, internos e externos, terem escolhido Castello Branco em comum acordo, a influência e as ações de Costa e Silva per-

22 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit, p.8.

23 Também conhecido como – Operação Limpeza decretado em 9 de abril de 1964.

24 Sucessor de Castello Branco na presidência ditatorial assumiria o cargo no fim de 1966 através do voto indireto. CARRION, Raul. A ditadura não foi uma criação de “homens maus”. In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. V2. Porto Alegre, Corag, 2009, p.53.

meiam todo o contexto político emergente, posto que, para não desagradar uma camada influente das Forças Armadas, Costa e Silva foi nomeado Ministro da Guerra do governo Castello.

Os mecanismos postos em prática pelo primeiro ditador pós-golpe de 1964 eram sentidos antes mesmo de ele assumir o cargo, Castello já construía as medidas de extração da oposição quando ainda discutia-se quem seria indicado à presidência. Essas planificações deram início aos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) desenvolvidos no período. Sublinhamos que o IPM não foi invenção dos golpistas. Tratava-se de procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das Forças Armadas e também na Lei de Segurança²⁵ em vigor. A novidade em 1964 foi usar de maneira generalizada esse recurso previsto para investigar esporádicos crimes militares e políticos²⁶

Calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil (MOTTA, 2014, p.49). O saldo das primeiras semanas no Rio Grande do Sul são centenas de pessoas presas, entre elas Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre. Brizola consegue fugir e se esconder, o jornal Última Hora é fechado, o PTB passa de 23 para 15 deputados na bancada após as cassações e as aposentadorias compulsórias, inúmeros professores da UFRGS são expurgados, bem como 48 oficiais da Brigada Militar acusados de apoiar Brizola. A ferramenta para isso foi o primeiro Ato Institucional, que tinha de fato o objetivo de limpar o País das mais diversas bases apoiadoras do antigo governo. Pode-se estimar entre 20 e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe, em maio de 1964 estimava-se que algo entre mil e três mil pessoas permaneciam encarceradas ao longo do território nacional²⁷.

Os artigos do AI-1 (Figura 1) permitiram tirar do poder qualquer pessoa que defendesse o antigo governo, que tivessem participado de greves e movimentos de esquerda anteriores, ou que reclamasse da legalidade do atual governo. Mediante o artigo 7º do mencionado Ato, o Regime congelava as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos. Em uma alteração do 1º parágrafo do citado artigo também postulava que através de investigações sumárias os titulares daquelas garantias poderiam ser demitidos, aposentados ou transferidos caso tenham cometido crimes contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública²⁸.

25 Nacional. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit, p. 48.

26 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit, p.49.

27 Idem, p. 26.

28 BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da

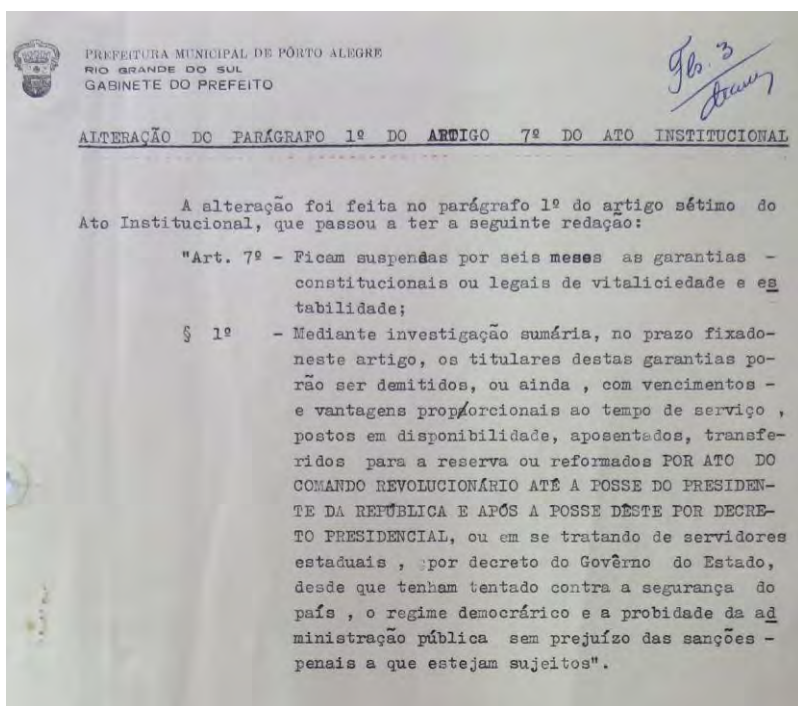


Imagem 1 - Ato institucional nº 1. CEA (Pasta 1) –
Arquivo Histórico de Porto Alegre

Neste sentido, é interessante notar que estas ações, balizadas pela Doutrina de Segurança Nacional, se legitimaram na defesa do suposto Regime Democrático, em contraponto ao governo anterior que se encontrava em processo de “comunização”. Os mecanismos materializaram-se em processos unilaterais de apuração dos crimes cometidos contra o Estado e seu patrimônio, com um propósito que buscava a ordem política e social²⁹.

A expressão –Operação Limpeza foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos³⁰.

Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 9 abril. 1964.

29 BRASIL. Ato Institucional nº 1, Art 8º.

30 MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Op. cit, p.25.

Em seguida apreciaremos como a Operação Limpeza foi desvelada no serviço público de Porto Alegre através da perseguição ao município, considerado subversivo, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira.

2 A Comissão Especial de Averiguação e o Caso Lúcio

Em Porto Alegre, a aplicação do Ato Institucional no Serviço Público Municipal se deu através da constituição da Comissão Especial de Averiguação (CEA) (Figura 2), presidida pelo General Osório Tuyuty de Oliveira Freitas³¹. As operações da Comissão funcionaram da seguinte maneira: primeiro enviaram a todos os órgãos municipais uma solicitação para que os superiores compusessem uma lista com nomes de funcionários suspeitos de haverem cometido atos contra a segurança do Estado, ou também de manter relações com sujeitos considerados subversivos.

Posteriormente, esperavam o recebimento da listagem de suspeitos e os intimavam para depor. Os acusados tinham direito à defesa, contudo a Divisão de Ordem Política e Social da Polícia Civil, bem como os setores de inteligência do Exército trabalhavam em cooperação reunindo provas, as quais na maioria dos casos incriminava os suspeitos. Deste modo a referida Comissão concluía seus trabalhos demitindo ou aposentando compulsoriamente os servidores subversivos.

Assim, para compreender a dinâmica do poder coercitivo do Estado em Porto Alegre mediante a aplicação de ações efetivas da Doutrina de Segurança Nacional é interessante contemplar um caso ocorrido no Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE).

Em documento datado de 10 de junho de 1964 o Diretor Geral do DMAE, Engenheiro José de Assumpção Neto, enviou um ofício para a Comissão Especial de Averiguações em resposta ao pedido de delação do Coronel Tuyuty. Nesse documento, relatava os servidores de seu departamento que estavam envolvidos em atividades atentatórias à segurança do País e ao regime democrático. O Diretor citou 17 trabalhadores do DMAE e em especial outro servidor da Prefeitura vinculado à Secretaria da Fazenda, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira (Imagem 3 e 4). Segundo Assumpção Neto, Lúcio teria penetrado indevidamente e sem permissão, alguns locais daquela autarquia, como a Usina do Recalque, a Estação de tratamento de água da Tristeza e da Lomba do Sabão, provocando agitação e desrespeito.

31 Comissão Especial de Averiguações (Pasta 01), instituída pelo Decreto nº 2764 de 15 de maio 1964.

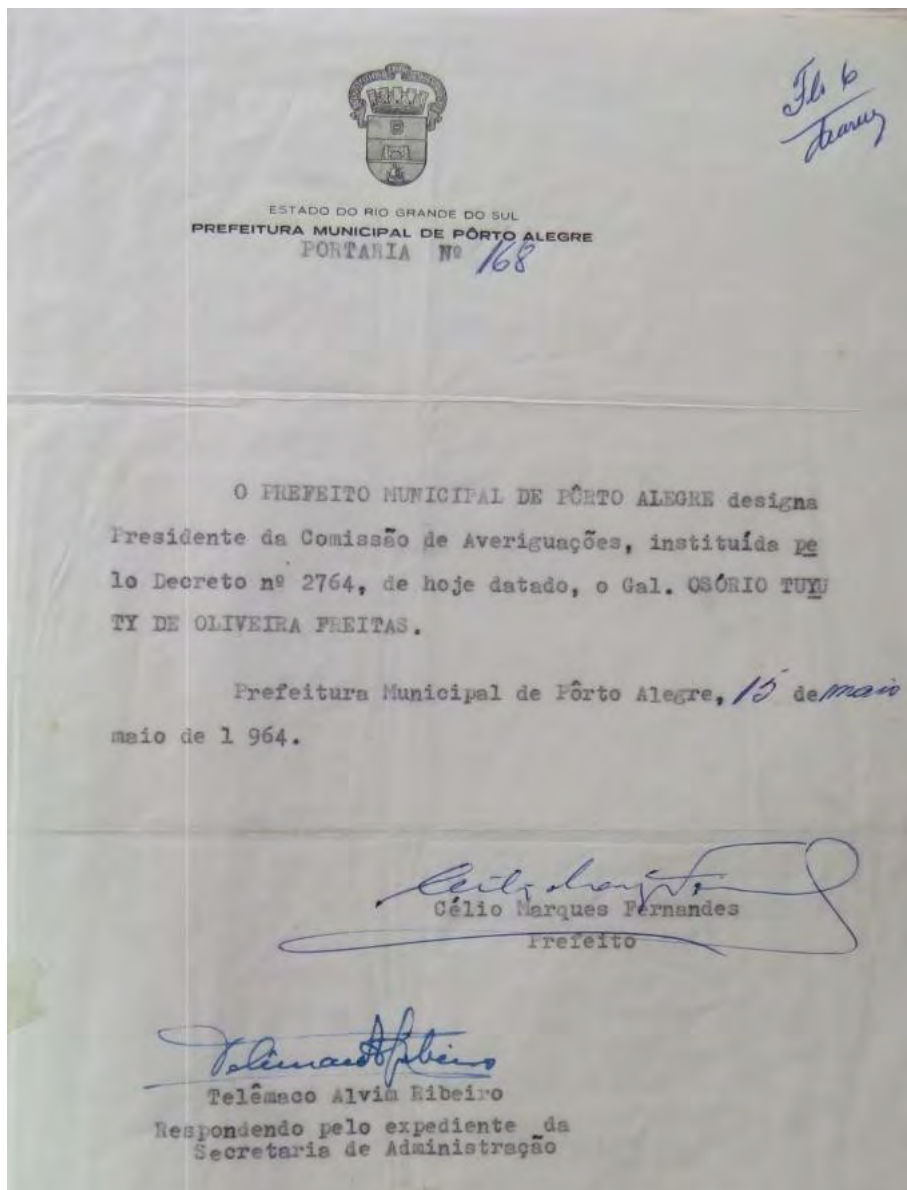


Imagem 2 - Documento de criação do CEA. CEA (Pasta 1) – Arquivo Histórico de Porto Alegre.

Porto Alegre, 10 de Junho de 1.964.

40\eps.to

Senior President:

Em atenção ao ofício 14.64, da Comissão Presidencial por 2. Exa, comprou-me dizer que os servidores deste Departamento envolvidos em atividades atentatícias à segurança do País e ao regime democrático, e que serão a seguir reacionados, tiveram parte ativa quando da deflagração da greve dos municipais, no ano passado, e tentaram outras greves, porém sem receptividade nas classes, sendo - nessas movimentações liderados pelo servidor deas Prefeitura, Núcio Olímpio do Amaral Vieira, que óbviamente, sem autorização da direção deste Departamento penetrou, indevidamente, em locais de trabalho, desta autarquia, como seja a usina de Resíduo de sua Voluntária da Féria, a Estação de Tratamento d'água da Trizateira, e a Estação de Tratamento d'água da Lomba do Sabão, provocando agitacão e desrespeito nessas locais de trabalho.

-sbivite me sobivlovne somazlut sup aerobivtes so
:o88 asvatsvas

7018
JULIO OVALHE MARQUES
ARMENIO PEREIRA DE SOUZA
JUVENAL LOURENCO FERNANDES

11. 5. 57

1950

ARMERIA JOSEFINA CASTELO BARROS

CÂNDIDO TEIXEIRA MAGDALENA - 58.58.1

STATO MARGHORI MARQUES

$\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 1 & i \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$

GENERAL OSORIO TOYUTY DE OLIVEIRA FREITAS

COMISSÃO ESPECIAL DE AVERIGUAÇÕES.-

Imagem 3 - Ofício de delação do diretor

Arquivo Histórico de Po

Arquivo Histórico de Porto

RIHGRGS, Porto Ale

148

É interessante salientar que segundo relatório do Departamento de Ordem Política e Social de 28 de julho de 1964, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira fora preso em 10 de junho, mesma data do ofício enviado a CEA pelo diretor do DMAE. Conforme o DOPS, Lúcio foi preso sob acusação de prática de atividades subversivas e de professar ideologia política contrária ao regime democrático vigente no País.

Em seu depoimento, prestado no dia 6 de julho de 1964, o Engenheiro José Assumpção Neto, ao ser perguntado sobre como recebera a Revolução de 31 de março, respondera que com ansiedade, pois já desejava que a mesma tivesse vindo muito antes. Este trecho evidencia o alinhamento do Diretor do DMAE com o regime, clarificando suas atitudes colaborativas com a operação limpeza na caça aos inimigos políticos. As convicções, implícitas na ação de José, solidificaram um instrumento base do regime, essencial para a disseminação da Cultura do Medo e do Terror de Estado (TDE).

Entendendo, a Cultura do Medo como fruto das práticas repressivas e da lógica da suspeição. Instala-se uma ordem social autoritária e desigual, com bases na própria sociedade civil. Vigando a si próprios e delatando atitudes suspeitas ou mesmo subversivas. Com as práticas institucionalizadas do Terror de Estado, como o sequestro, a tortura física e psicológica. O governo ditatorial inclui na lógica do aparato repressivo a camada da população que não está envolvida nas lutas de oposição e transforma-os em auxiliares do sistema ditatorial³².

Em suma, o TDE identifica-se diretamente com a mudança política advinda da Doutrina de Segurança Nacional. Para muitos ele é visto como a guerra contra insurgente, na América Latina das décadas de 1960 a 1980. Analisado de forma mais complexa, consistiu em um sistema repressivo aplicado em grande escala pelas classes dominantes³³. O conceito é aplicado quando o terror passa a ser disseminado sistematicamente como política estatal. No intuito de reprimir, exemplarmente, grupos sociais ou indivíduos, considerados inimigos internos, para criar uma Cultura do Medo no restante da sociedade. Para tanto, o Estado extrapola os limites institucionais de coerção através de métodos totalmente ilegais e clandestinos para reprimir os seus próprios cidadãos que não se enquadram nos ditames do

32 BAUER, Carolina Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 - 30. Andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964- 1982). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

33 PADROS, Enrique Serra. Op. cit.

regime autoritário³⁴. As tendências implantadas no caso de Lúcio seguem nominalmente essa lógica, a suspeição através da sociedade civil, a rotulação do inimigo interno e a coerção individual.

Ainda presente nos documentos da CEA, o chefe do DMAE assinala que havia proibido a entrada de Lúcio em sua autarquia, dizendo que o mesmo exercera influência maléfica nos demais servidores. Ao ser questionado acerca da natureza de tal influência maléfica, José Assumpção relatou que Lúcio concitava os trabalhadores à greve e a rebeldia contra seus chefes os aconselhando à baixa produtividade. O Diretor Geral também reiterou que Lúcio realizava ameaças pessoais aos trabalhadores que não concordassem com ele.

É imprescindível salientar que Lúcio Olímpio do Amaral Vieira já vinha sendo vigiado pela polícia antes mesmo do dia 31 de março de 1964. Em ofício de 2 de outubro de 1963 encontra-se uma lista de informações acerca das atividades políticas e ideológicas de Lúcio (Imagem 4). Neste documento Lúcio é identificado como militante comunista e apoiador das inúmeras campanhas organizadas pelo, então extinto, Partido Comunista do Brasil. Segundo os documentos ele agia através de organizações consideradas frentes legais durante o período da ilegalidade. Também figuram no documento menções a um relatório de janeiro de 1950 feito pela Polícia de Cruz Alta, identificando Lúcio como Agitador comunista operando em Porto Alegre.

Dentre as demais referências, também consta que Lúcio havia participado, juntamente com outros vermelhos no comício contra a Lei de Segurança. Lúcio foi considerado pela Polícia como um dos oradores mais violentos às autoridades, constando em boletim de janeiro de 1959, que o mesmo se tornara presidente da Sociedade Espanhola dos Socorros Mútuos de Porto Alegre, onde se aproveitando do prestígio de seu cargo, pregava abertamente a doutrina comunista. Portanto em 28 de julho de 1964, 18 dias após a prisão de Lúcio Olímpio do Amaral Vieira, o DOPS elaborou um relatório completo acerca do histórico subversivo de Lúcio incluindo detalhes de monitoramento prévio e ostensivo.

34 REIS, Ramiro José dos. Metodologia do Terror de Estado no sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodríguez Días (1978-1983). S.l. Antíteses, vol.2, n.4, 2009, p.919.

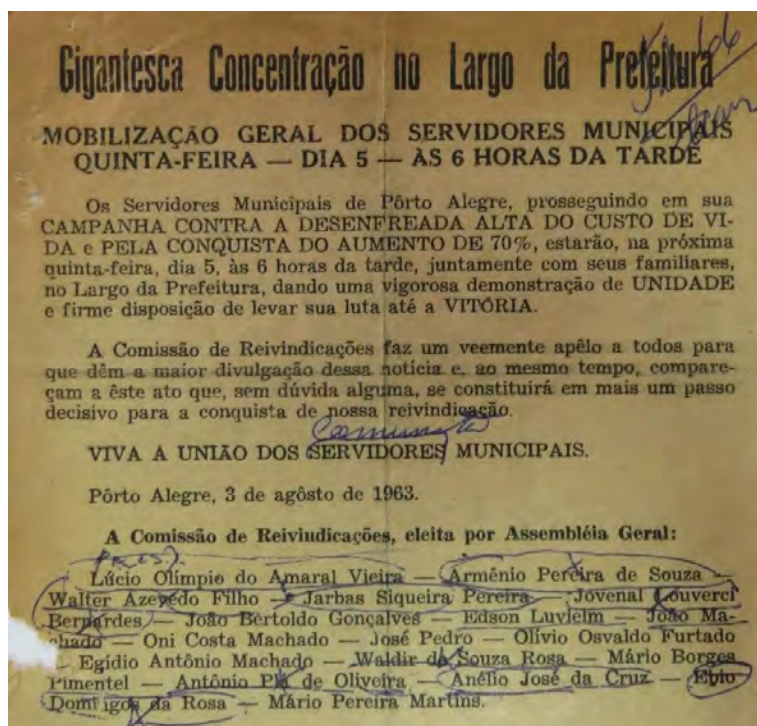


Imagem 4 - Recorte de jornal sobre ato de servidores municipais. CEA (Pasta 1) – Arquivo Histórico de Porto Alegre

Os programas de monitoramento e investigação existiam desde a reestruturação do DOPS no Estado Novo, como vimos, Getúlio estabeleceu relação estreita com a investigação e a repressão de seus opositores. Essa antiga estrutura vai ser usada indiscriminadamente na Ditadura, e a ela serão atribuídos novos métodos de ação. Entretanto, a Ditadura Militar se abastece de outros mecanismos adjacentes. Ao longo do governo de João Goulart, militares de alta patente notaram que em relação ao monitoramento dos opositores políticos:

(...) se fazia necessário ser melhor informado para não incorrer nos mesmo equívocos [de Goulart]. Essa seria a pecha para a criação de um sistema de monitoramento e de busca de informação extremamente eficaz e perverso. (...) o SNI, foi sintomaticamente criado logo no início do governo Castelo Branco, em fins dos anos 1960 foram instalados órgãos similares dentro das Forças Armadas, como o Centro de Informações do Exército, o CIE, e o Centro de Informações da Aeronáutica, o CISA. A Marinha, a força mais antiga, desde os anos 1940 possuía seu próprio serviço nessa

área, o Cenimar, embora inicialmente muito mais voltado para questões de segurança no litoral e para questões diplomáticas³⁵.

Ademais, o relatório, bastante rico em informações, atesta que em 1949, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira era caixeiro viajante de um laboratório farmacêutico, com residência em Erechim-RS, costumando viajar até Montenegro-RS de quatro em quatro meses onde efetuava farta distribuição de propaganda comunista. Também identificado como um dos Dirigentes Vermelhos dos municípios de Porto Alegre, Lúcio foi acusado de afirmar em um comício em 1952 a necessidade do povo tourar em suas mãos as rédeas do governo.

Em 1953, Lúcio participou da Convenção Estadual Contra o Acordo Militar Brasil- Estados Unidos. Segundo os informes policiais, o subversivo teria afirmado que o Governo não tinha mais força para conter a sanha dos tubarões e que a única coisa que se via o governo fazer era uma política entreguista que tinha por objetivo colocar a nossa pátria sob a atuação dos norte-americanos. Neste relatório, novamente, Lúcio é acusado de professar o marxismo.

Em seu depoimento, justificava a acusação de que comparecera a Usina do Recalque concitando e insuflando o pessoal que ali trabalhava a fazerem perturbações grevistas, que não incitou a quem quer que fosse a promover perturbações e disse que tais acusações não correspondem com a verdade. Na maioria de suas respostas, Lúcio negou as acusações que lhe foram feitas e não delatou nenhum de seus companheiros, também citados nas acusações.

Muitos outros casos são relatados nos documentos, a grande maioria dos subversivos sob inquérito tiveram direito um termo de defesa. Contudo, no caso de Lúcio Olímpio Amaral Vieira, não encontramos, ao menos nos documentos da CEA, nenhuma defesa anexada em seu nome. Por fim, alguns dias depois de seu depoimento, foi publicada a resolução formulada pela Comissão Especial de Averiguações. A CEA definia sua aposentadoria de acordo com o tempo de serviço, sem direito à convocação. Dentre as justificativas apresentadas, constam a maioria das acusações relatadas pelos informes do DOPS, como as acusações de incitação e liderança de greves e por sua atuação como militante comunista professando ideologias contrárias ao regime democrático instaurado no País.

35 D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op. cit, p.15

Os documentos da perseguição institucional a Lúcio Olímpio Amaral Vieira materializam algumas das práticas perpetuadas pela Operação Limpeza, no entanto, não é usual o acesso, ou a existência dessas fontes. É notório que certas práticas não foram documentadas em papel. Toda a forma essa característica denota mais uma vez a importância da arqueologia aplicada nesse período.

Através dessas fontes podemos notar que Lúcio, como os outros, foi vigiado, investigado, denunciado, preso, inquirido e aposentado compulsoriamente. Não sabemos com certeza o que aconteceu com o mesmo no decorrer das operações, contudo, segundo um pedido de indenização³⁶ ao estado do Rio Grande do Sul, realizado por Lúcio Olímpio no ano de 1980, o mesmo alega ter sido preso e exposto às sevícias e maus-tratos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto foi possível analisar como a “operação limpeza” foi desenvolvida em Porto Alegre. A partir da montagem de um aparato repressivo no interior da estrutura burocrática do município, a inteligência militar investigou, inquiriu, perseguiu, reformou e repreendeu servidores municipais considerados “subversivos” e perigosos à segurança do País e ao regime “democrático”. Essas medidas repressivas aplicadas pelo Estado brasileiro, não foram inventadas depois de 31 de março de 1964. Embora elas tenham passado por um processo de sofisticação, muitas práticas já vinham sendo implementadas há décadas, muito em função da Doutrina de Segurança Nacional adotada por Vargas.

Contudo, com o recrudescimento das tensões da Guerra Fria, principalmente após a Revolução Cubana em 1959, muitos Estados latino-americanos instauraram governos ditatoriais com o apoio dos Estados Unidos, intensificando suas políticas de repressão. Portanto, é neste contexto que a “operação limpeza” da capital rio-grandense se insere. Mediante a lógica do Terror de Estado e da cultura do medo, é que autoridades alinhadas com o novo regime atuaram. Assim, no sentido de eliminar a oposição política e de “limpar” o serviço público de qualquer elemento considerado perigoso ao Estado “democrático” cancelado pela “Revolução de 1964”, muitos “Lúcios” foram perseguidos, não só em Porto Alegre, como também em todo território nacional, e até mesmo, fora dele.

36 RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil, Porto Alegre: CORAG, 2014.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2005.
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *Fronteiras Territoriais versus Fronteiras Ideológicas: A Geopolítica do Anticomunismo no Marco das Discussões sobre Terrorismo de Estado no Cone Sul. Espaço Plural*. Mal. Cândido Rondon. v.2, n.27, p.178-194, 2012.
- BAUER, Carolina Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 - 30. Andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964- 1982)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2006.
- BRASIL. Ato Institucional nº 1. Comissão Especial de Averiguação- CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 1.
- BRASIL. Documento de criação do CEA. Comissão Especial de Averiguação- CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 2.
- BRASIL. Ofício de delação do diretor do DMAE. Comissão Especial de Averiguação- CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 3.
- BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 9 abril. 1964.
- CARRION, Raul. A ditadura não foi uma criação de “homens maus”. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”*. V2. Porto Alegre: Corag, 2009, p.49-64.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Nova Fronteira, 2014.
- FERNANDES, Ananda Simões. *A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu - inimigo interno-no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e espionagem*. Porto Alegre: ANPUHS, 2008.
- LAMEIRA, Rafael Fantinel; PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul no Olho do Furacão. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964*. V.1. Porto Alegre: Corag, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre, Corag, 2009.

RECORTE de Jornal sobre ato de servidores municipais. Comissão Especial de Averiguação- CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 4.

REIS, Ramiro José dos. *Metodologia do Terror de Estado no sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Días (1978-1983)*. S.l. Antíteses, vol.2, n.4, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO. *Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil*, Porto Alegre: CORAG, 2014.

WASSERMAN, Claudia. Rio Grande do Sul celeiro do Brasil. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre: Corag, 2009, p.33-50.

A ESTÉTICA DO CINEMA SUL-RIO-GRANDENSE A PARTIR DAS PERSONAGENS CENTRAIS DE *O MATADOR DE BAGÉ E O CORPO*

THE AESTHETICS OF THE SUL-RIO-GRANDENSE CINEMA FROM THE CENTRAL CHARACTERS OF THE O MATADOR DE BAGÉ E O CORPO

Laísa Veroneze Bisol¹

RESUMO

Este trabalho busca observar os traços estéticos de curtas-metragens produzidos no Rio Grande do Sul, a partir das suas personagens centrais. Os objetos de análise são os filmes **O matador de Bagé** e **O corpo**, produções que permitem também outras leituras advindas de seu contexto e exploradas neste estudo a partir das relações de identidade, unidas ao contexto de gauchidade. As análises são realizadas a partir de aporte bibliográfico e considerando elementos da estética cinematográfica. Ao concluir a investigação observamos que os curtas-metragens cumprem satisfatoriamente as relações dos elementos estéticos e apresentam personagens centrais que fogem dos padrões tradicionalistas, embora sigam apresentando características inerentes a um passado marcado pela violência.

Palavras-chave: Cinema. Estética. Identidade. Representação. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

*This paper seeks to observe the aesthetic traits of short movies produced in Rio Grande do Sul, departing from their central characters. The objects of analysis are the films **O matador de Bagé** and **O corpo**, productions that also allow other readings coming from its context and explored in this study from the relations of identity, together with the context of gauchidade. The analyzes are carried out from a bibliographical contribution and considering elements of the cinematographic aesthetics. At the conclusion of the investigation, we observe that the short films satisfactorily fulfill the relations of the aesthetic elements and present central characters that deviate from the traditionalist patterns, but continue to present characteristics inherent to a past marked by violence.*

Keywords: Cinema. Aesthetics. Identity. Representation. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O trabalho que propomos desperta os seguintes questionamentos: qual o estilo e a estética de curtas-metragens gaúchos? E a partir disso, qual

¹ Doutoranda em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Letras – Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM.

o perfil das personagens que protagonizam esse cinema? Quem são os sujeitos dominantes em relação aos dominados? Para observar esse problema de pesquisa, temos como objetivo analisar curtas-metragens produzidos no Rio Grande do Sul, estado brasileiro que produz filmes desde meados de 1900 e que, de acordo com o pesquisador Tomaim (2010), trata-se de um cinema que mereceria mais destaque em âmbito nacional.

Ademais, o cinema de curta-metragem gaúcho é pouco estudado em sua forma estética, e, além disso, a filmografia sul-rio-grandense não possui grande representatividade nacional, embora realize mais produções do que outros estados, mantendo essa estatística ao longo de anos. Conforme informações da Ancine (Agência Nacional do Cinema), de 1995 a 2008 o Rio Grande do Sul era o terceiro estado brasileiro com maior produção, precedido por São Paulo e Rio de Janeiro, nessa ordem. Os últimos dados divulgados a respeito das produções por unidade da federação são de 2014, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou o Rio Grande do Sul como o estado que mais apoia a produção de filmes no Brasil, sendo responsável por 60 produções, seguido por Pernambuco, com 54 filmes e São Paulo, com 42.

Diante disso, selecionamos como corpus deste estudo dois filmes vencedores do prêmio Assembleia Legislativa de Cinema – Festival de Gramado: **O matador de Bagé** (2013) e **O corpo** (2015). Buscamos verificar nessas produções como são constituídas as personagens centrais e, a partir disso, observar o modo como a identidade gaúcha é representada nesse cinema. A fim de desenvolver este trabalho, buscaremos contextualizar as questões culturais sul-rio-grandenses e também desenvolver as teorias referentes à identidade e representação a partir de Hall (1997; 2003). Iremos, ainda, contextualizar o espaço cinematográfico gaúcho e teremos como aporte de pesquisa estudos referentes à teoria e crítica do cinema, além de compreendermos quais os elementos de composição estética da filmografia.

Jean-Claude Bernardet (1986), afirma que filmar é “recortar o espaço, de determinado ângulo, em imagens, com uma finalidade expressiva” (BERNARDET, 1986, p. 36) seguida pela composição do filme por meio da montagem. Ao assistir criticamente os curtas-metragens selecionados, a partir da leitura de suas personagens centrais, a investigação estética se dá, principalmente, por meio dos pressupostos de Jacques Aumont e Michel Marie (2001; 2006) e Harris Watts (1999). Após a análise dos filmes, o estudo apresenta as relações entre o contexto das produções.

1 A GAUCHIDADE NO AUDIOVISUAL

Quando o gaúcho a cavalo é apeado em um filme, torna-se instigante buscar entender de que maneira se estabelece a constituição dos mecanismos de representação identitária nesse meio audiovisual. Ao tratarmos de produções midiáticas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, é comum remetermos ao tradicionalista, o “gaúcho a cavalo”, representado (por muitos anos e até hoje) em narrativas audiovisuais e literárias como aquele que pertence ao campo, vestido de bombacha, ou aquela com vestido de prenda, bordando toalhas, ambos na companhia do fiel chimarrão, ou ainda com memórias aos feitos de guerra, além de outros fatores que demonstram o apego à “cor local”.

O estado do Rio Grande do Sul é formado pela confluência de muitas etnias, raças, religiões, e, enfim, culturas. Entretanto, conforme mencionamos, no sul do país encontramos fortes marcas de regionalismo e tradicionalismo, prevalecendo a representação de um determinado modo de viver e pensar em sobreposição aos demais. Muitas das questões tradicionalistas advêm – e ganham força –, de contextos históricos que remetem às guerras. Nas revoluções Farroupilha e Federalista, por exemplo, foram adquiridos muitos dos costumes que hoje em dia são utilizados por uma parcela da população sul-rio-grandense, costumes esses que também rememoram as conquistas daquele período em que as personagens históricas eram identificadas como heróis.

A mídia representa versões dessas e de outras realidades. Programas televisivos produzidos no Rio Grande do Sul, como o Galpão Crioulo, da RBS TV, a grande maioria dos “Curtas Gaúchos”, de uma iniciativa de premiação dessa mesma emissora, ou toda a grade de programação da TV Tradição, disponível *online*, são, muitas vezes, produtos que remetem a uma tradição, ou, podemos chamar de gauchidade, que, segundo Flavi Ferreira Lisboa Filho (2009, p. 21) trata-se do fenômeno que engloba “qualidades, comportamentos, valores, maneiras de agir” do gaúcho, em suas análises representativas. O mesmo ocorre em produções audiovisuais desenvolvidas por produtoras fora do estado sulista, que, para representá-lo, valem-se dos pressupostos da gauchidade. Citamos como exemplo o longa-metragem **O tempo e o vento** e a minissérie **A casa das sete mulheres**.

Ao refletirmos sobre quem é o indivíduo sulista, cabe entendermos de que maneira ele é representado, considerando a multiculturalidade existente na formação do estado e também as questões de orgulho e história do gaúcho. Tau Golin (1998) afirma que as questões gaúchas foram adquirindo espaço na mídia com a imposição de um tipo inventado:

O homem campeiro, que até então, de certa forma, era o fluxo real condutor ao passado e exemplo do indivíduo concreto, entrou em crise. Uma tragédia silenciosa. Frente à universalização daquela gauchada fulgurosa e pavoneante de roupagem colorida da televisão e das festas citadinas, ele era um impostor. (GOLIN, 1998, p. 92)

Essa conclusão do estudioso remete, portanto, a outras produções, aquelas que são desenvolvidas não com o foco no estereótipo de gaúcho (talvez inventado), mas no sul-rio-grandense que pode nem mesmo se identificar com tais pressupostos de gauchidade. Essas representações aparecem na música, na literatura, e também se materializam em filmes ficcionais gaúchos há bastante tempo. Esse fenômeno merece nossa atenção e estudo, visto que a memória social e cultural que vem sendo majoritariamente construída sobre a identidade gaúcha pode ser analisada por outro viés.

Os curtas-metragens condecorados com o prêmio Assembleia Legislativa de Cinema – Festival de Gramado e também com outras premiações diversas mostram enredos e personagens que, nem sempre, remetem à ideia de gauchidade. Uma vez que essa produção audiovisual pode se contrapor àqueles que comumente representam a identidade gaúcha, trazendo aspectos diferentes dessa cultura, cabe analisarmos esse produto não somente em função dos modos como representa as questões identitárias, mas, sobretudo, a sua diferenciação estética e estilística, que talvez explique as diferenças de abordagem.

A articulação das personagens centrais, que desvendam essa representação, não pode ser questionada isoladamente, tendo em vista que sua criação e as interpretações são dadas a partir de um universo de elementos que, segundo as ideias de Pallottini (1998), vão desde a construção do filme, perpassando pela montagem até os mecanismos de construção discursiva e cenográfica. Sendo assim, o modo como as imagens são escolhidas e enquadradas em suas articulações para esse meio audiovisual são alguns dos elementos que instigam este estudo.

A partir disso, e sabendo que tudo aquilo que é posto nos curtas-metragens ficcionais é uma criação que perpassa pela produção fílmica, entendemos que esses objetos, embora não possuam compromisso com a realidade, são compreendidos como uma forma de representação. O escritor e realizador de curtas-metragens, Afonso Cruz, em sua obra literária **A boneca de Kokoschka** (2010, p. 83) apresenta discussões acerca das fronteiras entre realidade e ficção. Segundo o autor, não há mentira na ficção e tampouco veracidade no real e, ao compreender isso, muitas outras coisas podem ser percebidas. Ainda seguindo as ideias do autor citado, se a vida

real é permeada por ficções – corroborando a ideia apresentada por Golin no que diz respeito à constituição de um tipo gaúcho –, poderemos fazer um entrelaçamento com o que é verdade e o que é representado nesses curtas-metragens e, mais do que isso, perceber os caminhos da construção estética dessa ficção audiovisual.

Ao abordar manifestações artísticas, nos referimos a representações. Trazendo essa perspectiva para o cinema e, nesse caso, para os curtas-metragens produzidos no Rio Grande do Sul, propomos o entendimento acerca da predominância de identidade representada, a partir de personagens centrais de dois filmes, tendo como premissas as características mitificadas em que se construiu a memória sul-rio-grandense e partindo da ideia de que um novo perfil aparece nessas produções.

Ao entendermos o modo como se representam as identidades, observamos que aquilo que repetidamente é exposto em produções midiáticas específicas pode contribuir com a solidificação de um significado que unifica a ideia de identidade para determinados grupos. Seguindo os pressupostos de Hall (1997), compreendemos que as diferenças se formam pela exclusão, ou seja, uma identidade se faz por aquilo que a outra não é. A problemática consiste em, quando ao representar um grupo, por seu território, classe social, gênero, sexualidade, profissão ou outro, a mídia se vale da diferença para vangloriar ou diminuir algumas das identidades.

Ainda partindo dessa ideia, temos que todas as práticas de significação envolvem relações de poder, incluindo o poder de definir quem é incluído e quem é excluído. Sendo assim, a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao viabilizar a opção entre as várias identidades possíveis. Para Jonathan Rutherford citado por Woodward (1999, p.19), “[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora”. Ao considerar as representações acerca da identidade e cultura sulista, poderemos, certamente, encontrar os traços do passado nas vivências atuais. Isso porque a tradição gaúcha é constituída e perpetuada a partir de fatores históricos, que são rememorados pelos habitantes do estado e reafirmados pela publicização através dos meios de comunicação. Nossa afirmativa vai ao encontro das ideias de Oliven (2006), estudioso que explica a apropriação das tradições de diferentes formas, entre elas, a reconstituição de um passado e uma vivência cultural expressas por meio de representações.

Toda essa organização em torno da cultura estadual é mediada através dos mais diversos veículos de comunicação. Se no século XIX os jornais impressos apresentavam textos referentes aos acontecimentos que marcavam o território, exaltando o povo gaúcho e o estado sulista, no século XX

existiram outros tantos veículos de imprensa que assumiram esse papel. Um deles e, o mais popular, é a televisão. Em 1900 têm início as produções filmicas no Rio Grande do Sul, estreando essa trajetória a partir de documentários não-ficcionais como afirma Cássio dos Santos Tomaim (2010). O autor, que faz um panorama acerca da memória do cinema brasileiro e sul-rio-grandense, problematiza a questão do reconhecimento do potencial que outros estados que não Rio de Janeiro e São Paulo, poderiam ter diante do cinema nacional. Ao citar Jean-Claude Bernardet (2004), Tomaim relata que o panorama histórico do cinema brasileiro não é mais eficaz e que, por isso, os pesquisadores devem fazer recortes mais específicos a fim de desenvolverem estudos mais restritos e precisos.

Ao tratarmos sobre as representações, recorremos a Stuart Hall (2003, p. 179), que caracteriza esse ato como “sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e para os outros”. Dessa maneira, e ainda segundo o autor, as práticas sociais são materializadas de forma a se tornarem presentes, representadas através de determinados fatos, o que corrobora o pressuposto de que as ações representadas contribuem para a formação ideológica. Se o que é representado através do discurso midiático pode se materializar enquanto significado para aqueles que assistem a história representada, as identidades veiculadas através desses meios podem também ser tomadas como verdades. A partir desse pressuposto, voltamos às perspectivas de Hall (1997). Segundo o autor, os humanos são seres que muito observam e criam significados também a partir daquilo que lhes é oferecido. Dessa maneira, todas as ações sociais são culturais, todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, nesse sentido, são práticas de significação. Partindo das ideias expostas, podemos compreender como se apresentam as identidades, ou seja, as significações possíveis advindas da expressão midiática formada a partir de práticas socialmente instituídas.

De acordo com Miriam de Souza Rossini (1996, p. 17) a produção cinematográfica gaúcha “foi sempre descontínua, florescendo em ciclos que rapidamente declinavam”, como acontecia também em outros estados. O panorama elaborado por Rossini (2007) mostra que o cinema produzido no estado, desde seu início, por volta de 1912, foi elaborado a partir do ambiente campesino. Já nos anos 1920, os temas circulam entre rural e urbano. Ainda conforme o panorama de Rossini, a partir da década de 60 o cinema gaúcho passa a ter maior consolidação através de longas-metragens e a temática rural faz muito sucesso ainda até os anos 70, quando, no ápice do cinema voltado ao tema tradicionalista, uma geração inovou em propostas

diferenciadas². Também de acordo com a estudiosa, a partir dos anos 1990 surge uma nova tendência, a representação do passado histórico sul-rio-grandense em produções locais e também nacionais.

Embora a partir dos anos 2000 essas temáticas registradas ainda se façam presentes, outras começam a ganhar força no período, são enredos que retratam um Rio Grande do Sul em diferentes aspectos que perfazem não somente o cotidiano sulista mas também abordagens que podem estar inseridas em um contexto mais nacional e menos regionalista. Contudo, em um estudo sobre os curtas-metragens gaúchos produzidos para a RBS TV, Rossini (2011) concluiu que os filmes não fazem referências a classes excluídas da sociedade, apresentando um tipo que é de cor branca, pertencente à classe média e sem grandes desafios a serem enfrentados.

A partir do viés cultural e mais especialmente do contexto de produção estética do que está sendo produzido no estado, é que pretendemos investigar as novas temáticas e abordagens propostas e, continuar a busca pela compreensão desse novo cinema. O pesquisador Pierre Sorlin (2009) explica que ao analisar os filmes é necessário compreender a organização e contexto das produções. O autor problematiza, assim, a necessidade de compreender o cinema a partir de todos os seus elementos, que perpassam pela imagem, luz, trilha sonora e outros inúmeros fatores que o compõem. Dessa maneira, segundo Sorlin, é possível ter uma ideia mais ampla acerca daquilo que se investiga. Ao estudar a dramaturgia da televisão Renata Pallottini (1998) apresenta uma perspectiva semelhante à de Sorlin. A pesquisadora afirma que a construção das personagens do audiovisual perpassa uma criação e toma corpo através do modo como os atores e atrizes as interpretam. Ademais, os recursos audiovisuais também contribuem para a formação dessas personagens, são aspectos como: cenário, ângulo de filmagem, trilha sonora, enquadramentos, iluminação, modo e quantidade de aparições, ou seja, aquilo que compõe esteticamente essa produção permite as identificações sobre a constituição das personagens e a sua representação.

O cinema, enquanto produto comunicacional de ficção, ao representar situações, tem a possibilidade de realizar uma releitura do passado, tendo em vista o contexto de produção, diferente daquele em que os fatos ocorreram. Desse modo, a produção dos filmes se vale da opção de demonstrar a maior variedade possível de constituintes de determinadas culturas. Os meios de comunicação têm um papel central na construção das repre-

2 Nessa época o cantor de música regionalista, o Teixeira, aclamou o público ao cinema, já que a popularidade de suas músicas rendeu filmes que aumentaram a produção gaúcha. (ROSSINI, 1996).

sentações em torno das identidades, pois, através da mediação linguística, narram modos de ser e estar no mundo, interpelando os sujeitos a se reconhecerem nos discursos produzidos. Ao realizarmos um estudo específico no campo cinematográfico, a partir da análise da constituição e abordagem das personagens protagonistas de curtas-metragens poderemos, então, verificar de que maneira esta produção fílmica auxilia na constituição da memória social e cultural.

Sara Alves Feitosa (2012) ao desenvolver uma pesquisa sobre a construção de imagem e memória em uma minissérie brasileira, realizou problematizações justamente a partir da construção de uma personagem central. Segundo a autora, a constituição de uma personagem ficcional em uma produção audiovisual é um aspecto essencial no que tange a consolidação de uma obra como convincente. Nessa perspectiva, o público interessa-se pelo modo como os atores e atrizes e a produção como um todo é capaz de dar vida às representações. Rossini (2007) já adiantava que o cinema não apenas conta histórias, mas produz sentidos à sociedade, uma vez que o registro das imagens no imaginário social compõem, em conjunto com os conhecimentos prévios, a ideia de um passado que traz sentidos na atualidade.

A fim de atrair a atenção dos espectadores e transmitir as ideias roteirizadas, cada tipo de narrativa é composta por elementos específicos. Na literatura, por exemplo, há, por meio das palavras, uma descrição dos cenários e personagens, sendo que a imaginação do leitor é fundamental para a constituição das histórias. Já no cinema esse processo é um pouco diferente, embora as duas áreas se aproximem. Segundo Martin (2003, p. 22), as imagens, no cinema, são dotadas de “aparências da realidade”. Assim, na filmografia, as imagens tomam o lugar dos textos, as expressões das personagens, o som e a iluminação, propiciando instantaneidade e limitando o processo imaginativo daquele que assiste.

Muitos elementos podem ser analisados quanto tratamos da estética cinematográfica. Para este estudo, elencamos categorias especialmente quanto ao som (trilha sonora e falas) e quanto aos planos (enquadramento). Além disso, buscaremos realizar as relações entre o contexto geral dos filmes e o até então exposto.

O som, no filme, é adicional à imagem e através dele diversos sentimentos podem serem repassados ao espectador, desde a emoção, a alegria, o medo, e outros. Aumont (1995) afirma que o som fílmico aumenta os efeitos de realidade, embora na maioria dos casos seja considerado como um complemento oferecido pelos elementos audiovisuais. Ao encontro desta perspectiva, Warris (1999, p. 51) explica que “filmes sem som são como co-

mida sem tempero. Não tem sabor, nem graça. Eles necessitam de som para complementar a experiência”. Essa afirmativa se comprova ao pensarmos na experiência de assistir a um filme, já que, muitas vezes, a trilha sonora é que conduz o espectador a algumas sensações. Isso fica evidente em filmes de suspense, já que a sensação de medo aparece, em alguns casos, mais pela trilha sonora do que pela imagem mostrada naquele instante; assim como os filmes românticos, que têm o som como aliado para construção das cenas, por exemplo.

Outro aspecto fundamental nas narrativas filmicas é sequência de planos, imprescindível para contar uma história através do cinema. Essa sequência que compõe o filme é chamada por Aumont (1995) de espaço fílmico, que perpassa pelas escolhas da produção. Segundo Aumont (1995, p. 38) “a noção muito difundida de plano abrange todo esse conjunto de parâmetros: dimensões, quadro, ponto de vista, mas também movimento, duração, ritmo, relação com outras imagens”. Isso significa que as escolhas implicam em como as histórias serão contadas e esses planos são classificados, conforme esse mesmo autor, como plano geral, plano conjunto, plano médio, plano americano, plano aproximado e close-up. O plano geral é mostra uma paisagem completa; já o conjunto foca em um grupo de pessoas; o plano médio apresenta uma parte do ambiente com uma ou mais personagens atuando; já o plano americano, mostra uma única personagem, próxima, mas não de corpo inteiro; enquanto que o plano aproximado ou, primeiro plano, evidencia a personagem de modo mais aproximado; o plano close-up, por sua vez, mostra o rosto de uma personagem. O autor ainda destaca a importância de reconhecer o movimento da câmera em relação aos planos, já que é através disso que se dá a imitação do que seriam as ações humanas.

Harris Watts (1999) afirma que que um filme deve ter uma história condizente e bem planejada para proporcionar ao seu público uma experiência “[...] interessante, divertida, engraçada, fascinante, alarmante, excitante, total - qualquer coisa menos aborrecida”. (WATTS, 1999, p. 14) Para tanto os filmes sempre apresentam um “ponto de vista” sobre determinado assunto e uma sequência de planos condizentes com o que se quer mostrar. Desenvolvidas essas ideias iremos, na sequência, apresentar os curtas-metragens escolhidos para a análise neste estudo.

2 IMPRESSÕES ESTÉTICAS EM *O MATADOR DE BAGÉ* E EM *O CORPO*

O matador de Bagé é um filme de Felipe Lesbick vencedor da categoria “melhor filme” na Mostra Gaúcha de Cinema – Prêmio Assembleia

Legislativa, inserido no Festival de Cinema de Gramado, em 2013. O curta-metragem tem duração de 14'58". A personagem principal se chama Assis e é o narrador da história, que conta sua profissão: matador profissional há 15 anos, considerando-se orgulhosamente como o matador número um de Porto Alegre. O filme apresenta alguns dos "trabalhos" realizados por Assis, que vai dando algumas dicas sobre como ser um bom matador. A personagem central incomoda-se com um novo matador que está na cidade realizando o mesmo trabalho que ele, porém, em sua percepção, sem os métodos adequados. Todavia, esse novo matador ganha espaço e notoriedade na profissão, diminuindo o protagonismo de Assis nesse meio. A trama segue tendo como cenário a cidade da capital gaúcha e o tédio da personagem principal por estar há muitos dias sem fazer vítimas. O ponto alto do filme é o duelo entre os dois matadores, que perseguem um ao outro até que Assis atira em seu inimigo e assume novamente seu posto de matador.

O filme inicia com a imagem da personagem principal em um plano médio, ou seja, apresentando parte do ambiente, mas focando sobretudo na personagem, o que se mescla com o plano americano. Esses são planos que prevalecem em grande parte da trama. Nesse primeiro momento não é a câmera que se move mas a própria personagem, que se aproxima enquanto exalta sua profissão de matador. A trilha musical é contínua, não provoca emoção e nem mistério, apenas compõe a trama. Em alguns momentos o som é posto de forma mais rápida, com a impressão de uma corrida. Nas ocasiões em que aparecem as mortes, a trilha não se modifica, o que ocorre é um acréscimo de ruído, por exemplo, de tiros, ou de uma furadeira que irá perfurar uma das vítimas, ou ainda, de uma faca que irá cortar uma pessoa. De acordo com Martin (2005), esse tipo de recurso, o ruído, amplia a autenticidade daquilo que é exibido. Inferimos, a partir disso, que a escolha sonora foca na violência exposta nas imagens, já que esses elementos filmicos se complementam.

O filme exhibe as cenas de morte e sangue de forma natural, sempre mostrando a personagem central e a secundária em planos médio e americano, com raros momentos em primeiro plano. Esses aspectos denotam que não há intenção de mostrar qualquer tipo de emoção na personagem que representa o matador, mas, somente, sua função e suas ações, uma vez que Assis não demonstra muitos sentimentos, nem de alegria, tampouco raiva.

O momento da trama em que a trilha se modifica, embora os planos permaneçam os mesmos, é quando Assis encontra uma ex-namorada. Nessa cena, a sonoridade é composta por uma música romântica levando à compreensão de que Assis nutre sentimentos amorosos pela mulher, em-

bora isso não fique evidente em sua expressão. O plano conjunto aparece quando eles se encontram, o que nos permite concluir que a trama busca mostrar esse sentimento que pertence ao matador, já que, a partir das ideias de Martin (2005), com esse plano não se pretende apenas mostrar uma imagem descritiva mas a busca por um significado psicológico. Durante a conversa entre as personagens, elas recordam o tiro que o matador acertou na mulher, por engano. Nesse momento o foco permanece em Assis e, embora sua ex-namorada esteja em primeiro plano, é posta através de uma imagem desfocada.

As próximas cenas seguem sem o acompanhamento de trilha sonora. O silêncio faz parte da narrativa quando a personagem central chega em casa e desempacota uma arma nova. Enquanto Assis aprecia seu instrumento, primeiros planos aparecem em fotos de família. Quando o matador organiza suas armas antes de sair de casa, há um retorno da trilha sonora, que remete a um filme de romance antigo. Em plano aproximado, a câmera foca no matador que vai em busca de seu inimigo chegado à cidade.

A conversa dos dois, em trocas de ameaças, acontece em plano americano, com a câmera focando ora em um, ora em outro. Apenas os ruídos marcam essa cena, acompanhada pelas falas das personagens que evidenciam o sotaque sulista, inclusive com termos peculiares aos sul-rio-grandenses, como a utilização da palavra “guri”. A sequência se dá pelo plano close-up no rosto de um e de outro, acompanhado por uma trilha que evoca suspense, encerrada ao som dos tiros. As personagens perseguem-se e o plano detalhe aparece quando cada um deles leva um tiro.

Assis atira mais vezes e mata seu inimigo indo para casa tranquilamente, sem expressão, com a sua arma. O som é apenas da sua voz. “Às vezes me esqueço de como essa cidade é linda. Acho que preciso de férias” (13’05” – 13’16”). Percebemos que finalização do curta apresenta mais uma vez a naturalização da violência, conforme acontece durante todo o enredo. O modo como essa representação se estabelece, portanto, vai ao encontro do que mencionamos anteriormente acerca da constituição cultural, já que o estado possui um histórico social marcado pela violência, o que se enfatiza quando observamos que o cenário para a gravação é a cidade de Porto Alegre, que é bastante violenta. Verificaremos, na sequência, como essas relações são estabelecidas a partir do outro curta-metragem selecionado para este estudo.

O filme **O corpo**, sob direção de Lucas Cassales, foi vencedor na mesma categoria e festival, porém, no ano de 2015. O filme tem duração de 16’10” e é composto por paisagem campesina com indicação da vida de uma família em uma propriedade do interior com as atividades diárias daquele

espaço. O curta-metragem apresenta as primeiras personagens através do pai ensinando uma criança a matar uma galinha, que o faz com muito receio, notadamente para obedecer a ordens. Essa criança encontra uma mulher desacordada em meio a um matagal e a família cuida dela e a leva para casa. A narrativa apresenta um desejo oculto da mãe do garoto pelo corpo daquela desconhecida. Entretanto, após o jantar, o pai do menino realiza o ato sexual com a moça que, nessa cena, fica acordada, embora ainda sem reações. É possível inferir que não houve concordância para a consumação sexual, já que a mãe do garoto fica segurando o corpo da moça enquanto o homem a penetra. A criança, escondida, assiste a cena.

O filme inicia com o ruído de galinhas juntamente com a imagem, em plano médio, de um local com muitas árvores e nevoeiro, característicos da paisagem sulista. Nessas cenas iniciais não há a presença de personagens, que aparecem logo depois, com o foco principal na galinha que será morta. Até esse momento, rosto de pai e filho não aparecem. O plano aproximado ocorre quando o garoto vai matar a galinha e o som expresso é o da galinha morrendo e, posteriormente, de outros animais que fazem parte daquele espaço. As próximas cenas são compostas pelo ruído de galhos sendo quebrados pelo garoto em um plano médio, que o acompanha enquanto ele anda com os galhos cortados por uma estrada rodeada por árvores. Quando o menino encontra o corpo, a câmera desfoca sua aparência, que fica distante em detrimento da aproximação e foco em parte do corpo desacordado. A trilha sonora segue sendo composta por som ambiente que remete ao vento batendo nas árvores. Com a mulher já deitada na cama de casa, mãe e filho aparecem de costas, com seus rostos cortados quando a mãe pede que o menino busque água e, nesse instante, a câmera aproxima o rosto da mulher em plano close-up enquanto a mãe passa sua mão pelo rosto e colo da desconhecida. As imagens que seguem alternam entre plano aproximado, médio e conjunto, e ouve-se apenas o diálogo dos pais que conversam sobre o que fazer com a “guria” como a chamam, remetendo ao palavreado sul-rio-grandense para identificação da moça, seguido pelo ronco do chimarrão.

O curta segue com um plano close-up da mãe temperando a galinha que foi morta, apalpando o animal morto. Posteriormente, a câmera aproxima muito de sua boca, onde ela leva os dedos e os lambe, remetendo aos desejos sexuais que supostamente nutre pela moça que está na casa. A personagem encontrada pelo garoto acorda e toma banho enquanto o pai leva uma toalha a ela e o plano close-up se dá nas mãos dos dois que se tocam. Em um plano médio e conjunto, a moça sai do banheiro, sem a toalha e sem nenhuma roupa enquanto é observada pela criança. A cena do jantar se dá em plano conjunto, com a notável presença patriarcal nos diálogos,

monopolizados pelo pai. Todas as vezes que a câmera mostra a mulher, que permanece em silêncio, sem expressão, o plano é close-up.

O menino observa, por uma fresta da porta, o pai gritando para que a mãe não o desrespeite na frente da “guria”. O plano aproximado mostra a apreensão do garoto que escuta ruídos e sai da casa buscando saber o que ocorre. Pela fresta de um local onde estão cabras e bodes agitados o garoto vê, o que a câmera mostra em plano conjunto, o pai se relacionando sexualmente com a moça e a mãe a segurando para ele consumir esse ato. O plano close-up aparece novamente para identificar a moça que, nesse momento, aparece com olhos arregalados e boca aberta, deixando a dúvida sobre estar sentindo prazer com o ato, ou, se está em estado de pavor.

A próxima cena, em plano médio, retorna para a paisagem das árvores e a sequência de imagens mostra o menino passando pela cozinha, ainda suja do jantar e se dirigindo ao local da noite anterior, onde não vê mais nada. Um plano geral mostra a casa e a paisagem e, posteriormente, um plano médio apresenta uma cena que é vista pelo garoto: muitas mulheres vestidas semelhante com aquela encontrada, saindo do mato e seguindo caminhando pela estrada.

Nem mesmo os créditos são acompanhados por trilha sonora musical, inexistente em todo o filme. Segundo Wisnik (1989, p. 18) “o som é presença e ausência, e está, por menos que isso apareça, permeado de silêncio. Há tantos ou mais silêncios quanto sons no som”. Entendemos, a partir disso, que dependendo do foco da narrativa, o silêncio se faz tão importante quanto o som para exprimir sentimentos. No caso do filme analisado, o silêncio apresenta o drama da situação, mesclado com os ruídos daquele local, que dão veracidade ao que é transmitido e contextualizam os ambientes, marcados por elementos que remetem à gauchidade.

Já o fato os planos explorarem muito pouco os rostos do pai e da mãe, nos instiga a compreensão de que as personagens centrais são o garoto e a moça, o corpo, que têm mais registros em close-up e aproximação. Todavia, pouco podemos inferir a partir de suas expressões escassas e falas inexistentes. A criança aparenta estar amedrontada e apreensiva, embora de forma bastante sutil. Já a moça não demonstra sentimentos em sua face, permanecendo, de fato, como um “corpo”.

Podemos, a partir da verificação desse filme, retomar os pressupostos de Stuart Hall, que citamos anteriormente. Se as práticas sociais comunicam significados e são, também, práticas de significação, compreendemos que a representação em **O corpo** abarca percepções históricas e culturais para significar aspectos como o patriarcado, expresso através da dominação da figura do pai diante da família, culminado com a violência

contra a mulher. A medida que esse enredo é apresentado, unindo também elementos que remetem à tradição sulista, a partir da ideia da gauchidade, essa representação oportuniza ao receptor formas de reflexão, de ressignificação.

CONCLUSÃO

Ao realizar uma leitura estética das personagens centrais e do contexto fílmico de **O matador de Bagé** e **O corpo** entendemos que se tratam de produções que prendem a atenção do espectador, são roteiros bem construídos e o desenvolvimento dos filmes apresentam aspectos coerentes quanto ao enredo, personagens, planos e sons, que são postos em uma combinação capaz de tornar o curta-metragem de ficção em um produto que desperta sentimentos, reflexões e, especialmente, instiga a imaginação. Os sons ou a ausência deles e o modo como a câmera se posiciona em relação as personagens, unidos a sequência escolhida para a constituição das histórias contadas, que foram os elementos mais especificamente analisados, permitem desvendar aspectos importantes dos filmes.

Ademais, para além das questões estéticas, inferimos também outros significados que advém destas produções, especialmente quando debatemos a questão do cinema produzido em um local específico, nesse caso, o Rio Grande do Sul e as identidades representadas a partir dessas narrativas. Em **O matador de Bagé** não encontramos traços característicos do “Gaúcho a cavalo” na personagem central, contudo, a paisagem de Porto Alegre, capital gaúcha, é bastante explorada, assim como a fala dos atores que são carregadas de sotaque sulista. Embora Assis não seja apresentado como o tradicional gaúcho de bombachas e chimarrão, a violência expressa através do seu ofício, abordada com um viés de naturalidade, pode fazer alusão também ao passado histórico do território sul-rio-grandense, marcado por guerras e atribuindo a qualidade de heróis àqueles que se utilizavam da violência como forma de luta.

Já em **O corpo**, a paisagem campesina é predominante e elementos como o chimarrão e o patriarcado estão muito evidentes na narrativa, para além dos sotaques. A figura do pai, que detém o poder sobre a propriedade, a família, as decisões e inclusive sobre as falas, é enfática. Além disso, a violência sexual cometida contra o corpo que aparece na residência, mostra um contexto que, embora posto de uma forma mais fantasiosa, pode fazer alusão à violência contra a mulher, também historicamente bastante comum no Estado. As personagens que identificamos como centrais, o menino e a moça encontrada no mato, o corpo, não seguem um estereótipo sulista quanto aos aspectos ligados à gauchidade, quando pensamos

em vestimentas, por exemplo. Entretanto, o cenário mostra elementos a esse respeito como o chimarrão e o espaço campesino, além do sotaque, evidente nos raros diálogos. No curta, se evidencia o quanto as personagens são acometidas pela violência do patriarcado, o que perpassa por um estereótipo.

Dessa forma, conforme mencionamos no quadro teórico, muitos dos costumes gaúchos foram adquiridos em função de conflitos e, percebemos, a partir dos enredos cinematográficos, a violência sendo representada: no caso do primeiro filme, através da naturalidade em matar e, no segundo, a naturalidade da violência sexual cometida pelo pai, que detém o poder simbólico, por ser o “homem da casa”. Nesse caso, embora não se trate da personagem central, o pai é detentor de grande visibilidade, pois comanda a sequência da narrativa, enquanto as personagens centrais, a criança e a moça, apenas observam e são obedientes.

Ao considerar o histórico do cinema gaúcho, podemos também perceber que há inovações estéticas e de conteúdo nos filmes analisados, tendo em vista o modo como foram produzidos e a maneira como a narrativa se desenvolve, proporcionando que o espectador realize reflexões para além daquilo que está posto.

REFERÊNCIAS

- ANCINE. *Longas-Metragens Brasileiros Lançados Comercialmente no Mercado de Salas de Exibição*: 1995-2008. Disponível em: <[http:// www.ancine.gov.br/oca/rel_seriehistorica.htm](http://www.ancine.gov.br/oca/rel_seriehistorica.htm)>. Acesso em: 14 jul 2016.
- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *A Análise do filme*. Texto & Grafia: Lisboa, 2001.
- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. 2 ed. Papirus Editora: Campinas, 2006. Disponível em: <<https://cineartesanitoamaro.files.wordpress.com/2011/05/dicionario-teorico-e-critico-de-cinema-jacques-aumont-michel-marie.pdf>>. Acesso em: 7 ago 2016.
- AUMONT, J. et al. *A estética do filme*. Trad. Marina Appenzeller; rev. téc. Nuno César P. de Abreu. Campinas: Papirus, 1995. Nuno César P. de Abreu. Campinas: Papirus, 1995.
- BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CASSALES, Lucas. *O Corpo*. 2015. Disponível em: <<https://vimeo.com/98984624>>. Acesso em: 30 set 2016.

- CRUZ, Afonso. *A boneca de Kokoschka*. Lisboa: Quetzal, 2010.
- FEITOSA, Sara Alves. *Teledramaturgia de minissérie: Modos de construção da imagem e memória nacional em JK*. Tese. UFRGS: Porto Alegre, 2012.
- GOLIN, Tau. *Reflexos entre o gaúcho real e o inventado*. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. 4. ed. p. 9-94.
- HALL, Stuart. Marcos para os estudos culturais. In *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende (et al). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 131-219.
- HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo*. Educação & Realidade, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2. p. 15-46, ju/dez 1997.
- IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 – *Suplemento de Cultura*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/estadic_cultura_2014/index.php>. Acesso em 20 nov 2018.
- IESBICK, Felipe. *O matador de Bagé*. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zQXVksGKUA>>. Acesso em 30 set 2016.
- LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. *Mídia regional: gauchidade e formato televisual no Galpão Crioulo*. Tese. Unisinos: São Leopoldo, 2009.
- MARTIN, Marcel. *A linguagem Cinematográfica* (1971). Tradução de Lauro Antônio e Maria Eduarda Colares. Lisboa: Dinalivro, 2005. Título original: *Le Langage Cinématographique*.
- PALLOTTINI, Renata. *Dramaturgia de Televisão*. São Paulo: Moderna, 1998.
- ROSSINI, Miriam. *Cinema gaúcho: construção de história e de identidade*. Novo Mundo, 2007. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/3164>>. Acesso em: 16 jul 2016.
- ROSSINI, Miriam. Cinema na tevê: um estudo das produções ficcionais da RBS TV. In: BORGES, Gabriela; PUCCI, Renato Luiz; SELIGMAN, Flávia. *Televisão: Formas Audiovisuais de Ficção e de Documentário*. Volume I. São Paulo, 2011.
- ROSSINI, Miriam. *O corpo da nação: Imagens e imaginários no cinema brasileiro*. XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, 2007. Disponível em: <https://penkala.files.wordpress.com/2007/12/rossini_corpo-nacao.pdf>. Acesso em: 16 jul 2016.
- ROSSINI, Miriam. *Teixeirinha e o cinema gaúcho*. Porto Alegre: Fumproarte, 1996.

- SORLIN, Pierre. *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. São Paulo: Unesp, 2009.
- TOMAIM, Cássio dos Santos. *Por uma memória do cinema documentário no Rio Grande do Sul: desafios para uma nova historiografia do cinema brasileiro*. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, p. 103-119, jul/dez 2010. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16426>>. Acesso em 13 jul 2016.
- WATTS, Harris. *Direção de câmera: Um manual de técnicas de vídeo e cinema*. São Paulo: Summus Editorial, 1999.
- WISNIK, J.M. (1989). *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 1º d. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.7-72.

A MODA DO VESTIDO DE PRENDA: DO SURGIMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS.

THE FASHION OF PRENDA DRESS: FROM THE EMERGENCE TO THE PRESENT DAY

Cleici Naira Rios Reolon¹

Natalie Pacheco Oliveira²

RESUMO

O vestido de prenda é uma criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que a partir de 1948 produziu um traje que representa a mulher gaúcha de tal forma a combinar com o traje dos homens (peões) gaúchos. Foi com o nascimento do 35-CTG que surgiu essa peça de vestuário tão importante, além de muitas outras tradições da cultura gaúcha. Esse vestido foi esboçado a partir de peças herdadas de outras culturas, como a açoriana e indígena. O vestido de prenda é o traje oficial feminino da cultura gaúcha e dá lugar de destaque, com delicadeza e bravura, à mulher símbolo da cultura gaúcha.

Palavras-chave: Mulher Gaúcha. Vestido da Prenda. Traje. Tradição.

ABSTRACT

The Prenda dress is a creation of the Traditional Gaucho Movement, which since 1948 has devised a costume that represents the gaucho woman in such a way as to match the gaucho men's attire. This important piece of clothing emerged with the birth of the 35-CTG, in addition to many other traditions of the gaucho culture. This dress was sketched from pieces inherited from other cultures, such as the Azorean and the indigenous. The Prenda dress is the official female costume of the Gaucho culture and with lightness and bravery provides notoriety to the woman symbol of the gaucho culture.

Keywords: Gaucho woman. Prenda Dress. Costume. Tradition.

INTRODUÇÃO

De influências europeias, indígena e de tantas outras peças de sua própria invenção, o gaúcho do Rio Grande do Sul foi constituindo sua própria indumentária. Dentre as diversas culturas brasileiras atuais, a gaúcha é uma das mais presentes e expressivas. Seus símbolos são o chimarrão e o churrasco, os quais demonstram hospitalidade. A arte gaúcha não ficou

¹ Graduanda; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, cleicirios@gmail.com

² Mestre; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, natalie.oliveira@erechim.ifrs.edu.br

só no Rio Grande do Sul, o que se pode perceber pela existência de diversos Centros de Tradições Gaúcha, espalhados pelo Brasil e por outros diversos países. Esses Centros dão continuidade à arte gaúcha (VELLINHO, 1964; CESAR, 1984). O vestido de prenda é uma criação da moda antiga com as vontades de alguns dos integrantes do 35 - CTG e do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG que a partir de 1948, criou um traje que representasse a mulher de tal forma a combinar com o traje atual dos peões. Em 1989, no 34º Congresso Tradicionalista, foram formalizadas, apresentadas e aprovadas, pelo IGTF - Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, regras para o Traje da Prenda.

Segundo Souza (1987), a moda era desconhecida pelos povos primitivos. É a partir do Renascimento, quando as cidades se expandem e a vida da corte se organiza, que se acentua no ocidente o interesse pelo traje e começa a acelerar-se o ritmo das mudanças.

Sendo assim, este artigo tem por intuito falar da mulher Gaúcha, que foi umas das responsáveis por manter viva as tradições do Rio Grande do Sul, e o surgimento do vestido da então mulher, nominada Prenda.

Está dividido em introdução, desenvolvimento e conclusão. A metodologia que segundo Gil (2010), pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado em materiais impresso, como livros, revistas, jornais, tese, dissertação e anais de eventos científicos. Em virtude de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet. Os autores pesquisados para referências teóricas foram João Carlos Paixão Côrtes (1998, 2005, 1994 e documentos sem data), Véra Stedile Zatterra (1945 e 1995), Barbosa Lessa (1985), Salvador Ferrando Lamberty (1989), Antonio Augusto Fagundes (1994), Manoelito Carlos Savaris (2008) e livros de publicações próprias do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho, 2013 e 2015).

2 Moda Gaúcha

Paixão Côrtes em seu livro ‘A moda: Alinhavos e Chuleio’ (2005), cita um trecho do livro Enciclopédia da Moda (1998), da escritora Georgina O’ Hara:

A moda é um reflexo móvel de como somos e dos tempos em que vivemos. A roupa sempre foi utilizada como instrumento social para exibir riqueza e posição, da mesma forma que a deliberada rejeição de símbolos e status transmite outras mensagens. As roupas podem revelar nossas prioridades,

nossas aspirações, nosso liberalismo ou conservadorismo. Elas fazem muito para trazer necessidades simples ou complexas e podem ser usadas consciente e inconscientemente para transmitir mensagens sexuais sutis ou diretas. Emprestam elegância à cor, o nosso ambiente e dão forma a nossos sentimentos. São a primeira e a última palavra da linguagem que é a moda (PAIXÃO CÔRTEZ, 2005 p. 5).

Para que se determine o que realmente é moda, é necessário que tenha uma aceitação geral de um determinado segmento - diante de uma ótica sociológica - por um espaço de tempo mais ou menos longo.

Para que essa moda se torne popular, deve partir de um foco de irradiação universal de divulgação. Estreará nos salões aristocráticos das grandes capitais, ganhará as cidades menores, conhecerá as vilas e lugarejos e, para descansar, alegrará o chão batido dos ranchos da gente simples da vida interiorana (PAIXÃO CÔRTEZ, 2005, p. 5).

A moda está ligada ao comércio. Segundo Souza (1987), moda é uso, hábito ou estilo, geralmente, de aceitação variável no tempo e resultante de determinado gosto, ideia, capricho e das influências dos meios. A moda não é um fenômeno universal, mas é própria de certas sociedades e de certas épocas:

A diferenciação da moda feminina e masculina, se intensifica a partir do século XIX; de um lado pelo relaxamento da Igreja e de outro pela libertação das mulheres que, começando a ter direito de escolha do companheiro, se interessam cada vez mais pelos elementos de atração sexual (PAIXÃO CÔRTEZ, [s.d.], p. 107).

O século XIX foi marcado na moda, por afastar o grupo feminino do masculino, submetendo os grupos a escolha de cores e tecidos. Para as mulheres ficou a abundante escolha, já para os homens começa aí a restrições de cores e tecidos. Segundo Souza (1987), é no século XIX quando a democracia anula as leis que privilegiavam a nobreza, que a moda se espalha por todas as camadas sociais.

Como a moda é variável no tempo, não atinge os trajes folclóricos característicos de um determinado grupo, adquiridos e transmitidos tradicionalmente, como por exemplo, o poncho, o chiripa e a bombacha.

3 Traje da Mulher Gaúcha

A indígena foi a primeira Gaúcha, de suas roupas originou-se o traje feminino gaúcho. Desde então as vestimentas foram se adequando, sendo modernizadas conforme a necessidade ou a moda que vinha da Europa, das cidades grandes e da Corte.

Quando chegaram os Jesuítas, o Rio Grande do Sul já era habitado por indígenas, subdivididos em tribos espalhados pelo Estado. Os índios começaram a conviver com os jesuítas e logo depois com os ibéricos, que traziam suas próprias maneiras de vestir, da Europa ou centro do país. Assim o indígena procurou um traje que se adequasse ao seu novo modo de vida, imposto pelos povos que chegavam ao Rio Grande do Sul. A mulher passou a cobrir o corpo seguindo os princípios do zelo da moral católica. Nessa época surge os Sete Povos das Missões, ao qual deriva o nome mulher Missioneira. Assim passou a ser chamada a mulher no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul foi percorrido por tropeiros antes e se tornar Capitania. Os tropeiros que aqui chegavam precisavam do indígena para lhes guiar, e muitas vezes auxiliá-los no combate a inimigos, por vezes, outros tropeiros e ou contrabandistas. O povo indígena, adquirindo hábitos do europeu, passou a ver a necessidade de proteger suas terras e rebanhos, uma vez que tropeiros e contrabandistas viam aí a possibilidade de saquear os animais e se apossar das terras. Homem corajoso, mestiço ou índio, passou a ser o peão de estância, o que reforçou ainda mais seu domínio sobre o cavalo.

Com o homem preocupado em defender suas terras, rebanhos e sua fama de cavaleiros gaudérios, a mulher começou a assumir os cuidados com a casa, trançar as esteiras, tecer redes e os *cayapis* dos seus homens e cuidar das crianças. Além disso, a mulher passou a cuidar das plantações e das pessoas que passavam por suas terras, para que essas não se apropriassem delas. De trajes trazidos por europeus, tropeiros e contrabandistas, foi se adequando as vestimentas de homens e mulheres, tendo em visto a suas funções do dia-a-dia.

A mulher de peão de estância passou a ser chamada de Mulher Rural, pois o peão de estância era o índio mestiço que trabalhava para o europeu branco, que tinha conquistado terras em solo gaúcho. Os europeus, com suas filhas e mulheres brancas, vestiam a moda europeia vindas das grandes cidades. Os homens passaram a ser chamados de Estancieiros, e suas esposas de Estancieiras. Em outras palavras, a Mulher Rural era a mulher pobre, a mulher do campo que se vestia obedecendo ao critério do seu trabalho; já a Mulher Estancieira, mulher rica, patroa, vestia a moda europeia e das grandes capitais.

Entre os anos de 1947 a 1950, a mulher gaúcha passou a ser chamada de prenda. Esta não era qualquer mulher, era aquela que se vestiu de vestido longo e passou a frequentar os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs):

Diz Alfredo de Athayde: “para estudar o traje tradicional usado em uma região, é necessário tomar em considerações todos esses fenômenos sociais porque os homens passaram através dos temos. Verifica-se também, resistência a substituição dos rajes populares, por outros mais vulgarmente usados, reside principalmente na índole do povo (PAIXÃO CÔRTEZ, s. d., p. 106).

Com base em bibliografias de autores como Véra Stadille Zattera, João Carlos Paixão Côrtes, Marina Monteiro Paixão Côrtes, do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), entre outros, aprofundaremos o traje da mulher Gaúcha.

3.1 A mulher Indígena

A primeira mulher a habitar o Rio Grande do Sul usava apenas o *chiripa* como vestes, deixando o torso desnudo (Figura 1). No rosto, pintura, e ao pescoço, colares de contas ou dentes de feras (ZATTERA, 1945).

Figura 1: as vestes da mulher indígena, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

3.2 A mulher missioneira

A mulher missioneira, conforme mostra a Figura 2, usava vestido longo formado de dois panos costurados, com apenas uma abertura para os braços e uma para o pescoço chamado *tipoy*. Uma espécie de cordão, chamado de *chumbé*, era utilizado na cintura para ajustar e segurar a peça. Em ocasiões festivas, vestiam *tipoy* de linho, e só nas vestes religiosas trajavam mantos em cores dramáticas, como o roxo e o preto (ZATTERA,1945).

Figura 2: as vestes da mulher missioneira, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

3.3 A mulher rural

A mulher rural de (1730-1820), segundo Zattera (1945), usava saia rodada de tecido de lã leve e camisa longa de algodão. Como apresenta a Figura 3, os pés eram descalços, os cabelos longos trançados, ornamentados com flores e fitas, ou ainda, um lenço a cabeça amarrado a baixo do queixo (ZATTERA,1945).

Figura 3: as vestes da mulher rural, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

Entre 1820 e 1865, a mulher rural (Figura 4), vestia blusa de mangas com acabamentos em rendas, saia longa e rodada, junto ao casaquinho de tecido leve e flores no cabelo preso. Usava uma sombrinha para se proteger do sol e sua saia passou a ter na barra um babado franzido ou de pregas (ZATTERA,1945).

Figura 4: as vestes da mulher rural, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

No interstício de 1865–1950, segundo Zattera (1945) a mulher passou a vestir saia e blusa ou vestido (Figura 5). A saia era menos rodada, podendo ou não ter babados e/ou pregas. A blusa com mangas bufantes até o cotovelo e reto até punho, enfeita com babados e rendas, leva o fichu (espécie de abrigo, de tecido leve e formato triangular, que as mulheres utilizavam para cobrir o pescoço e ombros e, as vezes, a cabeça), como enfeite. A silhueta é marcada por um cinto apertado. Calça botinhas ou sapatos sempre fechados. Como acessórios, leva a sombrinha ou o leque, o brinco e o broche (ZATTERA, 1945).

Figura 5: as vestes da mulher rural, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

3.4 A mulher estancieira

A mulher estancieira, que para Zattera (1945) compreende a mulher de 1730 a 1820, usava sapatos e meias de seda, anáguas e corpete (Figura 6). Vestido com corte a baixo do busto, feito de seda ou algodão. Leque e lenço à mão, acompanhada sempre de joias em excessos. Como agasalho, o capote ou xale. Os cabelos longos eram presos com fitas e flores. O vestido feminino é chamado de “vestido vassourinha” (ZATTERA, 1945).

Figura 6: as vestes da mulher estancieira, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

Vestido longo com corte na cintura, de seda ou veludo. O colo amosttra, devido ao decote amplo. Mangas bufantes até o cotovelo, e justas até o pulso. Brincos e broche no pescoço. Os cabelos eram longos e presos com travessas e flores (Figura 7). Essa mulher marcou a época de 1820 a 1865 (ZATTERA,1995).

Figura 7: as vestes da mulher estancieira, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

A partir de 1865 em diante, usava vestido com recorte “V” na cintura, enfeitado com fichu de renda e jabô (Figura 8). Mangas retas e bufantes, ajustadas no punho, e à mão carregava o leque ou a sombrinha. Os cabelos estão presos por travessas. Nos pés botinhas e sapatos fechados (ZATTERA, 1945).

Figura 8: as vestes da mulher estancieira, segundo Zattera.



Fonte: Zattera, 1945.

Com o passar dos anos, depois da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), a mulher surge de vestido com saia rodada e babados, feito em algodão com estampado miúdo, de *broderie* ou de cor lisa (Figura 9). O corpo justo é fechado no pescoço, com enfeites do mesmo tecido ou em renda. As mangas são bufantes, 3/4 ou até o cotovelo com acabamentos em babados. Por baixo da saia é utilizada a bombachinhas e meias brancas e, nos pés, sapatos pretos. Para se agasalhar, xale de crochê de lã e rendas. O cabelo é utilizado solto ou semipreso com flores e usam-se brincos balançantes (ZATTERA, 1945). Surge aqui a inspiração do que mais tarde passaria a ser chamado de Vestido da Prenda, assim nomeada a mulher gaúcha.

Figura 9: as vestes da mulher estancieira, segundo Zattera.



Fonte: Zatterra, 1945.

Para se entender melhor o vestido da prenda, apresenta-se alguns acontecimentos históricos que marcaram o estado do Rio Grande do Sul, fazendo jus a cultura e a tradição gaúcha.

4 Centro de Tradições Gaúchas - O 35

Desde novembro de 1937, a bandeira estadual, que havia escapado da fogueira, estava escondida. Foi uma época que o Rio Grande do Sul, estava esquecido de si mesmo, afirma Lessa (1985). Foi então que um jovem estudante, recém-chegado a capital, com dezenove anos de idade, tomou a iniciativa, em setembro de 1947, de fundar o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos. Com isso, João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes encilhou os primeiros cavalos na capital, acendeu a primeira Chama Crioula, realizou a primeira Ronda Crioula, e se fez a primeira Semana Farroupilha, com meia dúzia de “gatos-pingados” (LESSA, 1985):

Vínhamos da área pastoril interiorana, e estávamos dispostos a provar que tínhamos mais tutano, mais caracu, que o pessoal da cosmopolita metrópole. Não nos animavam preocupações literárias, mas sim o empenho associativo. Daí a coleta de assinaturas num simples caderno de aula: “Aqui trazemos um convite aos gaúchos que, embora residindo na capital e tendo hábitos citadinos (sic), guardam ainda

nas veias o sangue forte da terra rio-grandense. Terá como finalidade reunir no mesmo rodeio os guapos das muitas querências do Rio Grande, mas agora residindo em Porto Alegre. No primeiro sábado de novembro realizaremos uma reunião preparatória das atividades, para que todos sejam orientados, e assim, entrem na cancha, em março de relho em pé, prontos para a vitória. Viva o Rio Grande do Sul! (LESSA, 1985, p.57).

Com o recolhimento de assinaturas para achar sócios, veio a descoberta de que uma outra turma de rapazes estaria com um plano semelhante. Uniram-se os líderes para debater o assunto. A ideia desse grupo era fundar uma espécie de academia nativista limitada a trinta e cinco membros, e “a nossa era a de afirmação das tradições pastoril ilimitadamente, de Porto Alegre para os demais centros cosmopolitas, mas chegamos à conclusão de que valeria a pena reunir esforços”, ressalta Lessa (1985, p. 57).

As reuniões passaram a ser feitas todos os sábados a tarde, e entre um mate e outro, elaboraram o Estatuto do 35 - Centro de Tradições Gaúcha. Luiz Carlos Barbosa Lessa, em *Nativismo Um Fenômeno Social Gaúcho* (1985), narra o estatuto:

O Centro terá por finalidade:

- a) Zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, sua história, suas lendas, canções, costumes etc., e consequente divulgação pelos Estados irmãos e países vizinhos;
- b) Pugnar por uma sempre maior elevação moral e cultural do Rio Grande do Sul;
- c) Fomentar a criação de núcleos regionalistas no Estado, dando-lhes todo apoio possível;

O Centro não desenvolverá qualquer atividade político-partidária, racial ou religiosa (LESSA, 1985, p. 58).

A ata de fundação foi assinada por vinte e quatro rapazes, no dia 24 de abril de 1948, contudo são considerados fundadores do 35-CTG sessenta e duas pessoas. Foi escolhida a primeira diretoria e, assim, começou a funcionar o primeiro CTG, instalado num galpão, mesmo que simbolicamente representado pelo porão da casa da família Simch (SAVARIS, 2008).

As primeiras mulheres a participarem do movimento 35-CTG, foram as irmãs Ludmilla e Marília Zarrans, que adentraram antes mesmo da criação da Invernada de Prendas do 35. Ambas participaram de uma recepção a Miss Distrito Federal, sendo assim consideradas as primeiras prendas, a representar o 35-CTG e o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Em julho de 1949, foi realizada a “1ª Reunião de Moças da Sociedade”, sendo convidadas as senhoritas Maria Zulema da Paixão Cortes, Dirce Paixão Cortes, Sueli Dutra Soares, Sarita Du tra Soares, Lory Meireles Kerpem, Iris Piva, Norma Dutra Ferreira, Nora Dutra Ferreira, Damásia Medeiros Steimetz e Linda Brasil Degrazzia. Outras convidadas não tiveram permissão dos pais para comparecer ao encontro, como Lia Eilert dos Santos e Cyra-Eilert dos Santos. A reunião foi para a patronagem (apoio moral ou material oferecido por alguém ou por uma organização; patrocínio, patronato) a apresentar a proposta de criação da Invernada de Prendas, que de imediato foi criada, sendo nomeada como posteira a Senhorita Lory Meirelles Kerpem (LESSA,1985).

5 A Invenção das Tradições

Segundo Lessa (1985), conscientes que não estavam em um autêntico galpão de estância, voltaram-se para questão de, com base na cultura tradicional - respeito a todos aqueles elementos que pudessem ser mantidos em Porto Alegre e alhures - deveria ser criada uma cultura tradicionalista, adaptável às mais diversas situações de tempo e espaço. Ainda segundo Lessa (1985), provavelmente o mais reconhecido ideólogo do tradicionalismo gaúcho que trata da invenção das tradições dizendo que os iniciadores do movimento não dispunham de informações e dados suficientes para sustentar suas práticas tradicionalistas, o que os levou “a inventar as tradições”:

O centro terá por finalidade zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, sua história, suas lendas, canções, costumes. [...] os costumes, o linguajar, a maneira de encilhar um pingo e sair galopando, isso nós sabíamos. Mas, quanto ao mais, o assunto ia se tronando complexo. História não se inventa. Folclore é uma ciência social muito séria, e não éramos folcloristas; o Folclore não se inventa. Antropologia é uma ciência social muito séria, e não éramos antropólogos; e antropologia não se inventa. [...] mas éramos tradicionalistas. Gente mantendo ativamente no presente aspecto do passado, com vistas ao futuro. Quando algum elemento faltasse para a nossa ação, nós teríamos de suprir a lacuna de um jeito ou outro (LESSA,1985, p. 64).

5.1 Origem da palavra prenda

Segundo o blog Tradição do Nosso Chão, durante os séculos XVI e início do XIX, no decorrer da ocupação e demarcação territorial, as mulheres que viviam naquela região eram tratadas como chinãs (diminutivo

de Chinoca, que é o nome dado às mulheres caboclas, morenas, geralmente descendentes de índios), muitas delas eram índias roubadas de suas regiões de origem, levadas na garupa de cavalos. Essas mulheres, não demoravam muito, a serem abandonadas, largadas, esquecidas. Roubadas, longe de suas regiões originárias, não tinham ninguém por elas, ninguém que as cuidassem, e logo o termo China tornou-se sinônimo de prostituta.

A palavra prenda provavelmente tenha surgido através da canção trazida ao Rio Grande do Sul pelo povo Açoriano. Povo que trouxe muito mais que canções, pois trouxe danças, provérbios, palavras únicas, trovas, adivinhas, e seus pratos típicos que também foram adotados pelos gaúchos:

Eles trouxeram suas danças, como a Cana-Verde, a Chimarrita e o Caranguejo, suas canções com a Nau Catarineta, suas trovas e quadrinhas, adivinhas e provérbios, suas Irmandades, como de São Miguel e Almas, e a Santa Casa e a festa do Divino Espírito Santo, que não dispensava a bizarra construção do Império. Trouxeram palavras, como “rancho” e deram ao gaúcho o “tu” de um falar muito fiel a origem açoriana, como a pesca artesanal de mar. [...] muitas trovas, canções, provérbios e adivinhas que o gaúcho ainda repete como autenticamente seus (e o são, na realidade) nasceram no solo vulcânico do Arquipélago [...] (FAGUNDES, 1994, p. 28).

A mais provável história do surgimento da palavra prenda foi que trazida pelos açorianos, na canção que tinha como refrão os versos: “Tirana, atira, tirana / vem a mim, tira-me a vida: / A prenda que eu mais amava / Já de mim foi suspensa” (FAGUNDES, 1994, p. 28).

Esses versos deram origem a canção que se popularizou no Rio Grande do Sul, pela colônia gaúcha impressionada com os registros que Mário de Andrade fez de “Prenda Minha” em seu livro “Ensaio sobre Música Brasileira”, que a música voltou para o seu pago e ganhou popularidade, ainda que não tanta quanto a que atingiu no Rio de Janeiro. A primeira gravação aparentemente foi feita em 1935, pelo selo Victor, nas vozes de Almirante e Paulo Tapajós:

Prenda Minha
Vou embora, vou-me embora,
Prenda minha,
Tenho muito que fazer.
Tenho de ir parar rodeio,
Prenda minha,
No campo do bem-querer.

Noite escura, noite escura,
Prenda minha,
Toda noite me atentou.
Quando foi de madrugada,
Prenda minha
Foi-se embora e me deixou.
Troncos secos deram frutos,
Prenda minha,
Coração reverdeceu.
Riu-se a própria natureza,
Prenda minha,
No dia que o amor nasceu.
(Zero Hora, Caderno de Cultura, 2000, n. p.)

Sendo assim, alguns historiadores atribuem ao tradicionalismo gaúcho a criação do vocábulo prenda para designar a mulher gaúcha de bons costumes, pura, honesta, ingênua e graciosa.

5.2 O vestido da prenda

Na construção do traje típico gaúcho, chegou-se a seguinte discussão: como seria o vestido da mulher gaúcha? Já estava decidido que homem era peão, a mulher era prenda. Lessa (1985), diz que o traje de ambos foi definido como pilcha, que significa, segundo o autor, dinheiro ou objeto de uso pessoal que possa ter um valor pecuniário.

Segundo Zattera (1945), entre os séculos XVIII e XIX a mulher segue a moda francesa, como qualquer outra mulher do mundo civilizado, perdendo assim, através do tempo e da moda, as vestes femininas da antiga mulher gaúcha:

[...] como modelo, aproximado, só havia os vestidos caipiras, das festas juninas de São Paulo, ou as “folhinhas” anuais distribuídas pela campanha. [...] Paixão encasquetou que deviam ser vestidos compridos até os tornozelos; eu argumentei que se nós, rapazes estávamos trajando nossas costumeiras bombachas, não carecia que as moças se voltassem para tão longe nos antigamente; isto não chegou a ser posto em votação, mas o bigodudo Paixão nos venceu pelo cansaço [...] (LESSA, 1985, p. 66).

Os rapazes do 35-CTG, porém, trazem a tona o traje usado no passado pela mulher gaúcha. O traje passou por alterações submetidas à modernidade e necessidade que a época pedia. E a partir daí foi denominado que

assim passaria a ser chamado: Vestido de Prenda, e esse passou a ser usado dentro dos CTGs, pelas belas mulheres que os frequentavam, as quais foram chamadas de Prendas:

No ano anterior, em 22 de junho de 1969, o Diário de Notícias de Porto Alegre, publicou matéria intitulada As perguntas de uma prenda, respondendo vários itens sobre indumentária onde, esclarece origem do mesmo Vestido de Prenda: “O Vestido de Prenda comum, esse que se vê em todos os centros de tradições é invenção moderna, dos rapazes que fundaram o pioneiro 35 CTG em abril de 1948, no coração de Porto Alegre. Não é um traje folclórico - porque não se usa hoje - nem histórico porque não foi usado no passado. Foi inventado porque havia necessidade de um traje feminino atraente, que acompanhasse, que fizesse par com a brilhante indumentária masculina gauchesca, esse sim! Histórica e folclórica!” (ZATTERA, 1995, p.174).

Porém, com as invernadas de danças formadas, exigiram-se mudanças no traje, uma vez que, segundo o MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho, os trajes históricos da gaúcha do século XIX e início do século XX eram tristes, de cores sóbrias e sérias entre o cinza e o bege, e não eram práticos para dançar em palcos, ficavam justo ao corpo não permitam a mobilidade, a funcionalidade, a autenticidade e beleza da prenda necessária para a dança. Paixão Côrtes (2005, p.8), diz que “devemos ter em mente que a roupa, na dança, não significa tão somente uma adaptada cobertura da pele do corpo”:

[...] espera-se que o trinômio mobilidade, funcionalidade e beleza não traga prejuízo a estética. Por essa razão a importância correta da vestimenta, não só como uma figura pictórica, mas como elemento destacado na identidade da gente de uma terra. Assim, não teremos somente pessoas, roupa e dança, mas interação pessoa/roupa/dança e autenticidade de temática (PAIXÃO CÔRTEZ, 2005, p. 8).

Assim, entrou em ação o MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho, que a partir de 1950 vestiu as mulheres de Prenda. Criaram regras que foram formalizadas, apresentadas e aprovadas pelo IGTF - Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, no Congresso Tradicionalista realizado em Porto Alegre, no ano de 1989:

Proposição aprovada no 34º Congresso Tradicionalista rea-

lizado em Caçapava do Sul em 07.01.89 - Autor - Luiz Celso Gomes Hiarup”.

TRAJE DA PRENDA

- 1- O vestido deve ser de uma peça, com a barra da saia á altura do peito do pé.
- 2- A quantidade de passa-fitas, apliques, babados e rendas, é de livre criação.
- 3- O vestido tem que ser de chita lisa ou estampada, sendo facultado o uso de tecidos sintéticos com estampas miúdas, ou peti-pois.
- 4- Vedado o decote.
- 5- Saia de armar, quantidade livre.
- 6- Obrigatório o uso de bombachinhas rendadas ou não, cujo comprimento deverá atingir a altura do joelho.
- 7- Mangas até os cotovelos, 3/4, ou até os pulsos.
- 8- Lenços com pontas cruzadas sobre o peito, ou fichu (de seda com franjas ou croché) uma ou outra peça, presa por broche ou camafeu. Facultativo o uso de xale.
- 9- Meias longas, brancas ou coloridas, não transparente.
- 10- Sapato de salto grosso, tipo escolar, que abotoa do lado de fora por uma tira que passa sobre o pé.
- 11- Cabelo solto em trança (única ou dupla), enfeitado com flores ou fitas. Vedado o uso de coque, para as solteiras.
- 12- Facultado o uso de brincos de argola inteira, de metal, vedados os de fantasias ou plásticos.
- 13- Permitido o uso de pulseiras de aro de qualquer metal. Não aceita as pulseiras de plásticos.
- 14- Vedado o uso de colares.
- 15- Permitido o uso de um anel em cada mão. Vedados os de fantasia.
- 16- É permitido o discreto uso de maquiagem facial, sendo vedados as sombras e os batons brilhantes, lilases ou roxos.
- 17- Vedado o uso de relógio de pulso.
- 18- Livre criação, quanto a cores, padrões e silhueta, dentro dos parâmetros acima enumerados (ZATTERA,1995, p. 135).

6 Traje atual da prenda, segundo as normas do MTG

Segundo as normas do estatuto do Movimento de Tradições Gaúchas- MTG (MTG-2003), o traje feminino deve ser adequado ao do peão,

que é predominante, especialmente nos seguintes quesitos: períodos históricos, classe social de atividade Campeira (rural) ou Cidadina (cidade).

A compatibilização é caracterizada pelo modelo, tipo de tecido, tipo de calçado (ou ausência), penteado e maquiagem. Segundo as normas do MTG, a indumentária da prenda é composta por uma série de peças devidamente ordenadas, listadas no quadro a seguir:

Tabela 1: Norma de vestimenta para o vestido de prenda.

ITEM	DESCRIÇÃO
Saia e blusa ou bata	- Saia: com a barra no peito do pé, godê, meio-godê ou em panos. - Blusa ou bata: de mangas longas, três quartos ou até o cotovelo (vedado o uso de “boca de sino” ou “morcego”), decote pequeno, sem expor os ombros e os seios, podendo ter gola ou não. - Bordados e pinturas: se utilizados, devem ser discretos. As pinturas com tintas para tecidos. - Tecidos: lisos. Nas blusas ou batas, tecidos mais encorpados. - Cores: escolher cores harmoniosas e lisas, esquecendo as cores fortes, proibidas as cores berrantes e fosforescentes. - Cuidados: nas apresentações artísticas, o traje feminino deve representar a mesma classe social e época retratada na indumentária do homem. - Vedações: enfeites dourados, prateados, pinturas a óleo e purpurinas. - Este traje não é autorizado para as categorias mirim e juvenil.
Saia e casaquinho	- Saia: com a barra no peito do pé, godê, meio-godê ou em panos. - Casaquinho: de mangas longas (vedado o uso de “boca de sino” ou “morcego”), gola pequena e abotoado na frente. - Bordados e pinturas: se utilizados, devem ser discretos. As pinturas com tintas para tecidos. - Tecidos: lisos. Nas blusas ou batas, mais encorpados. - Cores: escolher cores harmoniosas e lisas, esquecendo as cores fortes, proibidas as cores berrantes e fosforescentes.

Saia e casaquinho	- Cuidados: nas apresentações artísticas, o traje feminino deve representar a mesma classe social e época retratada na indumentária do homem. - Vedações: enfeites dourados, prateados, pinturas a óleo e purpurinas. - Roupas de época: a saia deve ser lisa. O casaquinho poderá ter bordados discretos. - Este traje não é autorizado para as categorias mirim e juvenil.
Vestido	- Modelo: inteiro e cortado na cintura ou de cadeirão ou ainda corte princesa com barra da saia no peito do pé, corte godê, meio-godê, franzido, pregueado, com ou sem babados. - Mangas: longas, três quartos ou até o cotovelo, admitindo-se pequenos babados nos punhos, sendo vedado o uso de mangas “boca de sino” ou “morcego”. - Decote: pequeno, sem expor ombros e seios. - Enfeites: de rendas, bordados, fitas, passa-fitas, gregas, viés, trancelim, crochê, nervuras, plisses, favos. É permitida pintura miúda, com tintas para tecidos. Não usar pérolas e pedrarias, bem como, os dourados ou prateados e pintura a óleo ou purpurinas. - Tecidos: lisos ou com estampas miúdas e delicadas, de flores listras, <i>petit-poa</i> e xadrez delicado e discreto. Podem ser usados tecidos de microfibra, crepes, oxford. Não serão permitidos os tecidos brilhosos, fosforescentes, transparentes, slinck, lurex, rendão e similares. - Cores: devem ser harmoniosas, sóbrias ou neutras, evitando-se contrastes chocantes. Não usar preto, as cores da bandeira do Brasil e do RS (combinações).
Bom-bachinha	- Modelo: de tecido, com enfeites de rendas discretas. - Cor: branca. - Comprimento: abaixo do joelho, sempre mais curta que o vestido.
Saia de armação	- Modelo: leve e discreta, se tiver babados, estes devem se concentrar nos rodados da saia, evitando-se o excesso de armação. - Cor: branca. - Comprimento: deve ser inferior ao do vestido.

Sapatos e botinhas	- Cores: preta, marrom (vários tons de marrom) e bege. - Salto: de até 5 centímetros - Modelo: com tira sobre o peito do pé, que abotoe do lado de fora. - Vedações: proibido o uso de sandálias e sapatos abertos.
Meias	-Cor: branca ou bege. - Comprimento: longas o suficiente para não permitir a nudez das pernas.
Cabelos	-Arrumação: podem ser soltos, presos, semi presos ou em tranças. Para prendas adultas e veteranas é permitido o coque. - Enfeites: com flores naturais ou artificiais, pequeno passador (travessa) para prendas adultas e juvenis. - Vedação: vetados os brilhos, purpurinas e peças de plástico.
Maquiagem	-Discreta, de acordo com a idade e o momento social.
Jóias	- Cuidados: devem ser sempre discretas, de acordo com a idade, a classe e o momento social. - Uso da pérola: são permitidas as jóias e semijóias com uso de pérolas, nas cores branco, rosado, creme e champanhe, nos brincos, anéis e camafeus. - Uso de pedras: permitido, desde que sejam discretas.

Fonte: Adaptado pelas autoras, de Movimento Tradicionalista gaúcho/RS Diretrizes para a Pilcha Gaúcha Traje Atual, 2015.

A indumentária gaúcha, é vista como uma das formas de buscar as raízes dos antepassados. Nos dias atuais a indumentária não é mais usada para a lida no campo, e sim, para representar a cultura gaúcha dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul por nossos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e Departamentos Tradições Gaúchas (DTGs) e público em geral. A indumentária, especialmente a da prenda, passou e passa por constantes transformações, uma vez que é muito usada, por muitos, como uso exclusivo em festivais e apresentações de danças. Puxando muito para a lado da competição, o vestido vem se adequando a moda. Modernizando cada vez mais, através de novos tecidos, estampas, babados e acessórios. Sempre bom lembrarmos aqui, que mesmo sendo inspirado na moda atual, a pilcha da prenda deve seguir as regras impostas pelo estatuto do MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho.

CONCLUSÃO

A indumentária gaúcha contemporânea é vista como uma das formas de manter viva a cultura Gaúcha. Com a evolução da moda, as vestes gaúchas tradicionais não são mais utilizadas para a lida no campo, e sim, para representar a cultura gaúcha dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e Departamentos Tradições Gaúchas (DTGs) e comunidade. É uma das principais formas de cultivar e manter viva a tradição gaúcha.

A mulher gaúcha contribuiu fortemente na construção da história do Rio Grande do Sul. Sempre ocupou um lugar de destaque na história do estado, com sua postura simples, leal e companheira, conquistou a confiança do homem gaúcho, o qual era considerado o mais machista dentre os homens.

Mulher forte e batalhadora, ajudou defender bravamente a terra, enquanto os homens estavam ocupados emprestando suas forças em causas políticas. Foi a mulher gaúcha que por infinitas vezes carregou a responsabilidade de manter o Rio Grande do Sul vivo, seja criando e educando os filhos, e até mesmo lutando, protegendo a sua família e a estância, quando os homens precisavam ficar afastados das lidas por vários dias ou meses.

Atualmente, a mulher gaúcha vem conquistando cada vez mais espaço na sociedade, e não poderia ser diferente no Movimento Tradicionalista Gaúcho, contribuindo com excelência e enobrecendo a cultura gaúcha, dentro e fora do Estado. Hoje, trajando o vestido de prenda, a mulher gaúcha relembra o tempo que suas antepassadas bravamente guerrilharam apenas acompanhadas de seus filhos, mas sem se deixar abater. De suma importância para o tradicionalismo, na atualidade, a indumentária busca retomar valores e princípios que refletem a pureza, a simplicidade, a graça, a delicadeza e, ao mesmo tempo, a bravura, a firmeza da guerreira mulher gaúcha, intitulada prenda.

A pilcha gaúcha feminina foi criada pelos rapazes do 35-CTG, através da análise da moda. Vestiu mulheres por anos, sendo instituída em lei e definida através das Diretrizes da Pilcha Gaúcha, apresentada no 34º Congresso Tradicionalista, em 1989, na cidade de Caçapava do Sul-RS. Há diferentes trajes, para peão e prenda, lembrando que o traje da prenda deve ser sempre representativo, no contexto combinando, com o do peão. Entretanto, podemos afirmar que a indumentária que melhor caracteriza a mulher gaúcha é o vestido de prenda, a saia e blusa, ou ainda a saia e casaquinho, pois reflete a essência da Prenda, aquela que representa o verdadeiro tesouro dos galpões gaúchos, sendo digna de todo o respeito e admiração.

REFERENCIAS

- ABREU, Sonia de Campos. *Indumentária Gaúcha*. Porto Alegre: Ed. Fundação Cultural Gaúcha - MTG, 2003.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO. *Lei Estadual da Pilcha Gaúcha*. Artigo de lei disponível em <http://www.paginadogaucha.com.br>. Acesso em 05 janeiro 2019.
- CÊSAR, G. *Raízes históricas do Rio Grande do Sul*. In: Rio Grande do Sul- Terra e povo. Porto Alegre: Editora Globo, 1964
- CÔRTES, J.C. Paixão, CÔRTES. Marina M. Paixão. *A Moda Alinhavos & Chuleinhos*. Porto Alegre. ed. Lorigraf Gráfica e Editora Ltda. Reedição 2005.
- CÔRTES, J.C. Paixão. *O Gaúcho, danças, trajés artesanato*. Porto Alegre: ed. Garatuja, [s. d.].
- FAGUNDES, Antonio Augusto. *Curso de Tradicionalismo Gaúcho*. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1994.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAMBERTY, Salvador Ferrando. *ABC do Tradicionalismo Gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1989.
- LESSA, L.C. Barbosa. *Nativismo: Um fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre: Ed. L&PM Editores Ltda, 1985.
- MTG, Regionalismo Gaúcho. *A Evolução da Vestimenta Gaúcha*. Disponível em <<https://regionalismogaucha.weebly.com/vestuaacuterio.html>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- SAVARIS, Carlos Manoelito. *Rio Grande do Sul História e Identidade*. Porto Alegre: Ed. Fundação Cultural Gaúcha - MTG, 2008.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das Roupas: A Moda no Século XIX*. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1987.
- VELLINHO, Moisés. *Formação histórica do gaúcho rio-grandense*. In: Rio Grande do Sul Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964
- ZATTERA, Vera Stidile. *Trajés Típicos Gaúchos*. Porto Alegre: Ed. Palotti, 1945.
- ZATTERA, Véra Stedile. *Pilchas do Gaúcho Vestuário Tradicional Arreios e Avios de Mate*. Porto Alegre: Ed. Palotti, 1995.
- ZERO HORA. *Caderno de Cultura*. Jornal Zero Hora, 2000.

DOCUMENTAÇÃO

MARAJÓ – UM NAVIO DE PAZ E DE GUERRA

Apio Claudio Beltrão¹

A grande ilha situada na foz do rio Amazonas, cujo nome, em tupi, significaria “anteparo do mar”, inspirou a denominação do navio Marajó.

Seu projeto iniciou-se em 1883, com base nos planos elaborados pelo Capitão-Tenente Engenheiro Naval João Cândido Brasil, em 1883. Foi construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Teve a quilha batida em 1884. Sua incorporação à esquadra ocorreu em 24 de outubro de 1885, na gestão do Ministro da Marinha Conselheiro Dr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves (Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1844 – Rio de Janeiro, 16 de maio de 1894), filho de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Barão de Quaraí. Foi lançado ao mar dois meses depois, em 24 de dezembro de 1885.

Registre-se que, nessa época, a construção naval no Brasil achava-se na fase de transição da madeira para o ferro. Em 24 de março de 1884, na presença do Imperador Dom Pedro II, do Ministro da Marinha Dr. Antônio de Almeida e Oliveira e de muitos oficiais de mar e terra, tinham sido inaugurados, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o Museu de Marinha e uma oficina para construção de ferro e aço que representou significativo avanço na construção naval militar brasileira. O primeiro navio de guerra construído com casco em ferro e aço, em lugar da madeira, foi a canhoneira a vapor Iniciadora. Mas o navio Marajó, cujo casco ainda compreendia madeira, estava posicionado em uma etapa intermediária de evolução técnica.

Seguem-se as principais características do navio Marajó. Deslocava 440 toneladas. Suas dimensões eram 43,34 metros de comprimento, 39,65 metros de comprimento entre perpendiculares, 9,71 metros de boca, 2, 85 metros de pontal e 2,10 metros de calado. Seu casco era de madeira e ferro, do tipo chamado de compósito. Arvorava dois mastros. Sua propulsão era mista, mediante velas ou por meio de máquina alternativa a vapor, com 400 cavalos-vapor de potência, que acionava uma hélice. Tinha uma chaminé. Sua velocidade alcançava 10 nós, ou seja, 10 milhas marítimas ou 18.530 metros por hora. Seu armamento consistia em dois canhões Armstrong 80 do calibre de 165 milímetros, dois canhões [Armstrong ou Nordenfeldt] de tiro rápido, do calibre de 37 milímetros, uma ou duas metralhadoras Nordenfeldt do calibre de 25 milímetros e um tubo lança-torpedos. De acordo com a Ordem do Dia nº 89, de 27 de novembro de 1885, sua tripulação era de

1 Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964), especialização em Direito Tributário pela PUCRS. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

oitenta e nove praças. Uma fotografia de meados de 1892 mostra sua oficialidade, que nessa ocasião seria constituída de onze componentes.

Pertencendo sem dúvida nenhuma ao gênero das belonaves, como se classificaria o Marajó entre suas diversas espécies? Todas as fontes consultadas, exceto uma, o definiram como canhoneira, classificada na Classe “E”.

Conforme o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1ª edição, 2001, canhoneira é um navio de pequeno calado, dotado de artilharia grossa e geralmente usado para operações fluviais. Já a enciclopédia “Larousse du XXe. Siècle” conceitua canhoneira como um pequeno navio armado com um ou mais canhões, destinado a servir nos rios ou nas águas costeiras.

Excepcionalmente, João Batista Magalhães, na sua notável obra intitulada A Consolidação da República, referiu o navio Marajó como aviso de guerra.

O citado Dicionário Houaiss consigna como aviso uma embarcação a motor ou a vela, de pequeno porte, usada na força naval para transportar documentos oficiais, vigiar ou escoltar barcos mercantes, podendo, para tal, dispor de armamento.

Diante dessas colocações, sem maior aprofundamento nas distinções estabelecidas pela terminologia especializada, porém com suficiente amparo no histórico do navio, é preferível considerar o Marajó como canhoneira.

A análise das características da canhoneira Marajó, mesmo superficial, revela particularidades interessantes. À vista de seu deslocamento e de suas dimensões, o armamento principal era constituído de canhões de grosso calibre, aos quais se acrescentava um tubo destinado ao lançamento de torpedos automóveis, armamento de invenção recente e, na época, de instalação incomum em navios de guerra de sua espécie. Todavia, o espaço disponível para alojamento deveria proporcionar pouco conforto a uma tripulação relativamente numerosa. Além disso, a impulsão pelo vento, com o emprego alternado de uma máquina de pequena potência, se por um aspecto poderia apresentar as vantagens da economia e do maior raio de ação, por outro implicava no prejuízo do desempenho pela baixa velocidade e pela lentidão da resposta à manobra.

O primeiro comandante da canhoneira Marajó foi o Capitão-Tenente Afonso de Alencastro Graça (Quixeramobim, Ceará, 6 de março de 1849 – Montreux, Suíça, 4 de junho de 1913). Filho do Conselheiro José Pereira da Graça, Barão de Aracati, Afonso ingressou na Escola de Marinha em 1865 e reformou-se como Almirante em 28 de dezembro de 1911.

Sob o comando de Afonso, a canhoneira Marajó fez o serviço sanitário dos portos de Vitória e da Bahia, assim como a sondagem do mar junto ao Arquipélago dos Abrolhos. Nessa oportunidade, o então Chefe-de-Divisão Antônio Luís von Hoonholtz, Barão de Tefé (Itaguaí, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1837 – Petrópolis, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1931) em reconhecimento à descoberta de um baixio nas proximidades da Ilha de Santa Bárbara, fez com que, para fins hidrográficos e cartográficos, fosse ele denominado Banco de Marajó. Com o fim do Império e o advento da República, a hierarquia dos postos da Marinha e do Exército foi modificada e alguns deles tiveram mudada sua denominação, pelo que Chefe-de-Divisão passou a chamar-se Contra-Almirante.

Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a canhoneira Marajó encontrava-se em viagem para incorporar-se à Flotilha de Mato Grosso, o que implicava em navegar pelo Oceano Atlântico, entrar no rio da Prata, subir o rio Paraná até a embocadura do rio Paraguai e prosseguir neste curso d'água até o porto de destino, isto é, Ladário, sede dessa organização naval.

Em 1991, a canhoneira Marajó passou a fazer parte da Flotilha do Rio Grande do Sul.

Esclareça-se que, nessa época, o Estado do Rio Grande do Sul abrigava duas flotilhas da Armada.

A primeira era a Flotilha do Alto-Uruguai, sediada em Itaqui. Fora criada em 1866, em consequência da invasão paraguaia de 1865 e - salvo no curto período de 1871 a 1872, em que esteve incorporada à Flotilha do Rio Grande do Sul - subsistiu até 1906, quando se deu sua extinção.

Entre 11 e 18 de março de 1641, nas águas do rio Uruguai e dos seus afluentes Acarágua e Mbororé feriu-se a primeira batalha fluvial e terrestre de que se tem notícia nessa região. A bandeira paulista capitaneada por Jerônimo Pedroso de Barros era forte de 400 portugueses com armas de fogo e 2.500 flecheiros tupís, além de muitos mestiços, mulatos e negros; foi dito que poderia montar ao efetivo de 400 a 600 mamelucos e mais de 4.000 tupís, embarcados em 700 canoas. Os missioneiros somavam mais de 4.000 índios chefiados pelo capitão-geral Inácio Abiaru, militarmente assistido pelo Irmão Domingos de Torres, da Sociedade de Jesus, com seu armamento nativo reforçado com mais de 300 mosquetes e arcabuzes, além de canhões de taquaruçu retovado de couro; também se disse que os missioneiros foram dirigidos pelos Padres Jesuítas Cláudio Ruyer, Cristóvão Altamirano e Pedro Mola. Depois de oito dias de combates contínuos, os bandeirantes foram derrotados, perseguidos por mais uma semana e finalmente repelidos.

Na Guerra de Artigas, de 1816 a 1820, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves frequentara as águas do Baixo-Uruguai aparelhando uma flotilha de embarcações de pequeno porte. Era comandada pelo então Primeiro-Tenente Jacinto Roque de Sena Pereira (Lisboa, 1784 – Rio de Janeiro, 28 de junho de 1850) e compunha-se, originariamente, da escuna Oriental e das barcas Cossaca, Mameluca e Infante Dom Sebastião. Essa esquadrilha penetrou no rio Uruguai, pela primeira vez, em 2 de maio de 1818.

Escuna era uma embarcação de dois mastros cujas velas principais eram latinas, isto é, velas triangulares ou quadrangulares com um dos lados preso ao mastro. Barca tanto podia ser (a) uma pequena embarcação a vela, de um só mastro, como (b) uma embarcação de maior porte, com três mastros - dos quais os dois mais próximos da proa eram dotados de velas redondas, ou seja, velas quadrangulares presas em vergas, e o da popa, de velas latinas - também chamada *brigue-barca*, ou ainda (c) uma embarcação larga e rasa, destinada ao transporte fluvial ou costeiro de passageiros ou cargas.

Contudo, o Alto-Uruguai, que já fora invadido por Pantaleão Sotel e Andresito Artigas em 1816, voltou a sê-lo em 1819, novamente pelo citado Andresito.

Durante a Guerra da Cisplatina, o Baixo Uruguai continuou a ser navegado pela flotilha do já então Capitão-de-Fragata Jacinto Roque, a serviço do Império do Brasil. O Vice-Almirante Rodrigo Pinto Guedes, que em 13 de maio de 1826 substituiu o Vice-Almirante Rodrigo Lobo no comando da esquadra brasileira, atribuiu a essa flotilha a designação de Terceira Divisão da Esquadra. As principais embarcações da Terceira Divisão eram seis escunas – Oriental (capitânia), Bertioiga, Leal Paulistana, Dona Paula, Liberdade do Sul e Itapuã - e quatro iates – Nove de Janeiro, Sete de Setembro, Doze de Outubro e Primeiro de Dezembro. A flotilha, nos dias 29 e 30 de dezembro de 1826, na boca do Jaguari, rio Negro, foi atacada por uma esquadra platina ao mando do Almirante William George Brown, mas resistiu com bom êxito e forçou o inimigo a retirar-se. Apesar dessa vitória, viu-se bloqueada por Brown e, ao tentar a saída para o rio da Prata, foi aniquilada no combate de Juncal, travado em 8 e 9 de fevereiro de 1827. Nesse confronto, foram tomadas pelo inimigo as escunas Oriental (capitânia), Brocoió, Dezenove de Outubro e Bertioiga, bem como incendiadas as escunas Itapuã e Liberdade do Sul, além das barcas Dona Januária e Sete de Março, somente escapando do desastre, dentre as embarcações maiores, as escunas Dona Paula e Vitória da Colônia. O chefe Jacinto Roque foi aprisionado.

Iate era uma embarcação de dois mastros com velas latinas, o maior

deles inclinado para trás.

Por sua vez, uma flotilha de setenta e cinco embarcações imperiais, postada no Alto-Uruguai às ordens do Tenente Justo Yegros, não logrou impedir a invasão das Missões Orientais por Frutuoso Rivera, como antes não o fizera em relação às incursões predatórias procedentes das Províncias platinas de Corrientes e Misiones, tais como as empreendidas em 1826 por José Lopes, conhecido como Lopes Chico, e Pedro Gomes Toríbio.

A Guerra do Paraguai ensejou a invasão da Província do Rio Grande do Sul pelos paraguaios, que passaram o rio Uruguai junto a São Borja e terminaram sitiados em Uruguaiana. O cerco foi completado por uma esquadrilha comandada pelo então Primeiro-Tenente do Exército Floriano Vieira Peixoto (Maceió, 30 de abril de 1839 – Rio de Janeiro, 29 de junho de 1895) e composta pelos vapores Onze de Junho, Taquari, Tramandaí, União e Uruguai, além de duas chatas. Os paraguaios renderam-se sem combater, em 18 de setembro de 1865.

Chatas eram embarcações fluviais robustas, de fundo chato, calado pequeno e bordo baixo, quase raso, que tanto podiam ser dotadas de artilharia como serem utilizadas como transportes.

Quando da proclamação da República, a Flotilha do Uruguai compunha-se dos monitores Rio Grande e Alagoas, das canhoneiras Vidal de Negreiros e Tramandaí e da escuna Amélia.

Monitor era um navio de propulsão a vapor ou mista de vela e vapor, encouraçado e de pequeno calado, com finalidade de emprego em operações fluviais ou costeiras.

A segunda das flotilhas sul-rio-grandenses era a Flotilha do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

O canal que liga o Oceano Atlântico com a Lagoa dos Patos foi provavelmente descoberto por Martim Afonso de Souza em 23 de novembro de 1531, sendo denominado Rio Grande de São Pedro.

A fundação de Rio Grande deu-se em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Pais, cuja força terrestre fora transportada por uma esquadrilha que tinha como oficial naval de patente mais elevada o Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Carvalho da Silveira e navegava sob a cobertura da esquadra do Coronel-de-Mar Luís de Abreu Prego. O posto de Coronel-de-Mar, na hierarquia da marinha de guerra, foi sucedido pelo de Chefe-de-Divisão, e este pelo de Contra-Almirante.

No referido curso d'água, combateram em 19 de fevereiro de 1776 as esquadras espanhola e portuguesa, esta comandada pelo Coronel-de-Mar Robert Mac Douall, que colheu resultado adverso. Renovada a peleja no dia

1º de abril de 1776, uma divisão naval portuguesa sob as ordens do Capitão-de-Mar-e-Guerra George Hardcastle sagrou-se amplamente vitoriosa, sendo destruídas ou afundadas as embarcações adversárias.

Pode-se dizer que a Flotilha do Rio Grande do Sul teve origem próxima na providência que o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Marquês de Barbacena, exigiu ao assumir o comando do Exército do Sul, em 2 de janeiro de 1827. Três embarcações deveriam estacionar no Rio Grande do Sul para facilitar as ligações com o Rio de Janeiro e os fornecimentos para a tropa de terra. O posto de Tenente-General equivalia ao atual de General-de-Exército.

Durante a Guerra da Cisplatina, a Lagoa Mirim e seus tributários foram palco de operações navais, sendo decisiva a empenhada em 23 de abril de 1828, ocasião em que a flotilha brasileira do Segundo-Tenente Manoel Joaquim atacou a esquadilha oriental no pontal de São Tiago, derrotando-a na barra do arroio São Luís.

Em 20 de setembro de 1835, quando eclodiu a Revolução Farroupilha, a força da Marinha no Rio Grande do Sul, que se constituía de quatro escunas – Rio-Grandense, Dezenove de Outubro, Pelotas e Porto Alegre, não aderiu aos revolucionários e concentrou-se em Rio Grande. Nesse dia, a escuna Rio-Grandense transportou, de Porto Alegre para Rio Grande, juntamente com sua família, o deposto Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, tio do precitado Conselheiro Alfredo Chaves.

Durante a guerra civil que perdurou até 1º de março de 1845, muitas ações tiveram lugar nas águas internas ocidentais da Província. A força naval do Império foi comandada, do início de 1836 a setembro de 1838, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra John Pascoe Greenfell (Londres, 20 de setembro de 1800 – Liverpool, 20 de março de 1869); de outubro de 1838 até abril de 1839, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Mariath; e a partir de maio de 1839, novamente por Greenfell, já então promovido a Chefe-de-Divisão. A força naval dos insurgentes, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Joaquim do Couto. E a Marinha da República Rio-Grandense, pelo Capitão-Tenente Giuseppe Garibaldi e pelo Primeiro-Tenente Zeferino Dutra, sucessivamente.

Por ocasião do 15 de Novembro de 1889, a Flotilha do Rio Grande do Sul constituía-se das canhoneiras Camocim e Henrique Dias, que teria baixa em 8 de agosto de 1892. Em 1890, receberia a canhoneira Cananéia e em 1891, como já se disse, também a Marajó, que estava predisposta a protagonizar três episódios marcantes na história do Rio Grande do Sul.

O primeiro desses episódios ocorreu em fevereiro de 1892.

É consabido que os primeiros tempos da República foram

conturbados no Rio Grande do Sul, culminando a crise política com a Guerra Civil de 1893 a 1895. Em 25 de março de 1891, Fernando Abott, no momento exercendo o Governo do Estado, convocou para 5 de maio eleições para a Assembléia de Representantes, nas quais os republicanos castilhistas venceram os seus opositores, republicanos dissidentes e liberais adeptos de Gaspar da Silveira Martins. A Assembléia de Representantes, em 14 de julho, promulgou a Constituição Estadual e elegeu Júlio Prates de Castilhos primeiro Presidente. Em consequência da dissolução do Congresso pelo Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro, Castilhos, que a apoiara, viu-se forçado a renunciar à presidência do Estado, fazendo-o no dia 12 desse mês. Assumiu o Governo Estadual uma Junta Governativa composta por republicanos dissidentes da facção castilhista: Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, General-de-Brigada reformado Domingos Alves Barreto Leite e Deputado Federal e General-de-Brigada Manoel Luís da Rocha Osório. Sentindo-se sem força política, a Junta Governativa aceitou o apoio dos gasparistas e, no dia 17 de novembro, resolveu-se em um novo governo interino, tendo Barreto Leite como Presidente e Barros Cassal como Vice-Presidente. Castilhos, inconformado com sua renúncia, pelo menos desde janeiro de 1892 passou a estimular seus partidários à rebelião.

Em 4 de fevereiro de 1892, deu-se a intentona castilhista. A seguinte transcrição do Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, de autoria do Major Miguel José Pereira, à página 22, proporciona insuspeito relato desse acontecimento:

“(...) A 4 de fevereiro foram mais intensas as notícias do levante, tanto que o general Domingos Alves Barreto Leite, julgando-se menos garantido no Palácio, transferia a sede do Governo para bordo da canhoneira Marajó e a Guarda Cívica, justamente suspeita de abrigar oficiais e sargentos infensos aos dominantes eventuais, foi recolhida à Escola Militar.

Era a prisão disfarçada que se impunha à milícia do Estado, a incommunicabilidade, naquele Estabelecimento, para alguns oficiais.

Tomás Pereira, depositário dos segredos de Castilhos, trabalhando conforme as suas ordens, gozando de acentuadas simpatias na força, esteve a pique de ser fuzilado. As medidas tomadas em relação à sua pessoa eram de molde a se fazer acreditar que se lhe preparava esse desfecho criminoso.

O telégrafo fora atacado na madrugada de 5 por um grupo de imprudentes que, em vez de auxiliarem, comprometiam seriamente a situação dos castilhistas.

Aí morreu o moço Júlio Knorr, vítima do entusiasmo e dedicação partidária.

Chefes republicanos de real merecimento eram presos na capital e localidades do interior, entre os quais o dr. Fernando Abbott, valente propagandista que trabalhava sem descanso para que estalasse o movimento libertador.

A 6 era o quartel da Guarda Cívica, na praia de Belas, ocupado por quinhentos cavalariaos que o Governo, sentindo-se fraco e menos apoiado nas forças militares – porque verdadeiramente só poderia contar com a Escola Militar – mandara reunir e armar apressadamente.

A 7, nas imediações do quartel da Guarda Cívica, foram encontradas, por Antônio Francisco da Silva Fróis, vinte e seis bombas de dinamite, fato atribuído aos partidários castilhistas, nunca porém comprovada tal asserção.

(...)

A 11 voltava a Guarda Cívica a seu quartel, donde já se haviam retirado as forças de patriotas que o ocupavam, sendo recolhido preso ao estado -maior, o capitão da Guarda Nacional Fernando Borges Fortes, acusado de coparticipação no movimento subversivo. (...)”

O Telégrafo Nacional funcionara desde 1871 no prédio da esquina da atual rua Jerônimo Coelho com a praça Marechal Deodoro, ou da Matriz, hoje ocupado pelo Memorial do Ministério Público.

Barreto Leite, da canhoneira Marajó convocou a ajuda do Vice-Presidente Barros Cassal, do Chefe de Polícia e do Comandante da Guarda Cívica, Major Antônio Carlos Chachá Pereira, para debelar a revolta, o que afinal conseguiu com o apoio de alunos da Escola Militar, da Força Policial, de paisanos armados, do 12º Batalhão de Infantaria do Exército, que chegara de Rio Grande pelos dias 6 ou 7, e da canhoneira Camocim.

Wenceslau Escobar, o celebrado autor dos Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893, às páginas 31 e 32 afirmou que Castilhos, para depor Barreto Leite, contava com o apoio incondicional de três coronéis, comandantes de batalhão, e do próprio comandante do distrito militar [General-de-Brigada Antônio Joaquim Bacelar, Comandante Interino do 6º Distrito Militar, de 2 a 8 de fevereiro de 1892], além dos 13º e 30º Batalhões de Infantaria.

Seja como for, o já então Marechal Floriano, Vice-Presidente da República no exercício da Presidência, se ainda não fizera, certamente estava por fazer sem demora sua escolha entre as duas lideranças que sobressaíam na política do Rio Grande do Sul. De um lado, Gaspar Martins, autoritário porém parlamentarista eivado pela tradição monarquista, e de outro, Castilhos, também autoritário mas republicano histórico e sem nenhum

compromisso com o velho regime. Floriano, fossem quais fossem suas convicções íntimas, optara pela República em 1889 e não admitiria nenhum retorno ao modelo político do Império. Portanto, ao perceber a ingerência gasparista no governo do Rio Grande do Sul, decidiu-se pela sustentação do castilhismo, opção que, exercida de modo férreo, irrestrito e irreversível, se mostraria decisiva ao provocar a guerra civil e determinar-lhe o resultado, com consequências indeléveis na política sul-rio-grandense, cujos vestígios perduram até os nossos dias.

O segundo episódio aconteceu em junho de 1892.

Castilhos e seus caudatários marcaram o dia 19 de junho para a sublevação que planejavam há cerca de um semestre. Desde 8 de junho de 1892, o Marechal José Antônio Correia da Câmara, segundo Visconde de Pelotas, passou a ocupar a Presidência do Rio Grande do Sul como Vice-Presidente em exercício, substituindo Barreto Leite. No dia seguinte, Câmara nomeou João Nunes da Silva Tavares, Joca Tavares, como Segundo Vice-Presidente. Em 17 de junho, ante a precipitada sublevação da Guarda Cívica e de outros elementos castilhistas civis e militares, Câmara, sentindo-se impotente para contê-la, transmitiu a Presidência do Estado a Joca Tavares, enquanto Castilhos, reempossando-se nela, de imediato a transferia ao Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Federal Vitorino José Ribeiro Carneiro Monteiro, que a exerceria até 27 de setembro.

Em 10 de junho de 1892, o Contra-Almirante Custódio José de Melo, Ministro da Marinha (Salvador, 9 de junho de 1840 – Rio de Janeiro, 15 de março de 1902) determinou aos comandantes das flotilhas sediadas no Estado a mais completa neutralidade, salvo para restabelecer a ordem e a tranquilidade, à requisição do respectivo Governo.

A Flotilha do Rio Grande do Sul, nessa época constituída das canhoneiras Marajó, Camocim e Henrique Dias, era chefiada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Eusébio de Paiva Legey. Em 14 de junho, o Primeiro-Tenente Teotônio Pereira, Secretário de Legey, havia sido procurado pelo Coronel Henrique Guatimozim, Diretor do Arsenal de Guerra, a quem declarou que a Flotilha do Rio Grande do Sul, se solicitada como o fora em 4 de fevereiro, cumpriria as instruções emanadas do Rio de Janeiro. Em 17 de junho, o próprio Legey e seu secretário ouviram do General-de-Brigada Bernardo Vasques, Comandante do 6º Distrito Militar, a afirmação de que também cumpriria essas instruções. Entretanto, ao constatar o apoio do Exército ao levante castilhista, Legey sentiu-se traído por Vasques e demitiu-se do seu comando.

Em 18 de junho, Custódio, ciente da demissão, determinou ao Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara, comandante da Marajó, oficial mais

antigo da Flotilha do Rio Grande do Sul e no exercício do seu comando interino, que se mantivesse neutro na contenda política estadual até a chegada do substituto de Legey, o Comandante Garnier.

Em 21 de junho, Lara, desatendendo à ordem ministerial, declarou a Flotilha do Rio Grande do Sul insurgente contra o Governo Estadual.

Mandou içar a bandeira vermelha. Acolheu a bordo o Tenente Dr. Aníbal Elói Cardoso e Barros Cassal. Cassal, às 9,00 horas, intimou Vasques a abandonar seu cargo no prazo de uma hora. A intimação não teve resposta.

Nessa data, Custódio dirigiu-se a Lara, ordenando-lhe entregasse o comando da Marajó ao Capitão-Tenente Nolasco Pereira da Cunha, que não foi recebido a bordo. Eis a resposta de Lara a essa determinação, conforme reproduzida no referido Esboço Histórico, às páginas 49 e 50:

“Li vosso telegrama. Coloquei-me em posição hostil ao comandante do Distrito. A corporação de Marinha foi atrozmente desconsiderada na pessoa do chefe Legey. Este, desacatado, só tinha dois caminhos a seguir: romper ou retirar-se. Preferiu o último alvitre. Coube-me desafrontar minha classe. General Vasques e chefe Legey, cumprindo ordens desse Governo, acordaram posição neutral em face dos acontecimentos políticos do Estado. A população ficou confiante e tranquila. O chefe Legey, depois de ouvir o compromisso do general Vasques, assegurou, sob palavra de honra, ao marechal Pelotas, que as forças de mar e terra jamais tentariam desacatar sua autoridade. O Visconde cerrou-lhe a mão, dizendo confiar na sua palavra de honra. Momentos depois, do Arsenal de Guerra saíram armamento e munições, que transportados para o recinto da cadeia, foram entregues à polícia e a sentenciados, tirados das prisões. À frente desse grupo sedicioso, iam o coronel Tomás Flores, general Júlio Frota e oficiais subalternos, todos da intimidade do general Vasques. A população acusava a Marinha, na pessoa do chefe Legey, de haver faltado ao seu compromisso de honra. Ontem foi espingardeado pela polícia o cidadão Ernesto Paiva, chefe do movimento de novembro, nesta capital. Tanto isto traz graves consequências para esta desgraçada terra, que nada em sangue! Que, pois, cumpria à Marinha fazer, nesta emergência, ela que foi a alma do glorioso movimento de novembro? Ainda hoje, quando o 1º tenente Cordeiro da Graça vos telegrafava, a meu pedido, foi o escaler de compras apreendido no Arsenal de Guerra e presos os marinheiros que o tripulavam. Foi grande a nossa indignação ao presenciar a ocorrência. Tomando posição e sendo notada a minha resolução, foram imediatamente soltos os marinheiros, que se apresentaram a bordo. A guarnição recusa-se a aceitar mantimentos da cidade, supondo estarem envenenados. Minha conduta, quando a

conhecerdes em detalhe, o que farei em relatório minucioso, será por vós aplaudida porque sempre soubestes colocar a vossa honra militar acima de tudo. Devo ainda comunicar-vos que a Capitania dos Portos foi invadida pela polícia, achando-se a bordo seu delegado, por sentir-se sem garantias. Sobre desacato minha família já vos achais informado. Tenho a bordo meu cunhado, que foi ameaçado pelo chefe de polícia. A situação deste Estado é gravíssima. Ficaí certo de que saberei honrar a Marinha brasileira.”

O Arsenal de Guerra, desde 1866, ficava no cruzamento das hodiernas ruas dos Andradas e Bento Martins, onde foram posteriormente instalados o Estabelecimento Regional de Material de Intendência e o Museu Militar.

No dia 23 de junho, pela manhã, constatou-se a ausência da canhoneira Camocim, que se retirou para Rio Grande, tendo o Capitão-de-Mar-e-Guerra Alvarim Costa, Capitão do Porto, acusado sua chegada sem atitude hostil.

Entretanto, sobreveio a abertura de fogo pela Marajó. Segundo o aludido Esboço Histórico, à página 50:

“(…) Às dez horas, trovoou o primeiro tiro de pólvora seca, disparado pela Marajó, seguido de outros, a intervalos, e logo depois começavam as balas a sibilar por cima do palácio, que era, sem dúvida, na ocasião o ponto visado.

Foram encontradas duas balas nas imediações do Menino Deus, duas metralhas próximas da Estação Telegráfica.

Após cinco ou seis tiros, cessou o bombardeio, adiado para a manhã de 22 (sic) (...)”

Afora um evidente equívoco de datas, o texto copiado revela circunstância interessante. Atirando contra o Palácio do Governo e lançando projéteis nas vizinhanças do bairro Menino Deus, é de se supor que a canhoneira Marajó estivesse fundeada no rio Guaíba, diante do atual Cais Mauá e a leste de uma linha perpendicular traçada desde a Igreja de Nossa Senhora das Dores.

No dia 24 de junho, à tarde, deu-se o grande bombardeio.

Pela minuciosa descrição dos fatos, vale mais uma vez socorrer-se do mencionado Esboço Histórico, trasladando suas páginas 53 até 56:

“(…) Pouco depois das doze horas, rompeu o fogo destruidor, lançando balas às centenas, de artilharia e metralha, sobre a cidade, causando enorme terror na população.

O navio rebelde percorreu o litoral, desde a rua Floriano Peixoto (Bragança) até o Riacho [arroio Dilúvio], como se estivesse a fazer diabólico

passeio, durante o qual despejava projéteis com suma ferocidade, causando grandes estragos materiais.

A esse ataque brutal e inominado, respondeu heroicamente a força de terra, constituída de contingentes do Exército, Guarda Cívica e povo da capital.

Incessante fogo de canhão e cerradas descargas de fuzilaria obrigaram a Marajó a fugir, rumo das Pedras Brancas [Guaíba], desaparecendo em sua derrota para o Rio Grande.

Durou somente meia hora o tremendo combate. Mas a canhoneira revoltosa tinha a bordo duas metralhadoras Nordenfeldt, cada uma das quais lança 700 balas por minuto, além de canhões Armstrong, revólver, de tiro rápido etc., de modo que se pode estimar em 4.200 projéteis, os que mandou à terra.

No dia anterior, a Marajó se apoderara do Cupí, pequeno rebocador da chata que transportava carne verde das Pedras Brancas, e aproveitando-se desta pequena embarcação intimou a todos os comandantes e capitães de navios surtos no porto a que não levantassem ferros.

Quando estava para começar o bombardeio, quiseram aprisionar o Mercedes, ordenando ao respectivo comandante que fosse à Marajó, acompanhando a intimação de alguns tiros de pólvora seca.

O Governo, porém, impediu que se cumprisse esse desejo, do capitão-tenente Lara. Mandou guarnecer devidamente o paquete ameaçado e protegê-lo com improvisados meios de defesa. Nova intimação foi feita, sob pena se ser iniciado imediatamente o anunciado e apavorante bombardeio. Então todas as providências foram ativadas para a resistência contra esse barbarismo requintado, partido de indivíduos irmãos, cegos pela ambição do mando.

Do Arsenal de Guerra saíram seis canhões La Hitte que lhe ficaram colocados à frente, lado do Guaíba. A artilharia foi distribuída em três seções: a 1ª ao lado do trapiche do Lloyd, sob o comando do 1º tenente Júlio Arquimedes Bacelar; a 2ª no cais da Alfândega, às ordens do tenente João Mariot; a 3ª ao lado do Arsenal de Guerra, sob o comando do tenente Vidal, e todas subordinadas ao capitão Antônio Adolfo de Alencastro.

Um contingente do 2º Batalhão de Engenheiros guarnecia a 1ª seção e a 2ª e a 3ª eram protegidas por dois pelotões do 29º de Infantaria. Os artífices do Arsenal de Guerra eram os artilheiros. Em frente do Arsenal de Guerra estendia-se a força restante do 29º sob o comando do distinto tenente-coronel João César Sampaio, que já tinha mandado para o Alto da Bronze, praça General Osório, um pequeno contingente.

Nas proximidades da Cadeia tomaram posição força do Batalhão de Engenheiros dirigida pelo tenente-coronel E. Cavalcanti, e da Guarda Cívica, subordinada ao capitão Manoel Bento da Fontoura Casado. Numeroso piquete de cavalaria estacionava perto do quartel do 29º, em frente à rua Misericórdia.

À medida que a Marajó disparava repetidamente os canhões, enviando às famílias de Porto Alegre uma torrente de balas, singrava lentamente pelo litoral, em torno da cidade, mantendo fogo vivíssimo e selvagem, que iam atingir as ruas, praças, as paredes dos edifícios públicos e particulares, parecendo que deixaria Porto Alegre num monte de ruínas fumegantes, como se fosse, de inopino, revolvida por um abalo sísmico.

Trovoaram os canhões de terra e intensa fuzilaria, incessantemente, despejando balas sobre a Marajó. A artilharia ligeira, sempre protegida de infantaria, seguia os movimentos do navio rebelde, de modo a tê-lo sempre sob os seus fogos. Os populares, armados, auxiliavam poderosamente os militares.

A Marajó sofreu muitas avarias; foi alcançada por tiros de canhão na popa, no casco e nos escaleres. Um canhonaço fê-la desgovernar por alguns momentos; outro, disparado das proximidades do Gasômetro, fê-la meter a borda n'água, obrigando-a a cessar fogo e a desaparecer além das Pedras Brancas para escapar ao alcance dos canhões La Hitte.

Muitos foram os estragos produzidos com bombardeio, tanto em terra, como no rio.

(...)

Uma das primeiras balas caídas em terra, atingiu a casa da família do capitão-tenente Lara.

(...)

No Hotel Castro, à rua da Alegria, foram duas pessoas feridas.

(...)

Quando o general Bernardo Vasques saía do quartel-general, acompanhado de seus ajudantes, uma bala caiu na frontaria do prédio, derrubando pedaços de reboco, um deles atingindo as costas do venerando militar.

É deveras para se admirar que tantas balas despejadas contra a cidade, causando materialmente tantos males só produzissem uma morte e um ferimento, no pessoal combatente. O morto foi o soldado da Guarda Cívica Militão Nunes, natural de Santo Amaro, com 25 anos, e ferido o anspeçada Pedro Ramos, pertencente à mesma força.

A Marajó retirando-se para o Rio Grande, entregou-se às canhonei-

ras Camocim e Henrique Dias, sendo presos o capitão-tenente Lara, oficiais do navio e populares encontrados a bordo. Cassal já havia desembarcado em Itapuã, donde tomou rumo ignorado.

(...)

Por ocasião do bombardeio de 24, parte da Guarda Cívica e os civis que se haviam armado, formaram na frente do Palácio, sob o comando do coronel Tomás Thompson Flores. Depois do combate um esquadrão da força do Estado, andava pelas ruas mantendo a ordem pública. (...)"

Ainda no dia 24 de junho, Custódio intimou Lara a entregar o comando a Nolasco imediatamente, recolhendo-se ao Rio de Janeiro na primeira oportunidade, e nomeou Alvarim Costa comandante da Flotilha do Rio Grande do Sul.

No dia 25 de junho, Alvarim expediu [a Custódio?] o seguinte telegrama, a teor do exposto em A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, de Epaminondas Villalba, às páginas 194 e 195:

"Chegou a Marajó. Nada de hostilidades. Por esta feliz notícia, peço-vos suspendais mau juízo sobre Lara. Ele deseja justificação. Garnier tomou o comando da Marajó. Exército e autoridades civis muito coadjuvaram fortificando o porto. Oficiais ficam presos a bordo, civis entrego comandante militar. Saúdo-vos e ao presidente."

O sistema de artilharia La Hitte fora assim denominado em homenagem ao general francês Jean-Ernest Ducos, Conde de la Hitte, que o adotara em 1858. Entre 1860 e 1865, o Exército Brasileiro foi armado com três tipos de canhões de campanha desse sistema, com projéteis pesando 4, 6 ou 8 libras – 1, 956, 2,934 ou 5,868 quilogramas – e de calibres 75, 96 ou 121 milímetros, respectivamente, sendo as referências métricas aproximadas. Feitos de bronze, dotados de raias e carregáveis pela boca, foram usados durante a Guerra do Paraguai e, entre 1880 e 1883, substituídos pelos canhões de campanha Krupp de tiro lento, também raiados, feitos de aço e carregáveis pela culatra, de calibres 80 ou 75 milímetros, de muito melhor desempenho. Não há informação acerca do tipo dos canhões La Hitte empregados contra a Marajó. Somente a emergência aconselharia utilizar contra um navio moderno e bem artilhado canhões obsoletos e servidos por canhoneiros improvisados, porquanto parece óbvio que operários de arsenal, por mais familiarizados que estivessem com essas armas, não teriam o tirocínio e o treinamento esperado dos verdadeiros artilheiros.

Não se localizou o trapiche do Lloyd, mas é possível que se projetasse diante das faces norte ou leste do Mercado Público. O cais da Alfândega ficava na atual praça Senador Florêncio, ou praça da Alfândega. O Gasômetro situava-se junto ao atual Centro Cultural Usina do Gasômetro. A Ca-

deia seria a Casa de Correção, localizada no acidente geográfico conhecido como ponta da Cadeia. A rua da Misericórdia estendia-se da praça Conde de Porto Alegre, ou do Portão, até a praça Dom Feliciano, passando pela frente da Santa Casa. A rua da Alegria hoje se chama rua General Vitorino. O Quartel-General do 6º Distrito Militar situava-se na esquina das atuais ruas Andradas e General Canabarro, onde localizado o Quartel-General da 3ª Região Militar.

Não foi encontrada menção a baixas na canhoneira Marajó, mas é provável que ocorressem em razão da viva troca de fogos entre a sua guarnição e as forças de terra, durante cerca de meia hora e a uma distância relativamente curta. Aliás, o cômputo de um morto, três feridos e um contuso sugere que o canhoneio e a fuzilaria fizeram mais barulho do que vítimas, pela falta de localização das pessoas alvejadas, pelo bom resguardo delas, pelo desvio deliberado dos tiros, pelo erro involuntário de pontaria ou por outras causas. Mas é possível que as baixas civis fossem mais numerosas do que sugerido pelo texto acima reproduzido.

Registre-se, a título de fecho para essa preciosa descrição, que o Comando da Flotilha do Rio Grande do Sul foi assumido pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Severino Costa. O Capitão-Tenente Lara, afora a prisão temporária, não sofreu maior punição pela temeridade do seu comportamento indisciplinado. De regresso ao Rio de Janeiro, foi premiado com uma missão distinta, qual seja a de guarnecer o cruzador República, a ser recebido em um estaleiro europeu. Aliás, durante a Revolta da Armada de 1893-1894, essa belonave, sob o comando de Lara, fez parte da Força Naval enviada a Santa Catarina pelo Contra-Almirante Melo, sob a chefia do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena.

O terceiro episódio ocorreu em 1893.

A canhoneira Marajó achava-se surta no porto de Rio Grande, compondo a Flotilha do Rio Grande do Sul juntamente com suas congêneres Cananéia (capitânia) e Camocim.

No dia 6 de junho, parte da tripulação amotinou-se.

A causa do motim teria sido a aplicação de castigos corporais, mediante chibata. O levante foi liderado pelo Marinheiro-de-Segunda-Classe Jovino de Sá Barreto e perdurou por seis dias. Não há notícia de danos materiais nem pessoais. O navio era comandado pelo Capitão-Tenente Joaquim José Rodrigues Torres Sobrinho.

Afinal dominado o movimento, Jovino e mais dezessete amotinados foram submetidos a procedimento disciplinar.

Essa insurreição não foi um acontecimento isolado, repetindo-se

com conotações semelhantes no cruzador-escola Benjamim Constant, em 1904, e no encouraçado Deodoro, em 1906. Claramente, manifestou a inconformidade da marinhagem para com a multissecular prática de assegurar a disciplina mediante a aplicação de punições corporais. A reação contra essa praxe avolumou-se de caso em caso e culminou na famosa Revolta da Chibata, de 1910.

Visto na perspectiva dos valores geralmente aceitos na atualidade, esse método de sancionar transgressões disciplinares é inconcebível. No entanto, os fatos históricos devem ser analisados conforme os conceitos e preconceitos vigentes na sua época. No final do Século XIX, a sociedade de um modo geral tolerava – quando não preconizava – a ampla aplicação de castigos físicos.

No caso da Marinha de Guerra, a circunstância de poucos oficiais e suboficiais embarcarem com numerosa equipagem de marinheiros, comumente oriundos das mais baixas classes sociais, fazia com procurassem garantir-se contra atos de indisciplina individual ou coletiva, talvez suscetíveis de expor-lhes a vida a risco, mantendo os padrões disciplinares pelos meios mais rigorosos.

Fosse como fosse, a reação contra o castigo corporal, no ambiente naval militar, foi se afirmando aos poucos, até vingar plenamente no início do Século XX.

Em 8 de julho de 1893, o vapor Júpiter entrou no porto de Rio Grande, trazendo a bordo a expedição do Contra-Almirante Eduardo Wandekolk (Rio de Janeiro, 29 de junho de 1838 – Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1902). Não há notícia de que, nessa data lá estivesse a canhoneira Marajó.

Por conseguinte, entre 12 de junho e 8 julho de 1893, a canhoneira Marajó foi deslocada de Rio Grande para o Rio de Janeiro, onde se encontrava na manhã de 6 de setembro, tendo sua tripulação hasteado a bandeira branca, adotada como sinal de adesão à Revolta da Armada que se iniciara nessa data.

Uma boa síntese da origem dessa insurreição é proporcionada por Hélio Leôncio Martins na página 81 de *A Revolta da Armada – 1893*, que forma o Tomo 1 AQ, do Quinto Volume, da *História Naval Brasileira*:

“(…) Neste meio já tão favorável aos distúrbios sociais, avultava um conflito potencial que lhe dava mais força: o autoritarismo militar exercido pelo Exército, exacerbado por Floriano para sua própria segurança, despertava nos quadros da Armada sentimento de inferioridade, de secundarismo, que tivera um interregno de esperança com a Revolta de 23 de novembro de 1891 [a qual forçara a renúncia do Presidente da República, Marechal Deodoro], o posicionamento do Almirante Custódio José de Melo

como poderoso Ministro da Marinha, influenciando em todo o cenário nacional. A primeira manifestação política de desagrado da Marinha foi a eleição do Almirante Wandenkolk para a presidência do Clube Naval, estando ele anistiado da pena que lhe fora imposta pela assinatura da carta dos oficiais-generais de abril de 1892, e tendo-se afastado sigilosamente do País, jurando, pelos jornais, vingança contra o Vice-Presidente. Sua posterior prisão, após a aventura do Júpiter, sem julgamento nem respeito às imunidades parlamentares de que gozava como senador, a recusa pelo Supremo Tribunal do habeas-corpus impetrado por Rui Barbosa e a tentativa de caracterizar o ato de Wandenkolk como “pirataria” hipersensibilizaram o meio naval, assoberbando o espírito de classe, fenômeno muito semelhante, aliás, à maré de indignação que afetara o Exército nos últimos tempos do Império, levando-o até a mudar violentamente o regime. (...)”

A inclusão da canhoneira Marajó na esquadra revoltada pouco acrescentava ao valor combativo desta, pois o navio, alquebrado, estava pronto para ter baixa do serviço.

Não obstante, a veterana canhoneira teve alguma serventia.

Na madrugada do dia 6 de setembro de 1893, a canhoneira Marajó esteve entre as embarcações que protegeram o desembarque de uma força revolucionária na ponta da Armação, acolhendo, juntamente com o encouraçado Sete de Setembro e o transporte Madeira, o embarque dos petrechos bélicos retirados do depósito de artilharia e laboratório pirotécnico da Marinha, ali localizados. E, no dia 8 de setembro, foi empregada, com o encouraçado Aquidabã e os cruzadores República e Trajano, no apoio de artilharia a uma tentativa de desembarque em Niterói, levada a cabo por uma pequena força e repelida pela guarnição governista.

Tanto o encouraçado como o cruzador eram belonaves movidas a vapor ou a vela e vapor, mas o primeiro tinha grande porte, artilharia pesada e proteção mediante couraça, destinando-se essencialmente à batalha naval, enquanto o segundo tinha porte médio, artilharia também mediana e proteção couraçada apenas parcial, sendo suas funções principais o reconhecimento, a escolta, as operações de surpresa, a proteção aos desembarques de tropa e a interdição do comércio marítimo.

O estado da canhoneira Marajó era tão ruim que os revoltosos entenderam preferível abandoná-la. Isso foi feito antes da adesão formal do Contra-Almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama (Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1846 – Campo dos Osórios, Rio Grande do Sul, 24 de junho de 1895) à Revolta, anunciada no dia 9 de dezembro de 1893, porque a organização dada à esquadra revolucionária nessa ocasião não a menciona. Pouco tempo depois de abandonada por sua tripulação, ela foi

tomada e incendiada pelos legalistas, acabando seu casco por repousar sobre um banco, em frente à Ilha de Mocanguê [Grande?].

A vida da canhoneira Marajó foi curta, não chegando a durar oito anos. Poder-se-ia especular que a causa dessa efemeridade foi algum erro de projeto ou vício de construção. Ou uma manutenção imprópria, insuficiente ou mesmo inexistente, talvez postergada em razão das atribulações políticas, econômicas e financeiras sucedidas depois de 1889. Ou, ainda, os maus tratos e a fadiga resultantes dos serviços que lhe foram exigidos, que incluíram pelo menos duas ações de combate.

Como demonstrado, a canhoneira Marajó não teve o final heroico que se costuma prever para todo navio de guerra: afundar em batalha, com os canhões atirando e o pavilhão içado, ou acabar seus dias honrosamente preservado como museu flutuante, para edificação das futuras gerações de marinheiros profissionais ou espirituais.

Caso isso sirva de consolo, é de se supor que, ao longo do tempo, nunca falte quem se empenhe por conservar a lembrança dos seus feitos e a memória todos quantos pisaram seu honroso convés.



VILLALBA, Epaminondas. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL (Documentos e Commentarios). PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE - Combate de 24 de Junho de 1892, Comp. Typ. do Brazil, encartada entre as pp XXXVIII e XXXIX. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

REFERENCIAS

- ALVES, Tenente-Coronel J. V. Portella F.. Seis Séculos de Artilharia. A História da Arma dos Fogos Largos, Poderosos e Profundos. Biblioteca do Exército – Editora, Rio de Janeiro, 1959.
- CARNEIRO, David. História da Guerra Cisplatina. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- CORTESÃO, Jaime (introdução e notas). Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641). Manuscritos da Coleção De Angelis. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1969.
- COSTA, Dídio. Saldanha, Almirante L. Ph. De Saldanha da Gama. Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 1944.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. A Diplomacia do Marechal. Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada. 2ª edição, Editora Universidade de Brasília e Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1979.
- ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- FORTES, General Heitor. Velhos Regimentos. Ensaio sobre a Artilharia de Campanha Brasileira de 1831 a 1959. Biblioteca do Exército – Editora, Rio de Janeiro, 1964.
- FRAGOSO, General-de-Brigada Augusto Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. 2ª edição, Biblioteca do Exército - Editora, Rio de Janeiro, 1951.
- FRAGOSO, General-de-Brigada Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Volumes I e II, 2ª edição, Biblioteca do Exército – Editora, Rio de Janeiro, 1956 (Volume I) e 1957 (Volume II).
- FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. 2ª edição ampliada, Renascença e EDIGAL, Porto Alegre, 2012.
- FREIRE, Felisbelo. História da Revolta de 6 de Setembro de 1893. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira Iluminada. História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul a Partir do Tratado de Tordesilhas 1420 – 1920. Editora Sulina, Porto Alegre, 2010.
- GOLIN, Tao. A Fronteira 1763 – 1778. História da Brava Gente e Miseráveis Tropas de Mar e Terra que Conquistaram o Brasil Meridional. Volume 3, Méritos Editora, Passo Fundo, 2015.
- MAGALHÃES, Coronel João Batista. A Consolidação da República Ensaio para a Filosofia da História do Brasil). Biblioteca Militar, Rio de Janeiro,

1946.

- MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (Tentativa de Reconstituição Histórica)*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1965.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada – 1893. História Naval Brasileira, Quinto Volume, Tomo I A, Serviço de Documentação da Marinha*, Rio de Janeiro, 1995.
- MONTEIRO. Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento 1680-1777. Volume I*, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1937.
- PALHA, José E. Garcez. *Efemérides Navais. Resumo dos Fatos mais Importantes da História Naval Brasileira desde 1º de Janeiro de 1822 a 31 de Dezembro de 1890. 2ª edição (revista e atualizada), Serviço de Documentação da Marinha*, Rio de Janeiro, 1983.
- PEREIRA, Major Miguel José. *Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Volume I, 2ª edição, Oficinas Gráficas da Brigada Militar*, 1950.
- PEREIRA, Chefe-de-Divisão Jacinto Roque de Sena. *Memórias e Reflexões sobre o Rio da Prata. 1ª Parte, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Ano XI, II Trimestre, Porto Alegre*, 1931.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai. Primeira e Segunda Partes*, Livraria Selbach, Porto Alegre, 1954.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras. Ministério das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, 1946.
- SILVA, Vice-Almirante Augusto Carlos de Souza e. *O Almirante Saldanha Comandante em Chefe na Revolta da Armada. Reminiscências de um Revoltoso*. Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1939.
- VIDIGAL, Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Biblioteca do Exército – Editora*, Rio de Janeiro, 1985.
- VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. EDIGAL*, Porto Alegre, 2017.

JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA
2º VISCONDE DE PELOTAS, GENERAL CÂMARA
ACERVO E TRAJETÓRIA CUSTODIAL

Acervo do IHGRGS

Nesta edição apresentamos três cartas extraídas do Arquivo Pessoal de José Antônio Correia da Câmara, primeiro presidente do estado do Rio Grande do Sul (novembro de 1889 a fevereiro de 1890). Sua longa carreira militar, iniciada durante a guerra farroupilha, levou-o aos altos postos de comando, passando por ampla atuação na guerra do Paraguai (quando lhe rendeu a titulação de 2º Visconde de Pelotas, 1870) e outros cargos políticos. Casou-se com sua prima irmã Maria Rita Fernandes Pinheiro, filha do Visconde de São Leopoldo (1851).



Carteira de couro marrom (9,5x6,3 cm) com elemento decorativo em metal trabalhado, vendo-se as iniciais “V. P.”. O interior é forrado de cetim vermelho com bolsos de couro natural e desenhos de flores. (IHGRGS, VP-AT-011, Armário 3/gav. 25)

Doado ao IHGRGS em 1977 pela família de Rinaldo Pereira da Câmara,¹ o acervo é um importante exemplo da multiplicidade de materiais: tipologias e formatos documentais, objetos, jornais, etc., dão conta da responsabilidade da custódia e do tratamento técnico para a melhor disponibilização aos usuários.

Nesse sentido, tendo em conta a variedade física e a polifonia do acervo, provocamos algumas reflexões que vão além do conteúdo propriamente dito.

Uma reflexão mais ampla refere-se à análise do arquivo (acervo) pessoal toma-

1 IHGRGS. *Livro de Atas*, n. 8, fls. 79. A ata data de 22/12/1877, na qual se comenta os “objetos históricos e livros doados pela família do general Rinaldo Pereira da Câmara”. Os documentos estão dispostos em 110 pastas, destacando-se a correspondência com cerca de 4.000 cartas que abarcam, sobretudo, suas relações familiares. Quanto aos objetos, até o momento foram arrolados 12 que efetivamente pertenceram ao Visconde de Pelotas (ainda há diversos objetos atribuídos ao acervo). O trabalho com os objetos foi produto do estágio curricular em Museologia de Marilete Osório Nicoli, cuja morte precoce interrompeu a continuação de seu destacado empenho.

Rinaldo Pereira da Câmara faleceu aos 20/08/1974, tendo publicado dois volumes da obra “O Marechal Câmara” antes de falecer e deixado o terceiro no prelo, lançado postumamente em 1979.

do como objeto de pesquisa, como menciona Heylmann². Sendo assim, é necessário compreender a diversidade custodial³, ou seja, a trajetória do acervo desde a “primeira custódia” (quando ainda estava nas mãos de seu produtor) até posterior conservação. Durante todo esse percurso, há inúmeros fatores que influenciam o conjunto, como ações intencionais de guarda e/ou descartes, políticas institucionais de memória, etc.

Ao pensar no acervo de José Antônio Correia da Câmara especificamente, o que se pode inferir sobre sua trajetória seria: o titular remete as cartas à família que as guarda e/ou o titular recebe as cartas e as guarda, além de anotações e outros documentos; a família que preserva após o falecimento do titular, destacando o neto Rinaldo que *se utiliza* do acervo para sua própria produção intelectual. Após essas “etapas”, o acervo é finalmente depositado em uma instituição.

A arquivista Catherine Hobbs⁴ considera que, quando os documentos permanecem entre a família (ou mantidos por um indivíduo próximo à fonte) estabelece-se um “exercício de guarda”, provocando efeitos que devem ser levados em conta em qualquer análise, pois os acervos vão sofrer diversas intervenções por parte de seu guardiães.

A identificação de tais intervenções nem sempre é visível ou fácil de serem percebidas, mas no caso de Rinaldo, fica evidente a *utilização* que fez do acervo, pois há escritos, sublinhados, ou seja, tudo o que lhe facilitaria para organizar sua grande obra que gerou três volumes de dados, transcrições de documentos, comentários, impressões familiares, políticas.

Como se vê na carta enviada do Rio de Janeiro aos 19 de maio de 1886⁵, na qual, afora os detalhes do cotidiano familiar encontrados no conteúdo: “É preciso tirar esse dente pôdre que só serve para te fazer soffrer e ai quero acha-la sem elle quando lá chegar” ou, antes de J^e [Jose], o “pae e

2 HEYLMANN, Luciana Q. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. Buenos Aires: *VIII Reunião de Antropologia do Mercosul*, GT 33 – Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo, 2009. Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf >. Acesso em 01 jun. 2018.

3 Termo emprestado de Adriana Angelita da Conceição, que analisa a trajetória das cartas que o 2º marquês de Lavradio produziu ao assumir o cargo de vice-rei no Brasil. (CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A diversidade custodial das cartas do vice-rei 2º marquês do Lavradio e o manuscrito inédito da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, p. 135-145, jul./dez. 2014)

4 HOBBS, Catherine. Vislumbando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 303-341.

5 IHGRGS. *Arquivo Pessoal José Antônio Correia da Câmara*, 2º Visconde de Pelotas, Pasta 14, 16/05/1886.

amigo do coração” despedir-se, mandou a filha transmitir à “tia Ritinha que ella é muito teimosa”, é possível analisar outros elementos no suporte. No verso da última folha, há quatro anotações: o nome “*Alice*” escrito em tinta ferrogálica (pela comparação caligráfica não se identifica como sendo do autor material da carta) e, à lápis, as palavras “*Visto*”, “*19 mar*” (ao que parece) e, finalmente, “*nascida em 74*”.

A escrita a lápis identifica-se como sendo de Rinaldo Pereira da Câmara. As intervenções que fez no documento permitem outros questionamentos: teria ele organizado o acervo documental para suas consultas? De quais critérios se valeu? Teria descartado cartas, cujo conteúdo *depunha contra* seu avô?

Outro exemplo consta na carta escrita em um papel, cujo monograma “VP” ilustra discretamente o canto superior da carta de J^e [Jose] à “querida Maria Rita”. Escrita no Rio de Janeiro a 27 de março de 1893⁶, poucos meses antes de falecer, a letra trêmula do homem de 69 anos informava à esposa que chegara às 9 horas da manhã do dia 24 no Rio: “Passei leve na viagem, que não foi longa”. E continua contando sua rotina, mencionando que no dia 25 começou a fazer as injeções e também foi apresentar-se a Floriano Peixoto (apesar de não tê-lo encontrado).

Na casa onde se hospedou, “da velha Amália”, passou o dia recebendo visitas, tendo evidenciado apenas o nome de um visitante: Cansansão de Sinimbu. Disse ainda à esposa que na mesma casa estava o filho Alfredo, que seguira de vapor a Porto Alegre e levava carta para Maria José (a filha mais velha de José e Maria Rita).

Entre recomendações e notícias escreveu: “Estou com o proposito de passar aqui o inverno, e se tivesse commodos mandaria vir toda a familia, não tenho, porem, se não para ti”. Por fim, os últimos tópicos referiam-se “à invasão do Joca”, da qual quase nada se sabia pelo Rio: “mas pelas forças que o governo está mandando para ahi, embarcando amanhã mais com batalhão, acredita-se que o Joca está dando por fazer”.

Do mesmo modo que na cartinha anterior, percebe-se a intervenção de outra caligrafia logo abaixo das datas tópica e cronológica, à lápis: “chegou no Rio no dia 24”.

Por fim, outro exemplo aparece na carta enviada ao “Exm.^o am.^o Snr. Visconde de Pelotas” de Porto Alegre, a 27 de maio de 1893⁷, por José

6 IHGRGS. Arquivo Pessoal José Antônio Correia da Câmara, 2º Visconde de Pelotas, Pasta 13, 27/03/1893.

7 IHGRGS. Arquivo Pessoal José Antônio Correia da Câmara, 2º Visconde de Pelotas, Pasta 76, 27/05/1893.

Facundo da Silva Tavares. O trato entre os correligionários políticos é próximo e José Facundo escreve desde a prisão. Tal como nas outras cartas apresentadas, a intervenção de Rinaldo Pereira da Câmara é notória, com ênfase ao contexto e ao remetente (“Facundo Tavares Preso incomunicável” ou no verso, repetindo “preso, incomunicável, depois da visita de Camara”), inclusive com a anotação de uma numeração de documento (“Doc. 16”) ou a classificação: “- Importante -”.

Como se denota, a riqueza do conteúdo é indiscutível, permitindo que se constatem relações e interações entre o autor e destinatário, além de se adentrar na memória coletiva por meio das práticas e convenções sociais de uma época. Entretanto, para além do conteúdo, é importante entender que arquivos (acervos) pessoais também são produtos “da ação de outros agentes, além do titular do arquivo, tais como secretárias e familiares”.⁸ Por isso, é importante levar em conta todas essas questões e estar atento a qualquer detalhe, pois podem nos conduzir a outros *trajetos* de pesquisa.

8 HEYLMANN, op. cit., p. 4.



Pis, 19
de obito
de S.º.

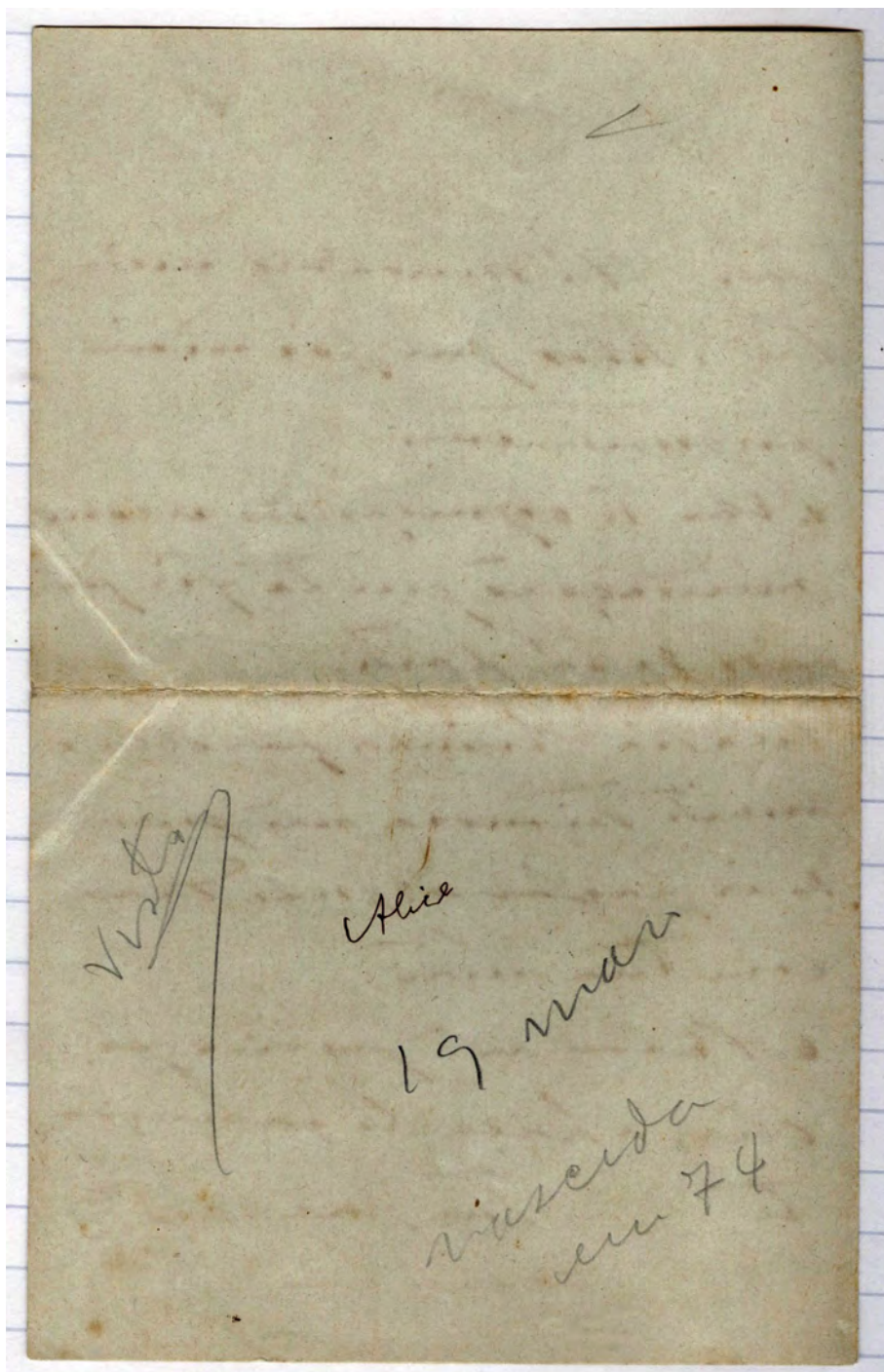
Minha
querida filha. A tua car-
ta de 19 deste mês deu muita
satisfação a teu pai,
que só sente que não tenha
desfrancado completamente
teu d.º de dente. E' preciso
estimar esse dente fôrte que
só serve para te fazer sofrer,
e eu quero achá-lo sem elle



quando lá chegar.
Tenho muitas saudades tuas,
deixando ardentemente correr
o tempo e a aproximar-me
do dia da minha partida, e
continuarmos, aqueles aque-
cidos dias, que tanto me
entretinham.

Já fiz o que quis a tua man-
deado, que deves estar satisfeito.

Te. Já souzados meim-
has a todos que por meim
furgendarem.
Estar te esguemas tas recom-
mendações que te fôr gu-
ando de la' parti.
Vira a tia Riteinha que ella é
muito teimosa, mas quere
de ir fazer alguns dias
com tua mãe.
Atende m'queroa fi-
cha, a haca te esburea
te. Ten pac e an' de
cora e is. Jc.





fatigado. Entre outros estava aqui
 a Consuelina da Silveira.

De São Paulo chegou o Sr. João com
 mandante de alvará, e chegou
 mandante de alvará ^{pequeno} e chegou, e
 achou-se bem.

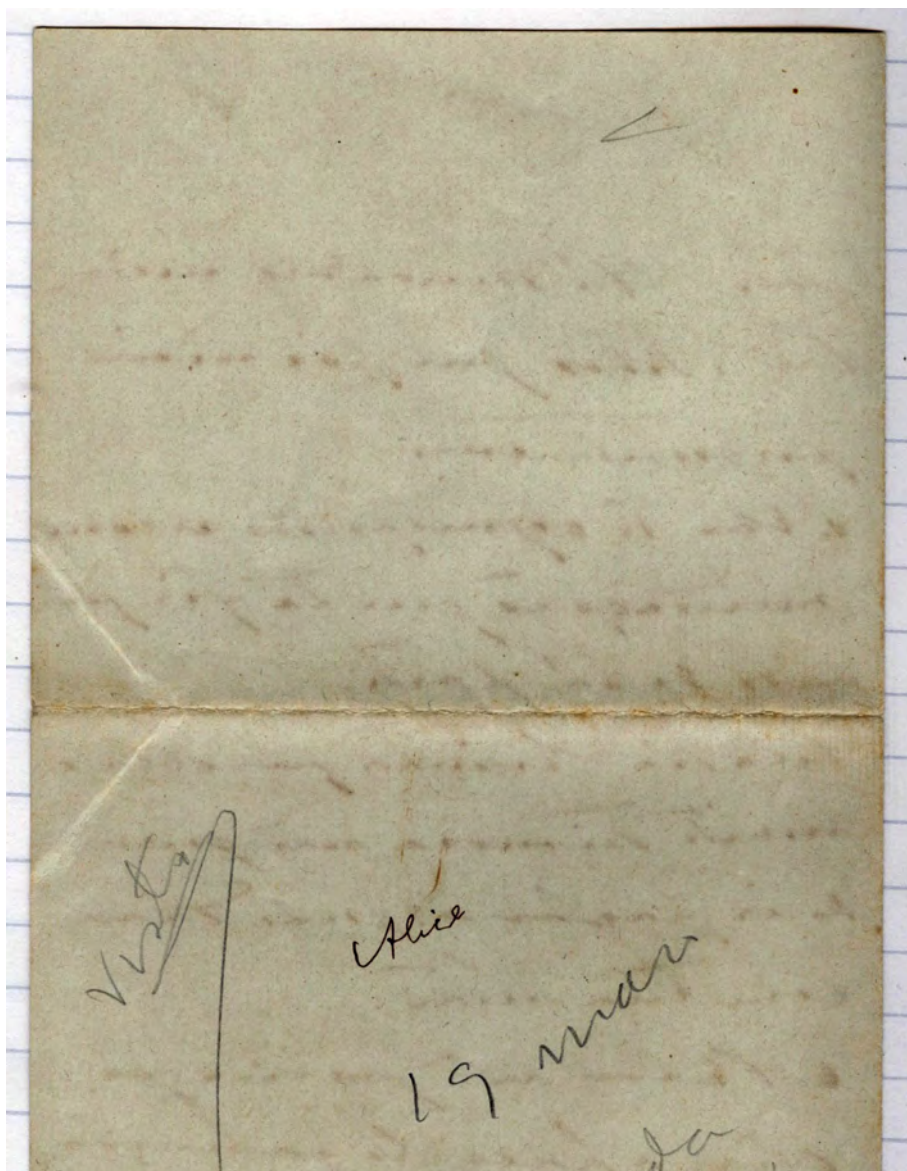
O tempo tem estado muito bom
 e bonito bastante fresco.

O Sr. João sempre com grande
 gosto de viver, sem saber ainda
 como ficará aqui e se ficará.

Partiu amanhã de manhã para a
 Santa Cruz, com o subscrito
 a estadia dele.

Estou com a propósito de fazer
 aqui o incenso, e o tempo com o
 mandante de alvará da família; não

Te. Já sonhadas meir-
has a todos que por me em
perguntarem.
Estas te explicas as recom-
mendações que te fiz quando
andou de lá' parti.
Vira a tia Rita que ella é
muito teimosa, mas querun-
do ir pagar alguns dias
com tua mãe.
Atteu m' pueria fi-
cha, a haça te estivesse
T. 1. 20



BPSW 27 de Maio 1893.

3 mezes antes do falecimento de Camarão

Ex. mo. Sr. Visconde de Pelotas.

Felicite abla. por b. bom resultado
que tem obtido em sua land.
Grava ao C. g. de toda a restitua
ção para felicidade nomeada
Bittia. Estima que em bom
estado me g. se ache the permi
ta vir a mais ver por vir a
p. nova terra, e tomar a du
ção de sua administração, por
'cuio, pela marcha g. de ar
apreciação, e evolução politica,
g. muito por ter os terminos
da a evolução com muita gla
ria para novos amigos combe
ntes, e b. e, no minha opi
nio, que de dar tomar conta
de governo imediatamente.

Para muito e de conversação.

Continuo preso, até de mais mezes.

- Doc. 16

- Fausto Torro
Preso em cam
meol

incomunicavel!
 Mis. dois dias depois de uma
 honrosa visita aqui, fui posto
 incomunicavel, porq. a Cor. Lu.
 estava decidida a pôr em
 prazo por uma conferencia, por
 ter a novidade do Cortello, que
 logo originou uma incomunicavel
 dele. E logo depois fui suppr. por
 o M. de Guerra.

Um juizinho comigo até
 campalho!!

Cor. a Gen. Claudio me
 viu e se deu por ajudado?
 seria mais cabido ande
 de; tal e sua influencia no
 exército aqui.

Supra omi

Orb.?

am. ento m. obb

Jon. Paulo de S. Tovar
 preso, incomunicavel, depois
 de admitir a victoria.

— importante —

de Camon

A COLEÇÃO DA REVISTA *DER BRUMMBÄR - ZEITSCHRIFT FÜR KURZWEIL, HUMOR UND HEIMATSINN* (1930-1939)

Márcia Solange Volkmer

Patrícia Schneider

Silvana Rossetti Faleiro

Tiago Weizenmann

O Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari - IHGVT foi fundado no dia 18 de abril de 1986. Ao longo da década de 1980 várias ações foram realizadas nos municípios do Vale do Taquari com o propósito de estudo e preservação da história local e, em 1986, Lajeado foi sede do III Encontro Estadual de Micro-História, uma iniciativa de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Círculo de Pesquisas Literárias. Esses encontros procuravam atender às carências dos municípios gaúchos em termos de material e assessoria para as pesquisas históricas, objetivo com o qual será criado o Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari.

A fundação do IHGVT, além da motivação de pessoas como José Alfredo Schierholt, teve o patrocínio da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior - Fates, presidida na época por Ione Ghislene Bentz, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, sob a direção de Geraldo Mallmann. Quando da sua criação, o Instituto tinha entre seus objetivos os de pesquisar, divulgar e preservar a história, a geografia e a economia da região do Vale do Taquari, além de assessorar os municípios nesse sentido.

Instalado o IHGVT, era preciso organizar-se para produzir e deixar para a região um acervo para pesquisas históricas. Cada membro associado comprometeu-se a fazer buscas em seus arquivos e municípios. Para isso, foram ministrados cursos de técnicas de pesquisas em fontes primárias em Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Muçum e Bom Retiro do Sul. Logo foi constatado que raros arquivos municipais estavam organizados e que grande parte da documentação e livros de registros havia desaparecido.

Destaca-se que, apesar dos objetivos de incentivo à pesquisa histórica, valorização e salvaguarda de documentos e da memória local, não houve um movimento de criação de um arquivo que pudesse receber todas as fontes levantadas. Muitos documentos ficaram na posse dos membros do IHGVT, dificultando o seu acesso à pesquisa. Essa condição será alterada algumas décadas depois, quando da criação do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da Univates.

Em 1994 o IHGVT perde seu vínculo com a Fates. Sem sede própria, a secretaria do Instituto e seu arquivo permaneceram, em caráter provisório, numa das dependências da residência do seu presidente, José Alfredo Schierholt, em Lajeado. Em 30 de maio de 2007, a Universidade do Vale do Taquari - Univates voltou a apadrinhar a Instituição e, em 11 de dezembro de 2007, o IHGVT foi reativado e eleita uma nova diretoria.

Em 2007, quando do retorno do IHGVT, na Univates estava em processo de criação o Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates - CMDPU/MCN/Univates, que já vinha atuando desde o início daquele ano, porém oficialmente foi instituído em 2008. Em 2016, com reestruturações na Univates, o CMDPU passa a integrar o Museu de Ciências, ampliando as suas linhas de atuação.

O Centro de Memória foi criado pensando em oferecer à comunidade um espaço que fosse referência quanto à história regional e à preservação das fontes primárias públicas e privadas da região do Vale do Taquari e da própria Univates. Atualmente, conta com mais de setenta e oito mil itens catalogados, sendo que 84% se referem à memória da Univates.

Pensando-se sobre qual espaço poderia abarcar a sede do IHGVT, optou-se em integrar as duas entidades pela similaridade entre os seus propósitos. Assim, a partir de 2008, o CMDPU passa a ter em seu espaço também a sede e o acervo do IHGVT, permitindo que o acesso seja possível ordinariamente. É preciso destacar que as entidades são independentes e os acervos têm controle distintos.

O acervo do IHGVT, com cerca de 750 itens, compreende em sua maior parte a documentação administrativa da entidade e materiais bibliográficos como livros e revistas, não possuindo número significativo de fontes sobre a história regional.

Considerando as fontes e a escolha de algum material para ser apresentado, optou-se por trazer ao conhecimento a coleção *Der Brummbär*, que faz parte do acervo do CMDPU/MCN/Univates, recebida em doação em 2012. O mensário impresso em papel jornal, porém denominado de revista, circulou na década de 1930, sendo editado na cidade de Arroio do Meio/RS, por Alfons Brod. Além da revista mensal era produzido um calendário anual, o *Brummbär=Kalender*, do qual possuímos somente o exemplar de 1935.

A coleção está quase completa e compreende 110 exemplares¹. Para os anos de 1930, 34 e 36 há edições faltando.² Em 1939, as edições do CMDPU

1 Também somadas as 3 duplicatas.

2 Para o ano de 1930, falta o exemplar de n. 4; em 1934, estão faltando os exemplares dos números 1, 7 e 12; e para 1936, faltam os exemplares dos números 2 e 5.

vão até a de número 6, porém há registros de que tenha sido publicado até agosto de 1939. Conforme Thomé (1984, p.175), o mensário apareceu “[...] em janeiro de 1930 e o último em agosto de 1939, quando fechou em consequência da 2ª Guerra Mundial”. Schierholt (2010) também registra a interrupção da publicação na mesma época, quando “parou de circular por imposição da campanha nacionalista, em agosto de 1939, cuja foto ilustra este texto – *Zum Abschied*, ou seja, “Para despedida”.

A opção por apresentar esta coleção tem por finalidade registrar a existência deste acervo que alguns consideravam perdido, como Werle (2014) que, em sua dissertação, declara: “Infelizmente não se encontram mais edições do jornal disponíveis para uma possível pesquisa” (WERLE, 2014, p.79). Dar a conhecer essa importante fonte de pesquisa possibilita o seu acesso à consulta e a produção do conhecimento histórico.

O Der Brummbär

Der Brummbär - Zeitschrift für Kurzweil, Humor und Heimatsinn

A coleção da revista *Der Brummbär - Zeitschrift für Kurzweil, Humor und Heimatsinn*, publicada em Arroio do Meio, no Vale do Taquari/RS, editada na década de 1930 (1930-1939), e sob responsabilidade de Alfons Brod, reunia textos escritos em *hunsrückisch*, um dialeto que pertence a diferentes grupos de imigrantes alemães que se estabeleceram naquela região.

De periodicidade mensal, os exemplares demonstram que a publicação teve ligação com o escritório da Tipografia do Centro - Cia. Metzler, Ltda., de Porto Alegre, ponto de onde figura o nome de Kurt Dudzig, um dos responsáveis iniciais pelos negócios relativos ao empreendimento. Como se pode identificar em alguns exemplares, pelos valores diferenciados para assinaturas anuais nacional e internacional, a revista chegou a alcançar diferentes públicos (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), incluindo o estrangeiro - Argentina, Alemanha e Estados Unidos (THOMÉ, 1984, p. 175).

Raro e ainda pouco estudado, o *Der Brummbär - Zeitschrift für Kurzweil, Humor und Heimatsinn* é um periódico que permite identificar traços da imprensa étnica e de língua alemã no Rio Grande do Sul, sobretudo quando tratamos de empreendimentos tipográficos produzidos fora do eixo São Leopoldo - Porto Alegre. Nesse sentido, por exemplo, a apresentação dos textos encontra-se no estilo rotundo, uma versão simplificada do gótico, particularmente difundido entre alemães e descendentes no Brasil, e ensinado em muitas escolas das áreas coloniais do período. Igualmente, a revista materializa câmbios culturais presentes nos processos migratórios, como a combinação linguística e a mistura de termos entre as línguas portuguesa e alemã.

Der Brummbär é uma expressão que pode ser traduzida como resmungão. No dicionário, “Brummbär” é definido como “brummiger Mensch”; “schlecht gelaunter Mensch” = “mal-humorado”; “unfreudlicher Mensch” = “sujeito antipático”. Por sua vez, a vinheta da revista vale-se da figura do urso (Bär), para relacioná-la provocativamente ao título principal “Brummbär”. A publicação número 1 (BRUMMBÄR, jan./1930), como demonstra a imagem a seguir (Figura 1), apresenta layout de capa, incluindo ilustração - o urso, a propriedade colonial do imigrante e o lema, seguido por informações sobre editores, editoração, anuidades e localidade.

Na página final desta mesma edição (BRUMMBÄR, jan./1930), é possível ler o seguinte trecho:

Sorg devor, dat all eire Freinde on Bekannte de Brummbär ens Haus grihe.

Et koscht jo nore drei Mil im Johr on kommt jede Monat raus.

Zeletzt wolle mer ganz heemlich ebens ens Ohr sahn. Paßt awer of darret niemend hert. Ihr liewe leit, spitzt Eich of die zwei Nummer, busche nochemol, die es so richtig geperffert!

Bis et negschte Mol!

De Verlaach.

Cuidem para que todos os vossos amigos e conhecidos recebam o Brummbär em casa.

Ele custa apenas três mil por ano e sai todo mês.

Por último, nós queremos dizer algo no ouvido bem secretamente. Mas cuidem para que ninguém escute. Queridas pessoas, vos atentem para o segundo número, puxa vida, ele está bem apimentado.

Até a próxima.

O editor.

**Figura 1 - Primeiro exemplar Der Brummbär - Zeitschrift für Kurzweil,
Humor und Heimatsinn**



Däh Brummbär

(Eingelaunt.)

Sing Eenjoor! Nau iss'e werrer oam
Reene, uhle Brummbär. Hodd'n lange Wen-
derichloof gehalt. Wera'm wohl gut gedoln
honn, un nau weerd'e vielleicht mool länger
monder bleibe.

Wie er'n erschtemool uff die Welt konim iss
— et fenn jo 26 bis 27 Johe — do woer er'n
fleen Mnerbs'de. Ich honn'en faund un
honn'en domools aach ald bis'de gefiddert. Ge
konnt ed Ranse anwoer net ordentlich lerne, un
boll woer er'd läaria, hodd sich hingelähd un
hodd'n mächtige Wenderichloof gehalt. So un-
gefähr 12 Johe hodd däh gebauert, dann iss'er
werrer wach woer, hodd sich die Au'e mool aus-
geribb un hodd verluht, mool bis'de rommze-
gromble. Weil'r nau doch schon en bis'de
größer woer, so konnt'e dall rommlaase. M'r
hadd seine Spatz anenim, hadd'en deudich ge-
fiddert un so horret sich en Zeittlang rommze-
deibb. Iss' ähmool anwoer woer er's werrer läa-
rig, hodd sich werrer hingelähd un woer aach
schonn werrer im schönste Wenderichloofde.
Wahrscheinlich horret sich de Raage inwoerlaad
geladd un jo konnt ed, dadd dat Wenderichloofde
lang gebauert hot.

Endlich iss'e werrer wach woer un nau
wolle m'r siehn, dadd m'r mool ebbs länger
uff de Wäin halle. Ge iss jo aach schon ebbs

größer woer. Nau wolle m'r siehn, dadd m'r'n
gut behannele un vor alle Dinge gut fiddere.
Noo, am Kidd'ra, doo leih'd de Sooge. Ge fann
jo viel verdahn, hodd'n Raage fast noch besser
me jo'n Boos'el. Shtrauf, anwoer ee fann doch
m'r alles verdahn. Kart un Kofe, gefall-
en ge'effert, lauer und tanja, fann't verdahn;
anwoer war'er net gut honn fann, ih: dal
Vebische, dat Koffersche, dat Preische, wo Eih
Gehmad draan eh. Dat weerd'e gleich läarig.
Wols beng! Nau wißt de't soo. Jetzt wolle
m'r uhs bis'de denoh richtig. Wer ebbs Rudder
foor'n ierwin haat, däh soll'et brenge, anwoer
ed soll ebbs fenn, wadd'em behaagt. Anwoer
fäuner soll sich entkommdeert, wenn de Brum-
bär alls mool bis'de Rudder leih'e läst, weil
ee de Ranz ze voll hat, oder anwoer, weils'm
net recht behaagt. Eih honn'en schon ausge-
flugt. Ge frist geere Gnagawerichdcher, Gned-
delbers'cher, — dertse blos net ze lang fenn un
solle richtig gefalls fenn, un wenn dann aach
ald geminlich Pfeffer draan iss, dann beledt'r sich
dat Raul un die Roode un m'r fann'n bis'de
gromze heere. Eih well mool siehn, wenn ich
Zeit griebe, dann mach ich mool paar Gnag-
werichdcher zerecht. Eih honn anwoer schlecht
Zeit, und Zalls un Besser ih ald knapp bei
weer, bei däh himmelmisterramel schlechte Zeire.
Drem soll'n jecrer, de Gnagawerichdcher ze
madhe versteht, wool'n Versuch maache, domet
m'r uhle Brummbär uff de Wäin befallte.

Gunnwidderibb.

Fonte: Coleção Der Brummbär, Centro de Memória, Documentação e
Pesquisa do Museu de Ciências da Univates - CMDPU/MCN/Univates (CMDPU
DERB)

De maneira geral, a revista reúne textos curtos e ilustrações, incluindo causos, histórias e poesias, assim como prescreve o próprio título da publicação. Dessa forma, sátira, humor e identidade étnica procuraram produzir sentido aos seus leitores, reforçando laços culturais a partir do papel que a imprensa exerceu no meio social imigrante.

Vale destacar que as atividades da revista encerraram em tempos ditatoriais, considerando o Estado Novo no Brasil e o contexto que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. O último exemplar foi lançado em agosto de 1939, e assim como o jornal *O Paladino*, de Estrela, *Der Brummbär* foi o segundo periódico do Vale do Taquari/RS a receber censura resultante da política de nacionalização getulista.

REFERÊNCIAS

- CMDPU DERB - Coleção Der Brummbär, Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates - CMDPU/MCN/Univates.
- CMDPU/MCN/Univates - Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates. Disponível em: <https://www.univates.br/mcn/centro-de-memoria-documentacao-e-pesquisa-da-univates-cmdpu>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. Abrindo Baú n. 212. Caderno Conexão. **Jornal A Hora**, de 28, 29 e 30/05/2010.
- THOMÉ, Lauro N. F. **Arroio do Meio ano 50: 1934-1984**. Porto Alegre: CO-RAG, 1984.
- WERLE, Bibiana. **A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.